

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA
SÉRGIO BRAGA
CLÁUDIO PENTEADO

(ORGS.)

CULTURA, POLÍTICA E ATIVISMO NAS REDES DIGITAIS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CULTURA, POLÍTICA E ATIVISMO NAS REDES DIGITAIS

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA
SÉRGIO BRAGA
CLÁUDIO PENTEADO
(ORGS.)

São Paulo, 2014



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Revisão: Edilson Moura

Capa, projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

ISBN

Este livro obedece às regras do Novo Acordo da Língua Portuguesa.

Todos os direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo – SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C967 Cultura, política e ativismo nas redes digitais / Sérgio Amadeu da Silveira,
Sérgio Braga, Cláudio Penteadó (organizadores). – São Paulo : Editora
Fundação Perseu Abramo, 2014.
342 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-213-5

1. Ciberativismo. 2. Ciberpolítica. 3. Cibercultura. 4. Comunicação de massa.
5. Movimentos sociais. 6. Redes sociais on-line. 7. Internet - Aspectos políticos. 8. Internet -
Aspectos sociais. I. Silveira, Sérgio Amadeu da. II. Braga, Sérgio. III. Penteadó, Cláudio.

CDU 004.738.5:316.77
CDD 301.243

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

05 Introdução

Parte I: Ciberativismo

- 15 Para analisar o poder tecnológico como poder político (2011)
Sérgio Amadeu da Silveira
- 31 Controle social e prática *hacker*: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais
Henrique Parra
- 51 Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta (2012)
Lucas Milhomens Fonseca
- 79 Limites de visibilidade e participação na esfera pública (virtual):
a experiência da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,
no Governo Dilma Rousseff (2012)
Alicianne Gonçalves de Oliveira
- 103 Redes de movimentos sociais e intervenção na esfera pública interconectada:
um estudo da campanha pelo limite da terra na internet (2012)
Lívia Moreira de Alcântara e Carlos Frederico de Brito d'Andréa

Parte II: Ciberpolítica

- 125 Sociedade Civil e Políticas Públicas: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo
na articulação política (2012)
Claudio Luis de Camargo Penteado, Rafael de Paulo Aguiar Araujo e
Marcelo Burgos dos Santos Pimentel
- 145 As tecnologias digitais e o mandato dos representantes: um estudo
sobre o uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros da
16ª legislatura (2007-2011)
Sérgio Braga e Letícia Carina Cruz

- 177** O perfil dos blogueiros de política no Brasil: uma nova elite? (2012)
Marcus Abílio Gomes Pereira e Ana Raquel de Campos Braga
- 189** Participação e deliberação: análise do impacto dos usos das Novas Tecnologias Digitais na dinâmica participativa e deliberativa dos Orçamentos Participativos de Belo Horizonte e Recife (2012)
Dimas Enéas Soares Ferreira
- 215** A democracia digital do gabinete do governador: o perfil e os limites de um modelo consultivo de participação
Camilo Aggio e Rafael Sampaio

Parte III: Cibercultura

- 243** Nova ciência, novos cientistas: interação, participação e reputação em *blogs* de divulgação científica (2012)
Rafael de Almeida Evangelista e Vanessa Oliveira Fagundes
- 265** O desafio da conectividade e do acesso à internet pelas classes populares em perspectiva etnográfica (2011)
Lucia Mury Scalco
- 295** Toma que o aborto é teu: a circulação de eventos críticos entre mídias em momentos de luta política (2012)
Jair de Souza Ramos
- 321** A pichação e os signos urbanos juvenis: “metendo nomes” no ciberespaço (2012)
Glória Maria dos S. Diógenes

INTRODUÇÃO

Sérgio Amadeu, Sérgio Braga e Cláudio Penteadó

As manifestações de junho de 2013 no Brasil e vários outros protestos que ocorreram ao redor do mundo nos últimos anos (Primavera Árabe, 15 M na Espanha e Occupy Wall Street, para mencionar apenas os mais visíveis), tornaram evidentes para boa parte da opinião pública o papel que a internet e as tecnologias digitais desempenham na geração de novas formas de sociabilidade, de identidade, e de comportamento político e social. Se é verdade que não devemos cair no extremo de um “determinismo tecnológico” segundo o qual as inovações que ocorrem no sistema econômico e nos meios de comunicação geram automaticamente novas modalidades de ação coletiva e de comportamentos humanos, sem a mediação das escolhas estratégicas dos atores sociais, também não devemos cair no outro extremo de deixar de levar em conta os impactos de tais inovações tecnológicas nas formas de sociabilidade contemporâneas. Sem exagero, e parafraseando um antigo poeta e dramaturgo romano, podemos mesmo afirmar que nos dias de hoje (quase) nada do que é humano é estranho à internet.

Entretanto, se é mais ou menos evidente para o observador da sociedade, da política e da cultura contemporâneas que a internet tem impactado fortemente a vida cotidiana de significativa parcela dos indivíduos, fazendo parte do cotidiano de uma grande parcela da população conectada à rede mundial de computadores, ainda permanece atual o debate sobre se e em que medida é possível definir um campo distinto e independente de reflexão e de pesquisa sobre a temática. A este respeito, tem havido um amplo debate na literatura especializada desde a última década do século passado, debate este que tem repercussões teóricas e práticas também nos dias atuais. O presente livro responde

de maneira positiva a tais indagações, postulando que há, sim, um campo específico de estudos sobre a internet nas Ciências Sociais contemporâneas, e que esse novo campo de reflexão tem uma natureza intrinsecamente interdisciplinar, abrangendo contribuições de vários ramos das Ciências Sociais no sentido estrito do termo (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) mas também de disciplinas co-irmãs tais como comunicação social, administração pública, para não falar das ciências da computação e da informática, dentre outras.

Com o objetivo de contribuir para o avanço do debate acadêmico sobre essa temática, surgiu a ideia dos autores deste livro de organizar na Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação de Ciências Sociais), um espaço de reflexão interdisciplinar para a apresentação e debate de trabalhos relacionados aos impactos da internet nas múltiplas dimensões das sociedades contemporâneas. O livro que o leitor tem em mãos, para usar uma linguagem dos tempos pré-digitais, é um dos resultados desse processo coletivo de reflexão, e tem sua origem nas discussões que ocorreram no Seminário Temático (ST) e nos Grupos de Trabalho (GTs) que funcionaram na Anpocs nos anos de 2010 e 2012. Ao longo destes anos, foram apresentados ao todo 45 trabalhos de pesquisadores de várias regiões do país e de praticamente todos os estados brasileiros, abordando tanto problemas teóricos como práticos relacionados aos impactos das novas tecnologias de comunicação nas sociedades modernas.

Este livro também é fruto da colaboração de grupos de pesquisa que atuam nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do ABC (UFABC) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de abranger pesquisadores que atuam em grupos de pesquisa em outras instituições no Brasil. Ao submetermos à proposta de livro ao Comitê Editorial da Fundação Perseu Abramo, consideramos que um critério fundamental para a escolha dos textos seria o de ilustrar o amadurecimento desse campo de investigação nas universidades brasileiras, especialmente nos cursos e programas de pós-graduação em Ciências Sociais (e não somente nos departamentos de Jornalismo e Comunicação Social, onde há muito a reflexão sobre o tema está consolidada e amadurecida), mas também sua aplicação prática e crescente impacto social.

O livro se constitui de três grandes blocos, abrangendo cada um deles um campo de estudos sobre internet, mídias digitais, e seus impactos nas sociedades contemporâneas.

A primeira parte do trabalho abrange textos que abordam a questão do emprego das novas tecnologias de comunicação para promover novas modalidades de ação coletiva e ampliação da cidadania, tanto do ponto de vista teórico como empírico.

Assim, o livro é aberto com um texto de Sérgio Amadeu da Silveira (UFABC), *Ferramentas conceituais para a análise política nas sociedades informacionais e de controle*, abordando a temática mais geral dos impactos da internet e nas tecnologias digitais nas relações de poder que perpassam as sociedade contemporâneas e os novos parâmetros colocados por essas novas relações para a ação coletiva dos diferentes atores sociais. Contrastando as reflexões de autores como Manuel Castels, Michel Foucault e Giles Deleuze, o autor busca caracterizar a sociedade informacional como uma *sociedade de controle*, defendendo o uso da metodologia genealógica para observar protocolos e códigos como instrumentos de poder entre agentes inseridos nas sociedades em rede.

Henrique Parra (UNIFESP/Guarulhos), em *Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais*, busca analisar casos concretos relativos às possibilidades de controle e acesso à informação em redes digitais, procurando pensar o ativismo e a política nas redes digitais simultaneamente como o conflito pelas configurações sócio-técnicas das tecnologias digitais (tecnopolítica), e as dinâmicas da política ciberneticamente mediada (ciberpolítica). Ao articular essas duas dimensões procura analisar como a constituição e os modos de apropriação desses dispositivos dão forma a novos territórios de direitos, resistência, conflitos sociais e exploração econômica.

Seguem-se três artigos empíricos onde são analisados casos específicos de empregos das NTICs para a produção de novas formas de ativismo.

Lucas Milhomens Fonseca (UFAM) em *Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta*, examina a apropriação e uso político das novas tecnologias por movimentos sociais da Amazônia, demonstrando que a internet teve importância fundamental para o aumento da visibilidade de temas relacionados ao meio-ambiente e de interesse da militância ecológica na região, bem como de seus moradores de uma maneira geral.

Aliciane Gonçalves de Oliveira (UFC), em *Limites de visibilidade e participação na esfera pública (virtual): a experiência da secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no governo Dilma Rousseff*, concentra-se na experiência de comunicação *on-line* da secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) veiculadas através de seu *website* (www.seppir.gov.br), focando nos tipos de publicidade característicos da esfera pública (visibilidade e publicidade). Avalia ainda como esta experiência consegue atender aos parâmetros democráticos para as experiências digitais do Estado (responsividade, porosidade, além da publicidade), apontando alguns aspectos positivos e deficiências do Portal no sentido de funcionar como uma esfera pública virtual capaz de atender aos interesses dos atores envolvidos no processo.

Por fim, Livia Moreira de Alcântara (IESP) e Carlos Frederico de Brito d'Andréa (UFV) encerram esta parte do livro com o texto *Redes de movimentos sociais e intervenção na esfera pública interconectada: um estudo da campanha pelo limite da terra na internet*, onde efetuam um estudo quantitativo examinando como as tecnologias digitais possibilitaram e deram maior visibilidade para a divulgação da Campanha Pelo Limite da Terra, uma ação coletiva articulada de maio a outubro de 2010 pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária (FRNA). Os autores demonstram que sem a internet o movimento não teria alcançado a escala de visibilidade que obteve, prenunciando formas de mobilização mais abrangentes que utilizam as mídias sociais que viriam a se consolidar posteriormente.

A segunda parte do livro aborda os impactos das novas tecnologias digitais sobre os sistemas políticos, abrangendo desde as instituições tradicionais de tais sistemas (tais como eleições e órgãos de governo), até a criação de novos espaços de deliberação e participação propiciados pelo emprego destas mesmas NTICs na esfera pública.

Assim, Claudio Luis de Camargo Penteado (UFABC), Rafael de Paulo Aguiar Araujo (PUC/SP) e Marcelo Burgos dos Santos Pimentel (UFPB), em *Sociedade civil e políticas públicas: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo na articulação política*, procuram avaliar a experiência da Rede Nossa São Paulo (RNSP) e como parte da sociedade civil organizada se articula através da internet para ampliar sua participação no processo de desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Examinando os mecanismos internos de articulação e das estratégias de ação política junto aos órgãos públicos, o autores chegam à conclusão de que a atuação da RNSP tem contribuído para o estímulo da participação política, envolvendo novos atores e fortalecendo os espaços já existentes de atuação, indicando ainda a necessidade de uma nova visão sobre a democracia por parte do Estado e dos partidos políticos, com o intuito de se estabelecer uma nova cultura política mais participativa e aberta ao diálogo com segmentos da sociedade civil.

Sérgio Braga (UFPR) e Letícia Carina Cruz (UFPR), em *As tecnologias digitais e o mandato dos representantes: um estudo sobre o uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros da 16ª legislatura (2007-2011)*, examinam os padrões de uso da internet e das tecnologias digitais pelos deputados estaduais brasileiros no período entre 2007 e 2010. Demonstram os autores que, embora as redes digitais estejam crescentemente sendo incorporadas aos mandatos dos representantes políticos em escala subnacional, ainda permanecem várias assimetrias e especificidades em tal uso, com parlamentares atuantes nas regiões sul e sudeste do Brasil, e pertencentes a partidos de

esquerda, usando de maneira mais intensa a internet para interagir com os cidadãos e agregar transparência e maiores oportunidades de interação ao longo do exercício do mandato.

Além das instituições tradicionais, novos atores e espaços de atuação surgem em decorrência do emprego das mídias digitais. Este é um dos temas abordados no texto de Marcus Abílio Gomes Pereira (UFMG) e Ana Raquel de Campos Braga (UFMG), *O perfil dos blogueiros de política no Brasil - uma nova elite?*, onde é analisado o perfil socioeconômico dos blogueiros responsáveis pelos 100 blogs de política mais populares do Brasil em diferentes áreas, procurando relativizar algumas teses referentes aos potenciais democratizantes da internet vis-à-vis as antigas mídias.

Dimas Enéas Soares Ferreira (UFMG), em *Participação e deliberação: análise do impacto dos usos das novas tecnologias digitais na dinâmica dos orçamentos participativos de Belo Horizonte e Recife* analisa as duas mais importantes experiências de orçamento participativo digital no Brasil até o presente momento, as ocorridas em Belo Horizonte e Recife durante as gestões petistas. Segundo o autor, a análise empírica de dados coletados sinaliza não só para a ampliação da participação nos processos de deliberação, mas também para o desenvolvimento de novas formas de interação *on-line* que se dão por meio de diferentes ferramentas digitais, ampliando significativamente os espaços de participação dos cidadãos em comparação com as experiências de OP presencial.

Por fim, encerrando este segundo bloco de artigos, Rafael Cardoso Sampaio (UFBA) e Camilo Aggio (UFBA), no artigo *A democracia digital do gabinete do governador: o perfil e os limites de um modelo consultivo de participação*, efetuam um detalhado estudo da pioneira experiência de governo digital patrocinada pelo governo de Tarso Genro, no Rio Grande do Sul, examinando seus avanços e aspectos positivos, mas também alguns aspectos que devem ser melhorados para o aumento da qualidade desta experiência de e-participação patrocinada pelo governo gaúcho e, por conseguinte, para o aumento da qualidade da própria democracia.

A última parte do livro abrange trabalhos que investigam como as NTICs estão propiciando a emergência de formas de identidades coletivas e processos de criação simbólica que integram os diversos atores sociais em novos universos de referência cultural.

Inicialmente, temos o artigo de Rafael de Almeida Evangelista (Unicamp) e Vanessa Oliveira Fagundes (Unicamp), *Nova ciência, novos cientistas: interação, participação e reputação em blogs de divulgação científica*, onde os autores procuram efetuar uma etnografia da participação em blogs de divulgação científica, examinando as principais características desse fenômeno. Demonstram

os autores que estas plataformas geram uma modalidade menos elitista de divulgação e debate dos resultados de investigações científicas, agregando novos atores ao debate público sobre ciência (curiosos, divulgadores e amantes da ciência de um modo geral) e contribuindo para a publicização e maior difusão da linguagem científica para a opinião pública, que deixa de ser monopolizada apenas por um grupo restrito de profissionais especializados.

Essa maior inclusão e ampliação da esfera pública propiciada pela internet também é abordada sob uma outra ótica por Lucia Mury Scalco (UFRGS), no texto *O desafio da conectividade e do acesso à internet pelas classes populares em perspectiva etnográfica*, onde é analisada a questão da inclusão digital das classes populares de uma perspectiva antropológica, através da análise das estratégias formais e informais empregadas por estes atores para terem acesso ao mundo digital. Assim, mostra a autora que periferias urbanas são espaços mediados por uma complexa trama de política local, na qual são determinantes questões micropolíticas, como o agenciamento de redes e laços pessoais para a viabilização do acesso à internet.

Talvez mais do que qualquer outro fato, a mobilização em torno do tema do aborto nas últimas eleições presidenciais ilustram a capacidade da internet de pautar não apenas as antigas mídias, mas o próprio debate eleitoral e as estratégias de campanha dos candidatos. Jair de Souza Ramos (UFF), no artigo *Toma que o aborto é teu: a circulação de eventos críticos entre mídias em momentos de luta política*, aborda o papel da internet na circulação de notícias sobre o tema do aborto na última campanha presidencial brasileira. Incursionando no campo da etnografia virtual, o autor examina o modo como se articulam na internet os vários espaços de interação e de veiculação de fatos e versões *on-line* e *off-line* a partir de um tema que, tornado peça da luta política, passa a articular de forma crítica, as dimensões do público e do privado.

Por fim, mas não menos importante, encerrando o livro temos o estudo de Glória Maria Diógenes (UFC) intitulado *A pichação e os signos urbanos juvenis: “metendo nomes” no ciberespaço, percursos de signos de pichadores entre a cidade e o ciberespaço* onde é efetuada uma análise das manifestações culturais dos pichadores em redes de relacionamento tais como o *Orkut* e *Facebook*. Demonstra a autora o grande apelo de mobilização que tais manifestações possuem em amplos segmentos da juventude, servindo como espaço de problematização de formas tradicionais de manifestação estética e de politização dos espaços de aquisição de identidade e de sociabilidades juvenil, bem como do compartilhamento de experiências de lazer e cultura no mundo virtual pelos jovens cearenses, configurando um padrão de comportamento que também pode ser observado em várias outras experiências culturais do gênero.

Para concluir, ao reunirmos os textos nesse livro, procuramos ilustrar não apenas como o estudo da relação entre internet, mídias digitais e sociedade, se constitui num campo autônomo e interdisciplinar de reflexão acadêmica nas ciências sociais contemporâneas. Mais importante que isso, trata-se de ilustrar seu grande potencial de aplicação prática, abrangendo um vasto e inter-relacionado campo de experiências humanas, com reais possibilidades de alterar as relações de poder vigentes num sentido mais favorável à ampliação do campo de atuação e de vocalização política dos grupos sociais subalternos.

Parte I

Ciberativismo

PARA ANALISAR O PODER TECNOLÓGICO COMO PODER POLÍTICO (2011)

Sérgio Amadeu da Silveira
(samadeu@gmail.com, UFABC)

Um programa de pesquisa – que considere o papel e as implicações das tecnologias da informação no debate sobre o poder e sobre a organização estatal e suas instituições democráticas – precisa encontrar e utilizar instrumentos conceituais apropriados. Eles funcionam como lentes para observação de processos macro e microssociais. Assim, o objetivo deste artigo é reunir um conjunto de conceitos de autores fundamentais para a pesquisa das diversas relações e dimensões do poder em sociedades informacionais; contudo, não o poder entendido como coisa, mas como relação e como estratégia de agentes que constroem laços sociais e utilizam processos, técnicas e tecnologias como instrumentos de poder.

A caracterização do período ou momento histórico da emergência e expansão das tecnologias informacionais adquire forte relevância, uma vez que dá ao pesquisador parâmetros e indicações dos elementos mais importantes que interferem e se manifestam nos processos políticos, nos jogos de forças, principalmente nas relações comunicativas cotidianas que podem se transformar em recursos e estratégias de poder. Por isso, essa caracterização será o nosso ponto de partida aqui.

Deleuze entende que vivemos em uma sociedade de controle. As estruturas de confinamento típicas de um mundo com característica disciplinar estariam sendo suplantadas por dispositivos distribuídos de acompanhamento e modulação dos comportamentos. O capitalismo industrial exigiu e se beneficiou da formação das instituições disciplinares. O capitalismo informacional não consegue se ampliar simplesmente com a introjeção do medo que a permanente vigilância acarreta. O capitalismo baseado nas tecnologias da comu-

nicação e informação precisa de outro tipo de liberdade além da vigiada, ele busca uma liberdade modulada. A nova fase da biopolítica não passa apenas pela garantia da disciplina dos corpos, da saúde posicionada para o trabalho adequado à reprodução do capital, agora ela passa pelo incentivo à ultraindividualização, pela necessidade de que os indivíduos sejam acompanhados e parametrizados em suas variações de humor, de perspectiva e de objetivos.

A internet é a maior expressão deste período histórico. Trata-se de uma rede sociotécnica que dá aos indivíduos a sensação de completa liberdade de uso, de possibilidades de criação, de múltipla existência no ciberespaço, de navegação anônima, de impossibilidade de observação e acompanhamento dos corpos virtualizados. O indivíduo tem medo da câmara alocada no alto da via pública, mas acredita piamente que o acesso a determinado *site* não pode ser acompanhado. Desse modo, é ignorada a origem cibernética da rede mundial de computadores. Mas internet é uma rede de comunicação e de controle completamente baseada em protocolos, ou seja, de regras rígidas que permitem a uma rede se comunicar com outra, que um computador possa encontrar outro em uma malha de milhões de pontos de conexão. Seria praticamente impossível rastrear e encontrar uma pessoa com um pequeno rádio de pilha analógico, ouvindo uma transmissão qualquer. Mas é muito provável e factível que possamos localizar um jovem conectado a partir de seu pequeno *netbook*, ou dispositivo móvel, com precisão georreferenciada crescente. A interatividade só pode ser garantida se os interagentes forem visíveis um para o outro, não importa onde estejam os pontos de conexão distribuídos da internet.

Para burlar os mecanismos de controle técnico, é preciso estar consciente de sua existência e estar preparado para utilizá-los de outro modo. O indivíduo pode evitar que seu fluxo de informação seja rastreado utilizando um *proxy* anônimo ou uma rede de *proxies* anônimos: ela oculta a informação de identificação do computador de origem. Todavia, sem técnicas de ocultamento praticamente todas as conexões podem ser obtidas por agentes do Estado, por *crackers*, por corporações de análise de comportamento, de acompanhamento de redes sociais e de *marketing*. Entretanto, apesar de ser uma rede de controle técnico, sua arquitetura distribuída e o desenho de seus protocolos asseguram uma grande liberdade de comunicação. Os protocolos da internet não são construções neutras. Em sua maioria, foram escritos para garantir a liberdade de expressão e de navegação sem a necessidade de identificação pessoal. Foram formulados a partir dos ideais liberais, libertários, e sofreram forte influência dos valores disseminados pela contracultura norte-americana dos anos 1960.

A SOCIEDADE EM REDE COMO UMA SOCIEDADE DE CONTROLE

A definição de sociedade informacional formulada por Castells é um indicador de diferenciação histórica. Para além da ideia de sociedade pós-industrial lançada por Daniel Bell, ela considera que a superação da era industrial se deu pela constituição de tecnologias de manipulação, armazenamento e distribuição de informações, tornando os mercados simbólicos ou de bens imateriais mais valiosos e economicamente importantes se comparados com os mercados de bens materiais.

A nova morfologia social que emerge da disseminação de tecnologias da informação é a das redes, daí o termo “sociedade em rede” utilizado por Castells. Apesar de incentivar o uso da análise estrutural de redes sociais e da teoria dos grafos para a análise de fenômenos contemporâneos, é preciso ir além da simples identificação de proximidades e intensidades de relacionamentos. Para compreender melhor as sociedades informacionais enredadas, é possível retomar a perspectiva foucaultiana/deleuzina de biopolítica e sociedade de controle.

A definição de sociedade de controle decorre da forma como os períodos históricos foram trabalhados por Foucault. Trata-se de uma expressão criada pelo filósofo Gilles Deleuze para distinguir a primazia de um novo tipo de poder social que substitui as disciplinas e as organizações fechadas típicas dos séculos XVIII e XIX. Para o professor Alexander Galloway, as redes distribuídas são o diagrama de poder das sociedades de controle (Galloway, 2004, p. 27). Deleuze argumentou que “toda sociedade tem o seu ou os seus diagramas” (Deleuze, 2006, p. 45). Identificar os diagramas e os estilos de gerenciamento que asseguram o controle em cada situação é uma perspectiva de investigação que permite compreender as implicações das redes nas disputas de poder, bem como observar a própria constituição das redes sociotécnicas como mapas de forças.

O que é um diagrama? É a exposição das relações de forças que constituem o poder [...] O diagrama, ou a máquina abstrata, é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos, ‘ou melhor, em toda a relação de um ponto a outro’ (Deleuze, 2006, p. 46).

Partindo de outra perspectiva, Castells lembra-nos de que o poder da rede é o poder dos padrões da rede sobre seus componentes, ainda que este poder favoreça em última instância os interesses de um conjunto específico de atores sociais na origem da formação da rede e do estabelecimento de padrões (protocolos de comunicação) (Castells, 2009, p. 74). Segundo o autor, os pa-

drões, os protocolos de comunicação, determinam as regras que se devem aceitar quando se está na rede. Neste caso, o poder se exerce, não por exclusão das redes, senão pela imposição de regras de inclusão. As disputas políticas passam atualmente pelo enfrentamento dos intermediários de várias matrizes, da indústria do *copyright* às comunidades estatais de vigilância erguidas no mundo industrial contra a atual dinâmica das redes digitais e pela inclusão de novas restrições à liberdade de criação de conteúdos, formatos e tecnologias.

CONTROLE E PODER DE CRIAR REDES

Pensar a sociedade informacional como uma sociedade de controle permite observar e descortinar as aparentes contradições entre liberdade e controle, entre gerenciamento técnico e gestão política, entre universalidade e diversidade no plano das culturas, entre autonomia e heteronomia. As redes tecnológicas digitais podem ser investigadas do ponto de vista de sua natureza cibernética e daquilo que representam para as liberdades e direitos civis criados nas democracias liberais. O controle cresce e se agiganta nas sociedades informacionais a despeito dos discursos sobre a liberalidade extrema dos cidadãos conectados.

A análise sociotécnica das práticas comunicacionais nas sociedades democráticas permite afirmar que a crescente interatividade entre os indivíduos se dá a partir de intermediários tecnológicos baseados em arquiteturas de controle. Desse modo, é preciso mapear os componentes dessas intermediações que garantem e modulam a interatividade. Também é parte de um programa de pesquisa da política na sociedade informacional identificar a influência, o poder e o *modus operandi* que tais intermediários exercem sobre os comportamentos, sobre os Estados e sobre os mercados.

Como expressão de um período além da modernidade, o controle atual não se dá apenas na comunicação e sobre os comportamentos interativos, mas também, e cada vez mais, sobre o conhecimento dos códigos básicos da vida e dos corpos. A nova expressão do poder sobre a natureza implica uma biopolítica que assume o estilo de gerenciamento protocolar e pretende o tratamento digitalizado e codificado de todos os processos sociais. Assim, fundamentais para a análise do poder na sociedade informacional são as técnicas de decodificação do biopoder contido nos protocolos e nos demais intermediários da comunicação, tais como *softwares* e seus formatos de digitalização.

A definição foucaultiana de “poder como estratégia” é extremamente útil para observar a complexidade do jogo de forças em redes de arquitetura distribuídas. Todavia, reduz e pode até eliminar o papel dos sujeitos e dos agrupamentos sociais no desenho das relações e instituições da sociedade.

Por isso, este artigo pretende construir um caminho teórico consistente entre as ferramentas conceituais da biopolítica e do controle com as definições de poder levantadas por Castells. Este considera ser possível “diferenciar quatro formas de poder distintas: poder de conectar em rede (*networking power*); poder da rede (*network power*); poder em rede (*networked power*); e poder para criar redes (*network-making power*)” (Castells, 2009, p. 72).

Tais formações de poder em rede necessariamente possuem arquiteturas e hierarquias de conexão que dão aos seus controladores – homens, coletivos, máquinas ou algoritmos – as possibilidades de permissão e negação de acesso ao conhecimento e às informações, reconstituindo uma economia de saberes. Desenvolver técnicas genealógicas para descobrir os propósitos, as mudanças, as apropriações coletivas, os interesses que se concentram em um protocolo, código ou padrão, é um caminho metodológico que se apresenta como consistente e necessário a compreender as atuais dimensões da política de viventes em sociedades de controle, portanto, de ciberviventes.

Outra abordagem que nos dá instrumentos consistentes para observarmos esses fenômenos é a teoria do ator-rede de Bruno Latour e Michel Callon. É também chamada de “sociologia da tradução” e permite analisar a dinâmica do poder. Ela define que devemos focalizar o início de nossas observações nas interações. Partindo do pressuposto de que a sociedade é uma rede heterogênea, é importante buscar saber por que determinadas interações conseguem se tornar mais estáveis enquanto outras não se reproduzem, nem duram ou repercutem nas demais relações sociais. A teoria do ator-rede considera que máquinas, dispositivos e humanos possuem, para a análise, o mesmo valor, ou melhor, sua importância em dado fenômeno, depende dos efeitos que cada ator causa na rede de relações. Desse modo, para esta teoria, os atores humanos e não humanos são actantes permanentemente vinculados a uma rede de elementos materiais e imateriais cuja importância é o efeito produzido nessa rede de materiais interativos completamente heterogênea.

A perspectiva de Castells, presente no livro *Communication power*, pode ser aplicada para reforçar elementos da teoria de Latour e Callon. Por exemplo, se quisermos compreender por que não existe na internet nenhuma rede de relacionamento (rede social) de relevância mundial que não seja de origem norte-americana, a teoria do ator-rede pode-nos orientar a um caminho consistente de investigação. Outra questão pode esclarecer ainda melhor este argumento: por que o Facebook conseguiu tornar-se a maior rede social da internet? O sucesso de sua política de envolvimento e fidelização de internautas tem preocupado inúmeros pesquisadores, especialistas, entre eles, o criador da Web Tim Berners-Lee, que afirmou ser o Facebook uma grande ameaça à

universalidade de acesso e compartilhamento de arquivos digitais na Web¹. Pois bem, o caso Facebook é um exemplo claro daquilo que Castells apontou em sua pesquisa como o poder para criar redes (*network-making power*), uma das formas mais importantes de poder da atualidade (Castells, 2009, p. 75). Com o desuso das velhas teorias de manipulação das mídias, são necessárias novas hipóteses para compreender melhor a atração que determinadas redes exercem sobre milhões de pessoas e as possibilidades de controle e descontrole, de acomodação e resistência ativa, de afetos, de gerenciamento dos desejos.

Para Castells, todas as redes têm algo em comum: são as ideias, as visões, os projetos, que geram sua programação. Estes são materiais culturais. Na sociedade em rede, a cultura está, em geral, incorporada nos processos de comunicação, adquirindo uma centralidade social jamais vista. Ao mesmo tempo, o modo em que os diferentes atores programam a rede é um processo específico de cada uma delas. As finanças globais não são programadas de modo similar às redes de poder militar, de investigação científica, de crime organizado ou dos esportes profissionais (Castells, 2009, p. 77). Os pressupostos de Castells podem apoiar a investigação sobre a ação dos actantes, pessoas ou dispositivos, para analisar os padrões e as interações que consolidam as relações de poder específicas para cada rede. O que se deve buscar nesses componentes são as teias de influências e a capacidade para criar processos de comunicação e persuasão efetivos que favoreçam aos projetos dos seus supostos programadores. “Os programadores e os enlaces são aqueles atores e redes de atores que, graças à sua posição na estrutura social, exercem o poder de criar redes, a forma suprema de poder na sociedade em rede” (Castells, 2009, p. 78).

MULTIDÕES E SUJEITOS NA SOCIEDADE DE CONTROLE

O abalo de diversas estruturas e hierarquias de poder ocorreram com a disseminação das redes informacionais. Isto colocou a velha elite de administradores de estruturas erguidas no capitalismo industrial em posição de combate diante da desintermediação das redes digitais distribuídas, ou melhor, diante da nova intermediação que se dá na própria rede, o que vai gerar uma gigantesca onda de controle, vigilância e rastreamento distribuído efetuado na própria rede.

Atualmente, o que está sendo modelado é a captação de estímulos em diversas situações. Para tal, o uso da rede é estimulado a fim de determinados objetivos. A ideia é instigar a liberdade de navegação e de experimentação

1. Tim Berners-Lee publicou na *Scientific American*, em dezembro de 2010, o artigo “Long live the web: a call for continued open standards and neutrality. Disponível em: <http://www.scientificamerican.com/article.cfm?id=long-live-the-web>, acessado em 15 jul. 2011.

cujos parâmetros são analisados por mineradores de dados e por análises de espectros. Os indivíduos não são prioritariamente moldados em ambientes fechados e disciplinares, modula-se sua liberdade, como dizia Deleuze (2006, p. 221). A ideia é parametrizar em cada situação, para tal, uma parafernália tecnológica é construída diuturnamente.

Jovens em faculdades de jornalismo ganham seu primeiro estágio não mais em redações, mas em pequenas agências que os contratam como analistas de redes sociais. Avaliam e classificam os humores da rede, pontuam as tendências dos argumentos favoráveis e desfavoráveis etc. Participam cada vez mais do jogo de avaliação e defesa de reputações, aptos a tentar controlar, a partir de uma boa mineração de dados, o que os outros estão fazendo. Esta é a perspectiva de uma sociedade de controle. Uma biopolítica baseada no acompanhamento dos comportamentos em rede, em que alguns têm mais possibilidades de controle que outros. Sem dúvida, os organizadores de redes – que detêm o poder de abrir as APIs (interfaces de programação das plataformas informacionais) – e que escreveram e controlam os códigos e formatos possuem uma situação estratégica mais bem posicionada no jogo de forças que definem quem tem mais ou menos capacidade de influenciar o comportamento dos indivíduos, ou seja, encontram-se em melhor posição de poder.

O antropólogo Gustavo Lins Ribeiro publicou, em 2000, um livro instigante sobre a cultura e a política no mundo contemporâneo. Em um dos capítulos em que discute a internet, diz que:

O surgimento de novos fetiches e sistemas de poder é levantado por Arthur Kroker e Michael Weinstein (1994), que apontam para o advento do “corpo ligado” (*wired body*) e daquilo que chamam de a “classe virtual”. A retórica quase delirante e uma hipercrítica por vezes reificante do tecnopoder à parte, Kroker e Weinstein são ácidos demolidores do ciberautoritarismo e da histeria criada pela tecnoutopia, em prol dos controladores da internet, espaço privilegiado do exercício do poder da classe virtual, a versão da classe dominante na era eletrônica-informática. Formada principalmente por “capitalistas puros” mais “capitalistas visionários especialistas em computadores” e baseada na indústria de comunicação, essa classe procura, uma vez instalada a força do movimento da fronteira eletrônica em expansão, lotear o ciberespaço para fins de acumulação capitalista e de controle político. O que está em jogo é uma competição por direitos de propriedade intelectual. As possibilidades democráticas da internet são a sedução inicial para a construção da *superhighway* digital (o “privilegiado monopólio da comunicação global de dados”) e para a subordinação da rede aos “interesses comerciais predatórios da classe virtual” (Ribeiro, 2000, p. 187-188).

A passagem claramente trabalha sob algum tipo de influência marxiana, uma vez que busca identificar uma classe virtual que estaria se impondo neste novo tipo de capitalismo conectado e imaterial. Enquanto a proposição foucaultiana/deleuziana lança a perspectiva do poder disseminado e distribuído em uma constante disputa pelos posicionamentos estrategicamente melhor situados nas relações de força, a análise de Kroker e Weinstein aborda a consolidação do poder de classe a partir da centralidade que a comunicação adquiriu em nossa sociedade, que usa as redes para ampliar suas relações comerciais ou seu poder político. Aparentemente, nada que se faça nas redes foge ao controle dessas classes virtuais, capitalistas da propriedade imaterial.

A busca da identificação de classes no cenário de um capitalismo imaterial (Gorz, 2005), informacional (Castells, 2009) ou cognitivo (Moulier-Boutang, 2003) coloca-nos diante do debate sobre o papel dos sujeitos históricos privilegiados, seja na manutenção do sistema, seja na sua superação. Antonio Negri e Michael Hardt, nessa direção, lançam o conceito de multidão como substituto da classe operária como sujeito revolucionário. Afirmam que “o conceito de multidão pretende repropor o projeto político de luta de classes lançado por Marx” (p. 146).

Negri e Hardt definem a multidão como “formada por todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital e, assim, potencialmente como a classe daqueles que recusam o domínio do capital” (p. 147). A multidão se coloca como um novo sujeito, que reúne os economicamente explorados, os trabalhadores sem direitos, o precarizado, os empresários deles mesmos, os produtores de bens imateriais, os socialmente oprimidos, todos os movimentos sociais anticapitalistas. Ela buscaria não se constituir como uma ditadura da multidão em alusão à ditadura do proletariado. A multidão quer construir o comum, o poder constituinte que nasce da diversidade e da radicalização da liberdade praticada coletivamente. Busca-se a sociedade dirigida coletivamente a partir das diversas possibilidades comunicacionais.

A dificuldade de compreender as mudanças históricas sem focalizar a análise em sujeitos coletivos é um ponto teórico importante para quem busca relações causais nas transformações. Contudo, a multidão é um aglomerado que pode paralisar-se diante de sua própria diversidade e dos caminhos múltiplos a seguir. O processo atual de contestação dos aparatos de controle cultural e político tem passado por inúmeros movimentos, nem todos anticapitalistas. Reúne também as expressões mais típicas das sociedades conectadas, os *hackers*, que André Gorz denominou de “novos dissidentes do mundo digital” (2005, p. 12).

Mas *hackers* não se portam como classe, atuam em certo sentido como uma multidão conectada. Seus atributos são individualistas, ou melhor, estão

erguidos sobre um novo tipo de individualidade, colaborativa e solidária. Dão valor ao conhecimento e a um alto grau de autonomia e liberdade que qualquer indivíduo pode ter, dependendo de sua capacidade de superar desafios. São indivíduos que veneram o mérito e o poder meritocrático. Quanto mais as redes são tratadas pelas corporações como uma grande malha de venda de produtos e de financeirização do mundo, de transformação de indivíduos em vorazes consumidores, mais os *hackers* ganham relevância e se politizam.

Os acontecimentos de 2010 e 2011 envolvendo o governo norte-americano e o Wikileaks marcou um novo momento na história da política mundial. Um grupo de *hackers* se vinculou a um grupo mais numeroso de *geeks* que se articularam em rede para apoiar os ativistas que defendem a transparência total do Estado. Este grupo denominado Anonymous posteriormente realizou uma ampla gama de protestos transnacionais na rede, favorável à liberdade e à democracia. Onde aparentemente os partidos políticos não conseguem intervir mais amplamente, ciberativistas e *hackers* constroem vínculos de lealdade instantânea. A defesa da comunicação distribuída, tal como ela ocorre hoje, dificilmente será feita pelas forças políticas tradicionais, muito menos pela antiga esquerda. Os arranjos políticos pela liberdade comunicacional distribuída são cada vez mais diversificados e de difícil compreensão nas chaves explicativas montadas para a análise dos séculos XIX e XX.

Castells lembra-nos de que o poder da rede é o poder dos padrões da rede sobre seus componentes, ainda que este poder favoreça, em última análise, os interesses de um conjunto específico de atores sociais na origem da formação da rede e do estabelecimento de padrões (protocolos de comunicação). Segundo ele, os padrões, os protocolos de comunicação, determinam as regras que se devem aceitar quando se está na rede. Neste caso, o poder se exerce não por exclusão das redes, senão pela imposição de regras de inclusão. As disputas políticas passam atualmente pelo enfrentamento dos intermediários de várias matrizes, da indústria do *copyright* às comunidades estatais de vigilância erguidas no mundo industrial contra a atual dinâmica das redes digitais e pela inclusão de novas restrições à liberdade de criação de conteúdos, formatos e tecnologias.

WIKILEAKS E LEI HADOPI

Os ataques ao coletivo Wikileaks, promovido pelo governo norte-americano, principalmente a partir de 2010 (após a divulgação do denominado “Collateral Murder” vídeo) e a aprovação da Lei Hadopi na França, em 2009, são dois exemplos importantes no cenário atual de embates em torno dos

direitos fundamentais e diante das estruturas de poder que buscam a filtragem e bloqueio das redes. Sem dúvida, a luta vitoriosa de grande parte da opinião pública transnacional contra os projetos de leis Sopa e Pipa (Stop On-line Piracy Act / Preventing Real On-line Threats to Economic Creativity and Theft of Intellectual Property Act respectivamente) ou as denúncias de Edward Snowden sobre a espionagem massiva da NSA (National Security Agency) também permitiria observar claramente as tecnologias de poder em suas múltiplas dimensões.

Os embates em torno do Wikileaks e da lei Hadopi mostram a unidade de ação de agrupamentos nascidos no mundo industrial e que perderam força no mundo das redes. Os burocratas dos aparatos de segurança de Estados nacionais, principalmente dos países hegemônicos na Otan, interessados no policiamento do mundo, de um lado, e a indústria de *copyright*, de outro, organizam suas ações conjuntamente. Tal articulação tem em comum a tentativa de retirar da internet as qualidades que a fizeram mais democrática do que as demais mídias de massa. A cultura da liberdade que caracteriza a rede incomoda esses segmentos e os lança em uma jornada de combate à atual dinâmica da internet.

A indústria de *copyright* perdeu, com o advento da internet, o controle dos canais escassos de disseminação de conteúdos artísticos e de bens culturais que caracterizaram as mídias industriais. Mais do que isso, a digitalização intensiva dos bens simbólicos deixou claro que textos, sons e imagens podem existir e coexistir distantes de suportes físicos localizados, bem como podem ser recombinados sem grandes dificuldades. Milhões de pessoas passaram a usar as facilidades das redes digitais e a levarem até elas as práticas de compartilhamento que já realizavam no mundo pré-internet, agora sem as limitações impostas pelos limites e dificuldades criadas pela logística dos suportes. O crescimento da rede representou mais do que o aumento do compartilhamento de arquivos digitais, implicou a ampliação da diversidade cultural. Indivíduos puderam acessar aos *sites* de inúmeros criadores sem a necessidade de intermediação. Isso reduziu a audiência *per capita* de cada artista ou grupo cultural, mas aumentou a diversificação da fama. As associações de *copyright* reagiram com agressividade extrema e nisso se encontram com os segmentos retrógrados da burocracia vigilantista dos Estados nacionais.

A tentativa do governo dos Estados Unidos de sufocar o Wikileaks e retirar o seu *site* da rede, bem como de bloquear suas contas para o recebimento de doações financeiras, redundou em um grande fracasso. Milhares de apoiadores do Wikileaks, dispersos em todos os continentes, replicaram em seus servidores as informações que tanto o Departamento de Estado norte-americano queria evitar que fossem divulgadas. Isto confirmou o que Alexander Bard

e Jan Söderqvist afirmaram ser uma característica das redes distribuídas, ou seja, “todo ator individual decide sobre si mesmo, mas carece da capacidade e da oportunidade para decidir sobre qualquer dos demais atores” (Ugarte, 2008, p. 26). Além disso, a abusiva e obscura tentativa de calar o líder do Wikileaks, Julian Assange, levou o grupo hacktivista Anonymous a organizar uma grande ação de protesto que derrubou da rede os sites da Visa, Mastercard e PayPal. Angariando pelo IRC e pelo Twitter milhares de apoiadores, o Anonymous mostrou que um grande número de requisições de acesso a uma determinada aplicação de um site pode ser uma legítima forma de protesto.

As vozes da velha comunidade de segurança espalharam seus temores com a denominada “excessiva liberdade na rede”, guardada para terroristas. Tais vozes são logo amplificadas pelos detentores da velha mídia, também incomodados com a grande liberdade de ação na rede. Uma reportagem da *Revista Época* deixa claro o incômodo:

[...] apesar do evidente teor adolescente nas manifestações, eles trazem um ingrediente novo para o universo *hacker* – a motivação política. Sua prioridade é desestabilizar forças políticas, econômicas ou militares, numa lógica em tudo similar à do terrorismo. No lugar de atentados suicidas e ameaças à bomba, o foco dos *hackers* é a informação. Eles afirmam que as organizações e os Estados, ainda que estabelecidos de forma democrática, devem sofrer ataques em prol de um bem maior, a transparência².

Propor a violação da privacidade e submeter os indivíduos a constante vigilância de robôs e “aranhas” que rastreiam a rede em busca de palavras-chave, fluxos de informações suspeitas, tipos de aplicação, passam a ser alardeadas como práticas necessárias ao combate dos terroristas, incluindo nesta categoria os ativistas que lutam pela liberdade de expressão na rede. Como um dos grandes marcos desta prática de destruição dos direitos civis na internet e subordinação de todos os demais direitos às necessidades da análise de espectro e dos fluxos de informação.

A lei Hadopi (Haute Autorité pour la diffusion des œuvres et la protection des droits sur internet), também chamada de Lei Sarkozy, aplica o mecanismo conhecido como *three strikes*. Se o internauta for pego pela Comissão Hadopi baixando música sem pagamento de licenças, receberá um e-mail alertando que sua atividade ilegal foi detectada (primeira batida). Se continuar, receberá uma carta (segunda). Por fim, será desconectado por um

2. FERRARI, Bruno; CORNACHIONE, Daniella; e LOYOLA, Leandro. A guerra virtual começou. *Revista Época*. 27 jun. 2011.

ano (terceira). Nos primeiros nove meses de aplicação da Hadopi, foram monitorados dezoito milhões de usuários que trocaram arquivos. A partir desta quantidade de usuários, a empresa selecionada, Trident Media Guarda, rastreou um milhão de endereços IP e enviou mais de um milhão de solicitações para os provedores de acesso que entregaram informações sobre a atividade de aproximadamente novecentos mil usuários. Destes, quatrocentos e setenta mil internautas receberam o primeiro aviso da Comissão Hadopi. O segundo aviso foi enviado para vinte mil pessoas, e dez franceses já foram desconectados com o terceiro aviso. A ironia é que o primeiro desconectado é um professor de 54 anos que nunca baixou música pela internet e provavelmente teve sua máquina usada por invasores.³

Além de economicamente dispendiosa, a Lei Sarkozy era claramente invasiva e ineficaz, uma vez que apenas 4% dos franceses pesquisados pela ZDNet afirmaram deixar de fazer *download* por conta da lei. A Lei foi revogada em julho de 2013, meses depois da derrota eleitoral de Sarkozy em 2012. Para saber se um arquivo compartilhado estaria ou não violando o direito autoral, seria necessário destruir a privacidade da comunicação entre os cidadãos, remontar os pacotes de dados que circulavam na rede e observá-los. A subordinação de diversos direitos à chamada propriedade intelectual é o que ocorria na vigência da Lei Hadopi. Para restabelecer o suposto direito autoral violado, instaurou-se uma comissão de exceção. Bastava utilizar a rede P2P (*peer-to-peer*), uma das aplicações mais comuns da internet, para se tornar um suspeito e fundamentar a violação da privacidade.

CONCLUSÃO

O capitalismo cognitivo encontrou sua expansão na codificação e digitalização do conhecimento, da cultura, dos bens e produtos simbólicos e imateriais. As tecnologias cibernéticas operadas por *softwares* viabilizaram as redes digitais. Essas redes recobriram o planeta e se tornaram indispensáveis ao cotidiano de boa parte das sociedades, colocando a comunicação como estruturante nos processos sociais, econômicos, culturais e políticos. Mas a comunicação digital é uma comunicação mediada por *softwares*. A sociedade informacional, cibernética, que pode ser observada como uma sociedade de controle, tem no *software* sua principal mídia.

O pesquisador Lev Manovich foi perspicaz ao afirmar que, tal como a eletricidade, o motor e a combustão tornaram a sociedade industrial possível,

3. Disponível em: <http://torrentfreak.com/france-tracks-down-18-million-file-sharers-110714/>, acessado em 10 ago. 2011.

é o *software* que torna viável a sociedade informacional global. Em seu livro *Software takes command*, escreveu que os trabalhadores do conhecimento, os analistas simbólicos, as indústrias criativas e de serviços, esses importantes agentes da sociedade da informação, não existiriam sem o *software*.

O *software*, visto como mídia que garante a digitalização expansiva das atividades e práticas sociais, é pouco percebido pela sociedade. Seu papel não é claro, ainda menos evidente. Visto como uma tecnologia qualquer, apresentado pelo mercado como mero produto, o *software* contém códigos que o definem e determinam o que é capaz de fazer. Por sua vez, o *software* tem o poder de condicionar completamente nossa comunicação. Seu desenho, suas funções, operações, interfaces são definidos pelos programadores, que o criaram e o mantêm atualizado. Esses códigos, em geral, são fechados e incompreensíveis para aqueles que o utilizam. Trata-se de algo obscuro, sem nenhuma transparência.

Para o mercado de *software*, é essa opacidade do código para seus usuários que faz parte dos direitos de propriedade intelectual de seus criadores. O mercado principal de *software* se estruturou em torno de um modelo de remuneração da propriedade que se dá pela negação de acesso ao conhecimento de suas rotinas logicamente encadeadas. Mas a falta de transparência do código em um cenário de intensa codificação digital não se limita ao mercado de *software*. Ela atinge os corpos e os códigos constitutivos da espécie. É na fusão de diversas disciplinas com a Biologia e com as Ciências da Computação que surgem a biotecnologia, a nanotecnologia e a engenharia genética. Bem apontaram Adriano Premevida e Jalcione Almeida, no texto *Nanobiotecnologias, biopolítica e novas sociabilidades*, que “a vida biológica entra nas estratégias de poder da modernidade e atualmente estas estratégias centram-se também na informação genética” (2010, p. 7).

O modelo de remuneração da codificação genética consolidado no capitalismo cognitivo passa pelo fechamento do código ou por sua restrição de uso conforme a imposição das patentes. Desse modo, temos a aproximação do modelo de negócios da Microsoft e da Monsanto, da Pfizer e da Oracle. A comercialização do acesso ao conhecimento científico é a base da remuneração das corporações do capitalismo imaterial. Para avançar na compreensão efetiva dos controles que estruturam as sociedades informacionais e o capitalismo cognitivo, já existe um bom esforço, que começou a ser estruturado no texto *Poder e anonimato na sociedade de controle* (Silveira, 2012). Constituem a base da biopolítica expandida pela cibernética, por um cenário de intensa comunicação e controle. O quadro a seguir seleciona os controles mais relevantes:

TIPO	FINALIDADE
Protocolos	Controlam a comunicação em rede e as arquiteturas de informação.
Formatos	Controlam a memória e o modo de acessá-la.
Linguagens de Programação	Controlam os modos de ver e organizar a inteligência e os desejos.
Rastros de Navegação	São a base do controle de tudo que fazemos no ciberespaço.
Acesso	Técnicas de bloqueio e permissão de uso ou navegação em plataformas e tecnologias informacionais.
Patentes	Visam o controle da codificação genética e de inúmeros <i>softwares</i> e algoritmos.

A sociedade de controle é fundamentalmente informacional, digital e cibernética. O capitalismo cognitivo em suas redes distribuídas organiza uma biopolítica de modulação que permite remunerar o capital e reproduzi-lo a partir do processo científico e tecnológico. Nesse complexo contexto, se organizam as resistências, e práticas de enfrentamento e criação são forjadas. As disputas tecnológicas atuais são disputas cada vez mais políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- COLLINS, H. M.; KUSCH, M. *The shape of actions: what humans and machines can do*. Cambridge: MIT Press, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- _____. *Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle*. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GALLOWAY, Alexander R. *Protocol: how control exists after decentralization*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004.

GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford, UK: Oxford UP, 2005.

MANOVICH, Lev. *Software takes command*. 2008. Disponível em: www.softwarestudies.com/softbook. Acesso em: 10 jul. 2009.

MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Giuseppe Cocco; Alexander Patez Galvão; Gerardo Silva (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PELBERT, Peter Pal. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PREMEBIDA, Adriano; ALMEIDA, Jalcione. Nanobiotecnologias, biopolítica e novas sociabilidades. *Revista Estudos Sociais*, México, no prelo. Disponível: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/534.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: Editora da UnB, 2000.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Poder e anonimato na sociedade de controle. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu; JOSGRILBERG, Fabio B. (orgs.). *Tensões em rede: os limites e possibilidades da cidadania na internet*. 1 ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

STALLMAN, R. The Anonymous Wikileaks protests are a mass demo against control. *The Guardian*, Friday 17 December 2010. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/dec/17/anonymous-wikileaks-protest-amazon-mastercard>. Acesso em: 15 fev. 2011.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. São Paulo: Lua Nova, 81: 215-247, 2010.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UGARTE, David. *O poder das redes*. Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

CONTROLE SOCIAL E PRÁTICA HACKER: TECNOPOLÍTICA E CIBERPOLÍTICA EM REDES DIGITAIS⁴

Henrique Parra (polart@riseup.net, Unifesp)

*Whatever code we hack, be it programming language,
poetic language, math or music, curves or colourings, we
create the possibility of new things entering the world.*

McKenzie Wark

INTRODUÇÃO

Resultando de um momento exploratório da pesquisa, este artigo objetiva, em um primeiro movimento, mapear alguns problemas e questões em torno das formas contemporâneas de exercício do poder e da prática política no contexto das relações sociais cibermediadas. Na medida em que as tecnologias digitais modificam as fronteiras anteriormente estabelecidas em diversos domínios da vida social (trabalho e não trabalho; produção e consumo; público e privado, entre outros), observamos profundas reconfigurações nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas que exigem uma observação empírica de processos muitas vezes “invisíveis”. Simultaneamente, para dar “existência” e problematizar tais mutações, é também necessário encontrar (ou criar) referências analíticas apropriadas.

Partiremos, portanto, da escolha arbitrária de algumas situações consideradas exemplares, em que poderemos observar o impacto das tecnologias digitais de informação e comunicação nas dinâmicas que desejamos investigar. Ao descrever alguns casos concretos, relativos à produção e ao controle de informações em

4. Versões preliminares deste trabalho foram apresentadas em 2011 no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Conlab) e no 35º Encontro Nacional da Anpocs. O artigo foi publicado na Revista *Sociedade e Cultura*, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiânia, v. 15, n. 1, p. 109-120, jan./jun. 2012.

redes digitais, discutiremos como tais exemplos apresentam uma arena renovada de conflitos que dão forma a novos campos políticos. Aqui, trata-se de pensar a política na cibercultura em duas direções: enquanto política das tecnologias digitais (tecnopolítica) e também como política ciberneticamente mediada⁵ (ciberpolítica). Enquanto a primeira refere-se às disputas sobre as configurações socio-técnicas do dispositivo, portanto, constitutivas da própria tecnologia, a segunda diz respeito às ações políticas que utilizam essas tecnologias sem necessariamente interrogar suas pré-configurações. Certamente, do ponto de vista prático, ambas as dimensões (tecnopolítica e ciberpolítica) misturam-se frequentemente.

CONTEXTO

O contexto mais amplo em que nossas preocupações estão inseridas é o universo de relações sociais que se realizam através do crescente uso dos dispositivos de informação e comunicação em redes digitais. Seja nas novas formas de sociabilidade, nas dinâmicas de trabalho e consumo, nas experiências estéticas ou nas práticas políticas, a mediação sociotécnica desses dispositivos introduz, graças às suas especificidades, um potencial de rastreabilidade e de quantificação de toda ação cibermediada. Ora, o que significa interagir através de um *médium* capaz de registrar e produzir dados de transações e movimentos infinitesimais? Como participamos dessas dinâmicas? Que condição é esta em que a fruição espontânea ou o trabalho não remunerado podem ser convertidos em indicadores passíveis de mercantilização? Ou ainda, como produzimos através do livre uso dessas tecnologias o poder que nos controla?

No Brasil, tais questões ganham urgência e relevância no momento em que iniciativas legislativas no âmbito federal irão impactar fortemente sobre a regulação do ambiente digital em suas diversas manifestações: condições de acesso à rede, possibilidades de acesso, distribuição e compartilhamento de conteúdos (bens culturais e científicos), identificação e registro da comunicação dos internautas, infraestrutura de comunicação etc. Exemplo disso são a proposta de Marco Civil da Internet; a Lei de Cibercrime (conhecido como AI-5 Digital); o projeto que regulamenta a Proteção de Dados Pessoais; a reforma de Lei de Direitos Autorais e mesmo o Plano Nacional de Banda Larga.

Como expressão inicial deste cenário cibercultural (Trivinho, 2001), tomamos a emergência de uma fina malha informacional que recobre todo o planeta e que conecta de maneira indistinta seres biológicos e artificiais, máquinas cibernéticas, bancos de dados, instituições e outros objetos materiais e imate-

5. Sérgio Amadeu da Silveira refere-se a essas duas dimensões como “política na internet” e política da internet” (2009).

riais. No final do século XX, duas tecnologias originalmente concebidas para responder a demandas militares foram amplamente disponibilizadas para uso civil e comercial. A partir dos anos 1990, a internet passa a ser gerida por organizações da sociedade civil e acelera seu processo de expansão global, impulsionada por empresas privadas, governos, universidades e organizações da sociedade civil⁶. Nessa mesma década, o governo Clinton decide “abrir” o sinal do sistema norte-americano GPS (Global Positional System), até então restrito à utilização militar, tornando-o disponível para uso civil e comercial⁷. O acesso ao sistema de geolocalização, através da introdução de uma transmissão não criptografada, permitiu aos equipamentos civis certo grau de precisão, inferior ao disponível para uso militar, mas suficiente para permitir a localização geofísica de objetos com uma pequena margem de erro comercialmente aceitável.

Se por um lado a internet permitiu a interação sincrônica entre pessoas e objetos distantes fisicamente, criando uma situação de “superação” do espaço físico (desterritorialização) nutrindo novas experiências e categorias espaciais, os dispositivos GPS, por sua vez, permitiram novamente “territorializar” as entidades comunicantes. Pode-se interrogar que esta mesma possibilidade de territorialização também está presente, sob certas condições, na arquitetura (física e lógica) da internet, na medida em que tanto sua infraestrutura física como a gestão global da rede respeitam certa ordem geopolítica com expressão nos Estados nacionais.

De partida, é preciso reconhecer uma diferença fundamental na “natureza” dessas tecnologias: enquanto a internet é uma tecnologia cibernética, portanto dependente de um sistema de “retorno”, o GPS funciona através da triangulação por radiodifusão gerada por um conjunto de satélites orbitais. Quando aciono meu aparelho de localização no automóvel, ele simplesmente captura os sinais emitidos pelos satélites do sistema GPS e obtenho minha posição física. Da mesma forma como no rádio analógico do meu automóvel, o emissor do sinal nada sabe a meu respeito: quanto tempo permaneci sintonizado na estação, qual estação eu ouvia antes e depois etc. Por outro lado, quando navegamos e acessamos a um *site* na internet, tanto as condições técnicas (*softwares* e *hardwares*), que permitem esta comunicação, quanto os “rastros” (*digital footprints*) que deixamos no ciberespaço dão margem a inúmeras possibilidades de coleta de informações a respeito de nós, os internautas.

Guardadas as devidas diferenças entre essas tecnologias, o que nos interessa analisar, a partir dessa simultaneidade histórica – que torna disponíveis a civis duas tecnologias de uso militar –, é o surgimento de uma “malha” in-

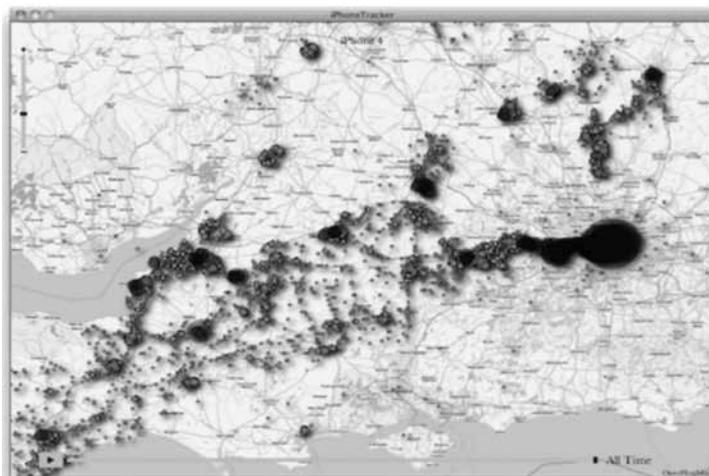
6. Uma versão bem sintética da história da internet está disponível no livro de Manuel Castells (2003).

7. Na Wikipédia em língua inglesa há uma boa descrição da história e do funcionamento do GPS. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Global_Positioning_System, acessado em 31 maio 2011.

formacional que recobre, como nunca antes na história da humanidade, toda a superfície do planeta e, potencialmente, todos os indivíduos que estão conectados aos dispositivos móveis de comunicação digital que oferecem acesso simultâneo à internet e aos sistemas de geolocalização.

Só para citar um exemplo do problema que nos ocupa, em abril de 2011, dois pesquisadores⁸ demonstraram que o aparelho iPhone da Apple registrava dados geoespaciais do usuário em um arquivo que fica armazenado no dispositivo móvel e no computador com o qual seu proprietário faz a sincronização dos seus dados pessoais. Tal arquivo contém informações precisas sobre a localização e movimentação do usuário em um determinado momento. Segundo os pesquisadores, não é possível afirmar que tais dados tenham sido acessados por terceiros ou pela própria Apple. No entanto, o principal problema apontado pelos pesquisadores é que tais informações são registradas sem o conhecimento dos usuários e ainda ficam relativamente disponíveis de forma não segura. A partir desses dados, os pesquisadores desenvolveram um aplicativo em *software* livre para realizar a visualização georreferenciada desses dados.

Figura 1: Visualização georreferenciada dos dados obtidos pelo tracker (rastreador) do iPhone⁹



8. Conforme noticiado, os pesquisadores Ryan Neal e Paul Courbis foram, aparentemente, os primeiros a “descobrir” e examinar o arquivo com os dados georreferenciados. Fonte: iPhone tracking: the day after. Disponível em: <http://radar.oreilly.com/2011/04/iphone-tracking-followup.html>, acessado em 31 maio 2011. Outras reportagens apresentam interessantes dados complementares. Fonte: Got an iPhone or 3G iPad? Apple is recording your moves. Disponível em: <http://radar.oreilly.com/2011/04/apple-location-tracking.html>, acessado em 31 maio 2011. Fonte: iPhone Tracker. Disponível em: <http://petewarden.github.com/iPhoneTracker/#8>, acessado em 31 maio 2011.

9. Os pesquisadores Alasdair Allan e Pete Warden desenvolveram um *software* livre (disponível para *download*) capaz de interpretar os dados registrados pelo iPhone e produzir mapas com os dados georreferenciados. Disponível em: <http://petewarden.github.com/iPhoneTracker/#8>, acessado em 31 maio 2011.

Sem adentrarmos em questões específicas às tecnologias de geolocalização, para nossa análise interessa apenas apontar como essas tecnologias combinam as dinâmicas de desterritorialização (através da comunicação em tempo real) com as dinâmicas de reterritorialização (comunicação geolocalizada), abrindo novas oportunidades para a produção e gestão de informações. Quando essas duas dinâmicas se articulam, confrontamo-nos com novas possibilidades de coleta de dados informáticos transacionados nas redes digitais pelos sujeitos conectados, criando tanto possibilidades de interação e colaboração social como condições ampliadas de identificação e vigilância.

Ora, o que isso pode significar em termos de novas formas de controle social? Quais formas de exercício do poder se desenham no momento em que todos podem se comunicar com “todos” em condições de completa “visibilidade”? Quais seriam as formas de controle engendradas pela crescente liberdade de comunicação e interação através das redes digitais?¹⁰

Assumo, como ponto de partida, que a internet em sua configuração sociotécnica é uma rede cibernética em que uma forma específica de “controle” está inscrita em seu funcionamento básico. Tal dinâmica, bem descrita por Alexander Galloway (2006) em termos de um “poder protocolar”, é analisada no Brasil por pesquisadores¹¹ preocupados com os impactos sociais e políticos que as novas regulamentações¹² jurídicas poderão causar ao ambiente digital.

A comunicação cibernética ocorre graças a um ambiente devidamente ordenado por protocolos que definem regras específicas de funcionamento. Para que uma mensagem possa sair de um lugar e chegar noutra, por exemplo, os protocolos – padrões/convenções sobre especificações técnicas, mas também sociais¹³ – asseguram que haja um “aperto de mãos” entre o emissor e o receptor. Nos dizeres de Alexander Galloway, o protocolo pode ser entendi-

10. Mais recentemente, durante as revoltas populares na Inglaterra, o governo e a polícia britânica colocaram em prática os potenciais de controle inscritos nessas tecnologias. Sobre o uso repressivo da vigilância de redes sociais na Inglaterra veja: *Social networking surveillance: trust no one*: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2011/aug/12/social-networking-surveillance>. *David Cameron considers banning suspected rioters from social media*: <http://www.guardian.co.uk/media/2011/aug/11/david-cameron-rioters-social-media>. *England riots: pair jailed for four years for using Facebook to incite disorder*: <http://www.guardian.co.uk/uk/2011/aug/16/uk-riots-four-years-disorder-facebook>.

11. Os trabalhos de Sérgio Amadeu da Silveira são uma boa referência sobre o tema (Silveira, 2009, 2009-A).

12. Nos últimos anos, algumas iniciativas governamentais propuseram novos mecanismos legais para a comunicação eletrônica-digital. Até o momento, nenhuma dessas iniciativas foi concluída. Entre elas, poderíamos citar: o Projeto de Lei sobre Proteção de Dados Pessoais; o Projeto de Lei que cria o Marco Civil da Internet; a reforma da Lei de Direitos Autorais, com novos dispositivos para o ambiente digital; o Projeto de Lei sobre Cibercrimes.

13. Mesmo que se trate de uma especificação técnica, por se tratar de um desenho que interfere nas condições de interação entre os sujeitos, consideramos que muitos protocolos são simultaneamente técnicos e sociais, dado que prescrevem modos de comunicação e organização da informação.

do como uma regra convencional para governar de maneira distribuída um conjunto de comportamentos possíveis dentro de um sistema heterogêneo; ou ainda, uma técnica para alcançar regulação voluntária dentro de um ambiente contingente (2006, p. 8). Portanto, nesta acepção, o “controle” é entendido como um ordenamento específico e intrínseco ao processo comunicacional cibernético, e não como o exercício da dominação de um sujeito sobre outro. É desta perspectiva que iremos problematizar como esta forma específica de controle possui tanto um potencial de controle social (forma de dominação) como um potencial de descontrole (forma de resistência).

Na medida em que a comunicação em redes digitais funciona segundo determinadas configurações, resultantes de dinâmicas simultaneamente socio-políticas e técnicas, a disputa sobre a regulação jurídica das atividades ciberneticamente mediadas torna-se fundamental para se evitar a emergência de um controle social tirânico, seja ele corporativo ou estatal. É nesse contexto que tais conflitos adquirem um importante significado político¹⁴. Vejamos a seguir três exemplos que revelam as tensões em jogo entre as dinâmicas de liberdade e controle social nas redes digitais. Na parte final do texto, indicaremos algumas questões que atravessam todos os casos analisados e que poderão servir como novas trilhas de pesquisa.

DADOS PESSOAIS E VIGILÂNCIA PÚBLICO-PRIVADA

Em ação desde 2006 – então conhecida apenas nos circuitos *hacker* e tecnoativista – a pequena organização Wikileaks tornou-se mundialmente famosa em 2010. Foi nesse ano que, graças à divulgação estratégica de um conjunto de documentos sigilosos do exército e da diplomacia norte-americana, a Wikileaks ganhou notoriedade internacional.

Logo após a publicação do vídeo *Collateral Murder* – que mostra o ataque de helicópteros americanos a um grupo de civis iraquianos, matando entre eles dois funcionários (um repórter e um guia-motorista) da agência de notícias *Reuters*¹⁵ –, um jovem militar foi preso pelas autoridades federais americanas sob a acusação de ser o “vazador” dos documentos publicados pelo *site* Wikileaks. Atualmente, o jovem encontra-se preso nos EUA e as

14. Exploramos esses conflitos sobre a perspectiva das transformações nas tecnologias de imagem e sua relação com os regimes de produção de conhecimentos: Autor (2009).

15. A documentação jornalística sobre este vídeo e sua repercussão é muito ampla e está disponível em diversos *sites*. A página da Wikileaks sobre o episódio é uma excelente fonte sobre o caso, pois ela registra as muitas divergências entre as diferentes fontes utilizadas bem como a disputa entre as versões sobre o episódio. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/July_12,_2007_Baghdad_airstrike#Leaked_video_footage, acessado em 31 maio 2011.

informações sobre as circunstâncias de sua prisão e sua situação prisional são bastante obscuras¹⁶.

A organização Wikileaks faz uso de um aparato tecnológico para garantir que o recebimento dos materiais a serem publicizados ocorra de forma a proteger o sigilo e o anonimato da fonte. Em recente entrevista, Julian Assange afirma que:

As spokesperson for Wikileaks, we are in a very difficult position concerning Bradley Manning. The difficulty of our position is that our technology does not permit us to understand whether someone is one of our sources or not, because the best way to keep a secret is to never have it. We are dealing with intelligence agencies that are very sophisticated. So instead of keeping source identity secret, we simply do not collect them at all, even in the first place. So we do not know whether Mr. Manning is our source or not, or whether he is some intermediary in this process or whether he knew a source. We have no understanding of this. And of course if we did know, we are obligated ethically to not reveal it¹⁷.

Portanto, pelas razões expostas, a organização não pode afirmar que tenha recebido os materiais do soldado Bradley Manning. A situação é especialmente complicada para Julian Assange, pois Manning é acusado de conspiração contra os EUA. Caso a investigação revele que a organização Wikileaks tenha incentivado Manning a fornecer os documentos, seus responsáveis poderão ser acusados do mesmo crime.

O problema, em análise neste artigo, pode ser apreendido na própria superfície do evento, ou melhor, nas versões que circularam na imprensa norte-americana sobre a identificação de Bradley Manning. Tais relatos chamaram a atenção para um fenômeno importante e relativamente pouco investigado: a expansão e crescente cooperação entre os serviços privados e estatais de vigilância eletrônico-digital em escala planetária.

Segundo veiculado na imprensa¹⁸, antes de Manning “vazar” os documentos, ele teria feito contato, via e-mail, com Adrian Lamo, um conheci-

16. No momento, diversas organizações de defesa dos direitos humanos apoiam a defesa de Manning e questionam o governo dos EUA sobre as condições de sua detenção. Disponível em: <http://www.bradleymanning.org/>, acessado em 31 maio 2011.

17. O texto citado é parte da entrevista concedida por Julian Assange ao repórter Martin Smith, para um documentário produzido pela *PBS Frontline*. A entrevista foi gravada em 4 de abril de 2011. Um arquivo bruto da entrevista está disponível em: <http://wikileaks.midiaindependente.org/WikiSecrets-Julian-Assange-Full.html>, acessado em 31 maio 2011.

18. *Wired*: *Update: Ex-Hacker Denies Alleged Wikileaker Gave Him Classified Documents*. Disponível em: <http://www.wired.com/threatlevel/2010/08/lamo-classified-documents/>, acessado em 31 maio 2011.

do *ex-hacker*¹⁹, para obter orientação sobre para quem transmitir os materiais “sensíveis”. Como analista militar de informações de segurança, Manning tinha acesso facilitado a um sistema integrado de informações sigilosas do exército e da diplomacia norte-americana. Segundo os relatos, Lamo não seria mais um *hacker* independente (as razões apresentadas são diversas) e estaria trabalhando como analista colaborador de uma empresa de segurança cibernética, que prestaria serviços diversos tanto no mercado privado como para agências governamentais.

Naquele momento, conforme noticiado em diversas revistas (*Forbes*, *Wired* e *Salon*²⁰), o executivo Chet Urbe²¹ se apresentou publicamente como o responsável por colocar Adrian Lamo em contato com os órgãos governamentais que efetuaram a prisão de Manning. Sua empresa – Project Vigilant – na qual Lamo seria um “analista voluntário”, foi então descrita como uma importante, discreta e bem sucedida empresa de vigilância cibernética, capaz de monitorar e produzir perfis de indivíduos através do rastreamento e tratamento de informações disponíveis na rede. Conforme o relato da *Forbes*:

According to Uber, one of Project Vigilant’s manifold methods for gathering intelligence includes collecting information from a dozen regional U.S. Internet service providers (ISPs). Uber declined to name those ISPs, but said that because the companies included a provision allowing them to share users’ Internet activities with third parties in their end user license agreements (EULAs), Vigilant was able to legally gather data from those Internet carriers and use it to craft reports for federal agencies. A Vigilant press release says that the organization tracks more than 250 million IP addresses a day and can “develop portfolios on any name, screen name or IP address²².”

19. Compartilho da distinção entre *hacker* e *cracker* proposta por Pekka Himanen (2001). O discurso midiático frequentemente mistura os dois termos, criando uma confusão semântica sobre a caracterização política dos *hackers*. Sinteticamente, pode-se dizer que o *cracker* é aquele que faz uso dos seus conhecimentos informáticos para cometer delitos, enquanto o *hacker* refere-se àqueles com habilidades técnicas e disposição curiosa para a busca do livre conhecimento.

20. Reportagem da *Forbes*: *Stealthy Government Contractor Monitors U.S. Internet Providers, Worked With Wikileaks Informant*. Disponível em: <http://blogs.forbes.com/firewall/2010/08/01/stealthy-government-contractor-monitors-u-s-internet-providers-says-it-employed-wikileaks-informant/>. Reportagem da *Wired*: *Update: Ex-Hacker Denies Alleged WikiLeaker Gave Him Classified Documents*. Disponível em: <http://www.wired.com/threatlevel/2010/08/lamo-classified-documents/>. Reportagem da *Salon*: *Re-visiting Project Vigilant*. Disponível em: http://www.salon.com/news/opinion/glenn_greenwald/2010/08/05/surveillance/index.html, acessados em 31 maio 2011.

21. Segundo reportagem de Mark Albertson, especialista em tecnologia da revista *The Examer*, Chet Uber é diretor do Projeto Vigilante e fundador da InfraGard (uma parceria entre o FBI e o setor privado) Fonte: *Big names help run Project Vigilant*. Disponível em: <http://www.examiner.com/technology-in-san-francisco/big-names-help-run-project-vigilant>, acessado em 31 maio 2011.

22. Reportagem da *Forbes*: *Stealthy Government Contractor Monitors U.S. Internet Providers, Worked With Wikileaks Informant*. Disponível em: <http://blogs.forbes.com/firewall/2010/08/01/stealthy-government-contractor-monitors-u-s-internet-providers-says-it-employed-wikileaks-informant/>, acessado em 31 maio 2011.

Glenn Greenwald escreveu dois bons artigos sobre o caso para a revista *Salon*²³. No primeiro, ele descreve com relativa surpresa a enorme abrangência do Projeto Vigilante. Porém, alertado por alguns leitores, ele escreve um segundo artigo onde interroga a capacidade atribuída a esta empresa, afirmando que os relatos veiculados na mídia a partir das entrevistas de Chet Urbe poderiam ter sido exagerados para funcionar, indiretamente, como uma campanha de promoção de sua própria empresa.

Figura 2: Imagem da página inicial do site da empresa Project Vigilant^o



Fonte: <https://www.projectvigilant.us/>.

Independentemente da efetiva magnitude do Projeto Vigilante, tal situação chamou a atenção para um conjunto de empresas e programas governamentais com atuação semelhante. O primeiro artigo de Greenwald faz referência a um interessante relatório, produzido pela American Civil Liberties Union (Aclu) em 2004, sobre a emergência do que eles denominam “Complexo Industrial de Vigilância” – Surveillance Industrial Complex. Uma das principais contribuições desse relatório é indicar as infinitas possibilidades de controle social que estão virtualmente inscritas nas tecnologias de comunicação digital quando submetidas à filtragem, retenção e análise das informações transacionadas nas redes digitais. Para esta organização (Aclu), o atual contexto tecnológico coloca novas ameaças às liberdades civis, uma vez que as condições jurídicas de intrusão do Estado, graças às alterações nas legislações após o 11 de Setembro de 2011, criaram condições facilitadas de intervenção estatal sobre áreas da vida civil antes consideradas intocáveis.

23. Glenn Greenwald, *Revista Salon*, (a) *Project Vigilant and the government/corporate destruction of privacy*. Disponível em: http://www.salon.com/news/opinion/glenn_greenwald/2010/08/02/privacy; (b) *Re-visiting Project Vigilant*. Disponível em: http://www.salon.com/news/opinion/glenn_greenwald/2010/08/05/surveillance/index.html, acessados em 31 maio 2011.

O relatório da Aclu descreve detalhadamente um conjunto de programas governamentais e iniciativas corporativas que têm contribuído para criar um cenário de vigilância permanente sobre toda comunicação eletrônico-digital²⁴. Outro ponto importante desse relatório é a descrição da expansão dos serviços privados que comercializam dados pessoais coletados a partir das pegadas digitais (*digital footprints*) produzidas por qualquer internauta. Em seguida, o relatório indica como essas empresas podem cooperar com os serviços de segurança norte-americano, dando forma a uma complexa relação corporativo-governamental.

A “tese” do relatório é de que tal articulação indica um processo de “terceirização” dos serviços de segurança estatal, que, além de objetivar a redução de custos operacionais, estaria estrategicamente buscando um ambiente jurídico mais flexível à retenção e tratamento de dados pessoais, uma vez que as empresas privadas que atuam nas diversas “camadas”²⁵ do ciberespaço poderiam registrar e tratar um grande volume de informações em condições menos restritivas que o governo dos EUA. Ademais, graças ao comércio eletrônico e à crescente concentração de alguns serviços e *sites* corporativos na internet, o volume de informações pessoais transacionados com as empresas é consideravelmente maior do que com o Estado. Após “terceirizar” essa tarefa, os governos podem solicitar, em determinadas condições, o acesso privilegiado a essas informações mantidas pelas empresas privadas. São exatamente essas “condições” que, em diferentes países, constituem atualmente um importante campo de batalha política e jurídica. Tal disputa dá-se, por exemplo, em torno das definições e regulamentações dos direitos de privacidade, direito à proteção de dados pessoais, nas tipificações sobre cibercrime, entre outros²⁶.

É difícil confirmar a hipótese de uma “terceirização” deliberada, pois isso implicaria em estabelecer relações diretas (causal e intencional) entre as ações e objetivos do Estado e das Corporações. Em algumas circunstâncias, seus objetivos podem coincidir, mas em outras não. Podemos, ainda assim, aceitar a hipótese da “terceirização” da segurança cibernética e observar as evidências a partir da análise

24. O relatório *The Surveillance-Industrial Complex: How the American government is conscripting businesses and individuals into the construction of a surveillance Society*, produzido pela Aclu (American Civil Liberties Union), 2004. Disponível em: http://www.aclu.org/FilesPDFs/surveillance_report.pdf.

25. Referimo-nos aqui às diversas mediações físicas, lógicas e jurídicas que dão forma ao ciberespaço. Temos, por exemplo, a camada física da infraestrutura de cabos e satélites por quais flui a informação. Atualmente, a propriedade da maior parte desta estrutura está nas mãos de algumas poucas empresas. O provimento de acesso à rede (Internet Service Provider – ISP) é outra “camada” importante com poder de filtragem e registro (*logs* de acesso) dos seus clientes.

26. Na Europa, um bom exemplo disso é a DIRECTIVE 2006/24/EC, que trata das condições de proteção e retenção de dados pessoais (DIRECTIVE..., 2006) e a Convenção de Budapeste sobre Cibercrimes (2001). No Brasil, o Ministério da Justiça realizou (concluída em abril 2011) uma consulta pública *on-line* sobre uma proposta de lei que regulará as condições de “Proteção de Dados Pessoais”. O projeto de lei está disponível para consulta. Disponível em: <http://www.culturadigital.br/dadospessoais>.

de um conjunto de casos empíricos (a verificação dessa hipótese seria, por si só, um interessante projeto de pesquisa). Em se tratando do registro das informações (*logs*) de acesso e navegação de um internauta, a depender do ramo de atuação da empresa, se tal obrigação fosse imposta pelo Estado, isso poderia significar custos financeiros elevados para a implementação das tecnologias de registro e armazenamento (se ela for, por exemplo, uma ISP – Internet Service Provider). Por outro lado, ter o direito e a proteção legal para registrar, tratar e comercializar informações pessoais de usuários da internet pode ser de especial interesse para empresas que lucram com a produção de perfis de consumidores. Portanto, a possibilidade de estabelecer relações entre um perfil *on-line* (internauta e seus avatares) e um perfil *off-line* (indivíduo de carne e osso) pode servir tanto a interesses de controle social (Estado) como para objetivos de ganhos monetários (empresas privadas).

Diante das múltiplas possibilidades de registro inauguradas pela análise dos dados trafegados nas redes cibernéticas, as iniciativas descritas são reveladoras dos atuais mecanismos de controle que surgem como o “outro lado da moeda” do livre uso das redes digitais de comunicação. Como bem analisado por alguns autores²⁷, a ausência de uma regulação jurídica adequada para proteger a “neutralidade da rede”²⁸ e prevenir abusos na utilização dos controles embutidos nessas tecnologias, deixará nas mãos das empresas que gerenciam o acesso e o tráfego na internet um poder que pode ameaçar os direitos dos cidadãos na era digital.

Neste sentido, fazendo uma analogia com os conceitos elaborados pelo filósofo Jacques Rancière, poderíamos dizer que as tecnologias digitais inauguram um novo campo político ao criar uma nova *partilha do sensível* (2005): elas redefinem os espaços da interação social; modificam o regime de visibilidade (quando definem o que pode ser tornado visível, por exemplo, através do rastro digital); transformam as possibilidades discursivas (diversificação e multiplicação dos “falantes”), dando lugar a novas lutas pelas formas de apropriação e distribuição dos recursos materiais e simbólicos que irão definir as relações de poder sobre as relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais. Nesse caso, as disputas pela *partilha do sensível* dão forma simultaneamente à ciberpolítica e a tecnopolítica.

HEATH BUNTING: ARTE-HACKER E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Quase que como um contraexemplo do que afirmamos até agora, o trabalho do artista Heath Bunting pode ser interpretado como um exercício de resistência criativa através da produção de situações de “descontrole” no uso das redes digitais. Sua produção artística ajuda a tornar visíveis os mecanismos

27. Lawrence Lessig interpretou este problema com a máxima “o código é a lei”. Ou seja, na ausência da lei, será o domínio sobre o código informático que irá prescrever o que pode ou não ser realizado (2006).

28. O conceito de “neutralidade da rede” é bem explicado por Carlos Afonso (2007).

sociais e tecnológicos de “classificação”: o conjunto das informações registradas pelo uso cotidiano dos dispositivos de comunicação em redes digitais é ampliado pela integração de banco de dados informatizados (registros de bibliotecas, dados de compras eletrônicas, cadastros de lojas etc.); em seguida, combina-se às categorias (sociais) e aos algoritmos (computacionais) na produção de “perfis” atuais e virtuais (presente e potencial) sobre indivíduos naturais (sujeitos biológicos) e indivíduos artificiais (avatars ou perfis estatísticos).

Neste caso, interessa-nos observar como se relaciona a seleção/produção dos indicadores (neste caso as categorias sociais) com a análise dos padrões virtuais (potenciais) emergentes de um comportamento considerado desviante. O artista em questão, ao identificar o funcionamento desses mecanismos, passa a produzir “identidades” que irão jogar com o sistema de controle. De maneira resumida, Heath Bunting faz uso de inúmeras fontes de dados informáticos pessoais para produzir representações (mapas visuais) em que apresenta graficamente os padrões de relacionamento entre as informações disponíveis sobre um sujeito, dando forma a um perfil.

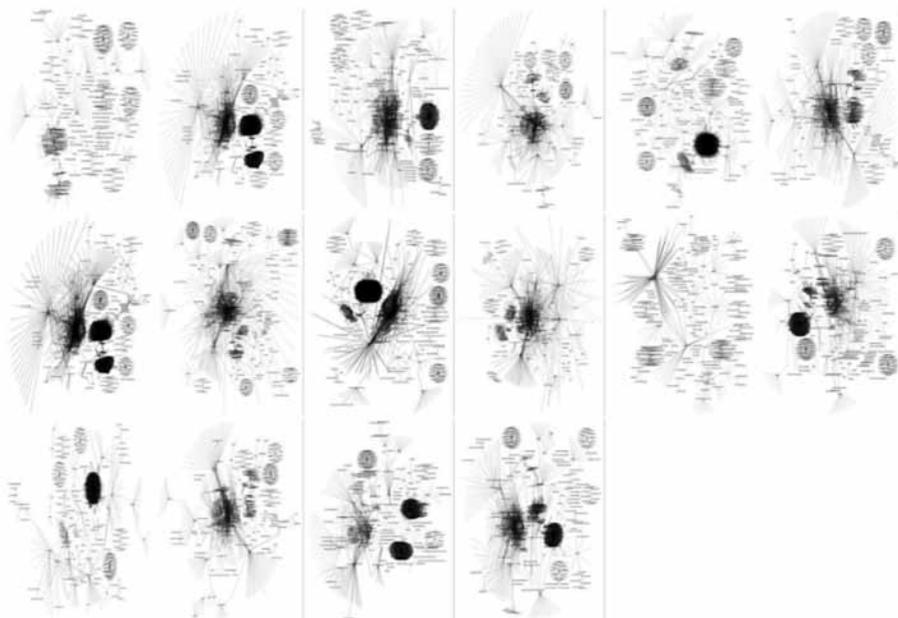
O trabalho ganha maior interesse na medida em que ele explora diferentes mecanismos de produção desses perfis a partir de fontes diversas. No momento em que ele “aprende” como um perfil específico é construído (que conjunto de relações perfazem uma identidade?) ela passa a criar novas “identidades” através da programação de *softwares* específicos. Por exemplo, que tipo de rastro digital ou modos de relação entre informações pessoais perfazem o perfil de um terrorista em potencial? (Figura 3)

Numa entrevista concedida a Marc Garrett, o artista afirma que está interessado em pesquisar o modo como a sociedade inglesa produz e administra, do ponto de vista dos dados informáticos gerados, as fronteiras entre um ser humano, uma pessoa física (indivíduo civil), e uma pessoa jurídica (empresa ou instituição), portanto, entre seres naturais e artificiais. Para isso, Heath Bunting retoma, de certa maneira, o conceito de *data body* (corpo de dados) desenvolvido há mais de dez anos pelo coletivo Critical Art Ensemble:

The total collection of records on an individual is his or her *data body* – a state-and-corporate-controlled doppelganger. What is most unfortunate about this development is that the *data body* not only claims to have ontological privilege, but actually has it. What your *data body* says about you is more real than what you say about yourself. The *data body* is the body by which you are judged in society, and the body which dictates your status in the world. What we are witnessing at this point in time is the triumph of representation over being. The electronic file has conquered self-aware consciousness. (CAE, 1995, *apud* Bunting, 2010).

Figura 3: Imagens com “retratos” potenciais de indivíduos. Cada retrato apresenta o mapeamento das relações estabelecidas entre atributos coletados sobre um indivíduo.

The Status Project - Potentials.



Fonte: <http://status.irational.org/>.

Talvez, diversamente do que afirmam os artistas do CAE, ao invés do “triunfo da representação sobre o ser”, estejamos atualmente diante do triunfo da simulação informacional, uma vez que este corpo de dados não mais precisa fazer referência a uma entidade física anterior. O importante para Bunting é tomar consciência e lutar pela apropriação desse processo de produção e gerenciamento do sistema de classificação. As “identidades” criadas pelo artista expressam as diferentes possibilidades de “ser” como formas de apresentação no interior da sociedade.

Bunting chega a produzir, fazendo uso dos próprios mecanismos de indexação disponíveis na sociedade (cartões de fidelização, registros de compras etc.), identidades artificiais que, pelo acúmulo de informações e relações com outras entidades informacionais, adquirem “vida” e passam a “existir” como pessoas físicas. Esses “perfis”, agora naturais, são em seguida vendidos em seu *website* com o “kit identitário” (o conjunto de documentos, bilhetes, cartões eletrônicos etc.) que dá existência “real” a esse indivíduo na sociedade.

Trata-se, nesse caso, de um bom exemplo artístico do espírito *hacker* descrito por Mckenzie Wark: a capacidade de fazer novas coisas “entrarem” no mundo!

Figura 4: Conjunto de documentos que compõe uma “identidade”



Fonte: <http://www.furtherfield.org/interviews/status-project-data-mining-our-identities>.

ATIVISMO HACKER: QUANDO NOVOS SUJEITOS ENTRAM EM CENA

A partir de 2007, o MinC (Ministério da Cultura brasileiro) iniciou um amplo debate sobre a reforma da Lei de Direitos Autorais (9.610/1998). Convinco da necessidade de se buscar uma nova regulamentação para enfrentar as transformações inauguradas pelas tecnologias digitais, o MinC organizou um conjunto de atividades para debater a reforma, culminando com a criação em 2010 de uma plataforma *on-line* colaborativa, em que uma primeira versão do Projeto de Lei foi submetido à consulta pública.

Esse sistema, desenvolvido em *software* livre por opção do próprio MinC, permitia que qualquer usuário fizesse comentários diretamente a cada um dos itens do PL. Nessa configuração, o mesmo usuário (ou a mesma máquina utilizada pela mesma pessoa ou por pessoas diferentes) poderia contribuir mais de uma vez. Para fazer as sugestões diretamente na plataforma, era solicitado ao indivíduo ou instituição (pessoas jurídicas também podiam fazer contribuições) apenas que se identificasse voluntariamente. Como não havia um mecanismo de certificação para garantir a veracidade das identidades, o sistema permitiu alguns

“abusos”. Aparentemente, tal possibilidade não preocupou os organizadores da consulta. O sistema, no entanto, registrou os números IP (*internet protocol*) de cada computador que fez contribuições no *site*. Ao final do processo (agosto de 2010), todas as contribuições realizadas na plataforma e as informações de identificação dos participantes ficaram disponíveis para o *download*.

Logo após o fechamento da consulta pública *on-line*, uma comunidade de ciberativistas²⁹ analisou os dados disponibilizados pelo sistema e chegou a conclusões interessantes que foram publicadas num relatório³⁰. Porém, somente alguns meses mais tarde seus “achados” ganhariam um novo fôlego político.

Naquele ano, com o início do governo Dilma Rousseff, o Ministério da Cultura passou a uma nova administração (da ministra Ana de Hollanda). Iniciou-se então outra batalha política, dado que uma nova composição de forças sociais disputava os rumos da reforma da Lei de Direitos Autorais. Num dado momento, quando pressionada a retomar os resultados daquele processo de consulta *on-line* realizado no ano anterior, a ministra afirmou que aquela consulta indicava, com base nos dados, que 70% das contribuições realizadas diziam “não concordar” com a mudança da Lei (Ortellado & Souza, 2011).

Respondendo a essa manifestação da ministra, os pesquisadores Pablo Ortellado e Allan Rocha de Souza retomam o relatório produzido pela Transparência Hacker para qualificar os tais 70%. A ação dessa comunidade de ciberativistas permitiu dar maior visibilidade a alguns dados que passam frequentemente despercebidos para a maioria dos usuários da internet. Ao trabalhar com os números IP registrados pelo *software* da consulta *on-line*, foi possível dar outra complexidade aos dados quantitativos e interrogar o argumento de representatividade numérica daqueles 70%. Para sintetizar, a análise dos pesquisadores, revelou que:

Basta selecionar os cinco maiores participantes individuais e chegamos a incríveis 652 contribuições, 644 discordando da proposta e apenas oito concordando, sendo responsáveis por 8,29 % das 7.863 contribuições feitas diretamente na plataforma. E, ainda mais interessante, certas frases eram repetidas ao infinito por estas pessoas. [...] Uma análise inicial quantitativa indica 339 (4,31%) aportes diretamente dos computadores do Ecad, realizados por 70 pessoas diferentes. A Abramus, associação líder no Ecad, por sua vez, contribuiu 231 vezes (2,94%). A Abramus discordou sempre, enquanto o Ecad em 98,52% das vezes. Somando apenas estes dois grupos, que não se sobrepõem, chega-

29. Comunidade Transparência Hacker. Disponível em: <http://thacker.com.br/>.

30. Observatório da Consulta Pública da Revisão da Lei de Direito Autoral. Disponível em: <http://consultalda.thacker.com.br/>, acessado em 15 jun. 2011.

mos a 15,54% das contribuições. Tudo indica que o Ecad mobilizou dezenas de pessoas – talvez funcionários – para atacar diretamente a reforma (Ortella-do & Souza, 2011).

Este episódio é exemplar sobre a maneira como a ciberpolítica, enquanto prática de atuação política através das tecnologias de comunicação digital articula-se à tecnopolítica, enquanto configuração social e política dos dispositivos técnicos. Nesse caso, o conhecimento das características da comunicação cibernética permitiu que um novo grupo social modificasse o campo sob disputa ao introduzir na cena política uma nova “contabilidade”. Finalmente, como os próprios ativistas escrevem, a utilização de tecnologias livres pelo MinC foi também uma importante decisão, que reflete a não neutralidade dos dispositivos tecnológicos:

Foi justamente essa escolha política, traduzida na interface, que deu espaço para uma ação articulada de um grupo de interesse contrário à reforma. Esse grupo se impõe não com o intuito de debater, mas sim gerar volume, produzindo uma falsa sensação de representatividade. [...] Cabe também esclarecer que, na nossa avaliação, a realização da consulta em uma ferramenta baseada em *software* livre fortalece a transparência do processo, porque permite a todos nós, “cidadãos curiosos”, vivenciar a democracia em múltiplas e complexas camadas, gerando apropriações dos códigos binários e legislativos (Thacker, 2010).

CONCLUSÃO

Nos exemplos descritos, destacamos algumas especificidades sociotécnicas que caracterizam as tecnologias digitais de comunicação, procurando indicar como elas participam das novas práticas política, de controle e de resistência. Neste percurso, problematizamos como essas características, em especial, a rastreabilidade, são reguladoras da fronteira entre o visível e o invisível, portanto, como elas estabelecem, criam ou ocultam a “existência” de novos sujeitos políticos. Em suma, a própria configuração tecnológica constitui um campo de batalha que define o desenho (quem são os sujeitos, quais são suas relações, quais as possibilidades de relação entre eles etc.) da esfera política.

Nesse sentido, tanto a tecnopolítica como a ciberpolítica indicam a importância das condições sociais, econômicas e culturais de comunicação para a distribuição do poder numa sociedade em que as relações sociais cibermediadas avançam cotidianamente sobre novos territórios da vida. Sinteticamente, dentre

os diversos fatores que participam dessa dinâmica, o artigo destacou os seguintes, que indicam possíveis caminhos para recortes específicos de pesquisa:

1. Posições desiguais dos atores no interior de uma rede cibernética. Quais as condições de acesso, gestão e monitoramento das informações transacionadas na rede? Os sujeitos e grupos sociais gozam de posições muito diversas no que diz respeito ao controle sobre aspectos técnicos da internet. Aqui, o regime de propriedade e o desenho institucional da gestão e operação da rede têm um peso importante nas condições políticas de comunicação. Por exemplo, as empresas provedoras de acesso à internet (ISP) ou as empresas de telecomunicações proprietárias da infraestrutura física das redes estão em situação privilegiada com relação aos usuários. Como evitar que elas tomem ações arbitrárias, que ameacem os direitos dos cidadãos?

2. Condições de privacidade, anonimato e retenção de dados pessoais ganham novos contornos com a convergência digital. Qual o impacto das escolhas tecnológicas em termos das possibilidades de vigilância e controle? Quem tem acesso? Quem armazena, quem pode tratar e comercializar essas informações? Para quais fins e sob que condições?

3. Tensões entre a transparência e a opacidade na atuação política através das tecnologias digitais. Como equilibrar as condições de visibilidade política com as novas possibilidades de controle? Privacidade para os cidadãos e transparência para os governos e empresas poderosas? Como equilibrar o desejo de onisciência (vontade infinita de saber) com os riscos do registro total de uma tecnologia que nunca esquece? Tecnocracia *versus* Tecnocidadãos?

4. Participação voluntária e disponibilização gratuita dos dados pessoais. Cada vez mais os internautas convivem em ambientes e plataformas corporativas que funcionam como ilhas fortificadas no interior da internet (Berners-Lee, 2010). Os usuários percebem benefícios imediatos na participação em redes sociais corporativas (Facebook, Orkut, Twitter etc.), ao mesmo tempo, formas de controle são “contrabandeadas” por essa adesão voluntária. Se por um lado observamos novas formas de ação social e política através da internet, não estaríamos também diante de novas formas de “servidão voluntária”? Como equacionar e reconhecer novas formas de dominação e exploração econômica a partir de um poder que se exerce docemente através da nossa adesão voluntária a estes dispositivos? Na realidade, como redefinir esses termos?

Na medida em que adentramos um universo cada vez mais mediado pelas tecnologias de informação e comunicação, o conhecimento sobre suas configurações sociotécnicas faz-se fundamental para que possamos compreender seus impactos sociais, econômicos e políticos. Nos termos de Galloway, o

“protocolo” como padrão tecnológico que materializa práticas de dominação é, para as sociedades contemporâneas, o equivalente do dispositivo panóptico para as sociedades disciplinares (2006, p. 13). Andrew Feenberg, na perspectiva mais ampla de suas análises sociológicas sobre o desenvolvimento tecnológico (e não apenas digital), coloca o problema nos seguintes termos:

[...] as formas modernas de opressão não estão tão baseadas em falsas ideologias quanto em técnicas efetivas “codificadas” pela hegemonia dominante para reproduzir o sistema. Enquanto a escolha permanece escondida, a imagem determinística de uma ordem social justificada tecnicamente se projeta. A efetividade legitimadora da tecnologia depende da inconsciência do horizonte político-cultural em que ela foi concebida (2001, p. 32).

Para concluir, cabe perguntar quais são os horizontes políticos e culturais sob disputa dentro dos quais as tecnologias de comunicação estão sendo desenvolvidas e implementadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Carlos A. Todos os datagramas são iguais perante a Rede! 2007. Disponível em: <http://www.cgi.br/publicacoes/artigos/artigo43.htm> , acessado em 19 jun. 2008.
- BERNERS-LEE, Tim. Long live the web: a call for continued open standards and neutrality. *Scientific American*, nov. 2010. Disponível em: <http://www.scientificamerican.com/article.cfm?id=long-live-the-web>, acessado em 15 jun. 2011.
- BUNTING, Heath. The status project: data mining our identities. Entrevista com Marc Garrett, *Furtherfield*, 2010. Disponível em: <http://www.furtherfield.org/interviews/status-project-data-mining-our-identities>, acessado em 31 maio 2011.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CONVENÇÃO de Budapeste sobre Cibercrime, 2001. Disponível em: <http://conventions.coe.int/Treaty/EN/Treaties/Html/185.htm>, acessado em 31 maio 2011.
- CRITICAL ART ENSEMBLE (CAE). The mythology of terrorism on the net. Summer 95. Disponível em: <http://www.t0.or.at/cae/mnterror.htm>, acessado em 31 maio 2011.

DIRECTIVE 2006/24/EC of the European Parliament and of the Council. *Official Journal of the European Union*, abr. 2006. Disponível em: <http://www.ispai.ie/DR%20as%20published%20OJ%2013-04-06.pdf>, acessado em 11 jul. 2007.

FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. *Cibercultura On-line*. V. 4, 2001. Disponível em: <http://members.fortunecity.com/cibercultura/vol4/racsub.html>, acessado em 31 maio 2011.

GALLOWAY, Alexander. *Protocol: how control exists after decentralization*. Cambridge: MIT Press, 2004.

HIMANEN, Pekka. *The hacker ethic and the spirit of the information age*. Nova York: Random House, 2001.

LESSIG, Lawrence. *Code v.2.0*. Nova York: Basic Books, 2006 (versão atualizado de *Code and other laws of cyberspace*, 1999). Disponível em: <http://codev2.cc/download+remix/Lessig-Codev2.pdf>, acessado em 31 maio 2011.

ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Allan Rocha. Neste carnaval, MinC veste a fantasia errada!, 2011. Disponível em: <http://www.gpopai.org/ortellado/2011/03/neste-carnaval-minc-veste-a-fantasia-errada/>, acessado em 31 maio 2011.

AUTOR. *O Leviatã e a rede: mutações e persistências político-estéticas*. Tese (doutorado), Unicamp, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34; EXO, 2005.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 103-113, out. 2009.

_____. Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato. *Comunicação & Sociedade*, ano 30, n. 51, p. 113-134, jan.-jun. 2009-A.

THACKER (Transparência Hacker). Uma leitura dos dados gerados pela Consulta Pública da nova Lei de Direitos Autorais, 2010. Disponível em: <http://consultalda.thacker.com.br/2010/08/31/uma-leitura-dos-dados-gerados-pela-consulta-publica-da-nova-lei-de-direitos-autorais/>, acessado em 15 jun. 2011.

TRIVINHO, Eugênio. *O mal estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

WARK, McKenzie. A Hacker Manifesto. Subsol, 2004. Disponível em: http://subsol.c3.hu/subsol_2/contributors0/warktext.html, acessado em 11 mar. 2009.

CIBERATIVISMO NA AMAZÔNIA: OS DESAFIOS DA MILITÂNCIA DIGITAL NA FLORESTA (2012)

Lucas Milhomens Fonseca
(milhomenslucas@yahoo.com.br, mestre/docente e pesquisador)

INTRODUÇÃO

Morar na Amazônia há quase três anos nos dá algumas oportunidades e uma perspectiva singular. “oportunidades” porque atuando no meio acadêmico podemos analisar questões que em outros espaços (geográficos e políticos) seriam consideravelmente difíceis. E uma “perspectiva singular” porque a partir desse ponto de vista – em qual nos encontramos e nos propomos a estudar – podemos observar fenômenos específicos da região, muitos deles desafiadores do ponto de vista conceitual, prático e exequível. Conceitual porque a escassez de conteúdo produzido sobre as mídias digitais na Amazônia e sua utilização aponta um longo caminho analítico a percorrer; prático porque tal fenômeno, a partir de nossos apontamentos, acaba materializando-se em ações e exemplos concretos que carecem de ampla aferição; e exequível porque pesquisar na Amazônia é tarefa homérica, tendo em vista sua singularidade sociocultural, dimensões continentais e contradições políticas, técnicas e econômicas.

Dito isso, a presente pesquisa visa abordar um fenômeno contemporâneo intrinsecamente ligado ao que Castells (1999) chama de “Sociedade da Informação”, configurado no bojo da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a prática social, econômica, cultural e política das sociedades do início do século XXI. Nosso objetivo geral com esse artigo é apontar tal fenômeno caracterizado como ciberativismo, o ativismo/militância feito através da internet e de seus recursos comunicacionais e de articulação disponíveis. Na sequência, nossa meta específica é apresentar a prática ciberativista na Amazônia, enumerando alguns de seus atores e exemplos, que

consideramos, nesse momento, mais expressivos. Metodologicamente fizemos uma revisão bibliográfica do arcabouço teórico produzido sobre o ativismo digital e posteriormente uma breve apresentação conceitual sobre o que é a Amazônia e sua diversidade. Foram realizadas entrevistas para a obtenção de informações sobre a prática do ciberativismo, as quais foram analisadas a partir das referências já mencionadas. Cabe-nos dizer ainda que este artigo não é uma reflexão acabada, pronta e engessada. Mas o primeiro passo dado por nós para uma compreensão da temática abordada. Reconhecemos, desse modo, suas limitações iniciais e trabalharemos no intuito de superá-las.

AMAZÔNIA, UM CONTINENTE DE RECURSOS NATURAIS E HUMANOS

A Amazônia brasileira é uma região que cobre cerca de 50% do território nacional, com aproximadamente 5.217.423 km², recobre nove estados brasileiros, em sua maioria localizados na região Norte do Brasil, tendo em menor proporção trechos no Nordeste e Centro-Oeste. Também é conhecida como Amazônia Legal³¹ dentro do país. É apontada por inúmeros especialistas de várias áreas do conhecimento científico como a floresta tropical úmida onde se encontra a maior fonte de biodiversidade (fauna, flora, águas e minerais do planeta Terra. Um gigantesco e complexo ecossistema³², por consequência, uma das regiões mais importantes do mundo no que se refere a seus recursos naturais e singularidades étnico-culturais. É nesse espaço geográfico que se encontra a maior quantidade de vegetação, água doce, minérios e seres vivos por metro quadrado, sabe-se que uma em cada dez espécies conhecidas no planeta pertence à Amazônia³³.

É também nessa região que está localizado o rio Amazonas. Um “rio-mar” que nasce na Cordilheira dos Andes e deságua no Oceano Atlântico entre os estados do Amapá e Pará – neste último atravessando o arquipélago do Marajó para desaguar no mar –, formado por uma bacia hidrográfica de aproximadamente 7 milhões de metros quadrados e com mais de 6.600 km de extensão, são centenas de rios menores, riachos, lagoas, igarapés³⁴ etc. A

31. O termo Amazônia Legal foi definido a partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1966.

32. Conjunto das relações de interdependência, reguladas por condições físicas, químicas e biológicas, que os seres vivos estabelecem entre si e também com o meio ambiente em que habitam. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/>, acessado em 8 ago. 2012.

33. Disponível em: <http://www.biblioteca.ific-camboriu.edu.br/criacac/tiki-index.php?page=BIOMA+AMAZ%D4NIA+-+TH11>, acessado em 8 de ago. 2012.

34. “Igara” significa “canoa”; “pé” significa “caminho”. Portanto, igarapé significa “caminho da canoa”, ou seja, um pequeno rio, um riacho por onde passa somente canoas. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/igarap%C3%A9/>, acessado em 8 ago. 2012.

do Cachorro³⁵, navegando pela imensidão do caudaloso e barrento rio Madeira ao sul do Amazonas, passando, mais ao Centro-Oeste, pelas inigualáveis paisagens dos rios Tocantins e Araguaia até chegar às belas praias de águas verdes do rio Tapajós que, em contato com o gigantismo cor de terra do rio Amazonas, ajuda-o a precipitar, ao final de seu curso e em sua foz, a erupção doce oceânica chamada de pororoca³⁶.

POVOS DA FLORESTA

Como mencionamos anteriormente, não é possível dizer que a Amazônia é um espaço sociocultural homogêneo. Sua diversidade ambiental acaba, de certo modo, encobrendo a grande pluralidade de seus moradores. Diversidade essa expressa nas centenas de etnias indígenas (e milenares) distribuídas ao longo de seu território, na presença de brasileiros de outras regiões que imigraram para o imenso tapete verde em busca de melhores condições de vida e subsistência, com especial deferência aos nordestinos, principalmente os nascidos no estado do Ceará³⁷, na formação sociocultural do personagem conhecido na região como “caboclo” – a mistura primeira do branco com o índio e que hoje é encontrada nas faces anônimas das populações das grandes e pequenas cidades –, e, ao longo do século XX, uma considerável presença de outras nacionalidades como a japonesa, a árabe e a judaica. É importante ressaltar que esse processo de colonização foi produzido, como explica Freitas (2009), por inúmeros projetos estatais e privados aplicados ao longo do último século na Amazônia. Estes, para o bem e para o mal, moldaram a formação humana e econômica da região.

As populações contemporâneas da Amazônia são compostas de grupos sociais urbanos e rurais heterogêneos do ponto de vista da situação econômica; de sociedades e comunidades indígenas de distintos e diversos modos de adaptação e articulação histórico-cultural; de grupos isolados remanescentes de fricção interétnicas e de arranjos próprios de sobrevivência com a sociedade nacional; e, ainda, de grupos e contingentes populacionais deslocados para a região por mecanismos governamentais ou promovidas por fluxos de exploração econômica ou reajustes institucionais na Amazônia (Freitas, 2009, p. 23-24)

35. Região ao norte do Estado do Amazonas que tem forma geográfica semelhante à cabeça de um cachorro, por isso seu nome.

36. Pororoca é o fenômeno provocado na foz do rio Amazonas quando se encontra com o Oceano Atlântico.

37. A presença dos cearenses na formação sociocultural da Amazônia é destacada por sua numerosa e importante contribuição nos processos migratórios gerados a partir dos dois grandes ciclos de produção da borracha na região.

Um exemplo de projeto governamental mal sucedido foi o Plano de Integração Nacional (PIN)³⁸ gestado pelo governo militar nos anos 1970 para levar “homens sem terra para uma terra sem homens”³⁹ na Amazônia brasileira. O referido plano, além de incentivar um nacionalismo de cunho ufanista, popularizou a rodovia Transamazônica, pensada como forma de integrar a região longínqua das florestas com o restante do Brasil e que ao longo de sua construção mostrou-se inviável, não somente pelas dificuldades infraestruturais para sua conclusão, mas, sobretudo, porque a mesma, além de ser construída no meio da floresta (portanto, derrubando milhares de quilômetros de vegetação primária), tinha previsão de passagem por quase trinta comunidades indígenas, muitas delas com pouquíssimo (ou nenhum) contato com o homem branco. Um desenvolvimentismo militar que deixou como herança para os dias atuais várias cidades da região com grandes comunidades de imigrantes do sul do país, principalmente do Paraná e Rio Grande de Sul, populações estas incentivadas, à época, a deixarem seu estado para “povoar a Amazônia” e, findo o plano governamental, assentarem raízes na nova terra.

Como podemos verificar são vários os “povos da floresta”, de origens e culturas diversas. No decorrer de nossa pesquisa, fizemos a seguinte indagação teórica para posteriores reflexões: é possível que moradores de grandes metrópoles localizadas na Amazônia possam ser considerados “povos da floresta”? A pergunta dá-se pelo fato de que somente as duas capitais mais populosas da região (Manaus e Belém) possuem, juntas, quase 4 milhões de habitantes⁴⁰. Pensando geográfica e logicamente, após a floresta de concreto, há, sem dúvida, a vegetação amazônica, e no caso das duas cidades citadas, as características da região perpassam e delimitam toda a lógica estrutural da cidade. É a gastronomia riquíssima e suas especiarias alquímicas presentes nas inúmeras feiras de produtores e em redes de supermercados conhecidos nacional e internacionalmente, a estrutura física da hidrografia representada pelos pequenos rios, cachoeiras e igarapés que definem onde foi ou será construído o conjunto de prédios, ruas e/ou as avenidas, o bosque e a vegetação que fazem parte da paisagem habitual do transeunte, os rios gigantes que margeiam e escoam a economia e a cultura da cidade e, claro, a fauna que volta e meia entra em contato com o cidadão e a urbanidade da metrópole, muitas vezes de maneira abrupta⁴¹. Mas somente estes aspectos não são suficientes

38. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/06/EPG00000473_ok.pdf, acessado em ago. 2012.

39. *Slogan* do Plano de Integração Nacional que visava incentivar o povoamento da Amazônia.

40. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>, acessado em 10 ago. 2012.

41. Referimo-nos, nesse caso, às centenas de milhares de animais silvestres que acabam entrando em contato com a cidade.

para classificar um povo como o “da floresta”. Avaliamos que para que esse conceito seja melhor explicado é necessária uma relação dos moradores das grandes cidades da Amazônia (de pelo menos parte deste contingente) com os aspectos culturais, sociais e políticos da região. Para tanto uma das primeiras personalidades a usar a expressão “povos da floresta” foi o líder ativista Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988 por lutar pelo direito dos seringueiros extrativistas contra os interesses de fazendeiros/latifundiários na cidade de Xapuri, estado do Acre.

Quando liderou o Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, a luta dos seringueiros começou a ganhar repercussão nacional e internacional. Sua proposta de “União dos Povos da Floresta”, apresentada na ocasião, pretendia unir os interesses de índios e seringueiros em defesa da floresta amazônica. Seu projeto incluía a criação de reservas extrativistas para preservar as áreas indígenas e a floresta, e a garantia de reforma agrária para beneficiar os seringueiros. Transformado em símbolo da luta para defender a Amazônia e os povos da floresta, Chico Mendes recebeu a visita de membros da Unep (órgão do meio ambiente ligado à Organização das Nações Unidas), em Xapuri, em 1987. Lá, os inspetores viram a devastação da floresta e a expulsão dos seringueiros, tudo feito com dinheiro de projetos financiados por bancos internacionais. Logo em seguida, o ambientalista e líder sindical foi convidado a fazer essas denúncias no Congresso norte-americano. O resultado dessa viagem a Washington foi imediato: em um mês, os financiamentos aos projetos de destruição da floresta foram suspensos. Chico foi acusado na imprensa por fazendeiros e políticos de prejudicar o “progresso do estado do Acre” [...]⁴².

Hoje Chico Mendes inspira vários ativistas da floresta (e fora dela), sua luta é símbolo de resistência e compromisso social com as populações tradicionais e indígenas. Luta essa que se materializa nas centenas de movimentos sociais que atuam na Amazônia no sentido de transformá-la em um espaço mais democrático, dando voz e visibilidade a essas populações, outrora e hoje ainda marginalizadas, que permanecem resistindo e lutando por seus direitos. Foi a voz dele uma das primeiras a ecoar falando da necessidade de se trabalhar no seio da floresta, ao mesmo tempo usufruindo de suas benesses e preservando seus recursos naturais, protagonizando uma postura de resistência ao que Paula e Silva (2008) chamam de luta contra o avanço capitalista na Amazônia.

O conjunto de políticas implementadas pela ditadura militar no sentido de “integrar” a Amazônia ao “desenvolvimento” do país, mormente aquelas voltadas

42. Fonte: Portal UOL. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/chico-mendes.jhtm>.

para implementação de grandes projetos na área de mineração e siderurgia, pecuária extensiva de corte, exploração florestal madeireira e toda implantação de infraestrutura a eles associados, como energia, transporte e comunicação, produziu, em pouco mais de uma década, impactos brutais sobre a vida das populações locais e o meio ambiente em geral. Na esteira dessa marcha destrutiva rumo à Amazônia, vão-se reconfigurando as inúmeras formas de resistência que marcam a trajetória das populações dessa região desde a chegada do colonizador europeu em fins do século XVI. Diante de uma monumental escala de intervenção territorial que atinge simultaneamente populações indígenas e camponesas diversas, estas passam a buscar formas de enfrentamento correspondentes às necessidades de sobrevivência. A percepção endógena dessa situação acaba se confluindo, ainda que provisoriamente, com os influxos externos de diferentes sujeitos e atores sociais que passam a se fazer presentes para “organizar” as diferentes lutas de resistência (Paula; Silva, 2008, p. 4).

Estes mesmos autores afirmam que a presença de vários movimentos sociais na região e a do próprio Chico Mendes foi gestada por uma série de iniciativas governamentais que ao invés de melhorar a qualidade de vida dos moradores da região, sufocava e oprimia, fazendo com que os mesmos procurassem formas de resistir e lutar por seus direitos.

DA CABANAGEM AO DIGITAL: OS DESAFIOS ESTRUTURAIS DO CIBERATIVISMO NA AMAZÔNIA

A Amazônia, como já refletimos anteriormente, é terra de imensas riquezas naturais e diversidade humana e cultural. A região, deixada de lado pelas autoridades nacionais durante séculos foi palco de inúmeros episódios que marcaram a história brasileira. Um desses “episódios” históricos ficou conhecido como Cabanagem, termo singular e ainda condizente com a realidade muitas vezes antagonista vivida pelos povos da floresta. A expressão que faz alusão às cabanas, palhoças ou moradias precárias das populações pobres da antiga província do Grão-Pará⁴³, diz respeito a uma das revoltas populares mais importantes do Brasil, liderada por mestiços, negros e indígenas nos idos de 1835, os quais governaram por pelos menos 10 meses (em oposição à opressão do Império brasileiro) a referida província, colocando como protagonistas revolucionários os párias da Amazônia exótica e esquecida pelas autoridades da época. Para Ricci (2006), a Cabanagem foi uma revolta política

43. A província do Grão-Pará foi a maior unidade das antigas regiões do Brasil Império. Compreendia, à época, quase à totalidade da Amazônia brasileira, passando pelos estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Acre.

e social que reverberou em todo o país, fazendo com que as autoridades imperiais tomassem as medidas necessárias (e violentas) para conter a revolta que desafiava o *status quo* e toda a relação de poder exercida pelo Império brasileiro para com os seus subordinados, deixando sua herança para a antologia dos povos oprimidos que de alguma maneira ousam resistir e lutar.

Os cabanos e suas lideranças vislumbravam outras perspectivas políticas e sociais [...]. Este sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum. Essa identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades [...]. Caio Prado Júnior, de maneira precursora, atribuía aos cabanos da Amazônia do século XIX a prerrogativa de terem sido os únicos revolucionários populares e partidários de ideais libertários que conseguiram tomar o poder [...]. Os cabanos tornaram-se exemplos de rebeldes primitivos. (Ricci, 2006, p. 8-9).

Fazendo alusão direta ao movimento cabano revolucionário e transplantando-o para os dias de hoje, o objeto central deste artigo (ainda em sua fase inicial) é compreender como alguns movimentos sociais, pessoas e organizações na Amazônia praticam a militância digital ou o ciberativismo, apresentando suas peculiaridades e desafios. Para tanto, o conceito de ciberativismo deve ser revisitado e exposto, caracterizando-se, como aponta Milhomens (2009), pela utilização de tecnologias digitais ou de informação e comunicação (TICs) para a mobilização e enfrentamento político, social e/ou cultural.

O ciberativismo surgiu após a popularização da internet através da Web, no início dos anos 1990 [...]. A rapidez, articulação e velocidade que as informações levam para chegar a todo o planeta despertou a atenção e interesse de inúmeros setores da sociedade, incluindo aí os militantes dos vários campos de atuação. Estes mesmos setores começaram a fazer uso dessa nova tecnologia comunicacional e, enfim, criaram o termo ciberativismo. Ou seja, a militância exercida através das tecnologias digitais e da internet, presentes no mundo ciberespacial (Milhomens, 2009, p. 65).

Quando falamos em militância digital na Amazônia, o contexto político e infraestrutural não pode ser igualado ao de outras localidades brasileiras. Referimo-nos, antes de qualquer exemplo de atuação militante, às tardias e ineficientes políticas de inclusão digital para a região, oferecidas (ou não) pelo Estado e pelas empresas privadas de telecomunicações. É um raciocínio sim-

ples e sintomático que diz respeito não só aos ativistas amazônicos, mas a todos os que precisam utilizar os serviços da rede mundial de computadores (ou seja, a maioria da população): a “banda larga”⁴⁴ ainda não chegou de fato para a maioria da população na Amazônia.

Sabemos que para a utilização das TICs e de uma navegação que possa ser considerada eficiente (fazer *downloads*, *uploads*, assistir a vídeos *on-line*, compartilhar arquivos etc.) é necessário que a mesma seja em alta velocidade. E para que se tenha essa velocidade de conexão “rápida” é necessária uma infraestrutura telecomunicacional considerável. Historicamente, o norte do país é a região que menos possui cobertura de telecomunicações, isto é, serviços de telefonia fixa, celular, fibra óptica e acesso à internet. A deficiência deve-se ao fato da ideia de alto custo tecnológico de investimentos para a consolidação do setor na região. Argumento este apresentado, sobretudo, pelas empresas privadas de telecomunicações que atuam na Amazônia com a autorização do governo federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Estudos recentes mostram que o público interessado no acesso à internet na Amazônia é cada vez maior, seja ele através de conexão gratuita (via projetos públicos de inclusão digital) ou de pacotes pagos de serviços via empresas privadas. Segundo Santanna (2010), em artigo publicado no relatório do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIBR)⁴⁵, com a ascensão e o aumento do poder aquisitivo da população considerada “classe C”, a demanda por conexão aumentou, mas a oferta da ampliação e popularização da banda larga, não, fazendo com que a penetração da internet seja a pior do Brasil, com apenas 8% de abrangência em relação a seus moradores.

O mercado ignorou a entrada de cerca de 30 milhões de pessoas na classe c, o que ampliou ainda mais a demanda por conexão e expôs a dificuldade das atuais operadoras em inovar seu modelo de negócios [...]. Nos estados da região Norte, a situação é ainda pior: a penetração cai para 8%. O percentual de conectividade de estados como Amapá, Pará e Roraima corresponde a 4,18%, 5,99% e 5,28% respectivamente (Santanna, 2010, p. 57-58).

Tendo em vista a parca presença de políticas públicas do setor (não só no Norte, mas em todo o país), o governo federal lançou em 2010 o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)⁴⁶, visando levar internet de alta velocidade a

44. A terminologia pode ter várias interpretações, adotamos a que diz que é a conexão à internet que possui velocidade superior à de 56 kbps (kilo/mil bits por segundo). Disponível em: <http://www.babooforum.com.br/forum/index.php?topic/85201-voce-sabe-o-que-e-internet-de-banda-larga/>, acessado em 14 ago. 2012.

45. Disponível em: <http://www.cgi.br/publicacoes/index.htm>, acessado em ago. 2012.

46. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado/forum-brasil-conectado/documentos/3ofbc/documento-base-do-programa-nacional-de-banda-larga>, acessado em 28 mar. 2012.

40 milhões de domicílios em todo o Brasil até 2014. Tal medida, colocada em prática e efetivada, seria a solução para os problemas infraestruturais relacionados às telecomunicações na Amazônia.

Ao analisar o PNBL e examinar seu cronograma de ações, verificamos que ele dificilmente conseguirá cumprir sua meta de universalizar a internet no Brasil até 2014. Avaliamos que ela é inverossímil se comparada com a realidade e execução do PNBL atualmente. Por conta da insegurança e possibilidade do não cumprimento do referido plano, tendo em vista a necessidade cada vez maior da utilização dos recursos advindos de um sistema de telecomunicações eficiente na região, vários setores (da sociedade civil e institucionais) se manifestaram incomodados com a situação da internet na região Norte e Amazônia.

A desigualdade do acesso à internet entre as regiões brasileiras, especialmente quando se compara a região Norte com as demais, levou a senadora Ângela Portela (PT-RR) a solicitar a realização de uma audiência pública na manhã desta quarta-feira (21/03/12) na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Segundo a parlamentar, a região da Amazônia vive hoje uma situação de “pura exclusão digital” [...]. O secretário executivo do Ministério das Comunicações, Cezar Alvarez, admitiu que a região amazônica tinha ficado de fora do projeto inicial do PNBL, mas a pressão da sociedade provocou mudanças na plataforma [...]. A senadora disse que reconhecia o esforço do Ministério em tentar levar a internet para região, mas cobrou a criação de mecanismos que obriguem as operadoras a cumprir metas mais audaciosas. [...] o maior entrave na efetivação do PNBL no Norte é a falta de infraestrutura. A mesma ideia foi compartilhada pelo presidente da Telebras, Caio Bonilha, que ressaltou a dificuldade de adequar os preços das obras empreendidas nos lugares mais longevos da região amazônica⁴⁷.

Só na segunda metade dos anos 2000 é que podemos enumerar as primeiras iniciativas de utilização da banda larga (que, diga-se de passagem, com velocidade consideravelmente inferior ao restante do Brasil) na Amazônia. De acordo com dados do IBGE, até 2008 somente 20% da população da região Norte tinha internet banda larga. Isso traz consequências para todo o tipo de inserção em redes sociais, *sites*, *blogs* etc., principalmente no que diz respeito à frequência de participação das pessoas dentro dessas redes. Segundo Malini (2009) essa conjuntura interferiu diretamente na relação dos moradores da região Norte com a produção e desenvolvimento de conteúdo na rede mundial de computadores.

47. Fonte: Ptnosenado, 2012. Disponível em: <http://ptnosenado.org.br/textos/69-noticias/16210-banda-larga-nvestimento-na-regiao-norte-ainda-e-timido>.

No que se refere aos *blogs*, a periodicidade dos *posts* depende diretamente da possibilidade de acesso das pessoas à internet [...]. A utilização do *blog* como instrumento de comunicação é recente na região norte do país, cerca de 87% dos *blogs* pesquisados datam sua primeira postagem do período de 2007 a 2009. Esses dados são indicadores de características típicas dessa região, como o atraso tecnológico em relação às demais regiões brasileiras, a deficiência em infraestrutura e a falta de investimentos em políticas públicas, principalmente as voltadas para a inclusão digital. Como resultado de tal problemática, temos a aquisição tardia do uso do *blog* como dispositivo de comunicação nessa região e o acesso limitado a pequenos grupos sociais. [...] o Amapá apresenta aspectos que apontam claramente as deficiências existentes nesta região. Em suas principais cidades, Macapá e Santana, o serviço de internet carece de recursos tecnológicos mais avançados, a utilização da banda larga é recente, sendo o estado uma das últimas localidades no país a dispor desse serviço. Como forma de crítica a essa situação, alguns blogueiros fazem uso dos termos “cipónet” e “intermerda” quando se referem ao nível dos provedores de internet existentes na região (Martins; Pompermaier; Loyola; Martinuzzo; Malini, 2009, p. 6-10).

Tal anacronismo inviabilizou/inviabiliza grande parte da participação mais efetiva da sociedade amazônica junto às novas mídias digitais e, por conseguinte, na militância exercida através do ciberespaço. Os atores que mencionaremos ao longo deste artigo, por exemplo, começaram sua militância digital no final da primeira década dos anos 2000, ou seja, cronologia condizente com os problemas infraestruturais já apontados. Paradoxalmente, apesar dos problemas mencionados e da ausência de políticas públicas para se ampliar e utilizar a rede mundial de computadores, os movimentos sociais ou ativistas da Amazônia que fazem uso das TICs para defender suas causas vêm crescendo. Verificamos que as lutas travadas pelo ciberativismo praticado na região ou, como afirma Moraes, “trata-se de conceber a internet como mais uma arena de lutas e conflitos pela hegemonia, de batalhas permanentes pela conquista do consenso social e da liderança cultural ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras” (2007, p. 1).

Todo ato de ativismo social/digital é resultado de uma insatisfação ou necessidade de expressão individual ou coletiva, com o intuito de dar visibilidade a uma “causa”, que pode ser desde uma crítica relacionada a um caso de corrupção, denúncia ambiental, expressão étnica ou sociocultural. Em uma época em que o discurso político-institucional – seja ele nacional ou internacional – aponta diretrizes sobre a Amazônia e como os povos desta região devem viver, vozes endógenas, oriundas da floresta, têm outros pontos

de vista. Pontos de vista esses que vão desde a luta pela preservação do meio ambiente e seus recursos naturais, passando pela defesa e resistência dos indígenas e povos tradicionais, que lutam para sobreviver sem a perda de seus valores e culturas, dos direitos humanos em todos os seus níveis (do direito à vida, alimentação, saúde, educação etc.), contra a corrupção política, pela luta contra as corporações e governos e seus “grandes projetos” para a Amazônia e até mesmo pela implantação de uma política de cultura e *softwares* livres em contrapartida às grandes empresas de tecnologia e sua padronização comercial. Ponderamos que um dos motivos principais que movem esses diferentes atores e coletivos militantes está relacionado, também, ao que Castells (1999) chama de “poder da identidade”, em que há uma reorganização social moderna plasmada por interesses comuns, segmentados, muitas vezes relacionados a tradições identitárias, culturais e/ou étnicas e que por sua vez promovem resistência à dominação do “*establishment* ou, também, de fortalecimento e radicalização do mesmo”. Podemos afirmar que a atuação ciberativista na Amazônia está promovendo um novo tipo de integração e exposição na e da região, onde temas outrora obscuros ou inexistentes na mídia tradicional podem ser publicizados através dos novos meios digitais de comunicação e seus atores, em uma perspectiva identitária, ao mesmo tempo local e global, mas, sobretudo, articuladora. É o que veremos no tópico seguinte.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO CIBERATIVISMO DOS POVOS DA FLORESTA

Um dos fenômenos recentes ao término do século XX e começo de século XXI, a partir da exposição de (novas) bandeiras de antigos e recentes atores (re)significados por uma perspectiva de empoderamento cultural/midiático, está relacionado ao que Castells (1999) chama de “Identidade”. No segundo volume da trilogia *A era da informação*⁴⁸ o sociólogo aborda com riqueza de detalhes, exemplos e reflexões a exata importância da questão da identidade para o fortalecimento e visibilidade de uma determinada cultura/povo/etnia/comunidade/movimento social. Uma visibilidade não compreendida se analisada apenas por si mesma, pelo mero princípio de uma “factualidade”, ou seja, para ser pauta e aparecer midiaticamente. O fenômeno ao qual se refere Castells, e já abordado por outros intelectuais, trata de um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado” (1999, p. 22). Remete-nos ao apontamento de que a construção e fortalecimento das identidades coletivas é matéria-prima para uma posterior

48. Conjunto das obras *A sociedade em rede*, *O poder da identidade* e *O fim do milênio*.

visibilidade e exaltação dessas identidades, cultivando seus valores em uma sociedade heterogênea e segmentada. Por exemplo, à medida que uma etnia indígena como os Tukano⁴⁹ do Alto Rio Negro criam associações organizativas para discutir cultural e politicamente suas diretrizes e comercializar seus produtos artesanais, fazendo uso das novas tecnologias digitais (como *sites* e *blogs*) para divulgar suas ações e, também, suas pautas reivindicativas, temos aí um importante elemento de fortalecimento identitário. Uma (re)significação de seus valores no sentido de fortalecê-los em uma decodificação alinhada ao que Castells chama de Sociedade em Rede.

Identidades, por sua vez, constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização [...]. Contudo, identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individualização [...]. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (Castells, 1999, p. 23).

Neste contexto, apontamos que o ciberativismo praticado pelos povos da floresta ou da Amazônia tem como importante elemento o resgate (ou ações de resistência) de seus valores culturais e/ou políticos. Essas ações constituem-se e materializam-se no conceito ao qual Castells (1999, p. 24) faz referência como “Identidade de Resistência”. Qual seria a forma e os mecanismos pelos quais os atores que de alguma forma estão oprimidos ou desvalorizados encontram para redefinir sua posição na sociedade? Para o autor, a identidade de resistência refere-se àquela

Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...]. É provável que seja esse o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do

49. Os Tukano são uma das etnias indígenas mais importantes da região conhecida como Alto Rio Negro no estado do Amazonas.

contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência (Castells, 1999, p. 24-25).

Um exemplo da argumentação anterior é a Rede Povos da Floresta. Um movimento social originário do estado do Acre que reúne comunidades tradicionais e indígenas, articulando-as em prol da preservação de suas culturas, do meio ambiente e de seus territórios. Promovendo a mobilização e divulgação de suas ações com a ajuda das TICs e da rede mundial de computadores, fundamental para a propagação de seus ideais.

Figura 5: Rede Povos da Floresta



Fonte: <http://www.redepovosdafloresta.org.br>.

Esta rede, uma das primeiras a se organizar na região amazônica em prol de interesses comuns relacionados a suas tradições e cultura, se inspira no processo organizativo, pensado inicialmente por Chico Mendes e seus contemporâneos do estado do Acre no início dos anos 1980. No item “Quem Somos”, no portal do referido movimento social, encontramos a seguinte explicação para sua formação e atuação na Amazônia.

A Rede Povos da Floresta é um movimento social que reúne comunidades tradicionais e indígenas, unidas por um mesmo ideal de preservação do ambiente, de suas culturas tradicionais e de seus territórios originais. A Rede foi criada em

2003 como uma revitalização da Aliança dos Povos da Floresta – mobilização feita por índios e seringueiros liderada por Chico Mendes e Ailton Krenak, que durante a década de 1990 fez as mudanças que resultaram na criação das reservas extrativistas e na correção das políticas do Banco Mundial para o financiamento de grandes projetos de impacto socioambiental nas regiões de florestas tropicais em todo o mundo. Tem como objetivo a preservação do ambiente e o que nele está inserido: a fauna, a flora, os recursos naturais e culturais e o morador tradicional. Assim como o registro da memória por meio das TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação⁵⁰.

Outra importante ação da Rede Povos da Floresta diz respeito à coordenação – através de editais públicos financiados pelo Ministério da Cultura –, de Pontos de Cultura Indígenas⁵¹. Estruturas fornecidas (computadores, câmeras e gravadores digitais, *smartphones*, equipamento de rádioweb, programas para edição de imagens e acesso à internet) que viabilizam a produção cultural (dando destaque à linguagem audiovisual) desse público através das TICs. Para que isso aconteça, são feitas oficinas de capacitação voltadas aos integrantes dessas mesmas comunidades, principalmente os jovens que nelas vivem. Destaque para o trabalho desenvolvido por este movimento social/ciberativista está na produção de conteúdo audiovisual, não só mostrado em seus curtas, médias e longas-metragens indígenas de várias regiões, mas, sobretudo, vídeos feitos por indígenas das mais variadas etnias, muitos destes filmes disponíveis no *site* Vídeo nas Aldeias⁵², um outro projeto feito por indígenas exclusivamente para a produção de vídeos digitais e que estão disponíveis na internet. (Figura 7)

ATORES E COLETIVOS DIGITAIS NA AMAZÔNIA – EXEMPLOS E DIVERSIDADE

A proposta deste tópico é apresentar um mosaico de exemplos relacionados ao ciberativismo praticado na Amazônia. Como veremos, esse ativismo é exercido por atores sociais individuais ou coletivos, militantes estes de causas as mais variadas, mas todas com o fio condutor relacionado à Amazônia, os quais utilizam a internet como ferramenta principal de comunicação e articulação. Destes, procuramos evidenciar as características teóricas elencadas por nós ao longo deste artigo, reproduzindo e refletindo alguns dos argumentos que justificam a prática militante através da rede mundial de computadores na

50. Fonte: Rede Povos da Floresta, Disponível em: <http://www.redepovosdafloresta.org.br/exibePagina.aspx>.

51. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>, acessado em 17 agos. 2012.

52. Disponível em: <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/index.php>, acessado em 18 agos. 2012.

Figura 7: Vídeo nas Aldeias



Fonte: <http://www.videonasaldeias.org.br>.

região. Como exemplos a serem citados, escolhemos, além da Rede Povos da Floresta e sua resistência ciberativista identitária, mencionada nos parágrafos anteriores, o *blog* Língua Ferina⁵³, do militante social residente em Santarém (PA) Cândido Cunha, que é responsável por um diário de notícias virtual, repleto de matérias e artigos referentes a denúncias sociais, políticas e econômicas, temas esses em sua maioria relacionados à Amazônia e defendidos com ênfase por seu idealizador; O Movimento Nacional do Atingidos por Barragens (MAB)⁵⁴ pela ênfase de sua atuação em rede na região Norte e Amazônia ampliando seu discurso ideológico através da internet; O blogueiro acreano Altino Machado⁵⁵, jornalista que através de seu trabalho e militância com a informação tornou-se uma das maiores referências sobre política na região. E, por último, um dos profissionais de comunicação mais respeitados no Brasil no que se refere aos assuntos relacionados à Amazônia, principalmente ao impacto e participação das multinacionais e seus grandes projetos na maior floresta tropical do planeta, Lúcio Flávio Pinto e o seu *Jornal Pessoal*⁵⁶.

Para começarmos a apresentação desses exemplos ciberativistas, deslocamo-nos a Santarém, uma das cidades mais importantes do estado do Pará e onde o funcionário público do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Cândido Cunha radicou-se em 2006. Idealizador do *blog*

53. Disponível em: <http://candidoneto.blogspot.com.br/>, acessado em 28 mar. 2012.

54. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/>, acessado em ago. 2012.

55. Disponível em: <http://altino.blogspot.com.br/>, acessado em ago. 2012.

56. Disponível em: <http://www.lucioflaviopinto.com.br/>, acessado em 28 mar. 2012.

Língua Ferina, Cândido conta que até a data de sua mudança para Santarém, pouco ou quase nada conhecia sobre a região. Em entrevista concedida para este artigo, o militante explica que seu desconhecimento sobre a Amazônia logo o motivou a saber cada vez mais sobre a região e, também, se posicionar em momentos importantes. “Vim parar no meio da Amazônia, no ‘olho do furacão’. Por ter atuado na militância estudantil e pela reforma agrária [...] já tinha certa visão de que lado ficar em determinadas situações de conflito”. Com temáticas provocativas principalmente relacionadas aos governos (sejam eles municipal, estadual ou federal), o blogueiro está agrupando um número considerável de internautas assíduos em seu *blog*, os quais sempre voltam para consultar e acessar suas notícias. Cândido conta que a ideia de criar um *blog* surgiu em dezembro de 2007, em um contexto difícil: ele havia sido destacado em uma força tarefa do Incra para trabalhar nos municípios de Altamira e Anapu, região do Pará com várias denúncias de corrupção por parte da direção do Instituto e que também foi palco do assassinato da missionária Dorothy Stang⁵⁷.

É importante destacar que o estado do Pará, desde sua formação, foi palco de vários conflitos que vitimaram centenas de milhares de trabalhadores anônimos e lideranças políticas do meio rural e urbano. Lembramos, para fins de registro, que foi nesse mesmo estado que aconteceu o Massacre de Eldorado do Carajás⁵⁸, um dos conflitos pela reforma agrária mais importantes da história recente do país.

Em Altamira, num final de semana e preocupado com o poderia me acontecer ou acontecer com outros colegas, resolvi colocar na internet um conjunto de matéria que havia sido produzido até então na grande mídia sobre tudo isso, focando mais as denúncias do que a nossa situação. Ou seja, o *blog* seria um lugar em que estaria contada toda esta história e por aí acabaria [...]. Somente muitos meses depois, quando o *blog* já tinha objetivos mais ambiciosos e já tinha uma dinâmica, é que pensei em dar o nome Língua Ferina [...]. Desde então, o *blog* se ampliou bastante tanto em temáticas como em acessos, que hoje é em média de mil por dia, mas já chegou dez mil em um único dia. Sinto que há um público leitor mais fiel, há aqueles que chegam ao *blog* pelos sítios de busca e redes sociais em busca de assuntos específicos e há aqueles que são leitores mais sazonais. Hoje, o *blog* busca trazer informações de algumas temáticas, algumas

57. Religiosa norte-americana assassinada em Anapu no Pará por defender projetos sustentáveis em assentamentos rurais. Seu assassinato causou grande repercussão na mídia internacional.

58. Foi o assassinato de dezenove sem-terras no município de Eldorado do Carajás (PA) em 1996 praticado por policiais militares. Várias testemunhas afirmam que o número de mortos é bem superior que o que foi registrado. Disponível em: <http://www.mst.org.br/search/node/Massacre%20de%20Eldorado%20de%20Caraj%C3%AAs>, acessado em 24 ago. 2012.

mais ligadas a esta realidade pouco conhecida da Amazônia e outras que se conectam com a luta mais geral dos trabalhadores no Brasil e no resto do mundo. (Entrevista Cândido cunha, 2012).

Figura 8: Blog Língua Ferina



Fonte: <http://www.candidoneto.blogspot.com.br/>

Com relação à importância da internet na Amazônia, Cândido deixa claro que apesar de suas limitações, ela representa um “divisor de águas” no que tange à comunicação e à produção de contrainformação sobre a região. Para nosso entrevistado, sua contribuição reside no ato de desmistificar conceitos enraizados e o exotismo que paira sobre as visões exógenas sobre os povos da floresta e suas culturas e lutas, que, segundo o blogueiro, é considerada por muitos como um “espaço vazio a ser dominado”.

As visões de “paraíso”, “inferno”, “vazio” e “espaço a ser dominado” foram construídos ao longo dos séculos e interessou e interessa muito a todos que enxergam essa região do ponto de vista mais pragmático, no pior sentido da palavra: a Amazônia como região que está aí para ser dominada, a receber aqueles de “espírito empreendedor”. Assim, esse desconhecimento serve a interesses antagônicos aos trabalhadores e povos originários da região [...]. A internet é só mais uma ferramenta nesse processo, com um diferencial importante que é a

possibilidade de produção de informações por fora dos meios oficiais ou dos meios que servem a essa dominação, a chamada contrainformação. Possibilita também reunir e divulgar informações que estão dispersas, muitas vezes desconectadas, e dar outras versões para além das versões oficiais e da grande imprensa. Mas, mesmo nos meios tidos como alternativos, há muita desinformação, o que exige de quem escreve sobre essa região, a partir da própria região, um esforço constante de formação e reflexão. Assim, mostrar “outras Amazônia” não é tarefa das mais fáceis pelo gigantismo, os preconceitos e o peso das informações oficiais. Mas a internet, mesmo com suas limitações possibilita, isso. (Entrevista Cândido Cunha, 2012).

É importante destacar que a prática ciberativista pode se fazer presente por meio de jornalistas ou comunicadores que atuam na internet, pelo jornalismo digital, mas não necessariamente nem todos os jornalistas que atuam nesse campo são ativistas. Não é o fato de fazer uso das ferramentas digitais de comunicação que tornam seus usuários ciberativistas, mas o uso “engajado” e sistemático desses recursos ciberespaciais.

Outro exemplo de militância pela rede que destacamos é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), um movimento social gerado a partir da luta de populações tradicionais afetadas por grandes empreendimentos hidrelétricos. Mesmo sendo um movimento nacional, com penetração em todo o país, o MAB tem atuação sistemática na Amazônia. Não coincidentemente é nessa região que encontram-se a maior quantidade de barragens e, por consequência, o maior número de populações tradicionais atingidas. O MAB pode ser considerado um movimento com práticas ciberativistas porque sua luta, além do enfrentamento direto das grandes obras hidroelétricas e seus mentores governamentais e privados, é articulada em rede e faz, frequentemente, uso das tecnologias de informação e comunicação. Tais recursos podem ser vistos em seu *site* na internet (<http://www.mabnacional.org.br>), em que estão disponíveis artigos, livros digitalizados, fotos e vídeos produzidos por seus militantes para serem difundidos em todos os espaços possíveis. O MAB produziu, por exemplo, uma série de vídeos – disponíveis no YouTube – que foram apresentados na Cúpula dos Povos⁵⁹, um deles denunciando a construção de barragens na Amazônia. (Figura 9)

Um capítulo a parte nessa reflexão sobre as articulações feitas na rede mundial de computadores pelos movimentos sociais contrários à política energética brasileira relacionada à construção de barragens, é o caso simbólico

59. Evento que aconteceu em 2012 na cidade do Rio de Janeiro paralelo a Rio+20. Nele se discutiu as temáticas relacionadas ao meio ambiente pela ótica dos movimentos sociais.

Figura 9: Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB)



Fonte: <http://www.mabnacional.org.br/>.

da Usina Hidroelétrica de Belo Monte no Pará⁶⁰. A respectiva construção é fato polêmico há pelo menos três décadas e, nos últimos anos, tem tencionado os movimentos sociais contra o governo federal para que o mesmo não concretize sua construção. Os ativistas argumentam que, se as obras forem realizadas, a destruição do meio ambiente será irreversível, extinguindo uma parte preciosa daquele ecossistema (fauna, flora e rios), além de expulsar de seus territórios uma série de etnias indígenas e populações tradicionais que habitam a região há séculos. Nessa disputa ideológica e de perspectivas, não faltam argumentos feitos por militantes, estudiosos e interessados sobre a questão, estes disponíveis em sua maioria na internet, fazendo jus ao tema que é considerado um dos mais polêmicos da Amazônia.

Saindo do Movimento dos Atingidos por Barragens, passamos a destacar, quando o quesito é política e Amazônia, o blogueiro radicado no estado do Acre, o jornalista Altino Machado. Depois de passar por vários veículos da grande imprensa (*Folha de S.Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*) e se decepcionar com a mídia tradicional e com os políticos locais e regionais, Altino resolveu dedicar-se a refletir e denunciar a política acreana e amazônica, sobretudo, os desmandos de seus titulares. Contemporâneo de Chico Mendes, foi um dos primeiros repórteres a denunciar as ameaças de morte do seringueiro, e líder

60. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/usina-hidreletrica-de-belo-monte/>, acessado em 24 ago. 2012.

ambientalista, por fazendeiros locais. Também ameaçado de morte por várias vezes, teve de se retirar do estado para proteger-se, voltando logo em seguida e dando continuidade à sua militância digital através do jornalismo e da blogosfera. Em reportagem publicada na *Revista Época* (2009), sua relevância no cenário amazônico fica evidenciada, com a repercussão de suas opiniões e matérias.

Altino tornou-se um líder da blogosfera amazônica: centenas de blogueiros se inspiram nele e outras centenas sonham em ser linkados em seus posts. Seu *blog* é um exemplo do gênero que tem crescido muito no Norte desde 2008: o político [...] Com média de 1.200 acessos por dia, o *blog* de Altino alcança Estados do país onde os jornais do Acre pouco repercutem. Seus posts ecoam pela região, pautam a mídia nacional e são linkados pela blogosfera política. Questões que antes ficavam confinadas ao Acre, pelo isolamento geográfico, agora ganham o mundo em tempo real, mudando as relações de força e a dinâmica do acesso à informação. “Antes, o governo fazia o que queria, estávamos longe. A internet rompeu com isso”, diz Altino (*Revista Época*, 2009).

Por ser a maior fonte de recursos naturais e biodiversidade do planeta, a Amazônia atrai aventureiros das mais variadas origens e estirpes. São milhares de pessoas anônimas que vieram e vêm para a região ainda hoje com o intuito

Figura 10: Blog do Altino Machado

blog do **Altino Machado**

Rio Branco | Acre | Brasil

altino.machado@gmail.com

SÁBADO, 18 DE AGOSTO DE 2012

DESCONECTADO DA REALIDADE

O Acre é mesmo a Ilha da Fantasia. Ou, como preferem os petistas, o melhor lugar para viver na Amazônia.

O Estado depende de uma ponte sobre o Rio Madeira, em Rondônia, e de um orçamento composto em mais de 80% por repasses financeiros da União.

Enquanto nossos políticos se preocupam apenas e tão somente com eleição, falta gasolina em postos da capital por causa da ponte que esqueceram de planejar ou lutar por ela.

Como explicar gasto superior a R\$ 1 bilhão no trecho da BR-364 dentro do Estado e outro tanto na BR-317, rumo ao Pacífico, sem que fosse viabilizado um centavo sequer para uma ponte vital para nossa conexão com o resto do País?

A resposta está na comissão daqueles que se julgam gênios da política e do planejamento.

Recebendo dados de rd.revolvemaps.com...

ALTINO MACHADO
Acréano, ex-espórter dos jornais O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo, para os quais trabalhou durante 10 anos, em Rio Branco, Colômbia, Brasília e Manaus. Faz o Blog da Amazônia, da Terra Magazine.

20 Online

Page Rank 6/10
br.chuckan.info

Fonte: <http://altino.blogspot.com.br/>.

de encontrar o “Eldorado” perdido. Foi assim com os ciclos da borracha que tornaram Manaus, no início do século XIX, uma das cidades mais importantes da América Latina. Riqueza construída pelas mãos de nordestinos residentes nos interiores da floresta e que extraíam a maior riqueza da época: a borracha usada na indústria e nas guerras entre nações. Também foi assim com os garimpeiros de Serra Pelada, mineradores advindos de todo país, trabalhando em condições totalmente improvisadas no sul do Pará, na busca incessante de seus quilos de ouro e prosperidade. Mas o que mais impressiona na história recente da exploração amazônica são os grandes projetos pensados para a região. Projetos estes arquitetados pelos governos anteriores e atuais com essencial presença das grandes multinacionais do campo da mineração e produção de energia. Estas, de grande impacto econômico, social e principalmente ambiental. Uma das grandes autoridades jornalísticas – talvez a maior sobre a Amazônia – chama-se Lúcio Flávio Pinto. Jornalista atuante desde os anos 1960, criou há mais de vinte anos o *Jornal Pessoal*, uma publicação quinzenal impressa que possui um *site* e sua versão em formato digital. O destaque aqui não está para os recursos técnico digitais utilizados por Lúcio Flávio, mas para a densidade e repercussão de suas reportagens e artigos. A dimensão que o conteúdo produzido por ele sobre a Amazônia toma ultrapassa as fronteiras do Pará e repercute em todo o Brasil. Essa repercussão só é possível pelo advento da rede mundial de computadores e suas ferramentas de propagação da informação. Além de jornalista, Lúcio Flávio se considera um “militante da notícia”, ou seja, um ativista que produz informação qualificada sobre a Amazônia. Colunista cativo do Observatório da Imprensa, do Portal Yahoo! dentre outros *sites*, suas reflexões – sempre sobre a Amazônia – já foram subsídio para inúmeros trabalhos acadêmicos em várias universidades pelo país. A abordagem sobre os grandes projetos desenvolvidos na região tornaram Lúcio Flávio Pinto *persona non grata* para o alto escalão de multinacionais como a Vale (antiga Vale do Rio Doce). Alguns de seus trabalhos demoram meses e até anos para serem concluídos, examinando minuciosamente relatórios, arquivos e projetos, consultando fontes importantes e exclusivas (relação esta construída ao longo de décadas de trabalho nos rincões, rios e estradas da região). Apesar de o jornalista manifestar publicamente que seu trabalho só tem validade porque o *Jornal Pessoal* ainda é feito em formato impresso (Observatório, 2011), é na internet que sua produção reverbera, se amplifica e polemiza questões centrais da região.

Na avaliação do jornalista, os leitores do *Jornal Pessoal* percebem que as análises e reflexões ali veiculadas não são encontradas em outros jornais e proporcionam subsídios para a compreensão de problemas estruturais da região amazônica. “A

visão de fora da Amazônia é muito exótica. As pessoas estão dispostas a aceitar a Amazônia do rio enorme, com a vastidão das florestas. Mas não conseguem entender a Amazônia como tendo, há cinquenta quilômetros de onde estamos, a oitava maior fábrica de alumínio do mundo”, explicou o jornalista. Convivem na região polos de tecnologia de ponta e áreas com graves problemas sociais e econômicos. “É difícil ter uma ideia da realidade da Amazônia por conta desses paradoxos. E a grande imprensa, e mesmo o cidadão comum fora da Amazônia, não consegue perceber estes contrastes.” O jornalista contou que acha necessário manter um acompanhamento contínuo das questões da Amazônia, e por isso optou por voltar a morar no norte do país. Mas destacou que é importante não perder a perspectiva da inserção da floresta no contexto internacional. “Você não explica a Amazônia só estando aqui”, destacou. (Observatório da Imprensa, 2011).

Figura 11: *Sítio Jornal Pessoal*

Jornal Pessoal
A AGENDA AMAZÔNICA DE LUCIO FLÁVIO PINTO

SOBRE PERFIL LIVROS COLABORE FALE CONOSCO

Pesquisar
Pesquisar

Arquivos:
fevereiro 2012
janeiro 2012
dezembro 2011
novembro 2011
outubro 2011
setembro 2011
agosto 2011
julho 2011
junho 2011
maio 2011

Categorias:
Agricultura
Água
Amazônia
Energia
Cidades do Rapézet
Cursos

Queremos ser colonizados?
Desenvolvimento
Benedito Carvalho Filho

É importante, ao fazer comentários, apreender os argumentos do texto do jornalista, que abre espaço para o debate na matéria “A grave responsabilidade pela redicção do Pará”, publicada no JP 495, da 1ª quinzena de agosto de 2011 e na internet, onde ele se expõe para todo o Brasil.

Lúcio nos mostra que a consulta plebicitária sobre a polémica divisão do Estado vai ser realizada em dezembro e que o Tribunal Superior Eleitoral vai baixar as resoluções até o final do mês, aproveitando (ou não) as sugestões apresentadas na audiência.

Quais foram essas sugestões?

Mostra também que o principal argumento para o Governo Federal em querer dividir o Pará fundamenta-se no contraste entre sua extensão física, territorial e a sua população, que, segundo os argumentos de alguns comentaristas, especialmente os que residem nos municípios do sul do Pará, sofrem as consequências das carências dos serviços públicos e a ausência do Estado.

Lúcio argumenta que não só esse conjunto de grandezas (exalte as dimensões e a ordem de grandezas de cada Estado e compare com os países) o que está em jogo nesse plebiscito. É o que é que está em jogo? As imensas riquezas e o que ela representa em termos de exportação no país. Ou seja, mostra um Estado rico, porém com um dos IDH mais baixos do país. Ou segundo a metáfora que utiliza: um desenvolvimento semelhante ao rabo de cavalo: quanto mais cresce, mais vai para baixo.

Sem Comentários

Fonte: <http://www.lucioflaviopinto.com.br>, acessado em 8 ago. 2012.

As redes sociais são um importante espaço para vinculação das matérias do *Jornal Pessoal*, estas funcionam, segundo Milhomens (2009), como uma memória da arena da esfera pública interconectada, fazendo com que os temas sobre a Amazônia permaneçam registrados no ciberespaço muito tempo depois de terem sido publicados em sua versão impressa. Dessa forma, temáticas como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a polémica em torno de sua construção; os Trabalhadores Rurais Sem Terra atacados por latifundiários no sul do Pará; os recursos e a destruição ambiental promovida pela Vale; os indígenas que se organizam para resistir na Amazônia; e os desmandos de políticos violentos e corruptos da região tornam-se ao mesmo tempo pauta e fonte para pesquisas e debates na rede mundial de computadores. Outro destaque a ser feito é a participação do *Jornal*

Pessoal na arena virtual através de seus leitores, que interagem com seu idealizador/jornalista. A repercussão de suas matérias extrapola o campo virtual, tanto que vários de seus leitores fazem questão de cumprimentar o jornalista pessoalmente, seja na rua ou em espaços públicos (Observatório, 2011).

Figura 12: Especial Observatório da Imprensa, 2011, sobre Lúcio Flávio Pinto



Fonte: <http://www.youtube.com>, acessado em 8 ago. 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo um retrospecto da proposta deste *paper*, procuramos apontar a complexidade da Amazônia em termos humanos, geográficos e culturais. Em um panorama que apresenta a região de forma didática e histórica, com ênfase em sua diversidade e formação humana, mostrando a perspectiva da pluralidade dos povos que vivem em seu vasto território, sendo esses povos os “da floresta” ou o “da cidade”, ambos componentes do caldeirão cultural amazônico. A propósito do termo “povos da floresta”, apropriamo-nos do conceito de ativismo originário do seringueiro Chico Mendes, um dos primeiros líderes amazônicos que pensou a organização política como forma de resistência utilizando técnicas de repercussão mundial (como denúncias através da participação de eventos internacionais), isso antes do advento da Web e suas possibilidades comunicacionais. Abordamos também o que denominamos de “cabana digital”, ou seja, o ativismo caboclo (termo este que utilizamos livremente aqui para representar um dos personagens

centrais da região), este cada vez mais usuário das tecnologias de informação e comunicação, as TICs. Tanto para fazer militância das mais variadas formas e propósitos como para divulgar suas opiniões a todos que estiverem conectados ao ciberespaço. Elencamos que um dos principais motivos que impulsionam estes atores amazônicos está relacionado ao conceito defendido por Castells (1999) de identidade. Para ser mais exato, de “identidade de resistência”, a forma pela qual atores e coletivos oprimidos e estigmatizados social e economicamente encontram para resistir e, também, criar novos conceitos sobre si mesmos, sobre o uso da internet e das redes digitais, vindo ao encontro desse processo, consolidando-o e amplificando-o. Chamamos isso de ciberativismo, e mais especificamente, ciberativismo amazônico por suas peculiaridades originárias da região. Por fim, apontamos alguns exemplos de prática ciberativista na Amazônia, dois com formação profissional (jornalistas), ou seja, tendo sua atuação no ciberespaço também como meio de vida (Lúcio Flávio Pinto/*Jornal Pessoal* e Altino Machado em seu *blog*), um com o viés militante jornalístico, dividindo sua atuação junto à profissão de funcionário público (Cândido Cunha/Língua Ferina) e dois movimentos sociais que fazem uso dos recursos ciberativistas (Rede Povos da Floresta e Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB) atuantes na divulgação e luta pela preservação do meio ambiente, resistência cultural de indígenas e povos tradicionais além de ações de visibilidade política na rede em favor de suas causas.

Podemos afirmar que a atuação ciberativista na Amazônia está promovendo um novo tipo de (re)integração e exposição, onde a diversidade dos moradores da região é abordada em uma perspectiva heterogênea, plural e diversificada. Diversidade esta construída, registrada e propagada pelos próprios atores amazônicos, das suas mais variadas formas e estilos, abordando temas outrora obscuros ou inexistentes na mídia tradicional através dos novos meios digitais de comunicação. Nossa reflexão é que tal processo irá se aprofundar cada vez mais, principalmente à medida que a infraestrutura telecomunicacional se aprimora, possibilitando a outros “povos da floresta” acesso à internet de qualidade e produção de conteúdos originais na rede mundial de computadores. É a digitalização das possibilidades, o ciberativismo como forma de resistência no planeta Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNAL, Roberto Jaramillo. *Índios urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

BRUM, Eliane. As novas redes da Amazônia. Revista *Época*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI91607-15223-1,00-AS+NOVAS+REDES+DA+AMAZONIA.html>.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Cândido. Entrevista. Ago. 2012.

DINIZ, Lilian. Lúcio Flávio Pinto e a saga do *Jornal Pessoal*. *Observatório da Imprensa*. Edição 673. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/lucio_flavio_e_a_saga_do_lt_i_gt_jornal_pessoal_lt_igt.22/12/11, acessado em 20 ago. 2012.

DOSSIÊ Amazônia Brasileira I. Aziz Ab'Saber: problemas da Amazônia brasileira. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100002, acessado em 28 mar. 2012.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. Políticas públicas, territórios, populações tradicionais e ambiente na Amazônia. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHERER, Elenise (orgs.). *Amazônia: territórios, povos tradicionais e ambiente*. Manaus: Adua, 2009.

MARTINS, Jessé; POMPERMAIER, Nathalia; LOYOLA, Darshany; MARTINUZZO, Marcel; MALINI, Fábio. Cartografia da blogosfera no Brasil: perspectivas amazônicas. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 set. 2009.

MILHOMENS, Lucas. Entendendo o ciberativismo sem terra na nova esfera pública interconectada. Dissertação (mestrado) – UFPB, 2009.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. EPTI, v. IX, n. 2, maio-ago. 2007. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Comunicacao_alternativa.pdf, acessado em 24 ago. 2012.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. Disponível em: <https://docs.google.com/document/pub?id=1dlC6JnDQLLVOM2jp-xxBcJPr9VdLA-qKZyWxeC-M2pBM>, acessado em 24 ago. 2012.

PNBL. Disponível em: www.planalto.gov.br/brasilconectado, acessado em 23 ago. 2012.

PTNOSENADO. Banda larga: investimento na região Norte é tímido. Disponível em: <http://ptnos Senado.org.br/textos/69-noticias/16210-banda-larga-investimento-na-regiao-norte-ainda-e-timido>, acessado em 24 ago. 2012.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>, acessado em 12 ago. 2012.

SANTANNA, Rogério. *Democracia no acesso vai aprofundar uso de novas aplicações da internet*. TIC Domicílios e Empresas 2010. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil. Comitê Gestor da Internet no Brasil, p. 57-59.

TOCANTINS, Leandro. O rio comanda a vida. *A Noite*, Rio de Janeiro, 2001.

UOL Educação. Chico Mendes. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/chico-mendes.jhtm>, acessado em 11 ago. 2012.

LIMITES DE VISIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA (VIRTUAL): A EXPERIÊNCIA DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2012)

Alicianne Gonçalves de Oliveira
(alicianneg@gmail.com, UFC)

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) foi criada em 21 de março de 2003, no dia em que se comemora, internacionalmente, a luta contra a discriminação racial. A missão desse órgão, diretamente ligado à presidência da República, é promover e articular ações que promovam a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e de grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância.

O trabalho da Seppir acontece em um país marcado por desigualdades sociais e, como diz a secretaria, raciais. Além disso, nos últimos dez anos, o Brasil tem vivenciado, mais fortemente, discussões sobre leis que incitam os brasileiros a pensar sobre essa temática. É o caso do Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288/2010, e do Projeto n. 180/2008, que versa sobre cotas nas instituições federais de educação e que, após anos de tramitação no Congresso Nacional, agora aguarda sanção da presidenta da República. São exemplos de uma discussão que envolve todos os brasileiros, sejam pretos, pardos, brancos, amarelos ou indígenas, utilizando aqui as categorias do IBGE.

Em 2012, a Seppir completou nove anos de existência. Durante todo esse período, escolheu um *site* como o principal veículo de comunicação. Fora esse veículo, a secretaria produz material publicitário sobre seus projetos, elabora o Notícias Seppir, uma publicação semanal enviada para uma lista de e-mails e que traz informações sobre a secretaria e sobre a temática racial, e elabora também um boletim semestral, que é impresso e também enviado para uma lista de e-mails.

O órgão ainda possui outras iniciativas na internet, como um canal no YouTube e perfis no Twitter e no Facebook. Mas é principalmente com o seppir.gov.br que o órgão se apresenta na esfera pública virtual. Esfera aqui trabalhada a partir da concepção habermasiana (Habermas, 2003a, 2003b), portanto, uma esfera de visibilidade e discutibilidade públicas, que hoje encontra novas possibilidades e desafios com as atuais tecnologias de comunicação e informação.

Este artigo tem como objetivo analisar o papel que a comunicação dessa secretaria propõe desempenhar na esfera pública virtual. Para isso, propõe-se analisar qualitativamente o *site* da secretaria. A análise é feita a partir do material veiculado no *site* durante 2011, primeiro ano da gestão da presidenta Dilma Rousseff. Em específico, neste artigo, se buscará a identificação, através do *site* da Seppir, da participação dessa experiência estatal na formação de uma esfera de visibilidade pública política, com a ampliação ou a incorporação de novos temas, a identificação de problemas e questões que caracterizam a esfera pública, segundo enuncia Gomes (2006, 2007). Também buscarei identificar até que ponto a experiência do *site* da Seppir traz características do debate, do diálogo e da ação comunicativa livre, inerentes à ideia de esfera pública.

Como proposta metodológica, o artigo trabalha com parâmetros ligados à visibilidade e à discutibilidade (Gomes, 2006, 2007) e com parâmetros ligados à publicidade, responsividade e porosidade, que são exigidas nas interfaces digitais do Estado, segundo categorização proposta por Sivaldo Pereira Silva (2011).

VISIBILIDADE, DISCUTIBILIDADE E EXPERIÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Segundo Avritzer (2000), o conceito de *esfera pública* é considerado um conceito central criado pela teoria crítica na segunda metade do século XX e representou a continuação de, e também, uma ruptura com a tradição crítica à sociedade de massas que foi inaugurada pela Escola de Frankfurt. Um dos motivos para isso segundo o autor, é que esse conceito teria significado uma alternativa. Ele teria conseguido recuperar, na modernidade, uma esfera de interação entre associações, movimentos e grupos, mas, sobretudo, conseguido criar um caminho alternativo dentro da teoria democrática, dentro do debate entre democracia elitista e democracia participativa.

A ideia de *esfera pública* utilizada neste artigo prioriza a concepção política do termo e dialoga com a noção de *esfera trabalhada* de Habermas (2003a, 2003b). Segundo esse autor, com o desenvolvimento das estruturas mercantis na Europa do século XVII, formou-se uma esfera pública política⁶¹, que faz o

61. A esfera pública política vem, segundo Habermas, da esfera pública literária. Teria acontecido uma “refuncionalização (*Umfunktionierung*) da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão” (Habermas, 2003a, p. 68).

intermédio entre o Estado e as necessidades da sociedade, através da opinião pública (Habermas, 2003a). Uma esfera que pode funcionar como um sistema de alarme, que percebe e tematiza as questões, e como uma caixa de ressonância que faz ecoar os problemas a serem discutidos pelo Estado (Habermas, 2003b).

Seria uma esfera que, para se tornar esse espaço de ressonância, distancia-se da ideia de segredo e liga-se à exposição pública, ao debate público, à abertura (Gomes, 2006, 2007). Habermas conta que, na formação da esfera pública política, a publicidade foi colocada para se opor à política do segredo praticada pelos monarcas. A publicidade buscava “submeter a pessoa ou a questão ao julgamento público e tornava as decisões políticas sujeitas à revisão perante a instância da opinião pública” (2003a, p. 235).

Essa publicidade pode ser compreendida sob dois aspectos: visibilidade e discutibilidade. No âmbito da esfera pública, forma-se, por exemplo, o que Gomes chama de esfera de visibilidade pública, ou seja, “a cena ou o prosclênio social, aquela dimensão da vida social (‘política’ ou ‘civil’, diriam os antigos) que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos” (2008, p. 134).

Além de estar relacionada ao controle do Estado por parte dos cidadãos, a visibilidade é um tipo de publicidade que está ligada a uma das funções da esfera pública apontadas por Jensen (2003). Para o autor, a esfera deve fazer com que os cidadãos reflitam e deve prover esses cidadãos com novas e relevantes informações sobre as questões políticas e, assim, contribuir para o desenvolvimento da cidadania e da participação democrática.

O outro aspecto da publicidade é a discutibilidade, aquilo que é próprio ao debate, ao discurso, às discussões que acontecem em público e que formam a esfera de discussão pública. Juntas, discutibilidade e visibilidade caracterizam a esfera pública, por sua vez, marcada pelo agir comunicativo, como explica Habermas em *Direito e democracia*:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo (Habermas, 2003b, p. 92).

É através da comunicação que, na esfera pública, Estado e sociedade civil interagem, onde os cidadãos discutem os temas de interesse comum,

planejam suas ações, onde se forma e se expressa a opinião pública⁶² (Savigny, 2002) e onde as ações políticas são alvo de críticas e confrontos (Maia, 2001).

Mas não só isso. Segundo Barros (2008), a comunicação de que fala Habermas em *Direito e democracia* também tem como papel a formação de identidades, comportamentos e sociabilidades e pode agir para ampliar as noções de cidadania, sociedade, subjetividade e, assim, a noção de esfera pública.

A noção de esfera pública enquanto âmbito do debate abre caminho também para alguns pressupostos. Dean explica que há um grupo de normas que se aplicam às ações no âmbito da esfera pública. São elas: igualdade, transparência, inclusão e racionalidade. Segundo o autor, na esfera “os atores são conceituados como agentes livres e racionais, como cidadãos que fazem escolhas racionais sobre os seus interesses, que se debruçaram sobre várias alternativas e fazem uma escolha coerente e explicável” [tradução nossa] (2003, p. 96).⁶³

Todavia, a realidade existe. E os críticos também. Gomes (2007) afirma que a esfera pública de Habermas, em *Direito e democracia*, por exemplo, é cooperativa em excesso, não foca muito a dimensão agonística, do debate social, da discussão pública, que tinha mais forma em *Mudança estrutural na esfera pública*. Seria uma esfera pública de muita harmonia, assim, um ideal. Isso porque, em uma esfera pública minimamente real, estão juntos, segundo Gomes, cooperação, altruísmo, conflito, egoísmo e conluio. Na esfera pública plausível, há o agir comunicativo, mas também a ação estratégica.

Essa realidade não invalida a esfera pública, mas mostra pontos necessários para compreendê-la e para que se busque realizá-la, pois a esfera pública, em que o debate termina no aprimoramento democrático, não existe por si mesma. Na visão de Gomes (2007), ela é uma tarefa, deve ser incentivada, reforçada, inclusive com o trabalho de instituições e com a criação de leis. O Estado também deve garantir a existência dessa esfera, os cidadãos devem ser convencidos de que ela é imprescindível.

Mas, apesar e a partir dessas ressalvas e críticas, avalio que a esfera pública tem sua validade e permanece como um ideal para uma maior e melhor democracia, em que os espaços institucionalizados sejam abertos às instâncias informais. Como defende Lubenow, “o fato de a esfera pública estar em estado latente não implica que ela não possa começar a reavivar o seu potencial intrínseco e a provocar alterações nos fluxos de comunicação pública” (2007, p. 115).

62. Habermas explica que as manifestações são acolhidas na esfera pública “de acordo com temas e tomadas de posição pró ou contra”. Os argumentos e as informações, então, “são elaborados na forma de opiniões focalizadas. Tais opiniões enfeixadas são transformadas em opinião pública através do modo como surgem e através do amplo assentimento de que ‘gozam’” (HABERMAS, 2003b, p. 94).

63. No original: The actors are conceptualized as free and rational agents, as citizens who make rational choices about their interests, who have looked into various alternatives and made a coherent, explicable choice.

A noção de esfera pública trabalhada neste artigo também está relacionada a uma ideia que hoje se liga também às novas tecnologias de informação e comunicação e que se pretende virtual porque utiliza as potencialidades dessas novas tecnologias na produção, recepção e troca de informações no âmbito da visibilidade e da discutibilidade. Como explica Bohman (2004), uma condição essencial para a existência de uma esfera pública nas sociedades modernas é justamente a mediação tecnológica da comunicação. Mesmo que seja necessário para isso relaxar alguns requisitos que a esfera pública possuía quando era pensada para a relação face a face. O autor afirma que os meios e as tecnologias de comunicação ressaltam uma característica necessária para qualquer esfera pública: o comunicar-se com uma audiência indeterminada.

Na obra de Habermas, não há, segundo Maia (2001), uma discussão sobre uma possível esfera pública virtual, formada através das novas tecnologias de informação e comunicação. O que o autor fala é sobre o processo de generalização da esfera pública e a conseqüente passagem da presença concreta à presença virtual do público (Habermas, 2003b).

Mas Wilson Gomes (2006, p. 56) explica que, ao pensarmos a esfera pública não como um local onde se conversa sobre os negócios do Estado e do interesse civil, mas como essa própria conversa, esse debate, assim autorizamos, de alguma maneira, que se pense que, onde houver conversa, debate, circulações de informações, nesse lugar, há uma esfera de argumentação pública⁶⁴.

Dentro dessa concepção, a internet poderia sim ser considerada uma esfera pública, já que é basicamente uma rede de discussões e informações. E como afirma Maia (2011), a internet é uma arena conversacional, em que novas discussões e conversações políticas podem encontrar espaço.

A esfera pública virtual seria para alguns uma nova esfera pública, caracterizada pela liberdade, inclusão, transparência e universalidade (Lévy, 2003) e que daria aos cidadãos a ampliação da liberdade de expressão e do acesso à informação (Fernandes, 2010). No lugar de fazer parte de uma esfera pública já existente, a internet se torna uma esfera pública com o surgimento de públicos, que se comunicam (Bohman, 2004).

Existe ainda quem aposte apenas no potencial da internet para a revitalização da esfera pública já existente. É que os novos meios, principalmente a internet, dariam melhores condições aos cidadãos na obtenção de informações

64. A opção deste trabalho é lidar com a noção de esfera pública como o âmbito daquilo que é público. Concepção mais ampla e menos substantiva. Mas há outras concepções. Seguem algumas: a) esfera pública como arena pública, como *locus* da discussão; b) como espaço público, como *locus* onde circulam informações, mas onde não há discussão necessariamente; c) como conversação civil; d) como interação, sociabilidade (GOMES, 2006, p. 56). Concorro com o autor quando ele afirma que a justaposição de várias acepções pode gerar “mais confusão do que explicação fenômenos”.

e na comunicação com os políticos. Cidadãos que, conforme Jensen (2003), hoje influenciam, cada vez menos, de forma direta, no processo político.

As potencialidades são várias, as críticas também. Fala-se, por exemplo, sobre a credibilidade das informações, a formação de intermediários (Bohman, 2004), sobre uma elite que ainda controla os limites da informação pública e da formação de opinião (Savigny, 2002) e sobre uma internet que não gera democracia, mas que se transforma na chave da infraestrutura da economia global (Dean, 2003).

O fato é que as características proporcionadas pela internet podem ajudar a preencher os requisitos de funcionamento de uma esfera pública. A internet, por exemplo, favorece a ampliação da esfera de visibilidade pública e pode ajudar a torná-la mais democrática, no sentido de torná-la mais plural. O repertório de opiniões, ideias, imagens de que fala Gomes (2006) e que formam o conhecimento comum foi reforçado pela rede de computadores. Reforço que vem de páginas diversas, de autores diversos. São cidadãos, blogueiros independentes, empresas de comunicação, governos e sociedade civil. É a partir desse grande repertório que se forma a esfera de visibilidade pública política, da qual faz parte o *site* da secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A internet também é um espaço de ampliação da discutibilidade, do debate, da fala pública. São listas de e-mails, *chats*, fóruns de discussão, comunidades virtuais. Alguns instrumentos que podem ter lugar, inclusive, nos *sites* governamentais, como também contribuir na resolução de um problema comum às democracias contemporâneas: a baixa participação dos cidadãos.

Uma das contribuições da internet e de outras tecnologias digitais de informação e comunicação, por exemplo, é o que se chama de democracia digital, também *e-democracy* ou *ciberdemocracia*. Para fins da análise que farei neste artigo, opto por uma definição mais conectada à consciência de que as novas tecnologias de comunicação e informação têm sim o potencial de melhorar os modelos de democracia, inclusive nas democracias representativas. Nesse caso, é preciso trabalhar as limitações e críticas mencionadas acima, mas não que isso inviabilize seu sucesso, como defende Papacharissi (2004).

Opto por trabalhar a democracia digital como qualquer forma de uso de dispositivos, ferramentas e aplicativos digitais de comunicação “para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da sociedade política” (Gomes, 2011, p. 27-28). Mas como saber se os usos e as iniciativas estão realmente atingindo esses objetivos? Gomes (2011) fala que para as

iniciativas digitais serem democraticamente relevantes, elas devem buscar alguns propósitos. Detenho-me em um especificamente: o aumento do poder civil⁶⁵.

Aumentar o poder civil significa fortalecer a capacidade concorrencial da cidadania, ou seja, aumentar e consolidar as quotas de poder dos cidadãos na produção da decisão política, seja no Estado, seja na esfera social. Isso poderia ser feito aumentando a transparência do Estado e as formas de responsabilidade dos agentes políticos, e incentivando a participação e a influência civis sobre os processos de decisão política, de implementação de políticas e sobre os agentes de decisão (Gomes, 2011).

A questão da transparência se liga muito à questão da visibilidade na esfera pública. Segundo Marques (2008), com as tecnologias digitais, a prestação de informações sobre a atuação dos agentes políticos ficou bem mais fácil, cômoda e ágil. Atualmente, os cidadãos e os órgãos de fiscalização têm ainda mais dados disponíveis, o que estimula, inclusive, a fiscalização, as denúncias e as reclamações. Basta lembrar, por exemplo, quantas denúncias de corrupção surgiram na mídia tendo como fonte esses dados.

Já a questão da participação é bem mais complexa e polêmica. A internet e as demais novas tecnologias digitais de comunicação têm potencial para ser instrumento de participação cidadã e de relação interativa entre sociedade e esfera política (Castells, 2003). Os recursos midiáticos são, conforme Marques (2008, p. 228), vistos como uma forma de lidar com a baixa participação política, que fomenta o contato e interação e também a coleta de “contribuições mais aprofundadas da esfera civil”.

Jensen (2003) explica que há perspectivas diferentes quando o assunto é como chegar ao fortalecimento da esfera pública através da internet (incluo aí o fortalecimento da democracia). Há os que defendem o argumento *laissez-faire*, deixando que a internet crie, por si mesma, as condições de discurso ideal, e há os que defendem que os governos devem agir, criar fóruns de debates, por exemplo. Por quais motivos? Alguns argumentos: seria preciso regular e moderar os fóruns de debates para que não se tornem caóticos, seria necessário garantir o livre e o igual acesso às discussões e aos fóruns na internet.

Bohman (2004), por exemplo, defende que uma esfera pública precisa de tecnologias e instituições para garantir a sua existência e regular as oportunidades de acesso e até para que os cidadãos possam fazer reivindicações e obter respostas. Garantia que pode vir do Estado. Para Gomes (2007) sistemas de recompensas e de constrangimentos precisam ser construídos para a salva-

65. Os outros propósitos apontados por Gomes são a consolidação e o reforço dos direitos e liberdades; e o aumento do pluralismo na esfera pública, na esfera de decisão e aumento do poder das minorias.

guarda dessa esfera e dessas iniciativas, instituições precisam ser desenhadas para sua reprodução, bem como os cidadãos precisam ser convencidos de sua imprescindibilidade.

As instituições do Estado devem estar dispostas, por exemplo, a prover informações, oferecer mecanismos adequados de participação e prover a motivação. Como explica Marques,

[...] os cidadãos levarão as ferramentas de participação digital a sério e se sentirão dispostos a contribuir apenas se perceberem que suas iniciativas são efetivamente respeitadas e influentes. Tal demonstração de boa vontade requer o curso de um processo de adoção contígua e efetiva dos recursos de internet por parte dos agentes do Estado, não se devendo limitar tal atitude à promoção de melhorias na imagem pública de agentes e instituições. A ideia, assim, é acenar com a intenção de se encaminhar uma reorganização no relacionamento entre esfera dos representantes e esfera civil. (Marques, 2008, p. 247-248).

Essas ideias se ligam ao que Silva (2011) chama de exigências democráticas para a interface digital do Estado. São dimensões que o Estado deve considerar ao usar as novas tecnologias de comunicação para cumprir determinadas exigências da democracia moderna (publicidade, transparência, *accountability* etc.). As exigências categorizadas por Silva são as seguintes: publicidade, responsividade e porosidade.

Um portal governamental, por exemplo, consegue preencher o requisito da publicidade quando agrupa um conjunto de informações institucionais, administrativas, políticas e financeiras vasto, diversificado, relevante e disponível virtualmente para um número considerável de cidadãos e em diversas linguagens (2011, p. 128). Já a exigência da responsividade significa tornar o Estado, de algum modo, mais dialógico, o que pode ser materializado na forma de serviços *on-line*, dispositivos para dar respostas informativas, e na interação dialógica mais densa, proporcionada pela interação entre os cidadãos e representantes do Estado, pelo uso dos *chats* ou fóruns de discussão.

A porosidade quer dizer um Estado mais aberto à opinião pública, quer dizer abrir *inputs* na produção da decisão política. Por isso, “é o requisito democrático que mais incorpora as demandas de participação” (Silva, 2011, p. 132), que pode ser alcançada através de mecanismos como o voto *on-line*, sondagens de opinião ou consultas públicas feitas virtualmente.

Essas três exigências se complementam e se influenciam, mas podem ser desenvolvidas em graus diferentes. Hoje, por exemplo, a publicidade seria a exigência mais desenvolvida. Assim, o atual desafio, nesse processo, não é ser

mais transparente, colocar informações e serviços na internet simplesmente. O grande desafio é mesmo aumentar o grau de responsividade e porosidade, usufruir as possibilidades proporcionadas pelo meio no tocante ao relacionamento com os cidadãos e, com isso, aumentar o poder concorrencial dos cidadãos, o poder de influência dos cidadãos sobre a esfera de decisão.

Meu interesse agora é compreender as características, os limites e os desafios dos padrões de visibilidade e de discutibilidade colocados pela Seppir à disposição da esfera pública virtual. Até que ponto o *site* da Seppir mostra um Estado comprometido com a publicidade, que expõe suas ações e informações das mais diversas áreas ao maior número de cidadãos e através de diversas linguagens? Em que medida o *site* também mostra um Estado responsivo, que abre canais de diálogo com o cidadão, seja através de serviços *on-line*, seja de *chats* ou fóruns? O Estado ainda se mostra poroso, abrindo *inputs* para a participação civil no processo de decisão política?

CASO SEPPIR: CARACTERÍSTICAS, LIMITES E DESAFIOS DA EXPERIÊNCIA GOVERNAMENTAL

O seppir.gov.br segue uma estrutura semelhante à da maioria dos *sites* de órgãos ligados à presidência da República, resultado da história de construção do veículo. Assim como a Seppir é um órgão da Presidência da República⁶⁶, o seppir.gov.br nasceu ligado ao Portal da Presidência (www.presidencia.gov.br), tanto que seu primeiro endereço era www.presidencia.gov.br/seppir.

O Portal da Presidência⁶⁷ foi criado em 1998, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo Marques (2008), o início da adoção dos meios digitais por parte do governo brasileiro se deu em um contexto de reformas institucionais e constitucionais que aconteciam naquele momento. Como explica o autor:

Além da tentativa de se mostrar parelho às iniciativas de outras democracias e de promover sua imagem pública através dos recursos de internet já àquela época, [...] a intenção do governo federal foi introduzir o emprego dos sistemas e tecnologias de informação disponíveis a fim de contribuir no processo de reestruturação do estado brasileiro que teve lugar ao longo da década de 1990. (Marques, 2008, p. 281).

66. A estrutura da Presidência da República abrange: doze órgãos essenciais, como as secretarias; dois órgãos de consulta; um órgão vinculado (Comissão de Ética Pública); dois de assessoramento imediato; cinco conselhos; e outro órgão integrante (Controladoria Geral da União).

67. Sobre história, funcionamento do Portal da Presidência, ver Marques (2008).

Figura 13: Recorte superior do site da Seppir



Fonte: Site da Seppir em: 12 dez. 2011.

Desse modo, a partir de 1995, foram criados órgãos, programas; foram instituídos decretos ligados a essa área, sobretudo, à maneira como o governo brasileiro deveria se portar frente às novas tecnologias de informação e comunicação. O Portal da Presidência da República está inserido nesse contexto.

Em 2011, iniciou-se o funcionamento de um novo Portal da Presidência. É assim que é apresentado o Portal do Planalto, em texto veiculado no próprio portal desde agosto de 2011⁶⁸. Com novo *layout*, o espaço propõe divulgar e detalhar as políticas públicas “em formato multimídia e interativo”. A responsável pelo Portal do Planalto é a secretaria de Comunicação Social (Secom), órgão integrante da presidência da República e de assessoramento direto da chefe de Estado.

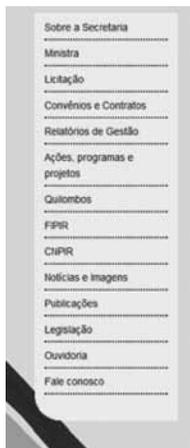
Mas não há mais relação entre o *site* da Seppir e o portal. Isso desde meados de 2010, quando os *sites* de órgãos ligados à presidência tornaram-se independentes, não só na produção de conteúdo, que já acontecia, mas com endereços independentes e a possibilidade de pensar um *layout* próprio. Apesar dessa independência desde meados de 2010, o *site* da Seppir, assim como boa parte dos *sites* de órgãos ligados à presidência, ainda segue o formato de quando ligado ao antigo portal.

As barras e menus superiores, com elementos de identificação do Governo Federal, da presidência da República e ferramentas de acessibilidade e busca, segue, no *site* da Seppir, o menu principal, localizado no canto esquerdo

68. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/sobre-o-portal-do-planalto>, acessado em 28 nov. 2011.

(Figura 14). Trata-se de um menu generoso em tópicos, com informações gerais (sobre a secretaria, a ministra), informações específicas sobre a rotina e as ações da Seppir (Licitação; Convênios e Contratos; Relatórios de Gestão; Ações, Programas e Projetos; Quilombos; Notícias e Imagens; Publicações; Legislação), dados sobre setores específicos da secretaria (Fipir, Cnpir) e tópicos relacionados ao contato com o cidadão (Ouvidoria e Fale conosco).

Figura 14: Menu principal do seppir.gov.br em 2011



Fonte: Site da Seppir em 12 dez. 2011.

A página principal também possui alguns *banners*, imagens, localizadas no canto direito da página, que servem de *link* para páginas ou *sites* externos ao seppir.gov.br. Ainda há uma seção chamada “Notícias”, composta por *links* para as seis últimas notícias veiculadas no *site* e também por um *link* para acesso a mais notícias. A página principal é ainda completada por uma quantidade considerável de destaques. São entre oito a dez imagens e textos que servem de *link* para documentos e publicações.

Essa estrutura do *site* é quase a mesma desde a sua criação. O seppir.gov.br existe desde 2003 e, até 2011, foi reformulado algumas vezes: em 2006, 2008 e 2010. Grosso modo, houve pequenas mudanças no *layout*, mas a quantidade de informações sobre a secretaria teve considerável aumento, com a inclusão gradual de novos tópicos no menu principal.

O *site* da Seppir sempre foi mantido pela equipe de Comunicação Social do órgão, que tem liberdade na produção de conteúdo. A equipe é pequena, principalmente se levarmos em consideração que faz parte de uma secretaria do Executivo Federal, com *status* de ministério. Trabalhavam no setor, até dezembro de 2011, uma estagiária e quatro funcionárias: uma jornalista, que

também é coordenadora do setor, uma funcionária responsável pelo suporte técnico, uma secretária e uma auxiliar técnica.

Quem produz e decide o que vai, ou não, ser veiculado no *site* é a coordenadora do setor, Jucinete Maria Machado. A profissional também faz a assessoria da ministra, acompanhando-a em entrevistas e alguns eventos. O setor também conta com ajuda de um assessor da ministra Luiza Bairos, o pesquisador e professor da Universidade de São Paulo (USP), Edson Cardoso, que, sendo da área da comunicação, colabora nas ações do setor e na definição de conteúdos para o *site* da Seppir.

Mesmo com o suporte, a equipe é pequena e, segundo Jucinete Maria Machado⁶⁹, coordenadora de comunicação do órgão, hoje a Seppir não tem estrutura física, recursos materiais e humanos suficientes para desenvolver, de forma satisfatória, suas atribuições. E isso traz consequências para a forma como o seppir.gov.br se apresenta na esfera pública virtual.

Começamos pela visibilidade. Quanto às informações disponibilizadas, o *site* da secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade segue o padrão da maioria dos *sites* de órgãos vinculados à presidência da República. O menu principal, com 14 tópicos, traz informações sobre o gestor, a estrutura da secretaria e as ações desenvolvidas. Segue uma breve descrição de cada um desses tópicos (ver quadro a seguir).

O conteúdo do quadro apresentado mostra que a Seppir leva ao cidadão uma grande quantidade de informações sobre agenda, estrutura e ações da secretaria. De uma forma geral, o cidadão que acessa ao *site* do órgão e percorre o menu principal pode ter uma visão do que o governo federal realiza quando o tema é políticas de promoção da igualdade racial.

Além disso, há, na maioria das páginas, a possibilidade de o internauta fazer o *download* dos documentos citados no *site*. O cidadão pode também enviar os arquivos para alguém e/ou imprimir, através de ferramentas no próprio *site*, o conteúdo de cada página, com exceção da principal. Outro destaque é o banco de notícias, do tópico Notícias e Imagens, que disponibiliza matérias produzidas pelo setor de comunicação da Seppir desde 2004. É possível acessar a esse conteúdo por mês e ano e buscar notícias por período ou palavras-chave. No mesmo tópico, há o *clipping*, que reúne notícias sobre a secretaria, ou assuntos de interesse do órgão, veiculadas na imprensa desde abril de 2011.

Mas o panorama apresentado pelo *site* em termos de visibilidade e transparência está longe de ser encarado como uma experiência de sucesso. As limitações existem, e as lacunas são muitas. O *site* carece, por exemplo, de

69. Entrevista concedida a Alicianne Gonçalves de Oliveira no dia 8 de dezembro de 2011, na sede da Seppir em Brasília. Cf.: (OLIVEIRA, 2012).

Descrição dos tópicos do menu principal do seppir.gov.br

Tópico	Descrição
Sobre a secretaria	Possui três páginas: O que é.: com informações sobre a criação e os objetivos da secretaria e <i>link</i> para a lei de criação do órgão; Histórico: que conta a trajetória de criação do órgão; e Quem é Quem.: com nome, telefone, fax, endereço e e-mail de funcionários, da ministra ao dos secretários.
Ministra	Quatro páginas trazem: biografia da ministra, com poucas informações pessoais e mais dados sobre a experiência profissional, acadêmica e militante; agenda de todo o ano de 2011; discursos proferidos em 2011, em que é possível ouvir o discurso e fazer o <i>download</i> do arquivo em formato pdf ou mp3; e entrevistas concedidas pela gestora. Na página sobre a biografia, há três fotos da ministra.
Licitação	Traz editais e cotações eletrônicas. Até o dezembro de 2011, não havia nenhum edital disponível e apenas duas cotações.
Convênios e Contratos	Acesso a seis chamadas públicas e portarias, acerca de convênios, e a oito documentos para a elaboração e fechamento de contratos.
Relatórios de gestão	Possui documentos sobre a gestão, como relatórios, certificado de auditoria e parecer de controle interno, referentes a 2009, e apenas o relatório de gestão referente a 2010.
Ações, Programas e Projetos	Nove subtópicos com informações sobre nove ações da Seppir: A Cor da Cultura (projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira); Programa Brasil Quilombola; Plano Setorial de Qualificação (Planseq) Trabalho Doméstico Cidadão; Saúde da População Negra; Dia Nacional do Samba; Plano Nacional de Implantação da Lei n. 10.639/200; Plano Setorial de Qualificação (Planseq) Afro-descendente; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica; e Plano de Ação Conjunto Brasil-EUA. Alguns trazem informações desatualizadas, outros disponibilizam apenas informações gerais e não apresentam documentos, <i>links</i> ou contatos para mais informações.
Quilombos	O Programa Brasil Quilombola, já abordado no tópico Ações, Programas e Projetos, ganha destaque com três páginas, que trazem um pequeno histórico da luta dos quilombos no Brasil e da criação do programa, além de informações sobre as áreas e ações da chamada agenda social quilombola. Também não há documentos, <i>links</i> ou contatos para mais informações.
Fipir	Em apenas uma página, traz informações gerais sobre o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir). Também disponibiliza documentos sobre o Fórum e telefone e e-mail para contato do setor responsável.
Cnpir	Em uma página, fornece o acesso a informações sobre criação, objetivos e composição do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (Cnpir).

Notícias e Imagens	Não há imagens. Disponibiliza notícias veiculadas no <i>site</i> , além de <i>clipping</i> de notícias que citaram a Seppir ou assuntos de interesse do órgão. Também há a página “Fale conosco”, com telefone, fax e e-mail do setor de Comunicação.
Publicações	Três páginas com 26 publicações. <i>Links</i> externos e internos, documentos oficiais, boletins, pesquisas, relatórios da Seppir e de outros órgãos e entidades.
Legislação	26 decretos, leis e medidas provisórias relacionadas às ações da Seppir.
Ouvidoria	Informações sobre as funções da ouvidoria. Não traz o nome do ouvidor. Apenas disponibiliza telefone e e-mail para contato.
Fale conosco	Traz número de telefone e e-mail da ouvidoria, do setor de Comunicação Social e os endereços do órgão, além de <i>link</i> para a página Quem é quem, do tópico Sobre a secretaria.

Fonte: Site da Seppir

padronização na disponibilização das informações de gestão. O tópico Relatórios de Gestão traz informações somente dos anos de 2009 e 2010, sendo que a Seppir existe desde 2003 e versões anteriores do *site* disponibilizavam os relatórios passados. Além disso, enquanto o relatório de 2009 vem acrescido de relatório de auditoria de gestão, certificado de auditoria, parecer do controle interno e até o pronunciamento do então ministro Eloi Ferreira de Araujo, o relatório de 2010 é o único arquivo disponível na página do referido ano.

Em alguns tópicos, as informações são vastas, mas desorganizadas ou poderiam estar dispostas de uma forma mais eficiente. É o que acontece com os relatórios de gestão. Se há ausência desses documentos no tópico Relatórios de Gestão, o mesmo não acontece no tópico Publicações, que conta com relatórios de vários anos. Assim, a busca de dados pelo cidadão fica prejudicada.

Outro problema acontece ainda no tópico Publicações, em que há documentos oficiais, boletins, pesquisas sobre a questão racial no país, mas que parecem estar dispostos aleatoriamente, sem organização por data ou tema. No *clipping* do tópico Notícias e Imagens, as informações são disponibilizadas em dezenas de páginas que obedecem à ordem cronológica. Assim, o cidadão depara-se com uma extensa lista de páginas e só ao final dessa lista encontra o arquivo mais recente. Também há casos de páginas em que não se encontra *links* para documentos, relatórios ou para mais informações sobre o tema abordado.

O *seppir.gov.br* também apresenta casos de páginas e tópicos que não estão elencados na estrutura do menu fixo, mas que simplesmente “surgem” à medida que navegamos pelo *site*. É o caso do tópico Destaques, que aparece no fim do menu principal somente quando o internauta clica em algum dos destaques da página inicial. O tópico inexistente quando se percorre todas as

demais páginas do *site*. Por essa incidentalidade, aos arquivos ali disponibilizados poderiam passar despercebidos pelo internauta menos atento.

Mas a falta de atualização é mesmo o maior entrave na busca por um *site* que mostre a secretaria mais transparente na esfera pública virtual. No tópico Ministra, há apenas um discurso disponível, que é o da posse, de janeiro de 2011. Ainda nesse tópico, a página Entrevistas não possui um arquivo sequer, sendo que, em uma pesquisa rápida na internet, vê-se que a ministra Luiza Bairros, em um ano de gestão, foi fonte de várias entrevistas.

O problema persiste em outros tópicos, principalmente, no tópico Ações, Programas e Projetos. Os textos de apresentação das atividades da secretaria trazem dados desatualizados, referentes a anos anteriores. Na página inicial, a atualização fica a cargo, principalmente, da seção Notícias. Somente alguns destaques são atualizados. Outros permanecem na página por meses. É o caso do primeiro destaque da página, *link* para uma notícia sobre o lançamento da campanha Igualdade Racial é pra Valer. Até o final de 2011, o destaque ainda estava acompanhado do título e da data da notícia, de 21 de março de 2011. Também há casos de páginas sem qualquer informação ou com *links* que levam o internauta para páginas inexistentes. Isso acontece, por exemplo, no tópico incidental Destaques.

O problema da desatualização no *seppir.gov.br* é admitido pela equipe de comunicação do órgão. A coordenadora do setor apontou três limitações que prejudicam a atualização das informações: equipe reduzida, estrutura do *site*, que segundo ela “não possibilita grandes variações”, e o ritmo de atividades da secretaria. Machado (*apud* Oliveira, 2012, p. 215) explica que a equipe, que já é pequena, tem que atender uma grande demanda de atividades do órgão, “além da agenda específica da ministra”.

Além dos problemas apontados anteriormente, a quase totalidade das informações do *site* está em texto escrito, cujos *downloads* disponibilizados são de arquivo em formato pdf ou arquivo de texto. Apenas uma vez, é disponibilizado um arquivo de áudio para *download*. É o caso do discurso de posse da ministra Luiza Bairros.

Essas limitações do *seppir.gov.br*, principalmente a ausência de uma atualização efetiva das informações, é, assim, uma limitação quando analisado se o *site* da secretaria consegue cumprir o primeiro requisito democrático para a interface digital do Estado: a publicidade, como apontado por Silva (2011).

Em relação à publicidade, o *site* da Seppir apresenta exemplos de todos os tipos de níveis qualitativos (ou relações comunicativas), uns mais, outros menos densos, com os quais os requisitos democráticos para a interface digital do Estado podem ser analisados, segundo Silva: (1) nível argumentativo, (2)

nível instrutivo, (3) nível informativo e (4) nível utilitário. O quinto nível, o decisório, não está relacionado diretamente às iniciativas de publicidade.

O *site* da secretaria apresenta ferramentas de busca e mapa do *site* (nível 1); torna o órgão mais transparente ao cidadão com a disponibilização de notícias e informativos (nível 2); torna o órgão mais visível ao cidadão ao fornecer informações sobre a história, a organização e o funcionamento da secretaria (nível 3); torna a Seppir mais visível e transparente através de uma relação argumentativa quando disponibiliza relatórios de gestão e de projetos e publicações sobre programas (nível 4).

Mas a questão é a qualidade com a qual o *site* da Seppir atinge esses níveis. Não há um nível considerável de organização, atualização e uso de várias linguagens. Assim, o *seppir.gov.br* consegue apenas de forma limitada atingir esses níveis e dar ao cidadão ferramentas que podem ajudar, por exemplo, no aumento do poder civil, da capacidade concorrencial da cidadania, nos termos de Gomes (2011). O *site* consegue atingir o requisito da publicidade proposto por Silva (2011), com exemplos em todos os níveis de análise, mas poderia alcançá-lo de um modo bem mais eficiente se a realidade de pessoal do órgão assim permitisse e se houve mais vontade no discurso e na ação governamental. Afinal, a falta de estrutura de um órgão público não pode desculpar de todo a ineficiência na prestação de informações.

O artigo se volta agora para a noção de discutibilidade. As experiências no Poder Executivo no Brasil, inclusive as da própria Seppir, mostram que o grande desafio não é criar e manter um *site*, mas pensar como essas experiências governamentais podem trazer ganhos para o debate público, se pensarmos em termos de esfera pública virtual, e ganhos para a participação, para o diálogo entre cidadão e o Estado, se pensarmos em termos de democracia digital.

Segundo Gomes, a discutibilidade é uma espécie de visibilidade ampliada e mais qualificada “porque examinada e testada por vários ângulos e em contraste com outros pontos de vista – dos fatos, informações e interpretações da política” (2007, p. 7). Assim, é uma noção que nos ajuda a pensar sobre fenômenos como conversação civil e debate público. Para a esfera pública ser o que Habermas definiu como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*”, é preciso discussão, discussão pública (Habermas, 2003b, p. 92, [grifo do autor]).

Então, como age a secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial nesse sentido? Como acontece em experiências de administrações municipais e estaduais (Silva, 2005; Pinho, 2008) – e diferente de iniciativas como as consultas públicas *on-line* (Barbosa; Hayashi; Rigolin, 2011; Matheus, 2009), os orçamentos participativos digitais (Best *et al.*, 2010) e a experiência dos

fóruns e do “Fale conosco” do Portal da Câmara dos Deputados (Marques, 2008) – o *site* da Seppir traz iniciativas modestas quanto ao uso das potencialidades da internet para criar ou ampliar um espaço de discussão.

Dentro dos requisitos democráticos colocados por Silva (2011) para a interface digital do Estado, dois se ligam diretamente à questão da discutibilidade e da participação. São a responsividade e a porosidade. Detenho-me agora na responsividade. O *seppir.gov.br* não apresenta níveis consideráveis desse requisito democrático. De um modo geral, não estimula a discussão entre Estado e internautas. Dos níveis qualitativos apontados por Silva para esse requisito (utilitário, informativo, instrutivo e argumentativo), apenas dois são contemplados pela experiência da Seppir.

O *site* não disponibiliza serviços *on-line*, em que o cidadão obtém resposta para sua demanda em forma de serviços (nível utilitário); não possui ferramentas como *chats*, fóruns e listas de discussões com o objetivo de esclarecer sobre alguma ação ou atividade (nível instrutivo). Mas o *seppir.gov.br* preenche o nível informativo e o nível argumentativo, na medida em que o e-mail é utilizado para receber e fornecer informações e para, de alguma forma, ouvindo os argumentos dos cidadãos, influenciar as ações da secretaria. Vejamos como isso se dá.

A coordenadora de comunicação do órgão informou, sem fornecer dados⁷⁰, que a secretaria recebe uma grande quantidade de e-mails, sendo a maioria das mensagens com caráter de denúncia. Segundo Jucinete Maria Machado, a Seppir talvez seja “um dos ministérios [...] em que as pessoas se sentem mais à vontade para fazer essa interlocução” (Machado *apud* Oliveira, 2012, p. 215). Isso tanto pela temática quanto porque o tema ainda careceria de ajustes por parte do atendimento público.

Um exemplo citado foram os e-mails enviados sobre a peça publicitária da Caixa Econômica Federal, que teve como personagem o escritor Machado de Assis. Na primeira versão da peça, veiculada nos canais de televisão em setembro de 2011, o escritor era representado por um ator branco. Na ocasião, a secretaria recebeu vários e-mails comentando o erro da campanha ao representar como branco uma personalidade que era afrodescendente.

A secretaria chegou a divulgar uma queixa formal no dia 19 de setembro. Um dia depois, a Caixa suspendeu a veiculação da peça e lançou uma nota pe-

70. Segundo Márcia Maria da Silva, funcionária da Ouvidoria da Seppir, o setor estava passando, até dezembro de 2011, por um processo de reformulação e organização. Por isso, não havia como fornecer uma estimativa de contatos ou denúncias recebidos. Mas no *site* da Secretaria, o Relatório de Gestão de 2010 (SEPPIR, 2011), disponível no tópico “Relatórios de Gestão”, traz algumas informações sobre a ouvidoria. Em 2010, o setor encaminhou 500 demandas e mais de 400 respostas a ofícios relativos à Lei 10.639/03, sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, e relativos ao Decreto 4.228/02, que institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas. As demandas encaminhadas nos anos de 2009 e 2010 representaram quase 50% de todas as demandas encaminhadas desde 2003.

dindo desculpas a toda população, em especial aos movimentos ligados à questão racial. Depois disso, a Seppir, segundo a coordenadora de comunicação, “teve um papel muito importante na reversão daquele equívoco, [...] e na reprodução, na refação do vídeo, trazendo um ator negro para representar o Machado [de Assis]” (Machado *apud* Oliveira, 2012, p. 220). Os e-mails recebidos fizeram coro a uma ação da Seppir no caso da peça publicitária da Caixa Econômica Federal.

Mas há limitações na forma como a seppir.gov.br consegue atingir os níveis informativo e argumentativo no requisito da responsividade. No *site*, a única forma de contato entre o cidadão e a secretaria é o e-mail. Fora isso, são disponibilizados apenas endereço da Seppir e números de telefones e fax. O seppir.gov.br não apresenta outras ferramentas apontadas por Silva (2011), como formulários para tirar dúvidas, *chats* fechados, de cunho informativo, e fóruns, *chats* ou listas de discussão públicas em que os cidadãos possam apresentar ideias, exigir posicionamentos por parte do Estado.

E há sérias ressalvas feitas em relação ao e-mail. Gomes (2007) explica que existem algumas perguntas para atestar a qualidade democrática de uma argumentação que se queira pública. Uma delas questiona a extensão do público para o qual as ideias, os argumentos, a discussão são colocadas. Marques (2011, p. 109) afirma que o e-mail é um canal que não é suficiente para fomentar uma maior aproximação entre cidadãos e instituições representativas. Isso porque a interação que acontece através do e-mail “acontece, na maioria das vezes, entre agentes políticos e indivíduos isolados, dificultando, assim, a constituição de espaços públicos de visibilidade e de discussão”. Assim, segundo o autor, o uso dessa ferramenta deixa o representante “menos exposto ao escrutínio público e à prestação de contas”.

E a Seppir teria vários motivos para utilizar mais recursos de responsividade em seu *site*. Não somente a quantidade de e-mails recebidos, mas a certeza, segundo Jucinete Machado, de que o público da secretaria reconhece o papel do e-mail como canal de diálogo:

As pessoas sugerem. As pessoas questionam. As pessoas apontam caminhos. Então, é de uma proximidade muito grande com o ministério. Eu não sei se com os outros, eu não posso afirmar, mas eu não sei se o público dos outros ministérios se sente tão à vontade, tão próximos. Eu penso que é o canal que eles entendem, que as pessoas entendem, como o canal necessário para a pessoa negra fazer suas reivindicações, suas denúncias, suas divulgações. É o canal governamental. (Machado *apud* Oliveira, 2012, p. 216).

Assim, os cidadãos, o público da secretaria, poderiam sim aproveitar, da mesma forma, canais mais abertos e diversificados de diálogo.

Para finalizar, abordemos o terceiro requisito democrático de que fala Silva: a porosidade, ligada a um Estado aberto à criação de *inputs* na produção da decisão política. Esse requisito é o mais ligado à ideia de participação. Ele se baseia “em uma relação de comunicação imperativa do cidadão para com o Estado. ‘Comunicar’, neste caso em específico, significa ‘comunicar uma decisão’” (2011, p. 136). Isso pode ser alcançado, por exemplo, através de ferramentas de coleta de preferências de perfis (nível utilitário), sondagens de opinião (nível informativo), coleta da opinião do cidadão sobre uma atividade específica do Estado (nível instrutivo), coleta de propostas que subsidiem a decisão política (nível argumentativo), além de mecanismos como voto, referendo e plebiscito mediados por ferramentas de comunicação (nível decisório).

Mas no *site* da Seppir não há qualquer nível de porosidade, não há mecanismos que permitam aos cidadãos participarem plenamente da produção da decisão política. Assim, esse veículo de comunicação da secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial não seria, na visão de Silva, um portal governamental completo. Segundo o autor, para um portal chegar a essa completude, é preciso mais que dar transparência às ações do Estado e cumprir o requisito da publicidade. É preciso também e, “concomitantemente, sustentar canais robustos de diálogo com os cidadãos (responsividade) e propiciar modos de incorporar a opinião destes no processo de decisão política (porosidade)” (2011, p. 134).

Afinal, como defende Gomes (2011), quando se fala em participação, é preciso criar meios e oferecer oportunidades para que possam ser usados. Também é preciso fazer com que eles sejam vistos pelas pessoas como oportunidades adequadas de se atingir fins desejáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura rígida, a publicidade carente de organização e atualização, a responsividade tímida e a porosidade inexistente fazem dessa experiência da Seppir na internet uma ação limitada em relação às características de visibilidade e discutibilidade possíveis quando se pensa em esfera pública e esfera pública virtual.

A coordenadora de comunicação da secretaria até afirmou, em entrevista realizada para a pesquisa, que havia indicativo de mudança para 2012. Em dezembro de 2011, estava sendo executado um planejamento para o setor, que englobaria, entre outros pontos, mudanças na estrutura de pessoal e na estrutura física e modernização das ferramentas de comunicação, incluindo o *site*. A intenção era tornar o veículo mais dinâmico, mais interativo e mais

multimídia e, diante da intensa utilização do e-mail da Seppir pelos cidadãos, disponibilizar ferramentas que propiciassem mais diálogo com o internauta. Mas até dezembro de 2011, essas ferramentas ainda não tinham sido escolhidas e a coordenadora do setor falava com cautela sobre o tema, sempre reforçando a necessidade de ter pessoal para acompanhar as possíveis novidades.

O que se pôde ver, nos seis primeiros meses de 2012, é que o seppir.gov.br trouxe mudanças sim, mas longe do dinamismo, da interação e do caráter multimídia pretendidos. As mudanças também parecem ter vindo mais pela necessidade de o órgão se adequar à Lei de Acesso à Informação, n. 12.527/2011, em vigor desde 16 de maio de 2012, do que para atingir as propostas de um planejamento estratégico na área da comunicação.

O menu principal foi reformulado. O tópico “Acesso a Informação” foi criado e agrega novas informações e alguns dados que antes estavam em outros tópicos. O novo tópico traz informações, em alguns casos, mais completas e atualizadas, nas áreas: Institucional, Ações e Programas, Auditorias, Convênios, Despesas, Licitações e Contratos, Servidores, Perguntas Frequentes, Sobre a Lei de Acesso à Informação e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Os demais tópicos existentes – Sobre a secretaria, Ministra, Chamadas Públicas, Relatórios de Gestão, FIPIR, Notícias e Imagens, CNPIR, Publicações, Ouvidoria e Fale conosco – ainda possuem, basicamente, os mesmos problemas e lacunas identificados em 2011.

Assim, o *site* da Seppir continua com respostas nulas em relação às exigências de porosidade e com experiências ainda tímidas quando o tema é abrir-se para o diálogo com o cidadão, reforçar a discutibilidade que caracteriza a esfera pública, inclusive no ambiente virtual. E, apesar de implantar, dentro das suas possibilidades estruturais, ferramentas que objetivam tornar o órgão mais transparente, o seppir.gov.br ainda carece de uma publicidade de mais qualidade, com mais atualização e organização dos dados. Desse modo, a secretaria, através de seu *site*, não dá grandes contribuições à esfera pública discursiva, em que o debate ocupa papel central. Mantém mesmo suas experiências no que chamamos de esfera de visibilidade pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício. *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BARBOSA, Henrienne; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. Comunicação, tecnologia e interatividade: as consultas públicas no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 141-158, jan.-jun. 2011.

BARROS, Ana Paula Ferrari Lemos. A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa: uma revisão do tema. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 23-34, jan.-dez. 2008.

BEST, Nina Juliette; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo; VAZ, José Carlos. Internet e a participação cidadã nas experiências de orçamento participativo digital no Brasil. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, v. 9, p. 105-124, 2010. Edição especial.

BOHMAN, James. Expanding dialogue: the internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. *The Sociological Review*, v. 52, supl. 1, p. 131-155, 2004.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DEAN, Jodi. Why the net is not a public sphere. *Constellations*, v. 10, n. 1, p. 95-112, 2003.

FERNANDES, Taiane. Conselhos Estaduais de cultura na internet: um desafio para a efetividade, a transparência e a participação. In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: UFBA, 2010.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política. In: Encontro Anual da Compós, 16, [Anais...]. Curitiba: UTP, 2007.

_____. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. Participação política *on-line*: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley C. M.; _____; MARQUES, Francisco Paulo Jamil (orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

_____. *Direito e democracia*: entre facticidade e validade, v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

JENSEN, Jakob Linnaa. Public spheres on the internet: anarchic or government-sponsored: a comparison. *Scandinavian Political Studies*, v. 26, n. 4, p. 349-374, 2003.

LEVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LUBENOW, Jorge Adriano. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 10, p. 103-123, 2007.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: X Encontro Anual da Compós, Brasília, 2001.

_____. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil (orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro. Tese (doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador, 2008.

_____. Participação, instituições políticas e internet: um exame dos canais participativos presentes nos portais da Câmara e da presidência do Brasil. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil (orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MATHEUS, Ricardo. Consultas públicas *on-line*. Congresso Consad de gestão pública. Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Alicianne Gonçalves de. A questão racial na esfera pública (virtual): a experiência da secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no governo Dilma Rousseff. Dissertação (mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, UFCE, Fortaleza, 2012.

PAPACHARISSI, Z. Democracy on-line: civility, politeness, and the democratic potential of on-line political discussion groups. *New Media & Society*, v. 6, n. 2, p. 259-283, 2004.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de Estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 471-493, jun. 2008.

SAVIGNY, Heather. Public Opinion, Political Communication and the Internet. *Politics*, v. 22, n. 1, p. 1-8, 2002.

SECRETARIA de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Prestação de contas ordinária anual: relatório de gestão do exercício de 2010. Brasília, 2011.

SILVA, Sivaldo Pereira. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 450-468, out. 2005.

_____. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil (orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERVENÇÃO NA ESFERA PÚBLICA INTERCONECTADA: UM ESTUDO DA CAMPANHA PELO LIMITE DA TERRA NA INTERNET (2012)⁷¹

Lívia Moreira de Alcântara⁷²
(livia04alcantara@gmail.com, Iesp);
Carlos Frederico de Brito d'Andréa⁷³
(carlosfbd@gmail.com, UFV)

INTRODUÇÃO

A comunicação vem ganhando destaque nas organizações e movimentos sociais desde as décadas de 1960 e 1970 quando emergiram os novos movimentos sociais (NMS) e proliferaram-se as Organizações Não Governamentais (ONGs). Os NMS são movimentos mais relacionados à construção de identidades coletivas (Langman, 2005) e suas ações buscam uma transformação “antes de tudo pessoal, social e cultural”⁷⁴ (Santos, 2001, p. 180), sendo essas mais focadas em diálogos com a sociedade civil do que com a disputa do Estado. Essas características tornaram a comunicação imprescindível em suas práticas.

Desde 1994, com a ação do movimento indígena Zapatista, a internet tornou-se um espaço estratégico indispensável para a luta dos movimentos sociais, facilitando a formação de redes de solidariedade e a execução e coordenação de ações coletivas globais. O levante indígena em Chiapas, somado às possibilidades técnicas da internet, deu origem a uma rede de solidariedade transnacional de apoio ao movimento indígena (Rovira, 2009). Estas articulações impulsionaram, mais tarde, o movimento antiglobalização.

71. Este artigo é baseado no trabalho de monografia de Lívia Moreira de Alcântara, defendido em julho de 2011 pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), sob orientação do Prof. Dr. Carlos Frederico de Brito d'Andréa. O trabalho completo pode ser acessado em: <http://www.com.ufv.br/producoes/tcc/redesmovsociais>, acessado em 2 set. 2012.

72. Mestranda em Sociologia pelo Instituto Estudos em Sociologia e Política (Iesp/Uerj).

73. Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG).

74. Tradução livre.

O marco midiático do movimento antiglobalização foi a Batalha de Seattle, em 1999, quando mais de cem mil pessoas saíram às ruas em protesto contra a Organização Mundial do Comércio (Bringel; Muñoz, 2010). A dinâmica de organização e as ações de caráter performático dos protestos – diretamente ligadas à arquitetura horizontalizada, aos baixos custos e à rapidez da comunicação possibilitada pela internet – tornaram evidente a emergência de novas características nas ações coletivas contemporâneas. Neste panorama, surgem releituras do conceito habermasiano de *esfera pública*, buscando compreendê-la no contexto da sociedade da informação. Langman (2005) fala de “esfera pública virtual”, Benkler (2006) em “esfera pública interconectada” e Lemos (2010) em “nova esfera comunicacional”. Nesse sentido, o presente trabalho faz uma análise da “Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar”, buscando mapear o fluxo de informações do debate público em torno da campanha.

A campanha foi realizada em 2010 pela rede de organizações e movimentos sociais pela reforma agrária, formalizada no Fórum Nacional de Reforma Agrária (FNRA), e teve o intuito de divulgar o plebiscito⁷⁵ que consultou a população sobre a necessidade de estabelecer um limite de propriedade de terras no Brasil. A votação aconteceu na Semana da Pátria⁷⁶, entre os dias 1º e 7 de setembro, e posteriormente foi prolongada até o dia 12 do mesmo mês. Ocorreu em várias cidades do Brasil e contou com a participação de cerca de quinhentos mil votantes.

Para promover o debate sobre a questão da reforma agrária e a efetivação da consulta popular, o FNRA atuou organizando materiais informativos e mobilizando pessoas para realizar o plebiscito localmente. Além disso, realizou a reformulação do *site* da campanha, criou um perfil no Twitter e destacou uma jornalista para gerir a campanha. Houve, portanto, um claro esforço do FNRA em traçar um plano de comunicação na internet.

O debate e a divulgação das questões trazidas pelo Plebiscito não ocorreram apenas no meio virtual, mas este artigo fará um recorte no fluxo de informação gerado a partir da página oficial da campanha e se restringirá a esse ambiente.

75. De 2000 a 2010, foram realizados quatro Plebiscitos Populares não oficiais, sendo que nenhuma dessas consultas foi reconhecida formalmente pelo governo. São eles: Plebiscito sobre a Dívida em 2000 (com mais de seis milhões de votos); da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) em 2002 (com mais de dez milhões de votos); sobre a re-estatização da Companhia Vale do Rio Doce em 2007 (com mais de três milhões de votos); e, em 2010; pelo limite da propriedade da terra no Brasil (com mais de 500 mil votos). Todos estiveram dentro da programação do Grito dos Excluídos e foram realizados por movimentos e organizações sociais.

76. Desde 1995, a Semana da Pátria é utilizada para a realização de mobilizações populares com temáticas relacionadas aos marginalizados e silenciados pelo poder econômico e político. Estas ações de protestos são conhecidas como Grito dos Excluídos. Este tem sua gênese no Setor Pastoral da Comissão dos Bispos do Brasil (CNBB) e conta com a participação de diversas organizações e movimentos sociais, constituindo-se num espaço de convergência destes grupos. Portanto, quando se atribui uma ação ao Grito dos Excluídos, na verdade, está se falando em uma teia de organizações articuladas. Assim, o Plebiscito pelo Limite da Terra também foi tomado como pauta do Grito dos Excluídos de 2010.

O mapeamento da rede virtual da Campanha pelo Limite da Terra, identificando o fluxo de informações e os envolvidos na divulgação do Plebiscito realizado em 2010, teve o intuito de compreender o papel do FNRA, das entidades pertencentes a ele, dos *blogs*, das redes sociais, das listas de discussões/e-mails e de outros nós da rede na campanha virtual. Este artigo, portanto, nos permite começar a problematizar o processo de difusão de informações entre as organizações e os membros das redes de movimentos sociais na internet. Os dados coletados permitirão fazer alguns apontamentos sobre a dinâmica de discussão na esfera pública interconectada, bem como sua contribuição à realização de ações coletivas orientadas politicamente.

Este artigo está dividido, portanto, em três partes. Na primeira, faremos uma discussão teórica sobre os conceitos e análises relativas às redes de movimentos sociais e às possibilidades comunicativas da internet, sugerindo que a união destes dois fatores possibilita o ciberativismo. Na segunda parte, apresentaremos os dados coletados sobre a Campanha pelo Limite da Terra com algumas considerações a seu respeito. Por fim, faremos as considerações finais, em seguida, sobre o tema.

AS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Castells (2003a) entende que os movimentos sociais do século XXI manifestam-se cada vez mais através da internet. Para o autor, a internet é mais do que um instrumento para esses movimentos, ela é o “meio de comunicação [...] e a infraestrutura material de uma determinada forma organizacional: em rede” (Castells, 2003a, p. 115).

Castells (2003a) traça três características dos movimentos sociais na “Era da Informação” que têm na internet um componente vital. A primeira delas é que são movimentos culturais que necessitam dos sistemas de comunicação para trabalhar os princípios e valores do modo de vida que defendem.

A segunda característica é que esses movimentos sociais precisam representar uma alternativa em relação à crise das organizações políticas verticais e engessadas da “Era Industrial”. Tendo como foco a sociedade, e não o Estado, eles objetivam levantar o debate ao invés de negociar com as autoridades públicas, ou seja, possuem foco na discussão e, para isso, necessitam de uma comunicação eficiente e abrangente. Além disso, não possuem uma coordenação e um programa comum; e atuam juntos em ações simbólicas a partir de uma teia diversa de atores. Essa forma de organização descentralizada e de alcance global é facilitada, se não propiciada, pela internet.

A terceira característica que a internet alavanca, segundo o autor, é a possibilidade de globalização dos movimentos sociais, ou seja, de elevar a nível global o combate ao poder e à mídia de massa. A internet possibilita aos movimentos sociais “pensar localmente (respondendo a seus próprios interesses e identidade) e agir globalmente – no nível em que realmente importa hoje” (Castells, 2003a, p. 118).

Um dos primeiros movimentos sociais a incorporar a internet em sua organização e em suas ações foi o movimento Zapatista. Figueiredo (2007) mostra que a comunicação virtual foi utilizada pelo movimento para mobilizar a sociedade civil do México e do restante do mundo, criando uma rede de solidariedade em torno dos indígenas de Chiapas.

Para o autor, os encontros internacionais promovidos pelos zapatistas impulsionaram a formalização de redes através da internet. A partir de 1995, foram lançadas mobilizações internacionais inspiradas na organização em rede dos Zapatistas. Um exemplo foi a Ação Global dos Povos, uma rede que se formou no II Encontro Intercontinental Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, realizado na Espanha em 1997, que concretizou a ação antiglobal em Genebra em 1998.

Figueiredo (2007) aponta a internet como potencializadora das novas formas de luta que deram início ao movimento antiglobalização e às ações globais. O movimento antiglobalização une várias organizações, movimentos e redes diversas. São caracterizados por uma enorme heterogeneidade, por ações de caráter espetacular, pela utilização das novas tecnologias da comunicação e da informação (NTICs), pela horizontalidade na organização política, pela conexão global e crítica radical ao modelo socioeconômico hegemônico (Bringel; Muñoz, 2010).

Suas ações ganharam destaque na mídia hegemônica em 1999 no protesto contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle. A organização dessas ações ocorreu de forma descentralizada e com a utilização da internet e de *mobílies* para coordenar a grande diversidade de grupos e ativistas. Naquela ocasião, surgiu o Indymedia, uma rede aberta de produtores de informação com a finalidade de cobrir os protestos – que acabou se difundindo para diversos países.

O ápice do movimento antiglobalização, durante a Guerra do Iraque em 2004 (Figueiredo, 2007), destacou o poder da contrainformação na realização de ações coletivas através da apresentação de versões do conflito que contradiziam a mídia hegemônica, reforçando a importância das agências alternativas de informações, dos *blogs* e ciberativistas. Além disto, foram organizados protestos na rede que se materializaram nas ruas.

Rovira (2009) explica que já existiam redes transnacionais antes dos Zapatistas e que a inovação do fenômeno foi a constituição de redes marcadas por grande transitoriedade e heterogeneidade. A formação de redes de movimentos sociais possibilita a articulação de diversas entidades sociais em prol de um objetivo comum. Santos (2001) aponta a formação de redes de movimentos sociais como forma de articular as subjetividades locais:

Frente a la transformación de lo cotidiano en una red de síntesis momentáneas y localizadas, de determinaciones globales y maximalistas, el sentido común y el vulgar del día a día, tanto público como privado, tanto productivo como reproductivo, se desvulgarizan y pasan a ser oportunidades únicas de inversión y protagonismo personal y de grupo. De ahí la nueva relación entre subjetividad y ciudadanía (Santos, 2001, p.180).

Segundo Scherer-Warren (2008), as redes de movimentos sociais latino-americanos abrem novas possibilidades para uma política emancipatória. Os movimentos sociais caminham para uma democracia pluralista e para uma lógica associativa baseada na diversidade, na medida em que reconhecem suas semelhanças e respeitam suas diferenças a fim de somar lutas. Assim:

Se, por um lado, esse encontro da diversidade dos movimentos representa também a possibilidade de fragilidade das lutas, devido à sua fragmentação e efemeridade, por outro lado, representa um avanço no plano do reconhecimento intersujeitos e interorganizacional, criando um potencial de democratização no âmbito das relações sociais e políticas (Scherer-Warren, 2008, p. 509).

A autora explica ainda que para a formação de redes e, portanto, de identidades coletivas, é necessário que as demandas materiais sejam traduzidas em representações simbólicas. Dessa forma, os sujeitos identificam-se, traduzem-se⁷⁷ uns aos outros e podem empreender uma “ação coletiva” (Scherer-Warren, 2008).

No mesmo estudo, ainda são estabelecidos os níveis constitutivos de uma rede de movimentos sociais, “que incidem em seu empoderamento: organizacional, narrativo, doutrinal, tecnológico e social” (Scherer-Warren, 2008, p. 511).

No nível organizativo, a formação das redes depende do respeito às peculiaridades organizativas e reivindicativas de cada movimento social. Várias organizações podem unir-se por um mesmo objetivo, mas cada uma adota

77. No sentido de tradução simbólica de Boaventura Souza Santos (2001); conceito também utilizado por Ilse Scherer-Warren (2008).

uma forma, diferente e condizente com sua natureza, de colocar as reivindicações em prática. O nível das narrativas e o doutrinário funcionam a partir da associação da memória de exploração comum dos oprimidos latino-americanos e das vivências do presente.

No nível da informação e da comunicação, o que interessa diretamente a este artigo, a autora destaca que as novas tecnologias da comunicação têm um papel importante na comunicação inter-rede e “na construção de uma rede de simpatizantes, de solidariedade e na formação de uma ‘opinião pública mundial’ e (ou) latino-americana, a partir de uma sociedade civil crítica” (Scherer-Warren, 2008, p. 513). Os impactos das novas tecnologias da comunicação são citados ainda no último nível: o dos vínculos sociais e pessoais, no qual há possibilidade de “gerar mensagens de conexão, mobilização e empoderamento” (Scherer-Warren, 2008, p. 514).

WEB COLABORATIVA, ESFERA PÚBLICA INTERCONECTADA E O CIBERATIVISMO

As possibilidades abertas aos movimentos sociais e às ações coletivas pelo uso das NTICs foram potencializadas nos últimos anos por uma combinação de técnicas informáticas e novas estratégias mercadológicas. Essa fase da internet, muitas vezes chamada de Web 2.0, está diretamente relacionada à criação de ferramentas que significam uma forma mais dinâmica de consumir informações (Primo, 2007). Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento dessas ferramentas possibilita a existência de mais polos de emissão e potencializa o trabalho colaborativo, ele também, como afirma Kuklinski (2007), está inserido em uma lógica mercadológica e industrial.

A facilidade de publicação gerada pelas novas ferramentas colaborativas trouxe impactos para a lógica de produção e consumo de conteúdos. Com o aumento do volume e diversificação das informações disponíveis, o mercado na internet passa cada vez mais a funcionar sob a lógica dos nichos, e os filtros da mídia de massa passam a não serem os únicos a determinar a popularidade dos conteúdos (Schmitt; Fialho, 2007). Esse contexto implicou em algumas modificações em relação à audiência no mercado virtual, ilustrado pela Teoria da Cauda Longa. Essa teoria mostra que o consumo na internet é tão fragmentado que a: “[...] receita total de uma multidão de produtos de nicho, com baixos volumes de vendas, é igual à receita total dos poucos grandes sucessos” (Anderson, 2006. In: Schmitt; Fialho, 2007, p. 2).

A lógica de comunicação virtual por meio dos *links*, a popularização da internet e as possibilidades técnicas de interação e compartilhamento entre os usuários favoreceram a criação de redes sociais no ciberespaço. Os serviços colaborativos da Web abriram algumas possibilidades comunicativas

para a organização política na “sociedade em rede”, visíveis na utilização dos *blogs*, *wikis*, canais de vídeo e fotos etc.

A formação de redes sociais antecede a internet, porém, com a Web, as redes ganham novas características⁷⁸. Na Web, elas se expressam em *sites* e são formadas por “um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)” (Recuero, 2009, p. 24). Em resumo, a popularização das ferramentas da Web 2.0 e as possibilidades de desenvolvimento de trabalhos colaborativos e de uma comunicação horizontal contribuíram para a cultura das redes sociais virtuais e têm culminado em novos modelos de organização social, político e econômico. O debate sobre essa nova configuração trouxe de volta o conceito de esfera pública de Habermas adaptado ao contexto da internet. Langman (2005), buscando repensar a teoria dos movimentos sociais diante da globalização e das transformações comunicacionais no início do século XXI, aponta a emergência da “esfera pública virtual”. O autor adiciona a internet ao histórico de relação entre a comunicação e as mobilizações sociais traçado por Habermas⁷⁹. Ele acrescenta à análise de Habermas os movimentos antiglobalização. Segundo o autor, esses são movimentos sociais interconectados, característicos da comunicação propiciada pela internet:

The internet and its architecture has provided relatively low-cost, easy-access and far-reaching networks, dispersed across the globe, that provide flows of vast amounts of information. Decentralized nodules along communication networks are easily created, constructed and rhizomatically spread to deterritorialized “virtual public spheres” (Langman, 2005, p. 15).

Benkler (2006), ainda que do ponto de vista liberal e a partir de uma perspectiva do indivíduo, também aponta o surgimento de uma nova esfera pública, a interconectada. O autor realiza uma análise comparativa da produção de informação e bens culturais na internet e na mídia de massa hegemônica e descreve um novo estágio econômico, a economia da informação em rede. Esta tem como características principais a centralidade da informação e

78. Os *sites* de redes sociais diferenciam-se de outras formas de comunicação mediadas pelo computador por permitirem: [...] aos indivíduos (a) construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema limitado, (b) articular uma lista de outros usuários com quem eles compartilham uma conexão, e (c) ver e navegar/percorrer em sua lista de conexões e aquelas criadas por outros usuários dentro do sistema. (BOYD & ELLISON, 2007, p. 2).

79. A ideia de esfera pública de Habermas estava relacionada à utilização da mídia impressa e do telégrafo por movimentos sindicalistas, nacionalistas e abolicionistas no século XVIII e XIX; do rádio e do filme pelo nazismo no século XX; e da televisão pelos NMS a partir da década de 1960. Estes instrumentos de comunicação permitiriam a discussão pública de ideias (LANGMAN, 2005).

da comunicação em seu funcionamento e a possibilidade de uma produção não mercadológica, organizada de forma descentralizada (Benkler, 2006).

Para Benkler (2006), enquanto o modelo de comunicação e produção cultural industrial está ligado a altos custos de produção físicos, a comunicação em rede quase elimina estes gastos. O barateamento desses custos permite o surgimento de produções de informação e cultura que não estão baseados na propriedade privada e nos mercados. Essas transformações econômicas possibilitam constituição da esfera pública interconectada: “a diferença fundamental entre a esfera pública interconectada e a esfera pública dominada pelo *mass media* se dá pela arquitetura de informação distribuída da rede e pela eliminação dos custos para se tornar um emissor” (Branco, 2009, p. 17).

A economia da informação em rede, para o autor, potencializa a liberdade individual para produção de informação e conhecimento:

On the back-ground of these limitations of the mass media, I suggest that the networked public sphere enables many more individuals to communicate their observations and their viewpoints to many others, and to do so in a way that cannot be controlled by media owners and is not as easily corruptible by money as were the mass media. (Benkler, 2006, p. 11).

As possibilidades de democratização da internet apontadas por Benkler (2006), bem como o seu otimismo, estão ligados às comparações de que parte sua análise: entre internet e a mídia de massa hegemônica; a produção mercadológica e as produções não mercadológicas; entre lógicas de produções baseadas na propriedade privada e as não fundamentadas nela – partindo do pressuposto de que essas esferas podem conviver. Ainda assim, as potencialidades destacadas pelo autor, como a oportunidade de criação informação sem custos, de forma colaborativa e descentralizada e de circulação destes bens através de uma arquitetura horizontal, devem ser levadas em consideração.

Lemos (2009), partindo das transformações na comunicação, também enxerga a existência de um novo panorama: a “nova esfera comunicacional”. Essa esfera teria surgido com as redes telemáticas e os computadores e é caracterizada por instrumentos de comunicação com funções pós-massivas e pela emergência de uma “cultura das mídias mais conversacional que informacional, já que a troca se dá mais próxima do diálogo do que da recepção” (Lemos, 2009, p. 3).

A noção de esfera pública interconectada possui alguns limites. Um deles é a própria perspectiva consensual advinda das teorizações de Habermas, que não dá ênfase para as relações de poder relacionadas aos processos comunicativos. Outra questão são os limites da própria internet, que é um ambiente em disputa,

no qual Estado, grandes corporações, cidadãos e ativistas buscam propósitos diferentes e conflitantes. Não debateremos essas questões, mas assinalamos a necessidade de aprofundamento delas em discussões posteriores. Destacamos, por outro lado, que, diante da maior facilidade de produção e emissão de conteúdos, da criação e disponibilização de ferramentas e serviços que facilitam e barateiam os processos de produção colaborativa e o compartilhamento de informações, os atores sociais ganham novas possibilidades de ativismo.

As ações de cunho político na internet são costumeiramente denominadas ciberativismo. A noção comunicativa é intrínseca ao termo, já que ele surge com o advento da internet, como aponta Cavalcante (2010). O ciberativismo nasceu na década de 1990 com a popularização da internet e ganhou visibilidade em 1994 com a ação do movimento Zapatista do México. Para a autora, o ciberativismo se fortaleceu com os protestos antiglobalização em Seattle (1999) e com a entrada das ONGs no ambiente virtual (Cavalcante, 2010).

As ações de ciberativismo são bem variadas e não se restringem apenas ao ambiente virtual, podendo estender-se ao espaço *off-line*. Sandor Vegh (cf. Rigitano, 2003) propõe três classificações para o ciberativismo. Em síntese, as classificações poderiam ser resumidas em: 1. iniciativas de conscientização e apoio: difusão de informações e eventos furando o bloqueio da mídia de massa hegemônica; 2. “organização e mobilização, a partir da internet, para uma determinada ação” (Rigitano, 2003, p. 4), nesse caso, a ação pode ser realizada tanto *off-line* como *on-line*; e 3. hacktivismo: ativismo realizado por *hackers*.

METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O presente artigo tem um caráter predominantemente quantitativo e os dados são de natureza primária. Foram coletados através de uma varredura completa no relatório do Google Analytics⁸⁰ referente ao *website* do Limite da Terra. Além disto, também nos valem de informações cedidas por Thays Puzzi, assessora de comunicação do FNRA, através de uma entrevista via e-mail.

A análise foi realizada em duas etapas. Na primeira, concentramo-nos no *site* da campanha e na sua dinâmica de atualização, pois o ele foi o centro das ações da assessoria de comunicação do FNRA na internet. Na segunda etapa, focou-se na difusão da campanha na internet.

Na primeira etapa, contabilizamos o número de matérias enviadas pelas organizações, movimentos, meios de comunicação e indivíduos para o *site* da

80. O Google Analytics é um *software* de análise da Web que, segundo a descrição na sua própria página, possibilita uma visibilidade do tráfego e das estratégias de *marketing* de um *website*. Disponível em: <http://www.google.com/analytics/>, acessado em 2 jun. 2011.

campanha. Reconheceu-se nestes números um indicativo quantitativo da colaboração desses atores na construção e divulgação do plebiscito na internet – a partir da interferência direta no *site* da campanha.

Na segunda etapa, o *site* continuou sendo uma referência, porém expandimos a análise, considerando a difusão da campanha a partir de outros *sites* e espaços virtuais. Contabilizamos a quantidade de visitantes direcionados ao *site* Limite da Terra por organizações, movimentos, *blogs*, redes sociais e listas de discussões/e-mails, esboçando com estes dados um desenho do fluxo de indicações que remetem à página oficial da campanha.

Nessa segunda etapa de investigação, nos inspiramos em duas abordagens metodológicas: o estudo de redes sociais e a análise de *hiperlinks*, sendo que esta última teve maior peso. A análise dos *hiperlinks* é “uma transposição dos métodos e técnicas de Análise de Redes e Análise de Redes Sociais para o estudo de *links* em sistemas hipertextuais de larga escala [...]” (Fragoso *et al.*, p. 139, 2011). Mesclamos assim os conceitos de ambas abordagens, entendendo que a primeira especifica aspectos da Web nas redes sociais, em que os nós são *sites* e as conexões são *links* (Fragoso *et al.*, 2011).

Os dados coletados referem-se ao período de 1º de maio até 20 de outubro de 2010. Feitas algumas pontuações sobre a metodologia, passemos para a análise dos dados.

O SITE DA CAMPANHA

O *site* da campanha já existia desde 2007, porém foi totalmente reformulado em 2010. O projeto veio da necessidade de incluir novas ferramentas e encurtar o endereço. Thays Puzzi, assessora de comunicação do FNRA, conta que o que motivou o investimento na comunicação virtual foi a inexistência de recursos para divulgação da campanha na mídia de massa comercial. Além disso, as entidades do FNRA, em sua grande maioria, possuíam páginas na internet.

Diversas organizações, movimentos sociais e indivíduos colaboraram na atualização do conteúdo das seções de notícias, artigos e depoimentos. Foram publicadas 165 notícias e 16 artigos de 1º de maio até 20 de outubro de 2010 no *site* da campanha pelo Limite da Terra.

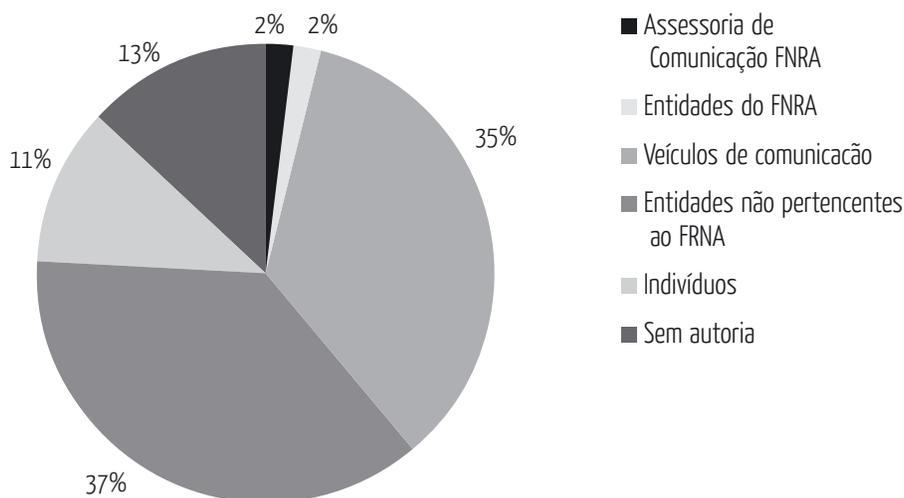
Relacionamos os autores das notícias e artigos publicados na página oficial do plebiscito. Depois contabilizamos o número de participações que cada entidade obteve nesse período, conforme a tabela a seguir. Com base na tabela, construímos o gráfico.

As entidades pertencentes ao FNRA publicaram, juntas, o maior número de notícias no *site*: 66 textos. Porém, 37 destes, ou seja, mais da metade, são de autoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fato que a configura como

Autores das matérias publicadas no *site* Limite da Terra

Autores das notícias e artigos publicados no <i>site</i> da campanha Limite da Terra	Número de publicações no <i>site</i>
Entidades do FNRA (11): CPT, MST, Contag, Assembleia Popular, Conic, Cáritas, Terra de Direitos, Cese, Agência Brasil, Fase, MAB, Pastorais da CNBB.	66
Assessoria de Comunicação do FNRA: organizadora da rede.	63
Outras entidades (11): Centro Burnier Fé e Justiça, Incra, ASCOM APP, Recid (ES), Rede Caic, Jufra, CNLB, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Assecom / Gab. da dep. Helena Barros Heluy, Sindicato dos Bancários (ES), Portal CTB	23
Veículos de Comunicação (13): <i>Correio Brasiliense</i> , IHU, Adital, Rádio Agência NP, <i>Valor Econômico</i> , Agência Brasil, <i>Jornal Vias de Fato</i> , Infonet, Agência Petroleira de Notícias, Carta Maior, <i>Diário de Cuiabá</i> , <i>Folha de S.Paulo</i> , <i>Jornal O Pequeno</i> .	20
Indivíduos (6): Luís Henrique Shikasho, João Muniz, Rodrigo Apolinário (jornalista da Diocese de Campina Grande), Márcio Malta, Marcus Silvestre (jornalista do Programa Conexões de Saberes UFPE), Josivaldo Dias (<i>blog</i> Tempo Presente).	6
Notícias sem fonte publicadas	3
Total de notícias publicadas	181

*dados coletados em 25/10/10



uma entidade com alta participação na página da campanha. A assessoria de comunicação do FNRA é autora de boa parte dos textos (63), o que se justifica pelo seu papel de coordenadora da campanha. As outras entidades, isto é, aquelas que não pertencem ao FNRA, publicaram ao todo 23 notícias, número menor do que as organizações pertencentes ao FNRA.

Os meios de comunicação, embora tenham assinado um número menor de textos individualmente, somam juntos a quantia significativa de 20 textos. O *Correio Brasiliense* e o IHU-On Line são fontes de quatro e três textos respectivamente; a Adital e a Rádio Agência NP, de dois textos cada uma e os outros nove veículos de comunicação são autores de uma matéria cada um.

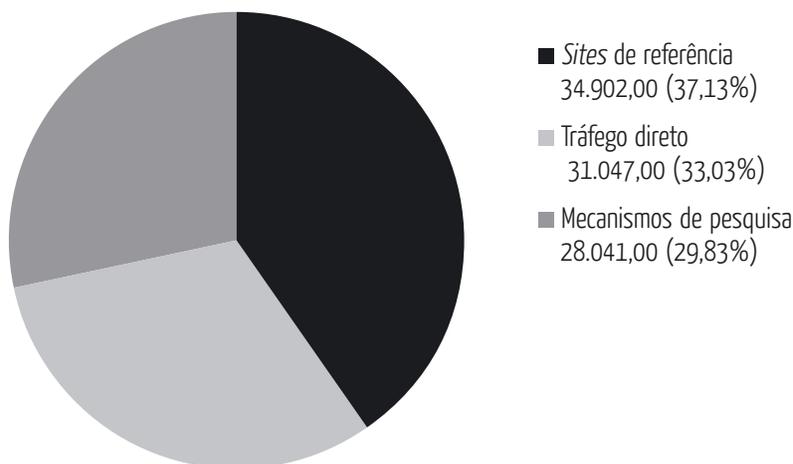
Seis pessoas não identificadas como pertencentes ao FNRA e nem representando meios de comunicação de massa participaram publicando seis textos, um por indivíduo. Apenas dois textos saíram de *blogs* para o *site* da campanha, um do Tempo Presente e outro do *blog* da Assembleia Popular de Montes Claros.

POPULARIZAÇÃO E EXPANSÃO DA CAMPANHA NA INTERNET

De acordo com o Google Analytics, entre 1º de maio e 20 de outubro de 2010, o *site* do Limite da Terra recebeu um total de 93.990 visitas. Essas visitas foram redirecionadas por três tipos de origens, conforme o gráfico abaixo.

A menor quantidade de visitas (28.041, ou seja, 29,83%), mas nem por isso menos significativa, chega até a página da campanha por meio de mecanismos de pesquisa, isto é, *sites* de busca. Analisando a lista com as expressões

Tipos de origens de tráfego

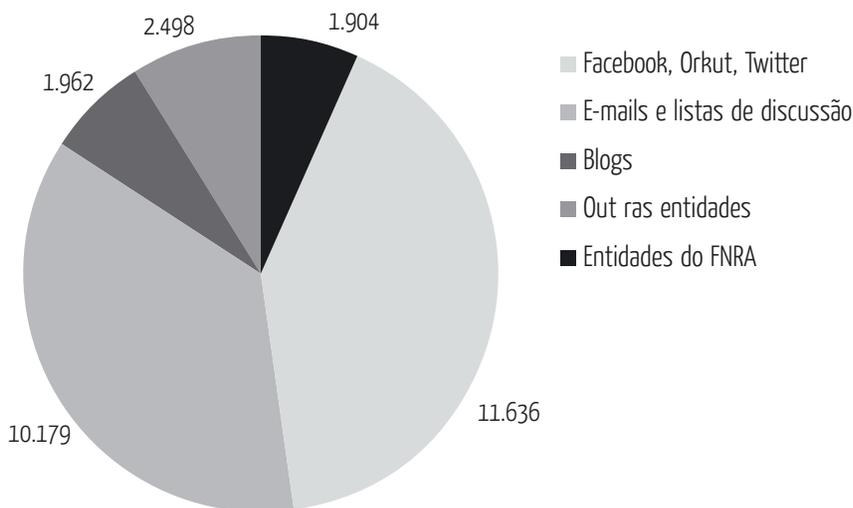


de busca, disponível no Google Analytics, percebe-se que elas estão relacionadas ao tema da Campanha pelo Limite da Terra. As dez primeiras expressões (responsáveis por 9.843 vistas) fazem referência direta ao nome e ao tema da campanha, por exemplo: “limite da terra” e “plebiscito da terra”. Isso indica que grande parte dos usuários que entraram no *site* por meio de buscas eram pessoas que estavam claramente procurando informações sobre o tema.

Um número maior de visitas que as originadas pelas buscas chegam ao *site* de forma direta (31.047, ou seja, 33,03%), isto é, através do endereço <http://www.limitedaterra.org>. Esses usuários, por conhecerem o endereço completo da página da campanha, possivelmente são pré-orientados, ou seja, chegam à página com conhecimento prévio da realização da campanha.

A maior parte das visitas (34.902 ou 37,03%) é originária de *sites* de referências, ou seja, a partir de *links* de outros *sites*. Mapeamos outros *sites* que enviaram visitas à página da campanha. O gráfico a seguir sintetiza os dados relativos ao número de visitas enviadas pelas redes sociais (Twitter, Orkut e Facebook), pelas entidades do FNRA, pelas outras entidades, pelos *blogs* e pelas listas de discussões/e-mails.

Número de visitas (comparativo) enviadas ao site Limite da Terra (1º de maio/20 de outubro de 2010).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados visualizados no gráfico permitem realizar alguns apontamentos. Um deles é que os *sites* de redes sociais foram espaços que potencializaram a divulgação do *site* da Campanha pelo Limite da Terra. Embora eles não tenham sido priorizados como espaços estratégicos de divulgação da campanha

pela assessoria de comunicação do FNRA, o Orkut, o Twitter e o Facebook, juntos, enviaram 11.636 visitas para a página oficial da campanha, o que corresponde a 12,38% das visitas totais.

Além das redes sociais, as listas de discussões/e-mails foram outro instrumento de peso quantitativo na divulgação do *site* do plebiscito, sendo responsáveis por 10,83% das visitas totais direcionadas para a página da campanha. As características destas listas de discussões/e-mails constituem-se em uma incógnita.⁸¹

Uma característica em comum no envio das visitas pelas outras entidades, *blogs* e listas de discussões/e-mails, foi a verificação de uma “cauda longa” (cf. Shmitt; Fialho, 2007). Poucos *sites* enviam muitas visitas, e muitos *sites* enviam poucas visitas, sendo que, somadas, as pequenas participações são maiores que o total das grandes participações. No caso dos *blogs*, por exemplo, se somarmos o número de visitas dos 279 *blogs* que enviaram menos de dez visitas cada um, o número será maior do que o *blog* que enviou mais visitas (190 visitas).

As entidades do FNRA originaram juntas 2,02% das visitas totais (1.904 visitas) para o *site* do Limite da Terra. O número é pequeno se comparado ao que as redes sociais e as listas de discussões/e-mails enviaram. Esses dados apontam que, embora a divulgação do *site* tenha sido pensada inicialmente a partir da rede de entidades pertencentes ao FNRA, como afirmou a assessora de comunicação Thays Puzzi, seus *sites* não foram os mais expressivos em relação ao número de visitas enviadas. Os *sites* das outras entidades, que enviaram um pouco mais de visitas que as entidades do FNRA, 2,65% do total (ou 2.498 visitas), também não se destacam quantitativamente dentre os grupos estabelecidos e analisados.

Com base nestas observações, percebe-se que a popularização do *site* da campanha na internet aconteceu com ajuda de atores e em espaços virtuais não planejados pela assessoria de comunicação do FNRA. A participação de entidades no *site* oficial da campanha via postagem de conteúdos foi apenas uma forma pela qual os atores em sintonia com o plebiscito pela reforma agrária contribuíram para a divulgação da Campanha pelo Limite da Terra.

ANÁLISE DOS DADOS

Em primeiro lugar, quanto à composição desta rede, identificou-se um paralelo com os quatro níveis constitutivos das redes de movimentos sociais de que fala Scherer-Warren (2008).

81. Estas listas de discussões/e-mails são espaços fechados e assim não temos informações mais profundas sobre elas, por exemplo, se estão relacionadas às entidades do FNRA, se são listas aleatórias etc.

No nível organizativo, segundo a autora, a formação das redes depende do respeito às diversidades organizativas e reivindicativas dos movimentos envolvidos (Scherer-Warren, 2008). Na rede de movimentos articulados no FNRA, observou-se a existência de uma diversidade de atores sociais, como institutos de pesquisa, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, organizações e associações estudantis e religiosas. Eles possuem diversos objetivos e atuam de maneiras diferentes, mas estão unidos em torno de uma causa em comum que é a luta pela reforma agrária. Além disto, somaram forças para a realização de uma “ação coletiva” que foi a Campanha pelo Limite da Terra. Por todas estas características, os movimentos e organizações sociais articulados no FNRA podem ser enquadrados no conceito de “redes de movimentos sociais” de Scherer-Warren (2008).

Essas organizações e movimentos traduzem o tema da reforma agrária identificando-se com o assunto de diversas maneiras. É possível observar essa característica pela diversidade de notícias postadas por eles no *site* do Limite da Terra. As informações abarcaram vários subtemas dentro da questão da terra, como a violência e educação no campo, soberania alimentar e territorial, entre outros. Ao criarem uma identificação com o tema e colaborarem na criação de uma narrativa sobre a questão agrária no Brasil, os atores desta rede de movimentos sociais atuam no segundo nível constitutivo das redes, o nível das narrativas e doutrinas. Constroem assim uma memória coletiva de exploração e luta dos atingidos pelo latifúndio.

No nível da informação e da comunicação, a internet contribuiu para gerar uma rede de simpatizantes que ajudou a divulgar o *site* do plebiscito, sobretudo através das redes sociais e das listas de discussões/e-mails. Já no nível dos vínculos sociais e pessoais, não é possível realizar conclusões a partir dos dados coletados. Mas um futuro estudo poderia colocar em questão até que ponto a internet contribuiu na mobilização de pessoas para participar do plebiscito.

Quanto à utilização do ambiente virtual, percebeu-se que a internet foi um espaço importante para a campanha e pode ser classificada como uma ação de “ciberativismo” (Vegh cf. Rigitano, 2003), ou seja, um movimento politicamente motivado que se apropriou do ambiente virtual para intervir na “esfera pública interconectada” de que fala Benkler (2006). Dentre as três classificações de ciberativismo apresentadas anteriormente, identificamos que a campanha contempla duas delas.

Primeiro, a internet foi utilizada para furar o bloqueio de informações da mídia de massa (Vegh cf. Rigitano, 2003), colocando em discussão um tema de interesse dos movimentos sociais. A rede de movimentos sociais do FNRA objetivava levar o debate sobre o limite de terras para a sociedade civil, porém,

o tema em questão não é abordado na mídia de massa hegemônica e quando ganha algum espaço nestes veículos é em perspectiva contrária à dos movimentos sociais. Essa possibilidade de furar o bloqueio da mídia hegemônica está diretamente relacionada aos baixos custos de emissão da “esfera pública interconectada” e às possibilidades de colaboração e compartilhamento existentes na estrutura de comunicação em rede descritas por Benkler (2006).

O segundo ponto que permite associar a campanha a uma ação de cibervotismo caracterizada por Vegh (cf. Rigitano, 2003) é que a internet funcionou como um instrumento de organização e, aparentemente, de mobilização. A assessoria de comunicação do Limite da Terra utilizou o *site* para disponibilizar materiais como *spots* e cartazes de divulgação, cédulas de votação e instruções de como realizar o plebiscito. As comissões locais de diversos lugares do Brasil puderam ter acesso a esses materiais para realizarem a consulta popular. Somado a isso, alguns *blogs* foram criados por estas comissões locais e funcionaram como instrumentos de comunicação para divulgar datas, horários e informações sobre a realização do plebiscito em cada lugar específico.

A internet contribuiu ainda enquanto meio de comunicação interno, isto é, entre os membros da rede do FNRA e de outras entidades mais próximas, com anseios semelhantes para a troca de informações e articulação da campanha. Em relação a toda essa estrutura de organização para que ocorresse a campanha, é possível notar que ela se deu através de uma comunicação estruturada em rede. Quanto à mobilização, não pudemos identificar, empiricamente, até que ponto a comunicação virtual mobilizou pessoas para votar no plebiscito, mas é visível que, minimamente, ela possibilitou mobilizar pessoas e a divulgar a campanha na Web.

Em relação ao fluxo de informações e os envolvidos nele, observou-se que a assessoria de comunicação do Limite da Terra concentrou suas ações no *site*, com o apoio da rede de organizações e movimentos articulados no FNRA. Esses movimentos e organizações foram parceiros da campanha, ajudaram na divulgação da mesma e na alimentação da página virtual oficial. Os parceiros contribuíram para o abastecimento do *site*, mas não foram os únicos. Outras entidades, veículos de comunicação de esquerda e indivíduos também participaram enviando notícias e artigos. Além disso, as entidades do FNRA não se sobressaíram em termos quantitativos, pois, juntas, enviaram quase a mesma quantidade de notícias e artigos para a página que os colaboradores não pertencentes ao Fórum encaminharam.

Assim, os *sites* das organizações e movimentos do FNRA e a página oficial da campanha tiveram o papel de iniciar a circulação de informações sobre a campanha dentro de seus nichos de usuários. Eles compuseram o núcleo

que inicialmente tocou a campanha. Porém, depois de iniciada a circulação de informações sobre o plebiscito na internet, a ação ganhou outros colaboradores. Por exemplo, os *sites* que enviaram mais visitas para a página da campanha foram os de redes sociais (12,38%) e os de listas de discussões/e-mails⁸² (10,83%) – ao contrário das entidades do FNRA (2,02%) que eram os parceiros oficiais. A realização da campanha na internet foi assim beneficiada pela arquitetura de informação distribuída em rede.

Nas redes sociais, a circulação de informações é realizada por indivíduos através de perfis pessoais. Perfis institucionais não foram encontrados nas comunidades do Orkut e páginas do Facebook. Inclusive, a assessoria de comunicação do Limite da Terra não criou perfis nessas duas redes sociais. Ou seja, a participação de indivíduos na divulgação do *site* da campanha teve grande peso quantitativo e mostra que a circulação de informações foi para além dos parceiros, o que é um ponto positivo. Esse fato está relacionado à característica dos *sites* de redes sociais, de serem espaços pertencentes a uma “cultura conversacional” presente na “nova esfera comunicacional” de que fala Lemos (2009).

Apesar da divulgação do *site* ter ganhado uma abrangência em espaços menos institucionalizados do que o *site* oficial e as páginas dos parceiros, o alcance das informações sobre a campanha ficou, de acordo com os dados considerados, restrito a um nicho de pessoas que minimamente partilham das aspirações dos movimentos sociais, ou que, ao contrário, discordam deles e também possuem algum conhecimento sobre as causas dos mesmos. Isso é notável pelos perfis dos usuários que se manifestaram nos espaços da campanha criados nas redes sociais. Eles apresentavam características em comum, como comunidades e frases nos seus perfis, que os identificavam como próximos aos ideais da campanha. Além disto, em relação às visitas totais, 28.041 visitas foram originadas de busca por palavras-chaves, sendo que 9.843 dessas vistas (correspondentes às dez primeiras palavras chaves) vieram de expressões com referência direta ao nome da campanha como “limite da terra” e “plebiscito da terra”, o que nos leva a considerar a possibilidade de estes usuários serem pré-orientados em relação à campanha. Existe uma cauda longa (Schmitt; Fialho, 2007) no acesso de visitas ao *site*: alguns poucos *sites* enviaram muitas visitas e muitos *sites* enviam poucas visitas, que somadas se equipararam às enviadas pelos grandes encaminhadores de acessos. Ou seja, as pequenas participações quando somadas ganharam importância quantitativa. Assim, a internet não é apenas um espaço que permite uma pluralidade de vozes. É, também, o

82. Embora tenha que se considerar que a difusão nas listas de e-mail pode se dar em listas que contém militantes das próprias entidades que compõem o FNRA.

espaço em que mesmo os nós que possuem pouca repercussão podem ganhar importância se estiverem sincronizados, ou unidos, com outros nós.

Esses nós, quando realizam uma ação em conjunto, podem agregar as “forças dormentes” dispersas na rede (Machado, 2007) ou, em outras palavras, mobilizar uma “rede de simpatizantes” (Scherer-Warren, 2008). Este é o caso de indivíduos que apoiam a causa da reforma agrária, mas não necessariamente estão envolvidos em alguma luta. Eles contribuem para promover a campanha através de discussões nas redes sociais, de comentários nos *blogs* e da circulação de e-mails. Nas relações *on-line*, a princípio, não há um comprometimento físico dos atores. Porém, como defende Recuero (2009), os laços fracos possuem uma grande importância nas redes sociais, pois são eles que ligam grupos e redes diferentes entre si, o que contribui para a circulação de informações na internet.

Percebe-se que a campanha está contextualizada na “nova cultura organizacional” da qual fala Machado (2007). A utilização das novas tecnologias da comunicação e da informação (NTICs) facilitou a organização e ação em rede dos movimentos sociais articulados no FNRA, possibilitando a soma de forças e, conseqüentemente, fortalecendo a campanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos permite apontar algumas formas de como a internet pode contribuir para a ação coletiva. Primeiramente, sem a utilização dela seria impossível, ou no mínimo muito difícil, a realização de uma ação, contando com uma diversidade de atores, acontecer em larga escala. A forma de comunicação em rede descentralizada contribuiu também para formação de uma rede de simpatizantes e apoio que se manifestam virtualmente de diferentes formas e em diferentes espaços. Existe uma força nessa diversidade que se coloca de forma efêmera, pois é difícil prevê-la e desarticulá-la.

Dessa forma, uma ação coletiva empreendida na internet deve levar em conta que vivemos em uma “sociedade em rede” (Castells, 2003b), o que interfere diretamente nas estratégias de comunicação a serem adotadas. As adesões às causas em luta não são totalmente direcionadas e controladas por quem as promove. Elas podem partir de um núcleo central, mas podem atingir espaços e instâncias das mais diversas e imprevistas. Essa difusão rápida pode ser positiva em termos de repercussão, mas pode não ser suficiente para sustentar os processos de mudanças estruturais na sociedade.

A internet possibilita também que a contrainformação ganhe um alcance global e acabe por entrar na pauta da mídia de massa hegemônica, ainda que com distorções ideológicas. Embora a Campanha pelo Limite da Terra não tenha

obtido espaços notáveis na mídia hegemônica brasileira, outros exemplos maiores nos dão uma dimensão dessa possibilidade, como a Batalha de Seattle e, recentemente, os Indignados na Espanha e Occupy Wall Street nos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New York: Strange Fruit, 2006. Disponível em www.benkler.org, acessado em 2 maio 2014.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13, article 11, 2011. Trad. MAIA, C. *et al.* Disponível em: <http://adoteumparagrafo.pbworks.com/w/page/1409350/boyd01>, acessado em 2 maio 2014.

BRANCO, C. C. Benkler: as redes e a nova “mão invisível”. In: BRANCO C. C.; MATSUZAKI, L. Y. *Olhares da rede*. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(1):28-36, jan.-abr. 2010.

CASTELLS, Manuel. A política da internet I: redes de computadores, sociedade civil e o Estado. In: *A galáxia da internet*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003b.

CAVALCANTE, Rebeca Freitas. Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação) – Especialização em Estudo dos Mídia e do Jornalismo da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v. 9, n. 17, p. 235-248, mar.-ago. 2005.

FIGUEIREDO, G. G. *Vamos ao baile: gingas da comunicação e da participação no Zapatismo*. *Lua nova*, São Paulo, n. 72, p. 47-48, 2007.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para a internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

KUKLINSKI, H. P. Un esbozo de ideas críticas sobre la *web 2.0*. In: ROMANÍ, C. C.; KUKLINSKI, H. P. (orgs.). *Planeta web 2.0: inteligencia colectiva o medios fast food*. Flacso México, Barcelona, México DF: Grup de Recerca d'Interaccions Digitals, Universitat de Vic, 2007.

LANGMAN, Lauren. From virtual public spheres to global justice: a critical theory of internet worked social movements. *Sociological Theory*, 23 (1), p. 42-74, 2005.

LEMO, A. Nova esfera convercional. In: DIMAS, A. K.; SILVEIRA, D. A.; S. A. *et al.* *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 248-285, jul.-dez. 2007.

PRIMO, A. O aspecto relacional nas interações na *web 2.0*. E-Compós, Brasília, v. 9, p 1-21, 2007.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIGITANO, M. E. C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades, Salvador, 2003.

ROVIRA, Guiomar. *Zapatistas sin fronteras*. Las redes de solidaridad com Chiapas y el altermundismo. México: Era, 2009.

SANTOS, B. de S. Los nuevos movimientos sociales. *Revista del Observatorio Social de América Latina/OSAL*. Buenos Aires, n. 5, p. 177-188, 2001.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, Salvador, 21, n. 54, p. 505-517, set.-dez. 2008.

SCHMITT, V.; FIALHO, F. A. P. A. Cauda Longa e o jornalismo. Como a teoria da Cauda Longa se aplica no jornalismo. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, ago. 2007.

Parte II

Ciberpolítica

SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O USO DA INTERNET PELA REDE NOSSA SÃO PAULO NA ARTICULAÇÃO POLÍTICA (2012)

Cláudio Luis de Camargo Penteado
(claudio.penteado@ufabc.edu.br, UFABC)
Rafael de Paulo Aguiar Araujo
(rafa77@uol.com.br, PUC/SP)
Marcelo Burgos dos Santos Pimentel
(marceloburgos@uol.com.br, UFPB)

INTRODUÇÃO

O campo das políticas públicas está ampliando seu escopo de pesquisa incluindo temas emergentes e novas agendas de investigação. A incorporação da participação cidadã dentro do processo de desenvolvimento de políticas é um dos desafios para as sociedades democráticas contemporâneas. Algumas abordagens (participacionistas) acreditam que o maior envolvimento da sociedade civil possibilita uma maior eficácia e eficiência das políticas, aumentando o controle social, a transparência das ações e incorporando novos atores, além de contribuir para a democratização do poder público e do fortalecimento da cidadania ativa (Jacobi, 2000).

No entanto, a participação da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas encontra diversas barreiras para sua efetivação. A falta de uma cultura cívica (Fung, 2006; Maia, 2008) e a ausência de desenhos institucionais que favoreçam o envolvimento do cidadão (Michels, 2011) no processo de desenvolvimento das políticas são alguns dos principais impedimentos encontrados. As dificuldades de participação na formação da agenda, na seleção das alternativas, na implementação e na avaliação e monitoramento das políticas públicas acabam por circunscrever o processo decisório a uma equipe técnica de funcionários e políticos profissionais.

Nesse contexto, o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) amplia as possibilidades de interação entre a esfera pública

e a privada. Os novos mecanismos de comunicação digital contribuem para a superação das barreiras citadas anteriormente, uma vez que os canais tecnológicos de interatividade permitem a redução dos custos de participação e possibilitam a formação de práticas capazes de estimular uma cultura cívica, facilitando a participação do cidadão dentro do processo político. As Tecnologias de Informação e Comunicação também criam dispositivos conectados a uma rede global de informações digitais, para o desenvolvimento de novos desenhos institucionais que favoreçam a interação da gestão pública com o cidadão, podendo tornar o processo mais aberto para consultas, debates, deliberações, acompanhamento, acesso às informações, mas também o monitoramento e o controle social. As TICs também podem viabilizar a abertura de novos espaços de participação política, ampliando a inserção da sociedade civil.

Dentre as possibilidades de atuação através do uso da internet, é preciso dar destaque para a criação de novos canais de comunicação e interação entre a sociedade civil e a gestão pública e, também, entre a própria população. Essa interação permite uma articulação em rede que pode potencializar o desenvolvimento do ciclo das políticas. Nesse contexto, a atuação de redes cívicas na promoção de defesa de políticas públicas (Maia, 2008) encontra na Web um espaço privilegiado de ampliação do seu campo de ação.

A atuação dessas redes nesse novo espaço político forma as chamadas redes tecnossociais, que funcionam, segundo Egler (2010), dentro de uma arquitetura móvel, fluida, flexível e, além disso, são organizadas em torno de políticas de interesse comum ao grupo, se constituindo por uma identidade social coletiva. Para a autora, a ação das redes tecnossociais capacita a coesão de seus membros e a formação de um novo “sujeito coletivo”, capaz de produzir ações que podem criar uma nova dinâmica nas estruturas de poder e democratizar as políticas públicas, abrindo mais espaço para atuação da sociedade civil.

Um exemplo dessa prática é a Rede Nossa São Paulo (RNSP), que agrega quase setecentas entidades participantes, entre ONGs, associações empresariais, movimentos sociais, bancos, sindicatos, universidades e outras instituições. A RNSP se destaca por reunir diferentes setores e agentes, que se articulam de forma a apresentar demandas da sociedade para os órgãos públicos municipais. Para tanto, desenvolve programas e projetos de políticas públicas em parcerias com o Estado ou entre seus membros. Trata-se de uma rede cívica que aglutina diferentes atores da sociedade e que utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação na promoção de uma maior participação cidadã.

A RNSP atua como um movimento da sociedade civil organizada com o objetivo de desenvolver diferentes ações políticas e de promover a cidadania. Sua organização procura garantir uma força política capaz de atuar na agenda

de administração da cidade, melhorando a vida de seus habitantes. Em sua carta de princípios, a Rede se apresenta como movimento da sociedade civil pautada por três pilares democráticos: equidade, participação e transparência.

Este artigo tem por objetivo avaliar a Rede Nossa São Paulo como experiência que parte da sociedade civil e se articula através das Tecnologias de Informação e Comunicação como forma de participação no processo de desenvolvimento de políticas públicas. O texto apresenta uma análise da dinâmica interna da RNSP, mapeando seus mecanismos de articulação e a participação de diferentes atores políticos. A investigação foi realizada a partir de uma dupla abordagem metodológica. A primeira corresponde à avaliação dos projetos desenvolvidos pela Rede, as metas alcançadas, as ações propostas, o desenvolvimento dos grupos de trabalho e dos fóruns de discussões presentes no portal e a caracterização das instituições e atores envolvidos. Em um primeiro momento, portanto, foi feito um balanço da arquitetura da RNSP, de suas ações e propostas, além de uma avaliação da capacidade de influência que suas ações exercem junto aos órgãos públicos no desenvolvimento de diferentes políticas públicas.

Ao sistematizar as ações desenvolvidas pela RNSP e avaliar o impacto que possuem nos processos políticos, surgiu a necessidade de se compreender os meios de articulação internos da Rede. Assim, a segunda abordagem metodológica da pesquisa implicou a avaliação dos bastidores da RNSP, seus mecanismos de funcionamento, suas articulações e estratégias.

Com base nessas duas abordagens, foi possível verificar em que medida o uso das TICs contribuem para o desenvolvimento dos projetos e ações propostas. Para isso, foram feitas visitas e entrevistas com atores diretamente envolvidos na RNSP; também foram realizados o acompanhamento de alguns dos principais projetos e seminários promovidos, além de uma avaliação da presença interna de forças políticas e econômicas e sua capacidade de mobilização e influência na agenda pública.

POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O USO DAS TICs

As mudanças políticas no Brasil, sobretudo no campo das políticas públicas, a partir da redemocratização, foram provocadas por dois eventos importantes: a Constituição Federal de 1988 e a reforma do aparelho do Estado no governo FHC. Essas duas ações ajudaram a transformar as ações e as práticas políticas brasileiras, dando uma ênfase maior à efetividade e democratização da gestão pública. Foram criados mecanismos de participação popular nas políticas públicas, tais como conselhos municipais e consultas públicas, mas

também mecanismos de controle como a Advocacia Geral da União (AGU), a Controladoria Geral da União (CGU), a Lei de Responsabilidade Fiscal e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação, que obriga o Estado em todas as suas esferas a disponibilizar informações ao cidadão brasileiro. Todas essas ações podem ser resumidas em mecanismos de *accountability* (Campos, 1990; Pinho & Sacramento, 2009), que passaram a integrar a dinâmica política.

Como consequências dessas mudanças sociais e políticas, um novo campo de pesquisa tem emergido na Ciência Política em conjunto com a Administração Pública: as Políticas Públicas. Assim, passa a existir a incorporação da participação cidadã dentro do processo de desenvolvimento de políticas como um dos desafios para as sociedades democráticas contemporâneas. Os cidadãos, de maneira cada vez mais articulada, passam a exigir do Estado e de seus representantes legais novas posturas e comprometimento com a *res publica* (lat. *res*: coisa; *publica*: pública). Atualmente, esse processo foi potencializado pelo desenvolvimento das TICs, que possibilitam aproximações e novos arranjos institucionais da prática política, criando dispositivos que possibilitam maior eficiência da gestão pública, como canais para o controle das ações estatais e participação cidadã. Como consequência desses avanços, tem-se a possibilidade de constituição de uma nova esfera pública, mais democrática e permeável à atuação da sociedade civil organizada.

Ainda na década de 1990, começam a surgir experiências mais efetivas de participação da sociedade civil dentro do ciclo de políticas públicas, apoiadas no movimento de reforma do Estado que deu ênfase ao desenvolvimento de diferentes mecanismos de controle (Bresser-Pereira, 1998). Dentro dessa perspectiva, o controle social passou a ser mais democrático e difuso, pois passou a ocorrer em várias instâncias. Novas formas de responsabilização foram desenvolvidas, com base na atuação governamental e na participação popular, com a finalidade de garantir mais eficiência aos serviços prestados pelo Estado. Em outras palavras, começaram a existir novas práticas, que possibilitaram um maior controle político do Estado por parte da sociedade civil organizada e experiências de políticas públicas que se apoiam na participação cidadã.

Atualmente o tema da participação social encontra-se presente em diferentes abordagens teóricas. Aparece em perspectivas associadas ao espectro da “nova direita”, que vê na participação uma forma de diminuir a ação ineficaz do Estado-providência e o surgimento de uma cidadania ativa; mas também em leituras que enxergam nesse processo um (re)surgimento da democracia participativa, estando presente nos discursos mais progressistas (Milani, 2008).

Nesse contexto de ampliação da participação, surge o conceito de empoderamento (*empowerment*), segundo o qual a “comunidade” seria protagonista

de sua história, participando efetivamente das decisões de políticas públicas que vão afetar seu cotidiano (Gohn, 2004). A concepção de empoderamento implica a participação ativa dos cidadãos na discussão e, às vezes, deliberação de seus problemas como dispositivo central, voltado para o aumento da eficácia das políticas, ampliação da democracia e promoção da cidadania.

Entretanto, apesar de todos esses avanços na tentativa de incorporar a participação cidadã na agenda política, ainda é possível encontrar diversos entraves para sua real efetivação no Brasil. Entre as diversas barreiras existentes para a ampliação da participação cívica ou política, é possível destacar neste escopo de pesquisa: a falta de cultura participativa (Gomes, 2005); a dificuldade do acesso às informações públicas (Avritzer, 2000); a ausência de canais institucionais e não institucionais de participação (Pinho, 2008); o custo (tempo e esforço) da participação (Maia, 2008); a falta de cultura cívica (Fung, 2006); a falta de equidade de acesso aos mecanismos participativos (Milani, 2008); a ausência de desenhos institucionais que favoreçam a participação do cidadão no desenvolvimento das políticas públicas (Michels, 2011).

Essas dificuldades de participação são observadas em todas as etapas que compõem o ciclo das políticas públicas: a formação da agenda e identificação dos problemas, a seleção das alternativas de solução, a implementação das políticas e, finalmente, sua avaliação e monitoramento. A consequência é que o processo fica restrito a um grupo pequeno de técnicos e atores envolvidos. Nesse sentido, é possível identificar algumas contribuições que as TICs produzem na abertura da participação cidadã, no desenvolvimento das políticas públicas, ao delinear-se novos canais de informação e intervenção estruturados a partir da utilização da internet, ampliando as possibilidades de interação entre esfera pública e privada. Os novos mecanismos de comunicação digital contribuem para a superação de algumas das barreiras citadas anteriormente, uma vez que os canais tecnológicos de interatividade permitem a redução dos custos de participação e possibilitam a formação de práticas capazes de estimular uma cultura cívica.

As TICs também possibilitam o desenvolvimento de novos desenhos institucionais que favorecem a interação da gestão pública com o cidadão. Como exemplo, podem ser observadas as políticas desenvolvidas pelo MinC (Penteado, Araújo, Santos, 2010); a elaboração do Marco Civil da internet (Segurado, 2011); e a versão digitalizada do orçamento participativo de Belo Horizonte (Sampaio *et al.*, 2010). Recentemente o *site* e-democracia, da Câmara dos Deputados, realizou um debate virtual sobre drogas⁸³. Nesse espaço digi-

83. Disponível em: http://edemocracia.camara.gov.br/web/espaco-livre/forum/-/message_boards?_19_mbCategoryId=944804, acessado em 25 set. 2012.

tal, o cidadão participa do processo de criação de leis, como é o caso do debate do anteprojeto “Lei de drogas: é preciso mudar”. O anteprojeto é resultado do trabalho da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia (CBDD) em conjunto com entidades da sociedade civil e instituições da área de saúde pública e propõe a descriminalização das drogas para o uso pessoal. A proposta do *site* é que a discussão nos fóruns, pela qual os usuários podem conhecer e avaliar o anteprojeto, fomenta o debate dentro das comissões internas da Câmara.

As iniciativas indicadas anteriormente têm sua origem nas ações do Estado, que utiliza as ferramentas das TICs para criar espaços de participação cidadã no processo de formulação de políticas públicas. Mas existe também a possibilidade de a sociedade civil se articular para influenciar o processo decisório. Nesse caso, as TICs representam a ampliação de sua capilaridade e mobilização e permitem a criação de estratégias para o desenvolvimento de práticas democráticas participativas.

Não existe na literatura de Ciências Sociais um consenso sobre o conceito de sociedade civil. Nesse artigo, optou-se pela abordagem mais geral, focada no debate sobre o uso do espaço virtual da internet, desenvolvida por Maia (2008). Para a autora, a sociedade civil compreende organizações sociais, formais e não formais, que existem fora do âmbito estatal, mas que atuam dentro da esfera pública. Então, a sociedade civil, dentro da abordagem selecionada, é formada por associações voluntárias, redes sociais informais e movimentos sociais, que se diferenciam por meio de sua organização interna, estrutura de recursos, seus propósitos e o alcance de sua influência. As relações que estabelecem com outros agentes também são importantes fatores de distinção entre os grupos da sociedade civil. Algumas valorizam e fomentam habilidades políticas e a cultura cívica, desenvolvendo valores democráticos, outras incentivam ideias conservadoras e fundamentalistas, se mobilizando em torno de interesses corporativistas e partilhados, que em nada contribuem para o bem comum.

Assim, a sociedade civil não pode ser entendida somente por um viés positivo, do ponto de vista democrático. Ela é fragmentada e atua de diferentes formas, sendo que a internet potencializa seu poder político, promovendo novos arranjos que podem propiciar novas formas de participação cidadã ou não.

Nesse artigo, adotou-se a perspectiva de Frey (2003), que compreende a atuação da sociedade civil pautada por novos modelos de gerenciamento, procedimento e formas de ação que auxiliam a administração pública na gestão dos novos desafios da sociedade globalizada. Dentro de um novo paradigma social, a *sociedade em rede* (Castells, 1999), as entidades civis se organizam na estrutura de rede, utilizando as ferramentas comunicacionais para criar novos arranjos políticos, mecanismos de ação coletiva e ampliação da participação popular.

A articulação em rede da sociedade civil está ancorada no princípio de que os atores coletivos tendem a ser mais eficazes que as entidades isoladas para organizar e divulgar informações, mobilizar os diferentes atores envolvidos, exercer pressão sobre os agentes públicos e atuar como parceiro para a solução de problemas públicos. Essa estrutura de rede é dinamizada pelos recursos tecnológicos e princípios libertários da cultura livre da internet (Castells, 2003). Maia (2008) segue a mesma perspectiva ao afirmar que:

A internet permite estabelecer plataformas de diálogo para que as pessoas interajam localmente ou transcendam as fronteiras do Estado-nação, numa rede anárquica de interações. Possibilita que muitos indivíduos se engajem em listas de grupo, *chats rooms*, fóruns da Web, fazendo avançar conversações sobre todo tipo concebível de questões. (2008, p. 117).

Maia ainda destaca quatro diferentes tipos de padrões de interação entre os atores coletivos cívicos que utilizam a internet em suas ações para gerar “efeitos potencialmente democráticos”:

1. Interpretação de interesses e construção de identidade coletiva: os canais de comunicação permitem que grupos e entidades da sociedade civil expressem e afirmem suas identidades, valores e interesses, sem a necessidade da intermediação de outras mídias, dando visibilidade e voz para esses segmentos elaborarem seus próprios problemas;
2. Constituição de esfera pública: os dispositivos comunicacionais da internet possibilitam a formação de discussões e debates públicos, apesar de não seguirem as condições da esfera pública habermasiana, pois alguns atores dispõem de maior capacidade de interferir e controlar a discussão. Muitas redes cívicas tendem a produzir uma intensa comunicação (interna) entre seus membros sobre as temáticas de atuação do coletivo, preparando os indivíduos para o engajamento em fóruns abertos;
3. Ativismo político, embates institucionais e partilha de poder: apesar de muitas das formas de atuação ciberpolítica serem efêmeras, fragmentadas e transitórias, a internet potencializa a participação popular para ações específicas. As redes utilizam os recursos de comunicação para mobilizar as pessoas em defesa de suas causas;
4. Supervisão e processos de prestação de contas: o sistema digital possibilita o aumento do fluxo de informação, tornando as ações estatais mais abertas para o controle social. As redes podem operar na fiscalização e transparência dos órgãos públicos, coletando, organizando e disponibilizando os dados para a população por meio de sistemas de consulta *on-line*.

Buscando entender os efeitos que as TICs produzem sobre a esfera pública, mas especificamente sobre as políticas públicas, Egler (2010, p. 209-210) considera que as redes tecnossociais – relação de atores que utilizam as redes como suporte telemático – podem vir a ser um “instrumento de inovação das relações políticas”.

A tecnologia amplia a capacidade de participação social; cria nova escala de associação articuladora das redes sociais; e possibilita novas formas de organização política e da ação coletiva, além de novas formas de interação entre Estado e redes sociais e uma forma alternativa de constituição do *Nós* e de sua totalidade. A tecnologia tem como pressuposto a ação coletiva e direta dos seus membros, ou seja, os atores unem-se para potencializar as suas possibilidades de ação diante dos problemas sociais que os colocam como principais protagonistas. Essa possibilidade de associação vai além das formas tradicionais de representação política; trata-se de eliminar a intermediação e possibilitar formas horizontais e diretas de ação e de transformação. (Egler, 2010, p. 232).

As redes tecnossociais apresentam uma nova forma de exercício da política, para além da representação política tradicional. Elas empregam as TICs para ampliar suas possibilidades de organização, mobilização e atuação, baseadas na atuação coletiva de seus membros. As novas tecnologias funcionam como importantes ferramentas de ação e comunicação, que permitem à associação dos atores, unidos no formato de rede, redefinirem suas relações de poder, eliminando intermediações e possibilitando formas diretas de ação e transformação (Egler, 2010).

Ao analisar a atuação das redes voltadas para as políticas públicas, Egler (2010) afirma que essas se organizam em torno de objetivos compartilhados de ação, voltados para políticas setoriais. Suas conexões produzem uma “articulação flexível” que aumenta a coesão dos seus membros e constitui um sujeito coletivo, que atua de forma compartilhada por meio do suporte tecnológico e interativo das TICs.

REDE NOSSA SÃO PAULO: ORGANIZAÇÃO INTERNA E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Criada em maio de 2007 com o nome Movimento Nossa São Paulo, passou à sua denominação atual em outubro de 2010. O projeto nasceu a partir da organização da sociedade civil com a intenção de ser um movimento político que procura pautar suas ações para “recuperar para a sociedade os valores de desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia

participativa”⁸⁴. A iniciativa procura garantir uma força política para atuar na proposição da agenda de discussões sobre a cidade, além de pensar seu próprio planejamento, assim como o estabelecimento de metas que serão posteriormente cobradas tanto da Câmara Municipal como também do Poder Executivo. Em sua carta de princípios, a RNSP se apresenta como movimento da sociedade civil, pautado por três pilares democráticos: equidade, participação e transparência.

A Rede Nossa São Paulo atua na zona metropolitana de São Paulo, contudo, por meio de suas conexões (dentro do princípio de rede), também desenvolve ações em outras localidades, atuando em parceria com outras redes ou movimentos sociais situados fora da região metropolitana e, até mesmo, do Estado ou ligadas a redes cívicas internacionais. Essa desterritorialização é possibilitada pelas TICs e contribui para o processo de circulação de ideias, tornando a ação política mais porosa pela presença e participação de outros atores da sociedade civil.

Para compreender as estratégias de ação e organização interna, foi realizada uma análise da dinâmica interna da RNSP, por meio de uma dupla abordagem: primeiro, o estudo dos projetos desenvolvidos e do uso da internet; e, segundo, a avaliação dos bastidores da Rede. Essas duas abordagens permitem a identificação das estratégias de ação e uma leitura crítica do impacto dessas ações nos processos políticos.

ESTUDO DOS PROJETOS DA RNSP

Para realizar a investigação, foram utilizados os dados obtidos em outra pesquisa (Penteado, Santos, Araújo, 2012) que traz um levantamento das ações desenvolvidas pela Rede⁸⁵ e a identificação de formas de eParticipação (eInformação, eConsulta, eColaboração, eEmpoderamento e eMobilização)⁸⁶. Também foi inserida uma avaliação quanto ao padrão de interação a partir das categorias desenvolvidas por Maia (2008): interpretação de interesses e construção de identidade coletiva (IICIC); constituição de esfera pública (CEP); ativismo político, embates institucionais e partilha de poder (AP); supervisão e processos de prestação de contas (SPPC). Os padrões de interação são

84. Cf. portal da RNSP. Disponível em: www.nossasaopaulo.org.br, acessado em 1 set. 2012.

85. As informações sobre todos os projetos e ações desenvolvidos pela RNSP estão disponíveis em seu portal na seção Nossos Projetos.

86. Após o debate realizado no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, os autores optaram por retirar da análise a categoria de e-envolvimento, concordando com a crítica de que o envolvimento já está contemplado nas demais categorias. Para saber mais sobre as ações desenvolvidas e as categorias de e-participação adotadas, sugere-se a leitura da pesquisa citada, que apresenta o detalhamento das ações e das categorias utilizadas para a análise. Disponível em: www.starlinetecnologia.com.br/abcp_2012/arquivos/29_6_2012_3_44_33.pdf, acessado em 1 set. 2012.

importantes elementos para a identificação dos meios pelos quais as redes se apropriam dos recursos tecnológicos para desenvolver suas atividades. Os resultados alcançados estão sistematizados no quadro a seguir:

Projetos da Rede Nossa São Paulo

Ação	Uso da internet	Padrões de interação
Campanha Você no Parlamento	eInformação; eMobilização; eConsulta	AP
Irbem (Indicadores de Referência de Bem-Estar do Município)	eInformação; eMobilização; eConsulta	SPPC
Indicadores	eInformação	SPPC
Programa Cidades Sustentáveis	eInformação; eMobilização; eColaboração	IICIC (defesa de uma identidade sustentável); CEP (pouca utilização de fóruns de debate); AP
Fórum Empresarial de apoio à cidade de São Paulo	eInformação; eColaboração	AP
Formação de lideranças	eMobilização; (pouco uso da internet)	IICIC; AP
Debates sobre mobilidade e transporte	eInformação (pouco uso da internet)	AP
Dia Mundial sem carro	eInformação; eMobilização	AP
Campanha pela redução da taxa de enxofre no diesel vendido no país	eInformação; eMobilização	AP
Programa de Metas – ementa à Lei Orgânica do Município	eInformação; eEmpoderamento	SPPC

A partir do quadro 1, pode-se aferir que a RNSP produz todos os diferentes padrões de interação, segundo as categorias criadas por Maia (2008), predominando ações de ativismo político (AP) voltadas para a divulgação de informações, envolvimento e mobilização da população, destacando-se a ação “Você no Parlamento”, em que se utilizou a internet para consultar a população sobre as prioridades da cidade. A heterogeneidade da constituição da Rede não possibilita que se desenvolvam muitas relações de interpretação de interesses e construção de identidade coletiva (IICIC), somente ocorrendo nas ações Cidades Sustentáveis, na qual existe uma defesa da identidade sustentável (que está na carta de princí-

pios da RNSP), e na formação de lideranças, que conta com ações voltadas para a formação de uma identidade política, não específica, de lideranças comunitárias.

Vale destacar que a RNSP desenvolve importantes ações voltadas para supervisão e processos de prestação de contas (SPPC), com a criação de índices e mapas de georreferenciamento, além da fiscalização da administração pública (Plano de Metas). Percebe-se também que a Rede possui pouco espaço para a constituição de uma esfera pública (CEP), somente ocorrendo, em pouca escala, no Programa Cidades Sustentáveis. Por fim, vale dizer que os espaços de debates públicos são poucos utilizados, o portal funciona mais como uma base de dados para consulta, com pouca participação dos interagentes.

AVALIAÇÃO DOS BASTIDORES DA RNSP

Organização interna

Com o intuito de conhecer as estratégias de articulação da Rede Nossa São Paulo e compreender sua organização interna, Maurício Broinizi, coordenador da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo, foi aqui entrevistado⁸⁷. A Secretaria Executiva é formalizada na figura jurídica do Instituto São Paulo Sustentável (ISPS). O instituto é composto por dezesseis profissionais, que são responsáveis pela logística da Rede; pelo abastecimento do Observatório Cidadão (portal eletrônico que divulga os índices da cidade desenvolvidos pelos membros da RNSP); pelo oferecimento de suporte aos grupos de trabalho temáticos e para a realização dos eventos; pela manutenção dos fluxos de comunicação e pelo gerenciamento dos recursos.

A secretaria, formada por um corpo profissional e operacional, recolhe e articula dados para desenvolver indicadores, faz georreferenciamento e produz o mapa da desigualdade, por exemplo. Para tanto, há um coordenador de área e uma pessoa responsável pelo tratamento estatístico dos dados. A Rede também conta com dois jornalistas, que alimentam e fazem a manutenção do *website*, cuidando do fluxo de informação da Rede como um todo. Através dos jornalistas, a RNSP dá voz às pessoas envolvidas com as ações propostas e os temas que estão sendo discutidos, além de realizar a assessoria de imprensa. O contato com a mídia tradicional é um dos elementos centrais para o sucesso das ações promovidas pela Rede.

Grupos de trabalho

A Secretaria Executiva operacionaliza dezesseis grupos de trabalho (GTs) divididos por temas: assistência social; cultura; educação; meio am-

87. A entrevista ocorreu no dia 8 de agosto de 2012, no escritório da secretaria executiva da Rede Nossa São Paulo.

biente; orçamento; trabalho e renda; acompanhamento da Câmara Municipal; criança e adolescente; comunicação; democracia participativa; esporte e lazer; indicadores; jurídico; juventude; mobilidade urbana e saúde. O trabalho da secretaria executiva alimenta e articula o trabalho dos GTs, que se valem dos indicadores para fazer o monitoramento do desenvolvimento das políticas públicas em suas respectivas áreas. Os grupos de trabalho possuem dinâmicas próprias acordadas entre os membros. A participação é voluntária e aberta a qualquer pessoa. Os grupos frequentam as comissões de trabalho na Câmara Municipal e participam de audiências públicas, além de reunirem-se presencialmente para a elaboração de propostas e a articulação de ações pontuais. Os GTs também mantêm uma comunicação virtual e alguns possuem *site* próprio hospedado no portal da RNSP.

Esses grupos também contam com a participação de outras organizações não governamentais, que oferecem sua estrutura para o desenvolvimento das ações. Assim, o GT de educação, por exemplo, conta com a participação e colaboração do Instituto Paulo Freire⁸⁸, o Cenpec⁸⁹ e a Ação Educativa⁹⁰, organizações de referência na área que somam forças à Rede no desenvolvimento de ações estratégicas e no monitoramento das políticas.

O trabalho dos GTs materializa o espírito de atuação da RNSP. Sua ideia é que haja um trabalho colaborativo entre os participantes, buscando sinergias entre associações que têm objetivos comuns. Dessa forma, é possível somar esforços e acelerar os processos. Às vezes, os grupos de trabalho se reúnem no próprio escritório da RNSP; às vezes, quando os participantes somam um grande número, é preciso buscar um outro lugar para a reunião, em geral em ONGs participantes. Outras vezes, não acontecem encontros presenciais, e os grupos articulam fóruns virtuais através de e-mails. No caso específico do GT de orçamento, a composição é mais técnica e o número de participantes é menor. O grupo de trabalho de acompanhamento da Câmara Municipal, por sua vez, soma esforços com outras entidades, como o Instituto Agora⁹¹, para que as atividades parlamentares sejam monitoradas e haja participação nas comissões. Segundo Maurício Broinizi, há uma transversalidade muito grande na RNSP, o que funciona como estratégia de fortalecimento dos vínculos e amplia a responsabilidade dos participantes. Ocorrem também reuniões periódicas entre os diversos grupos de trabalho, além de reuniões com o colegiado do movimento, uma espécie de conselho formado pelos primeiros membros

88. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/>.

89. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/>.

90. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/>.

91. Disponível em: <http://www.institutoagora.org.br/>.

que fundaram a RNSP. Esse colegiado reúne-se uma vez por mês para pensar questões mais delicadas, tais como declarações oficiais que levarão o nome da Rede. Foi o colegiado que decidiu por mudar o nome de “movimento” para “rede”. Esse conselho ajuda os GTs a pensarem suas estratégias e contribui para o desenvolvimento das ações; no entanto, não se trata de uma organização vertical. Os GTs têm autonomia para estabelecer uma agenda de ações, e o colegiado assume um caráter consultivo.

Mobilização política, influência e estratégias de ação

Segundo Mauricio Broinizi, a RNSP tem capacidade de exercer pressão política junto ao governo, especialmente por sua capilaridade e capacidade de mobilização. A RNSP possui credibilidade pelo significativo conjunto de instituições que a apoiam e integram a Rede, além de haver um policiamento para que discursos ideológicos não sejam feitos, preferindo trabalhar com dados e experiências concretos: nesse sentido é que produz os indicadores que abastecem as ações e intervenções pontuais junto aos órgãos públicos.

A “boa relação” com a Câmara Municipal é fruto dessa credibilidade e também da articulação que a RNSP possui com os meios de comunicação tradicionais. É frequente que seus representantes publiquem artigos, sejam entrevistados ou mesmo que a Rede seja citada na *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, ou em rádios como a CBN. No entanto, essa boa relação não é homogênea. Alguns vereadores compreendem as propostas da rede, outros não. Como exemplo do bom relacionamento da RNSP com a comissão de transportes da Câmara, a Rede apresentou uma proposta de emenda de quinze milhões de reais, para um plano de mobilidade urbana, que foi aprovada.

As propostas são apresentadas a partir de estudos técnicos realizados pela secretaria executiva e por colaboradores. Às vezes, as propostas também são seguidas de mobilizações organizadas pela Rede, o que amplia a pressão junto aos órgãos públicos. No caso específico do plano de mobilidade, a RNSP construiu diretrizes a partir de seis seminários organizados em conjunto com a comissão de transportes, buscando inspirações em casos como o da cidade de Bogotá, que enviou representante para contribuir com os debates. O plano de mobilidade era uma exigência prevista no plano diretor de 2002 na cidade de São Paulo, mas que nunca foi realizado, então a RNSP se articulou para fazê-lo, a Câmara o aprovou em 2010, mas nunca foi implementado pela secretaria de transportes.

Recentemente a RNSP elaborou um plano municipal de educação com o intuito de melhorar a qualidade e quantidade da educação na cidade de São Paulo, mas ainda não foi enviado para a Câmara Municipal. Segundo Maurício

Broinizi, existe uma resistência do Estado aos projetos que vêm da Rede e da sociedade civil como um todo. Muitos dos parlamentares e funcionários do governo sentem-se confrontados, entendendo que a RNSP está fazendo o seu trabalho. Trata-se de uma visão muito limitada de democracia, muito afeita à democracia representativa liberal e distante dos mecanismos da democracia participativa. A prova está no fato de muitos dos Conselhos Municipais, previstos na Constituição Brasileira de 1988, jamais terem sido criados, ou, quando existem, possuírem um funcionamento precário, muitas vezes, boicotados pelos representantes do governo. Falta uma cultura de participação da população, mas também dos partidos políticos. Isso é sentido pela RNSP e serve de pano de fundo para o estabelecimento das estratégias de ação.

Com essa percepção, a RNSP tenta lidar com essa resistência mantendo relações cordiais com o maior número possível de representantes do Estado, mas também entende a necessidade de exercer pressão para que as propostas sejam recebidas. Assim, convoca personalidades com prestígio em diferentes meios para participarem e agregar valor simbólico às propostas, procura manter-se nos meios de comunicação de massa, muitas vezes, pautando a agenda ao apresentar resultados de pesquisas ou pressionar candidatos a aderirem a planos de metas e outros compromissos. Portanto, faz parte da estratégia política envolver lideranças comunitárias e dar voz a outras instituições, ampliando a sinergia e o peso simbólico das ações; mas também é estratégico manter um programa de rádio na programação da CBN e oferecer indicadores aos jornalistas sempre que precisam. Isso significa que toda semana a RNSP é citada nos meios de comunicação de massa e cada vez mais sua atuação passa a ser vista como referência.

Por outro lado, sabendo que a dinâmica interna do Estado não é totalmente condicionada pelas pressões da sociedade civil organizada, a RNSP procura ocupar os espaços de participação institucionais. Assim, está presente nas audiências públicas, com técnicos e informações recentes sobre a cidade, extraíndo dos representantes do governo justificativas mais qualificadas que não seriam dadas à população leiga. Essa presença tem sido vista como uma forma de elevar o debate político e de exercer pressão sobre o desenvolvimento das políticas públicas. Existe uma clara percepção de que nos principais atores envolvidos com as ações da RNSP a participação política deve ser estimulada, isso significa valorizar os espaços já existentes de atuação, bem como firmar parcerias com outras instituições cujos propósitos sejam semelhantes. Mas o estímulo à participação implica também o envolvimento do Estado e a criação de uma nova visão sobre cidadania. Por isso, a RNSP toma o cuidado do apartidarismo e de dar ênfase a argumentos técnicos em suas propostas para

diminuir as resistências encontradas no poder público. Mantém também seus projetos em funcionamento, sem deixar que esmoreçam, procurando envolver o maior número de pessoas.

Uso da internet

A internet é considerada pelo coordenador da RNSP o elemento central de articulação das ações. É usada para a comunicação entre os membros, mas também com a sociedade de forma geral. Quase tudo na RNSP ocorre através da comunicação virtual, desde a circulação de atas e comunicados até a convocação de reuniões e debates. Há também um boletim semanal que é enviado por correio eletrônico, que conta com cerca de trinta e cinco mil pessoas cadastradas, que informa as principais ações da RNSP em São Paulo, bem como nos outros estados brasileiros, fazendo a seleção das principais matérias veiculadas pela mídia em que a Rede foi citada. Através da internet, a RNSP também amplia a participação da população em suas ações.

Como exemplo, para a realização do Irbem (Indicadores de Referência de Bem-estar do Município), foi feita uma consulta pública que teve a participação de cerca de trinta e sete mil pessoas, que apontaram os itens mais importantes para a qualidade de vida na cidade agrupados em vinte e cinco temas. Posteriormente, o Ibope, parceiro da RNSP, foi às ruas para a qualificação da pesquisa, avaliando como as pessoas de diferentes regiões da cidade viam os temas levantados através da consulta pública. Outro exemplo que contou com o uso da internet como fonte de ampliação da participação foi a campanha “Você no parlamento”, formalizada através de um termo de cooperação com a Câmara Municipal de São Paulo, que obteve apoio da mídia tradicional, entre elas, *O Estado de S. Paulo*, ESPN e Rede Globo. A campanha viabilizou uma consulta pública que obteve a participação de cerca de trinta e quatro mil cidadãos, que escolheram prioridades em diversas áreas com o intuito de orientar o trabalho dos vereadores. Outra ação que contou com a internet de forma direta foi o Fórum Nossa São Paulo, em qual a população encaminhou mil e quinhentas propostas para a cidade, com as quais a RNSP construiu um banco de propostas encaminhado aos candidatos à prefeitura de 2008. Alguns dos candidatos chegaram a incorporar parte das propostas em seus planos de governo, o que é indicador da influência exercida pela Rede.

O Programa Cidades Sustentáveis, que é uma das principais ações presentes na RNSP, também tem na internet um elemento estratégico. O programa tem por finalidade sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma sustentável. Para tanto, oferece uma plataforma que contém uma agenda de sustentabilidade para diferen-

tes áreas da gestão pública, além de um banco contendo casos exemplares de soluções para diferentes problemas urbanos. O programa também inclui indicadores que são apresentados como parte dos compromissos de candidatos às prefeituras. No portal do programa, há também como os partidos e candidatos do Brasil inteiro aderirem à carta de compromisso e terem seus nomes na lista de signatários. A internet é usada para ampliar a participação e compromisso dos candidatos e para a realização de campanhas de valorização de uma agenda sustentável. Por exemplo, houve a realização de um “twitaço” (#EuVotoSustentável) no dia 24 de agosto, que utilizou, além das redes sociais, a imagem de pessoas estratégicas para convocar a participação. Uma semana antes do dia marcado para o “twitaço”, a Rede iniciou campanha no Facebook e enviou e-mail convocando à participação todos os seus assinantes. O e-mail foi assinado pelos atletas Raí, Lars Grael e Ana Moser, além de Frei Betto e Maria Alice Setúbal. Soma-se aos recursos da internet a credibilidade de lideranças como estratégia de mobilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como colocam Fuster & Subirats (2012), a democracia não é só um regime político ou forma de governo, existe a necessidade da formação de uma atitude cívica de participação democrática. A atuação da RNSP tem contribuído para o estímulo da participação política, envolvendo novos atores e fortalecendo os espaços já existentes de atuação. As resistências sentidas no desenvolvimento dos projetos indicam a necessidade de uma nova visão sobre a democracia por parte do Estado e dos partidos políticos, com o intuito de se estabelecer uma nova cultura política.

A melhoria dos canais de comunicação, principalmente por meio da internet, por sua estrutura não hierárquica e colaborativa, pode incorporar os cidadãos nos processos de tomada de decisão e modificar os fluxos do poder simbólico (Thompson, 1998). Os resultados desta investigação apontam para uma avaliação crítica positiva de um caso significativo de articulação da sociedade civil, que se apropria das Tecnologias de Informação e Comunicação para ampliar a participação da população junto aos processos de desenvolvimento de políticas públicas. Em um contexto de crescente descentralização das políticas por parte do Estado e de forte presença da técnica e da velocidade no cotidiano dos homens, o caso da RNSP aparece como uma importante oportunidade de se avaliar novas perspectivas de ação política e de participação cidadã.

Considerando-se a análise das ações e da dinâmica interna da Rede, pode-se observar que apesar de existir um uso intensivo da internet nas ativi-

dades, principalmente para o ativismo político, sua utilização obedece a uma lógica instrumental, ou seja, é empregada como um canal de comunicação interno e externo que dinamiza o fluxo de informações, que torna pública a produção dos dados da RNSP e dos GTs, divulga e mobiliza a população para as ações e serve como mecanismo de controle público das ações da gestão pública. Contudo, o espaço interativo e colaborativo da internet, dentro do espírito da Web 2.0, é pouco utilizado. Existem poucas ações que são construídas coletivamente lançando mão das ferramentas colaborativas; também não são realizados fóruns virtuais abertos para discutir os problemas da cidade, dentro das diferentes perspectivas dos segmentos sociais.

Valoriza-se mais o aspecto pragmático da ação coletiva da sociedade civil, organizada dentro de um paradigma de rede, concentrando a participação dentro dos canais institucionais de representação política (Comissões da Câmara, Audiências públicas, Conferências, Conselhos, etc.) e desenvolvendo ações públicas de mobilização e formação política que pouco exploram as potencialidades de interatividade das novas tecnologias.

No entanto, é preciso compreender a RNSP em um contexto mais amplo. O atual estágio de desenvolvimento técnico, científico e informacional torna possível a convivência de milhões de pessoas nas metrópoles, cujos tempos são tomados pelo mundo do trabalho. A presença da técnica, que tornou possível a verticalização das cidades e a concentração populacional, também tornou possíveis novos meios de transporte e de comunicação, estabelecendo uma nova relação espaço-temporal entre os indivíduos. A população, nas sociedades democráticas ocidentais, é cada vez mais afastada da política, e a coisa pública parece não lhe dizer respeito. Dentro dessa perspectiva de isolamento do indivíduo é que a internet surge como tecnologia de informação e comunicação capaz de envolver as pessoas sem o prejuízo de outras tarefas.

Parece haver um reconhecimento por parte da RNSP da dificuldade de mobilizar a sociedade e, ao mesmo tempo, da permeabilidade que a internet tem no cotidiano das cidades. As experiências de mobilização através da Web têm mostrado que são pouco profícuas se construídas isoladamente. Há, portanto, uma aposta na necessidade de se fazer circular as informações, fortalecer a ação dos grupos já envolvidos com as causas públicas e ocupar os espaços de participação já existentes.

Nossas observações indicam que os mecanismos colaborativos propiciados pelas TICs são pouco usados pela RNSP, ainda assim, na avaliação das ações desenvolvidas pela Rede, existe um uso diversificado da internet em todos os projetos, com níveis distintos de intensidade, o que sinaliza sua importância como ferramenta de comunicação, mas não como espaço de atuação

política. Contudo, as atuais ações em operação pela RNSP, que não constam aqui por estar em execução ainda a sua pesquisa, indicam um maior emprego da internet como ferramenta de mobilização social, principalmente por meio das redes sociais (Facebook, Twitter, YouTube, etc.).

A internet funciona como elemento chave por sua velocidade e praticidade, coincidindo com a realidade da cidade de São Paulo. A dinâmica da urbe inviabiliza as mobilizações políticas tradicionais, pela forma como o trabalho ocupa o tempo das pessoas, exaurindo-as e diminuindo a sua possibilidade de participação. O tempo que sobra é ocupado pela indústria do lazer e pela informação superficial dos telejornais, diminuindo ainda mais o interesse pela política. No entanto, pela internet é possível envolver as pessoas através das redes sociais, como ocorre nos “twitaços”, nas consultas públicas ou ainda em outros mecanismos de participação. Além disso, a internet acaba por permitir que as experiências ultrapassem os limites do município e cheguem a outros estados brasileiros, ou mesmo buscando ideias em outras cidades do mundo. Essa característica da velocidade parece estar de acordo com o conceito de idade tecnológica de Milton Santos, que permite entender o problema da participação como algo que ultrapassa a realidade material da cidade e relaciona-se com o estágio de desenvolvimento técnico que permeia as relações urbanas. Por isso, a falta de participação política também ocorre em outros espaços, não apenas em metrópoles como a de São Paulo.

A visão resistente de alguns parlamentares frente às ações da RNSP é sintoma de que o próprio Estado e os partidos têm uma visão bastante restrita de democracia, entendendo-a nos limites da representação. Nesse sentido, é importante mapear as propostas de ampliação da participação política. Esse artigo procurou contribuir para a compreensão de algumas experiências significativas propostas pela RNSP. É preciso avaliar essas e outras iniciativas com o intuito de medir o grau de permeabilidade das ações no processo de desenvolvimento das políticas públicas. A das próximas etapas da pesquisa ora em desenvolvimento deverá apontar para a construção de um índice capaz de medir e hierarquizar as experiências de participação política, bem como suas capacidades de interferência no processo decisório das políticas públicas. Para tanto, será preciso observar, para cada uma das ações: 1) se o Estado recebe formalmente a intervenção da sociedade civil dando visibilidade à ação; 2) se a ação desenvolvida tem repercussão nos meios de comunicação tradicionais; 3) se existem instituições, movimentos sociais, sindicatos e empresas conferindo força e legitimidade à ação; 4) se as ações são incorporadas em planos de governo e/ou ações governamentais; 5) se as ações contam com um plano estratégico com o uso das TICs; 6) se as ações contam com o envolvimento de

diferentes atores e instituições afinados ao paradigma de redes; 7) se as ações são voltadas para grupos específicos ou para a população como um todo; 8) se as ações preveem mecanismos de controle social; 9) se as ações desenvolvidas pelo uso das TICs são desenvolvidas de formas interativa e colaborativa; dentre outros critérios que possam se mostrar relevantes. Todos esses aspectos estão presentes nas ações da RNSP de alguma forma. Ao mensurá-los em cada uma das experiências será possível ressaltar os pontos fortes e fracos, contribuindo para que as ações sejam aperfeiçoadas, novas estratégias de mobilização sejam constituídas e, talvez, que a participação política seja ampliada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, R.; PENTEADO, C.; SANTOS, M. Sociedade civil organizada e novas tecnologias de comunicação e informação: ação cidadã e implementação de políticas públicas na cidade de São Paulo. *Paper* apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2011. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/arquivos/35_Encontro/GTs/GT01/ARAÚJO_BURGOS_PENTEADO.pdf, acessado em 10 abr. 2012.
- CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 24, 1990.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- EGLER, T. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 23, 2010.
- FUNG, A. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- FUSTER, Mayo; SUBIRATS, Joan. Crisis de representación y de participación. Son las comunidades virtuales nuevas formas de agregación y participación ciudadana? *Arbor Ciência, Pensamiento y Cultura*, v. 188, n. 756, jul.-ago. 2012.
- JACOBI, P. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Revista Aurora*, n. 2, 2008.
- MICHELIS, A. Innovations in democratic governance: how does citizen participation contribute to a better democracy? *International Review of Administrative Sciences*, v. 77: 275, 2011.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; ARAUJO, Rafael de Paula Aguiar; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel. Democracia e internet: um estudo comparativo entre os portais dos Ministérios da Cultura (Brasil e Argentina). *Revista Teoria & Sociedade*, n. 182, jul.-dez. 2010.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil, muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 42, maio-jun., 2008.

_____; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6), p. 1.343-1.368, nov.-dez. 2009.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, nov. 2010.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEGURADO, Rosemary. O debate sobre o Marco Civil na internet. Anais do IV Encontro da Compólitica, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 13 a 15 abr. 2011.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade*. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E O MANDATO DOS REPRESENTANTES: UM ESTUDO SOBRE O USO DA INTERNET PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS DA 16ª LEGISLATURA (2007-2011)

Sérgio Braga (sssbraga@gmail.com, UFPR)
Letícia Carina Cruz (UFPR)

INTRODUÇÃO⁹²

O objetivo deste texto é fazer uma avaliação do uso das tecnologias digitais, especialmente daquelas tornadas possíveis pela internet (basicamente perfis *on-line*, *websites* pessoais e mídias sociais), pelos deputados estaduais brasileiros da legislatura compreendida entre os anos de 2007 e 2011 (que corresponde à 16ª legislatura na maior parte das Assembleias Legislativas brasileiras) e examinar as várias dimensões do uso da internet por estes segmentos das elites parlamentares. Nosso interesse pela temática adveio da elaboração de outros trabalhos sobre o assunto, onde procuramos efetuar um mapeamento preliminar do uso das ferramentas disponíveis na internet pelos deputados estaduais no início da legislatura (Braga & Nicolás, 2008). Nesse sentido, este artigo pode-ser considerado uma continuidade de outros trabalhos empreendidos no âmbito de nosso grupo de pesquisa, embora não seja uma mera reprodução deles, pois difere dos mesmos em vários aspectos⁹³.

Com efeito, embora já exista um corpo razoável de estudos sobre o recrutamento e o perfil sociopolítico dos deputados estaduais brasileiros, geral-

92. A presente investigação foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa “Instituições, Comportamento Político e Tecnologias Digitais”, do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, e no contexto da pesquisa intitulada Representação política, elites parlamentares brasileiras e as TICs: perfil sociopolítico, uso da internet e percepções do processo de modernização dos órgãos parlamentares pelos senadores, deputados federais e deputados estaduais brasileiros (2007-2010) por mim coordenada e financiada pelo CNPq (Edital Humanas/Sociais Aplicadas).

93. A principal diferença consiste na tentativa de incorporar de maneira mais sistemática a análise do uso das chamadas mídias sociais pelos parlamentares, tais como twitter, facebook etc., dentre outros recursos digitais da chamada “Web 2.0”.

mente estes estudos não buscam avaliar o uso que tais atores fazem da Web para interagir e se comunicar com o eleitor. Por outro lado, os poucos estudos existentes em língua portuguesa sobre a relação entre internet e elites parlamentares (Cardoso, 2003; Cunha, 2005; Marques, 2007), geralmente relegam a segundo plano as questões relacionadas aos perfis sociais e às características do “recrutamento” de tais elites, centrando seu foco no problema dos mecanismos de interação e participação política propiciados pelas TICs na atividade dos representantes⁹⁴. A partir da verificação de tais lacunas, procuramos articular estes dois níveis de análise buscando integrar duas áreas de pesquisa geralmente separadas nos estudos sobre o uso das ferramentas digitais pelas elites políticas: (i) por um lado, os estudos sociológicos sobre recrutamento e/ou perfil socioeconômico das elites parlamentares, no caso os deputados estaduais brasileiros atuantes na 16^a legislatura; (ii) por outro, as pesquisas empreendidas no âmbito da comunicação política e como tais elites parlamentares interagem com a opinião pública e com os cidadãos através dos recursos da mídia. Nesse sentido, embora nos inspirando diretamente em estudos anteriores que procuraram trabalhar nessa direção, fizemos um esforço para não apenas produzir uma versão “atualizada” destes trabalhos, mas agregar novas dimensões ao tipo de análise e à metodologia desenvolvida por estes estudos, mesmo porque a natureza dinâmica e volátil de nosso próprio objeto de estudo impõe este tipo de procedimento metodológico.

Inicialmente devemos chamar a atenção para o fato de que desde pelo menos meados dos anos 1990 os impactos da internet nas várias dimensões que estruturam e as relação de representação política entre elites parlamentares e os cidadãos comuns eleitores tem sido objeto de uma literatura relativamente ampla dando ensejo a um amplo debate na literatura especializada (Coleman, 1999; Jackson, 2005, 2006). Deve-se destacar também o grande interesse provocado pelo uso da internet na política e o aumento de estudos mais sistemáticos sobre o tema após as eleições estadunidenses de 2008, especialmente após a campanha de Barack Obama para a presidência dos EUA. Como observam alguns autores (Gomes et. al., 2009), Obama articulou de forma pioneira diversas mídias sociais (tais como Facebook, BlackPlanet, MySpace, Faithbase, YouTube, Eons, Flickr, Glee, Digg, MiGente, Twitter, MyBatanga, Eventful, AsianAve, LinkedIn e DNC Partybuilder) a partir de sua plataforma virtual *Obama Everywhere*, consolidando um novo estilo de campanha e de representação política que pode ser qualificado como pós-Web (Gomes et. al.,

94. É bom esclarecer: em língua portuguesa porque deste a década de 1990 já foram publicados incontáveis trabalhos sobre o uso das ferramentas digitais pelos Membros do Parlamento (MPs), especialmente nos países anglo-saxões. Apenas a título de exemplo, cf. os textos de Ward & Lusoli, 2005; Allan, 2006; Ward e Vedel, 2006; Lusoli, Ward & Gibson, 2006; Leston-Bandeira (2011) dentre outros.

2009, Aggio, 2010)⁹⁵? Seria portanto legítimo que, após o espetacular êxito da campanha virtual empreendida por Obama, outros atores políticos localizados em outros espaços geográficos e em contextos institucionais distintos, procurassem incorporar (com graus variáveis de intensidade e de sucesso, evidentemente) algumas das inovações trazidas pelo estilo de atuação e de representação política “pós-Web” consolidado pelo presidente norte-americano, além do período propriamente eleitoral.

Nosso trabalho se insere, portanto, no contexto do aumento constante em escala internacional dos estudos que analisam a relação entre as tecnologias digitais e os processos de representação política (em geral) e as repercussões da internet com relação às atividades dos órgãos legislativos e o comportamento das elites parlamentares (em particular) sob a ótica mais estrita da sociologia e da ciência política. Procuraremos efetuar uma investigação de cunho empírico cujo objetivo principal é produzir uma avaliação abrangente do uso da internet pelos 1059 deputados estaduais brasileiros na 16ª legislatura e de suas respectivas casas legislativas nos vários níveis em que se dá esse uso. Nesse sentido, norteiam nossa pesquisa as seguintes questões de pesquisa: Que tipo de informação foi disponibilizado sobre os parlamentares nos portais dos órgãos legislativos? Existem diferenças significativas nos níveis de informação disponíveis nos portais das casas legislativas e nos *websites* pessoais dos parlamentares sobre os deputados estaduais eleitos para estes órgãos? Qual o percentual de parlamentares que utilizaram *websites* e que tipo de recursos os parlamentares empregaram em seus *websites* pessoais? Quais foram as características predominantes destes *websites*? Como os parlamentares utilizaram os mecanismos de participação e interação propiciados pela Internet? Podemos afirmar, a partir das evidências coletadas durante a pesquisa, que há indícios de que o emprego das ferramentas virtuais pelas elites parlamentares brasileiras tenha atingido um estágio “pós-Web” com emprego intensivo de mídias sociais para criar mecanismos mais sofisticados de interação com os cidadãos?

Para abordar estes problemas, organizamos nossa exposição da seguinte forma:

No primeiro item *Internet, representação política e elites parlamentares* procuraremos explicitar os principais problemas a serem examinados e o refe-

95. Segundo estes autores podemos caracterizar três grandes estágios nas campanhas eleitorais e no uso da internet pelos políticos: (i) um estágio “pré-Web”, onde o uso da internet concentrava-se no envio de e-mails e mensagens eletrônicas, sem a utilização maciça de *websites* por parte dos políticos; (ii) um estágio “Web”, onde a plataforma básica de contato dos políticos com os cidadãos eram os *websites* pessoais dos políticos, que basicamente reproduziam conteúdos oriundos de outras mídias; (iii) e uma terceira etapa iniciada com a campanha de Barack Obama que os autores qualificam de “pós-Web”, onde os *websites* passam a ser apenas uma ferramenta virtual entre outras empregadas pelos políticos, cumprindo a função de ser um distribuidor de conteúdo a ser reproduzido nas mídias sociais.

rencial teórico-metodológico que utilizaremos para analisar o padrão de uso da Internet pelos deputados estaduais brasileiros.

No item final *Perfis de recrutamento e padrões de uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros*, procuraremos avançar na reflexão sobre o emprego da internet pelas elites parlamentares brasileiras, relacionando três dimensões do “recrutamento” político dos deputados (origem regional, filiação partidária e perfil sociopolítico), com alguns padrões de uso das ferramentas da internet por estes atores. Definiremos dois conjuntos de variáveis para caracterizar este padrão: a) as variáveis dependentes de nosso modelo serão: uso ou não uso de *websites*; uso ou não uso de mídias sociais; intensidade do uso de mídias sociais; b) as variáveis independentes escolhidas para explicar o padrão de uso observado serão variáveis de natureza socioeconômica, especialmente a região de origem dos parlamentares; variáveis de natureza social, tais como gênero, nível educacional e classe social; variáveis de natureza propriamente política, tais como filiação a partidos políticos, ideologia. Seguimos assim o procedimento adotado por estudos recentes sobre a temática de caracterizar o padrão de uso das ferramentas digitais pelos parlamentares, simultaneamente à caracterização de alguns dos determinantes de tal padrão (Braghiroli, 2010).

ELITES PARLAMENTARES, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E NOVAS MÍDIAS

Como observando anteriormente, diversos autores ao longo dos últimos anos elaboraram trabalhos examinando os impactos das novas tecnologias sobre os processos de representação política no sentido estrito do termo, ou seja, nas relações que se estabelecem entre o cidadão ordinário/eleitor e aqueles segmentos das elites dirigentes por eles eleitos e que exercem mandatos em órgãos parlamentares. Como afirma Stephen Coleman em seu seminal artigo fazendo um balanço das principais questões teóricas postas pelos estudos realizados sobre a temática, são três os principais problemas colocados pelos estudos sobre os impactos da internet nos processos de representação política: a) a questão do uso que os *representantes* fazem ou estão fazendo das novas tecnologias digitais; b) os impactos do uso de tais recursos tecnológicos nos *representados*; c) os “efeitos sistêmicos” provocados pelas mídias nos processos de representação política. A partir da sistematização dos resultados de pesquisas realizadas sobre o tema, Coleman detecta diversas mudanças incrementais que estão ocorrendo nos processos de representação política em decorrência dos impactos das mídias digitais, dentre elas o surgimento de uma *modalidade mais direta de representação* ba-

seada nos seguintes fatores: (i) o advento de “campanhas permanentes”, com uma relação mais contínua e regular entre representantes e representados; (ii) o crescimento de formas inovadoras de consulta e participação política digital dos eleitores nos mandatos dos representantes, a partir do estabelecimento de uma “*accountability de duas vias*”; (iii) uma tendência à desterritorialização da RP, na medida em que a emergência de uma sociedade em rede transcende as fronteiras postas por uma representação política meramente geográfica (Coleman & Spiller, 2003; Coleman, 2005).

Dentro desse contexto de reflexão a respeito da modificação nas relações de representação política causado pelas novas tecnologias, destacamos as contribuições de Tomas Zittel (Zittel, 2003), Phillip Norton (Norton, 2007) e Darren Lilleker (Lilleker & Jackson, 2009, 2011). Para o primeiro autor, os impactos da internet sobre os processos de RP darão origem a dois modelos de representação numa sociedade em rede: o modelo tecnológico e o constitucional, o primeiro formatando a ação daqueles que usarão de maneira intensa com as ferramentas da internet como um elemento central das estratégias de comunicação dos respectivos mandatos, o último abrangendo os parlamentares que se enquadram no modelo tradicional, onde a internet reforça as antigas relações de representação entre os atores.

Philip Norton, por sua vez, a partir de considerações sobre os limites das contribuições de Zittel, irá caracterizar o surgimento de “quatro modalidades ou modelos de representação política virtual” possibilitadas pela aplicação (ou ausência de) ferramentas digitais ao longo do exercício do mandato: (i) O *Modelo tradicional*, que é aquele onde os políticos rejeitam o uso das TICs, desconhecendo o uso da internet e de suas implicações, e consideram que a internet apenas provocará uma sobrecarga do trabalho parlamentar, preferindo manter ser eleitores excluídos, na medida em que eles não tem condições de se conectar; (ii) O *Modelo Partidário*, onde as TICs são utilizadas pelos políticos para reforçar o papel e o rótulo dos partidos no sistema político e reproduzir as mensagens divulgadas por outras mídias, com poucas possibilidades de interação e participação. Sendo assim, a internet não agrega novas formas de comunicação ao exercício do mandato, mas reproduz formas antigas, como mais intensidade, a comunicação é mono-direcional e reforça as diretrizes partidárias, sem espaço para contestação; (iii) O *modelo trustee ou burkeano*, onde o político age como representante da nação e age segundo sua consciência, e não de acordo com sua base eleitoral, sendo a internet usada como uma ferramenta para expor os pontos de vista do representante e para mobilizar apoios para estes pontos de vista. Dessa perspectiva a internet cria novos canais de participação que ultrapas-

sam o partido, os cidadãos são vistos como reativos e há mais espaço para participação e contestação; (iv) Por fim, o *modelo de tribuna* (delegativo), onde o representante vocaliza de maneira mais dinâmica os interesses de sua *constituency*, e onde a internet é usada para captar os pontos de vista dos eleitores, através de sucessivos chats, *pools* etc., de uma maneira que os meios tradicionais de comunicação não permitiam. Esse modelo é o que mais se utiliza nas novas ferramentas digitais para dar voz aos cidadãos e estes assumem um papel ativo na discussão das policies de cada deputados e são proativos no exercício das relações de representação.

Por fim, podemos destacar as contribuições de Lilleker e Jackson, em seus diversos textos sobre o uso das mídias sociais pelos membros do parlamento (Lilleker & Jackson, 2009, 2011), detectaram uma tendência à maior *personalização* da representação política em decorrência do emprego das mídias digitais, especialmente o Twitter, que são utilizados pelos parlamentares essencialmente como ferramentas de “expressão do eu” e de gerenciamento da imagem, escapando à rigidez dos processos comunicacionais enquadrados pelas burocracias partidárias, bem como estabelecendo relações de representação mais próximas e individualizadas do parlamentar com sua *constituency*.

Sendo assim, a literatura internacional tem produzido evidências mostrando que as novas tecnologias digitais impactam incrementalmente os processos de RP em pelo menos três dimensões: (i) agregam *accountability* ao sistema de representação, ao diminuir drasticamente os custos dos fluxos de comunicação entre elites dirigentes e eleitorado tornando esta relação contínua e sustentada ao longo do tempo; (ii) aumentam as possibilidades de interação entre elites dirigentes e cidadãos comuns, colocando as estratégias de comunicação no núcleo mesmo da relação de representação política; (iii) possibilitam o surgimento de diferentes *formatos ou níveis de* “representação política virtual”, na medida em que o uso das novas tecnologias não está distribuído igualmente pelos vários segmentos das elites parlamentares e, como afirma Norton, pode ser utilizado como uma valiosa *proxy* das estratégias de representação política implementadas pelos representantes, assim como o uso das tecnologias digitais podem ser consideramos uma valiosa amostra do tipo de estratégia de campanha patrocinado por determinado candidato (Gibson, 2012).

A partir destas premissas, a primeira dimensão de nossa metodologia de pesquisa foi efetuar um estudo comparado sobre o uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros e pelas diferentes casas legislativas, a fim de verificar como as novas tecnologias estão dinamizando a dimensão de *accountability* da relação de representação, ao disponibilizarem informações sobre os atores que fazem parte dessas casas legislativas e que permitam um maior

monitoramento de sua ação pela opinião pública⁹⁶. Nesse sentido, nosso primeiro procedimento foi o de examinar os *websites* das casas legislativas e os *websites* pessoais dos deputados, a fim de verificar em que medida encontram-se presentes informações sobre perfil, trajetória, comportamento de tais elites que possibilitem uma apreensão desse nível mais elementar da relação de representação política que é o da criação de mecanismos de *accountability* e transparência para o monitoramento cotidiano da ação política das elites parlamentares por parte das próprias casas legislativas onde estão hospedados.

O segundo nível de nossa análise foi efetuar um mapeamento geral de várias dimensões do uso da internet pelos deputados estaduais, relacionando essas variáveis com as características regionais, partidárias e sociopolíticas dos deputados estaduais brasileiros. Procuramos aqui caracterizar distintos padrões de uso das ferramentas digitais por diferentes subgrupos de tais elites parlamentares, e verificar se esta análise nos permite avançar na reflexão sobre as causas dos diferentes tipos de uso da internet pelos diversos segmentos de parlamentares.

Sendo assim, podemos resumir como segue abaixo os principais aspectos de nossa investigação (objetivos, plano lógico e proposições básicas): o objetivo deste artigo é empreender uma avaliação do uso da internet pelas elites parlamentares de todos os estados brasileiros nos vários níveis e dimensões em que se dá esse uso. A partir das ideias de modos de concretização da democracia digital e de “modelos de representação” expostas anteriormente buscaremos avaliar as várias dimensões da utilização das novas tecnologias pelas elites parlamentares brasileiras. Inicialmente, efetuamos um exame do grau de informação sobre o perfil social, a trajetória política, o comportamento parlamentar e a “inclusão digital” de tais elites, e elaboramos um indicador para avaliar o “grau de *accountability*” (ou transparência) sobre os deputados estaduais apresentados em cada casa legislativa. Em seguida, faremos uma análise da relação entre os diferentes padrões de recrutamento e de uso da Web pelos deputados estaduais da 16ª legislatura. As principais hipóteses ou proposições que norteiam o presente enfoque são as seguintes: (i) há uma acentuada desigualdade no grau de disponibilização de informações e ferramentas que possibilitem uma maior responsabilização (*accountability*) dos deputados nas diferentes casas legislativas; (ii) embora possamos detectar uma “fratura digital”(digital divide) no uso da internet pelos diferentes grupos de deputados na última legislatura, as variáveis políticas também devem ser levadas em conta para explicar os diferentes padrões de uso

96. Para um esclarecimento de como a internet pode dinamizar o processo de *accountability virtual* nos órgãos parlamentares, conferir a interessante monografia de Silvana Moreira Silva (Silva, 2010). Alguns autores chegam a propor inclusive o conceito de “democracia monitorada” para apreender esta aprefeiçoamento dos mecanismos de *accountability* e transparência nas democracias parlamentares contemporâneas em decorrência dos impactos das tecnologias digitais no sistema político (Keane, 2009).

da internet pelos deputados estaduais brasileiros; (iii) apesar de mídias sociais tais como Twitter, Facebook e Orkut terem se difundido com relativa intensidade entre os deputados estaduais na última legislatura, ainda são raros casos bem sucedidos de processos participativos e deliberativos mais profundos a partir dos usos das ferramentas digitais.

PERFIS DE RECRUTAMENTO E PADRÕES DE USO DA INTERNET PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS DA 16ª LEGISLATURA (2007-2011)

Algumas características do universo empírico de nossa pesquisa estão sintetizadas na tabela a seguir. Coletamos dados sobre e analisamos ao todo 1059 parlamentares de 27 casas legislativas brasileiras, bem como as informações contidas nos *websites* pessoais dos deputados e deputadas.

A distribuição agregada dos deputados estaduais por partidos políticos no período da pesquisa e consolidação dos dados (isto é, durante o 2º semestre de 2010) é dada pela tabela abaixo. Durante o período pesquisado observamos ao todo 25 partidos nas ALES brasileiras, sendo o PMDB o partido de maior bancada com 170 deputados estaduais (16,0%), e o PCB a agremiação de menos bancada, com apenas um deputado representado nas ALES ver tabela ao lado).

Tendo em vista esta configuração geral, podemos avançar um pouco mais na análise e procurar associar algumas dimensões do uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros com os diferentes “padrões de recrutamento” dos deputados estaduais brasileiros da 16ª legislatura. Sublinhe-se que usamos o conceito de “padrões de recrutamento” num sentido amplo, destinado a caracterizar “de onde vem” e “quem são” os deputados estaduais, e não no sentido de descrever e detalhar minuciosamente os “mecanismos de seletividade” a partir dos quais determinados postulantes a cargos eletivos logram obter o cargo para o qual se candidataram em detrimento de outros.

Para cumprir este objetivo procuraremos relacionar três dimensões do recrutamento dos deputados estaduais (ou seja, origem regional, filiação partidária e perfil sociopolítico – que formam o conjunto de variáveis independentes), com quatro dimensões do uso da internet pelos deputados da última legislatura (uso de e-mail e *website*; tipo de *website*; uso de várias mídias sociais; e, por fim, a intensidade do uso das mídias sociais), a fim de avançar um pouco mais na reflexão a respeito da busca dos fatores explicativos sobre o padrão de uso das ferramentas virtuais pelos diferentes subgrupos de deputados. Duas proposições básicas nortearão o enfoque: (i) em nível agregado, podemos observar um “digital divide” no uso da internet pelos deputados, na medida em que variáveis de cunho socioeconômico interferem significativa-

Distribuição partidária dos deputados estaduais brasileiros (segundo semestre de 2010)

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PMDB	23	20,4	13,0	33	17,8	31	11,4	38	25,5	17,0	16,0	
PSDB	18	15,9	50	14,5	22	11,9	42	15,5	18	12,1	150	14,1
PT	14	12,4	10,4	16	8,6	43	15,9	21	14,1	130	12,2	
DEM	11	9,7	43	12,5	11	5,9	33	12,2	14	9,4	112	10,5
PDT	7	6,2	7,0	8	4,3	21	7,7	16	10,7	76	7,1	
PP	9	8,0	12	3,5	8	4,3	8	3,0	20	13,4	57	5,4
PSB	2	1,8	32	9,3	6	3,2	13	4,8	4	2,7	54	5,4
PTB	7	6,2	17	4,9	8	4,3	13	4,8	5	3,4	50	4,7
PPS	4	3,5	4	1,2	11	5,9	11	4,1	6	4,0	36	3,4
PV	0	,0	8	2,3	8	4,3	18	6,6	1	,7	35	3,3
PRB	3	2,7	11	3,2	7	3,8	6	2,2	2	1,3	29	2,7
PSC	1	,9	13	3,8	4	2,2	10	3,7	0	,0	28	2,6
PR	9	8,0	3	,9	10	5,4	3	1,1	1	,7	26	2,4
PMN	0	,0	13	3,8	5	2,7	5	1,8	1	,7	24	2,3
PCdoB	0	,0	2,3	4	2,2	3	1,1	2	1,3	17	1,6	
PTdoB	3	2,7	9	2,6	3	1,6	2	,7	0	,0	17	1,6
PSL	0	,0	5	1,4	4	2,2	2	,7	0	,0	11	1,0
PRP	1	,9	3	,9	4	2,2	1	,4	0	,0	9	,8
PRTB	1	,9	2	,6	4	2,2	0	,0	0	,0	7	,7
PTN	0	,0	1	,3	5	2,7	0	,0	0	,0	6	,6
PSDC	0	,0	3	,9	1	,5	1	,4	0	,0	5	,5
PHS	0	,0	1	,3	1	,5	2	,7	0	,0	4	,4
PSOL	0	,0	0	,0	0	,0	3	1,1	0	,0	3	,3
PTC	0	,0	2	,6	1	,5	0	,0	0	,0	3	,3
PCB	0	,0	0	,0	1	,5	0	,0	0	,0	1	,1
	113	100,0	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

mente no perfil de uso da internet por segmentos das elites parlamentares; (ii) entretanto, numa análise mais “fina” e menos agregada as variáveis socioeconômicas são insuficientes para explicar todas as diferenças de uso da internet pelos subgrupos de deputados, pelo que temos que recorrer a explicações de cunho propriamente político para explicar as diferenças de grau e de natureza de uso da internet observadas pelas diferentes categorias de atores políticos.

O PERFIL REGIONAL DE USO DA INTERNET PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS

Inicialmente analisaremos a relação entre a distribuição regional das elites parlamentares e o padrão de uso da internet pelas várias dimensões em que se dá este uso. A primeira dimensão é uma caracterização mais geral do uso de algumas ferramentas básicas da internet pelos deputados estaduais, tais como se possui ou não e-mail, se teve ou não *website*, o tipo de *website* predominantemente utilizado (*website* pessoal, institucional ou *blog*), e se o *site* permaneceu no ar mesmo após o período da campanha eleitoral, em fevereiro de 2011. Esses dados estão expostos na tabela abaixo.

Como podemos observar, a quase totalidade dos deputados estaduais brasileiros disponibilizou e-mail para contato com o eleitor (94,6%) no período

Uso da internet pelos deputados estaduais: um mapeamento preliminar

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tem e-mail?												
Não	2	1,8	25	7,3	15	8,1	11	4,1	4	2,7	57	5,4
Sim	111	98,2	316	92,7	170	91,9	260	95,9	145	97,3	1002	94,6
Tem website?												
Não	31	27,4	177	51,9	93	50,3	53	19,6	24	16,1	378	35,7
Sim	77	68,1	151	44,3	84	45,4	214	79,0	114	76,5	640	60,4
Fora do ar	5	4,4	13	3,8	8	4,3	4	1,5	11	7,4	41	3,9
Tipo de website												
Sem website	31	27,4	177	51,9	93	50,3	53	19,6	24	16,1	378	35,7
Website pessoal	73	64,6	134	39,3	48	25,9	204	75,3	111	74,5	570	53,8
Website institucional	1	,9	0	,0	18	9,7	0	,0	1	,7	20	1,9
Blog	8	7,1	28	8,2	26	14,1	14	5,2	13	8,7	89	8,4
Site no ar em fev/2011												
Sim	65	57,5	112	32,8	69	37,3	201	74,2	113	75,8	560	52,9
Não	48	42,5	229	67,2	116	62,7	70	25,8	36	24,2	499	47,1
	113	100,0	341	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0

Fonte: Elaboração própria.

do pesquisado, enquanto o número de deputados com *websites* (seja pessoal, institucional ou *blog*) foi bem inferior (60,4%). Destes, o maior índice encontra-se, como era de se esperar, na região sudeste, em que 76,0% dos deputados utilizaram *website* ao longo da legislatura, e o menor índice está na região Nordeste, em que apenas 44,3% dos deputados utilizaram tal ferramenta embora para propósitos diferentes, como veremos adiante.

Dos que possuem *website*, temos que a maioria dos deputados estaduais brasileiros utilizou *websites* próprios (53,8%), enquanto 8,4% se utilizam de *blogs* e apenas 1,9% de *websites* institucionais. Em relação ao tipo de plataforma virtual predominantemente utilizada pelos deputados, observamos que a grande maioria deles utilizou *website* pessoal como ferramenta de interação, sendo insignificante o uso de *blogs* ou *websites* institucionais, ao contrário do que ocorre em outros países como, por exemplo, nos EUA, onde a maior parte dos parlamentares utilizam *websites* institucionais, o que é um indicativo de forte suporte e constrangimento das casas legislativas para o uso de *websites* e tecnologias digitais por parte dos candidatos. A exceção foi o caso da região norte, onde houve um elevado índice de uso de *blogs* e *websites* institucionais pelos parlamentares do Acre e do Pará, devido aos programas institucionais existentes nestas casas legislativas de incentivarem o uso deste tipo de recurso por parte de seus parlamentares como, por exemplo, o uso de *blogs* pela ALE-AC (<http://www.aleac.net/>: acesso em dezembro de 2010) o que faz com que os parlamentares com menos recursos ou vontade política para construir um *website* pessoal utilizem predominantemente este tipo de recurso. A partir destes indicadores podemos constatar também que foram nas regiões norte e nordeste que se observaram a maior frequência de deputados ainda envolvidos num modelo tradicional de representação política, para usar a terminologia de Norton (2007).

Por fim, um último indicador preliminar do padrão de uso de *website* pelos deputados estaduais, é se eles permaneceram no ar até o final da 16ª legislatura em fevereiro de 2011, após a realização do pleito eleitoral de outubro de 2010. Este procedimento pode ser tomado como um indicador indireto do maior grau de comprometimento dos deputados com um uso menos “eleitoreiro” da Web, e mais relacionado à divulgação de propostas de mandato mesmo após o término da campanha eleitoral. Examinando os dados, mais uma vez verificamos a existência de uma “fratura digital” entre as diferentes regiões, na medida em que foram regiões com menor índice de desenvolvimento socioeconômico onde houve uma queda mais acentuada de *websites* após o término das campanhas eleitorais, permanecendo as regiões Sul e Sudeste com respectivamente 75,8% e 74,2% de seus deputados com *websites* no ar até o final da legislatura.

A segunda dimensão do uso da Web pelos deputados estaduais refere-se ao *tipo predominante* de *website* utilizado pelos deputados estaduais para interagir com os cidadãos. Para mapear tal uso, também nos basearemos em versão modificada da tipologia aplicada em outros estudos desenvolvidos no âmbito de nosso grupo de pesquisa (Braga, Becher & Nicólas, 2013) para caracterizar a *forma* e o *conteúdo* dos *websites* das elites políticas *on-line*⁹⁷:

a) quanto à *forma* ou à característica predominante do *website* parlamentar, utilizamos uma tipologia com três tipos básicos de *websites*: (1) “*Outdoor virtual*” (i. e., quando o *site* do candidato tem poucos recursos de mídia é focado predominantemente na exposição estática das mensagens sem muitas possibilidades de interação); (2) *Comunicação e interação* (ocorre quando os *websites* dos políticos apresentam mais recursos mais sofisticados para se comunicar e interagir com o eleitor, tais como *newsletter*, boletins informativos, vídeos e outros recursos de comunicação, mas que geralmente apenas reproduzem as características de outros tipos de mídia que já existem *off-line*) qualquer que seja o conteúdo das mensagens divulgadas); (3) e, por fim, os *Deputados Web 2.0*, que são aqueles deputados que usam *websites* nos quais estão presentes ferramentas de interação mais avançadas e, especialmente, incentivos ao uso efetivo de mídias sociais (Twitter, Facebook, canais de Youtube, Flickr, Orkut etc.) e que permitem uma maior participação dos cidadãos na atividade política dos deputados e maior acesso à informação mediante plataformas multimídia

No tocante ao *conteúdo predominante difundidos através dos websites*, codificamos os seguintes tipos básicos: (i) *clientelismo/constituency service*, onde há ênfase na capacidade do político de transferir recursos ou executar serviços e obras para uma determinada localidade ou determinado grupo específico de eleitores; (ii) *ênfase na atividade parlamentar*, onde o *website* é utilizado predominantemente para a divulgação da atividade parlamentar do deputado, tais como discursos proferidos, projetos de lei sugeridos, requerimentos apresentados etc.; (iii) *ênfase na atividade do partido*, onde é dado bastante destaque aos símbolos e às propostas da agremiação partidária ao qual o deputado é filiado e divulgadas as propostas do partido; (iv) *ênfase em interesses setoriais* de várias naturezas, onde são ostentadas no *website* as ligações e os vínculos do políticos com interesses organizados da sociedade civil e movimentos associativos de várias naturezas, tais como associações empresariais, movimentos sociais, sindicatos, movimentos estudantis, categorias profissionais etc.; (v)

97. A modificação que introduzimos foi agregar os três *sites* do tipo “outdoor virtual” numa modalidade apenas, na medida em que a subdivisão desta categoria em três (outdoor virtual, partidário e focado no parlamento) mostrou ter pouco rendimento analítico.

maior densidade ideológico-programática, onde o *website* é utilizado para difundir propostas de maior apelo ideológico-programático não necessariamente vinculado às bandeiras do partido, tais como causas ecológicas, defesa do socialismo, da livre iniciativa, combate à corrupção etc., enfim, a temas mais gerais e substantivos debatidos pela coletividade de referência do líder político, sem necessariamente vinculá-lo a um partido ou grupo específico. Aplicando esta dupla tipologia podemos caracterizar a existência de diferentes “modelos de representação política” de forma mais sofisticada do que as apontadas por Norton em seu modelo, que amalgama forma e conteúdo das mensagens difundidas através de plataforma virtuais.

Por fim, quando o *website* do parlamentar fosse um *mix* de várias características, ou fosse difícil de identificar um padrão *predominante* (na medida em que as categorias acima não são mutuamente excludentes), tipificamos-os como *diversificado/sem padrão dominante*. Aplicada a tipologia aos deputados estaduais, obtivemos os dados resumidos na tabela abaixo:

Tipo predominante de *website* dos deputados estaduais (tipo de *website* X região)

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Forma do <i>website</i>												
Outdoor virtual	43	52,4	102	61,1	83	90,2	58	26,6	36	29,0	322	47,1
Comunicação e informação	5	6,1	9	5,4	8	8,7	22	10,1	17	13,7	61	8,9
<i>Websites</i> 2.0	24	29,3	25	15,0	5	5,4	134	61,5	69	55,6	257	37,6
Sem padrão dominante	16	19,5	46	27,5	22	23,9	14	6,4	12	9,7	110	16,1
Conteúdo do <i>website</i>												
Clientelismo/ <i>constituency service</i>	48	58,5	48	28,7	34	37,0	56	25,7	42	33,9	228	33,4
Ênfase na atividade parlamentar	12	14,6	64	38,3	31	33,7	76	34,9	23	18,5	206	30,2
Ênfase na atividade do partido	6	7,3	16	9,6	4	4,3	21	9,6	4	3,2	51	7,5
Ênfase em interesses setoriais	0	,0	0	,0	0	,0	10	4,6	15	12,1	25	3,7
Maior densidade programática	0	,0	1	,6	0	,0	41	18,8	27	21,8	69	10,1
Sem padrão dominante	16	19,5	36	21,6	22	23,9	14	6,4	13	10,5	101	14,8
Total	82	100,0	167	100,0	92	100,0	218	100,0	124	100,0	683	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Também aqui podemos observar uma acentuada desigualdade no padrão regional de uso da internet. Nas regiões Sul e Sudeste, já predominaram no período estudado os “*websites* 2.0”, com amplo uso de mídias e redes sociais pelos deputados concretizando um modelo mais interativo de representação política virtual, enquanto que nas regiões Norte e Nordeste este padrão ainda é minoritário com predomínio de *websites* “pré Web 2.0”, especialmente os “*outdoors* virtuais”. No tocante ao conteúdo dos *websites* ocorreu o mesmo

fenômeno com um predomínio mais acentuado de *sites* do tipo “constituency service” e “ênfase na atividade parlamentar” nas regiões norte e nordeste. Destaque-se também o caso de Goiás que, apesar de ter um grande percentual de deputados “digitalmente incluídos”, caracteriza-se por um elevado percentual de *websites* do tipo “clientelista”, com ênfase na ostentação da personalidade do deputado e em sua capacidade de transferir recursos para a base eleitoral.

A quarta dimensão do uso de *websites* pelos parlamentares é o grau em que estes usam as mídias sociais, um recurso que vem sendo progressivamente utilizado pelos deputados, o qual pode ser mensurado número de ocorrências difundidas através de cada uma de tais plataformas. Por “mídias sociais” entendemos aquelas ferramentas que permitem a produção de conteúdos de forma descentralizada usando as novas tecnologias e a internet, tais como Twitter, Orkut, canais do Youtube etc., que permitem a criação de canais mais colaborativos produção de conteúdos entre usuários da internet.

Neste artigo, efetuamos o mapeamento das mídias sociais adotando os seguintes critérios: (i) em primeiro lugar criamos uma categoria para todos aqueles deputados que usaram qualquer tipo de mídias sociais ou que disponibilizaram o “kit mídias sociais” (Twitter, canal do Youtube, Facebook, Orkut, Flickr) na página inicial do *website*; (ii) uso de Twitter; (iii) aqueles que utilizaram vídeos do Youtube na página inicial do *website*; (iv) página pessoal no Youtube; (v) outras redes sociais tais como Facebook, Orkut, Myspace e Flickr. Não computamos nas tabelas abaixo outras mídias sociais tais como Sonico e outros por não serem praticamente utilizadas pelos deputados. A frequência do uso de mídias sociais por região é dada pela tabela abaixo.

Uso de mídias sociais pelos deputados estaduais

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mídias sociais em geral	68	60,2	107	31,4	58	31,4	190	70,1	112	75,2	535	50,5
Tem twitter?	68	60,2	107	31,4	58	31,4	190	70,1	112	75,2	535	50,5
Youtube pagina inicial?	13	11,5	41	12,0	24	13,0	101	37,3	34	22,8	213	20,1
Canal do Youtube?	32	28,3	43	12,6	18	9,7	103	38,0	34	22,8	230	21,7
Facebook	39	34,5	33	9,7	12	6,5	85	31,4	30	20,1	199	18,8
Orkut	76	67,3	60	17,6	19	10,3	118	43,5	45	30,2	318	30,0
Myspace	0	0	0	0	0	0	4	1,5	3	2,0	7	0,7
Sonico	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7	1	1
Linkedin	1	9	0	0	1	0,5	5	1,8	1	0,7	8	0,8
Flick	13	11,5	22	6,5	2	1,1	74	27,3	33	22,1	144	13,6
	113	100,0	341	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Do total de 1059 deputados estaduais, 535 deles (50,5%) usaram mídias sociais na última legislatura. A mídia social mais usada pelos deputados foi o Twitter (50,5%), seguida pelo Orkut (30,0%), canais do Youtube, facebook e o arquivo de fotos Flickr (13,6%). Por outro lado, recursos redes sociais bastante utilizadas nos EUA como Myspace, Sonico e LinkedIn (Gomes, 2009) praticamente não foram utilizadas pelos deputados estaduais brasileiros na última legislatura.

Também nesse caso, observamos uma acentuada desigualdade regional na distribuição dos usuários de mídias sociais, com os parlamentares das regiões Sul (75,2%) e Sudeste (70,1%) com grande percentual de redes sociais e os deputados regiões Norte (31,4%) e Nordeste (31,4%) com percentual inferior. O destaque fica para os deputados da região Centro-Oeste, com grande percentual de uso das redes sociais. Este é o único estado onde o percentual de usuários do Orkut ultrapassa o de Twitter, um fenômeno a ser também investigado e que pode ser um indicador de um uso mais “popular” da internet.

Por fim, podemos analisar uma última dimensão de uso da WEb pelos deputados que é a *intensidade* deste uso, medida por alguns indicadores, tais como: (i) número de pessoas que os deputados estão seguindo (*following*); (ii) número de seguidores do Twitter (*followers*); (iii) número de tweets postado por cada parlamentar. Para mensurar esta intensidade agrupamos os deputados estaduais em cinco categorias: (i) inativos (0 a 50 unidades observadas); (ii) pouco ativos (50 a 100 unidades); (iii) ativos (100 a 500 observações); (iv) muito ativos (500 a 1000 unidades); (v) e, por fim, os “aficionados” com mais de 1000 unidades observadas.

Os dados sobre a intensidade de uso do Twitter por região para a última legislatura estão apresentados na tabela da página seguinte.

Como era de se esperar, embora crescente, ainda não era amplamente difundida na última legislatura o uso dessa ferramenta virtual pelos deputados estaduais brasileiros já que quase a metade ainda não fazia uso dessa mídia social até o fim da última legislatura. A popularidade no Twitter é medida pelo número de seguidores que tal pessoa possui. Considerando-se esse aspecto, a porcentagem de deputados que possuía mais de 1000 seguidores (dados atualizados em janeiro de 2011) ainda é baixa: 9,9%, sendo que os deputados mais “populares” encontram-se distribuídos na região Centro-Oeste (20,4%), o que mostra que não há correlação estrita entre população e número de seguidores. Já os mais assíduos no uso dessa ferramenta, ou seja, os que mais postam informações nessa rede social, com mais de 1000 posts, agora estão na região Sul (18,1%). Considerando-se todas as regiões, a porcentagem também é baixa (9,5%), demonstrando que ainda há muito que se avançar nessa nova

Intensidade do uso das mídias pelos deputados estaduais (twitter X região)

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
N/estão seguindo (following)												
Sem Twitter	45	39,8	235	68,9	128	69,2	82	30,3	37	24,8	527	49,8
Inativos: 0 a 50	9	8,0	27	7,9	18	9,7	38	14,0	15	10,1	107	10,1
Pouco ativos: 50 a 100	7	6,2	12	3,5	8	4,3	28	10,3	19	12,8	74	7,0
Ativos: 100 a 500	23	20,4	35	10,3	17	9,2	58	21,4	41	27,5	174	16,4
Muito ativos: 500-1000	9	8,0	16	4,7	9	4,9	30	11,1	17	11,4	81	7,6
Aficionados: + de 1000	20	17,7	14	4,1	4	2,2	30	11,1	19	12,8	87	8,2
N/seguidores (followers)												
Sem Twitter	45	39,8	235	68,9	128	69,2	82	30,3	37	24,8	527	49,8
Inativos: 0 a 50	1	,9	22	6,5	7	3,8	22	8,1	7	4,7	59	5,6
Pouco ativos: 50 a 100	4	3,5	13	3,8	7	3,8	12	4,4	5	3,4	41	3,9
Ativos: 100 a 500	25	22,1	28	8,2	32	17,3	66	24,4	39	26,2	190	17,9
Muito ativos: 500-1000	15	13,3	28	8,2	8	4,3	53	19,6	33	22,1	137	12,9
Aficionados: + de 1000	23	20,4	15	4,4	3	1,6	36	13,3	28	18,8	105	9,9
Número de twitters												
Sem Twitter	45	39,8	235	68,9	128	69,2	82	30,3	37	24,8	527	49,8
Inativos: 0 a 50	9	8,0	32	9,4	44	23,8	36	13,3	9	6,0	130	12,3
Pouco ativos: 50 a 100	9	8,0	7	2,1	3	1,6	13	4,8	3	2,0	35	3,3
Ativos: 100 a 500	20	17,7	32	9,4	7	3,8	60	22,1	47	31,5	166	15,7
Muito ativos: 500-1000	11	9,7	18	5,3	2	1,1	34	12,5	22	14,8	87	8,2
Aficionados: + de 1000	19	16,8	14	4,1	0	,0	41	15,1	27	18,1	101	9,5
Total	113	100,0	341	100,0	185	100,0	271	100,0	149	100,0	1059	100,0

Fonte: Elaboração própria.

mídia social, que vem se tornando a mais importante em termos de divulgação de informações de maneira rápida e concisa (já que a ferramenta só permite a postagem de 140 caracteres por postagem).

Agora vejamos o uso da Web de acordo com o partido ao qual pertence cada parlamentar.

PERFIL PARTIDÁRIO DO USO DA WEB PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS

A segunda dimensão do recrutamento dos deputados que pode nos auxiliar a ter uma compreensão menos agregada e não excessivamente “econômica” a respeito das causas dos diferentes padrões de distribuição do uso da internet pelas diferentes categorias de parlamentares é a distribuição partidária dos deputados estaduais. A partir desses indicadores, podemos verificar se a variável filiação partidária influenciou sobre a natureza e a intensidade dos usos de *websites* e mídias sociais pelas diferentes agremiações partidárias, e refletir sobre o impacto de uma variável política propriamente dita no uso desses recursos digitais.

Como dissemos anteriormente, agregamos os 25 partidos políticos representados nas assembleias legislativas durante o segundo semestre de 2010 em nove agrupamentos político-partidários mais relevantes (quatro grandes partidos e cinco blocos partidários), e que refletisse de maneira mais nítida e agregada as diferentes correntes político-ideológicas presentes nas assembleias. Essas correntes são as seguintes: (i) inicialmente, os quatro grandes partidos (PMDB, PT, DEM, PTB); (v) o bloco PSDB/PPS, partidos que poderíamos qualificar como partidos de centro mais programáticos, na medida em que estão frequentemente aliados no plano nacional e fazem uma oposição mais programática ao governo Lula; (vi) o bloco PSB/PDT, partidos da base de apoio do governo Lula, mas que podemos considerar como mais fisiológicos e/ou personalistas; (vii) o PRP, formado pela fusão do PP, PRB e PR, partidos de direita, também da base de apoio ao governo Lula e de cunho mais fisiológico; os *ppd* (Pequenos Partidos de Direita) com pouca representação parlamentar, tais como PHS, PMN, PRB, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC, PTdoB; e, por fim, os *ppe* (Pequenos Partidos de Esquerda), formados por pequenos partidos de esquerda mas com maior densidade programática tais como PCdoB, PV, PSOL e PCB.

Os dados sobre o uso da internet pelos deputados estaduais pertencentes a estes diferentes partidos na última legislatura estão expostos nas tabelas nas páginas a seguir.

Inicialmente, podemos observar que o uso de e-mail já se difundiu amplamente pelos diferentes partidos, excetuando os pequenos partidos de direita, onde menos de 90% de seus deputados disponibiliza e-mail.

Uso da *web* pelos deputados estaduais (por partido, 2º semestre 2010)

	DEM %	PSB/PDT %	PMDB %	ppd %	ppe %	PRP %	PSDB/PPS %	PT %	PTB %	Total %
Tem e-mail										
Não	2,7	2,3	4,7	11,4	12,5	4,1	5,4	6,2	2,0	5,4
Sim	97,3	97,7	95,3	88,6	87,5	95,9	94,6	93,8	98,0	94,6
Tem site										
Não	36,9	41,4	37,9	58,1	25,0	33,9	33,7	14,6	42,0	35,7
Sim	57,7	54,1	59,2	41,0	67,9	63,6	61,4	81,5	54,0	60,4
Fora do ar (2010)	5,4	4,5	3,0	1,0	7,1	2,5	4,9	3,8	4,0	3,9
Tipo de site										
Sem <i>website</i>	36,9	42,1	37,9	58,1	25,0	34,7	33,7	14,6	42,0	35,9
<i>Website</i> pessoal	55,0	51,1	50,3	28,6	60,7	52,1	56,5	77,7	48,0	53,8
<i>Website</i> institucional	0,9	1,5	1,8	2,9	3,6	1,7	1,6	3,1	0	1,9
Blog	7,2	5,3	10,1	10,5	10,7	11,6	8,2	4,6	10,0	8,4
Site no ar em fev/2011										
Não	50,5	51,1	46,2	67,6	35,7	44,6	46,7	27,7	48,0	46,6
Sim	49,5	46,6	53,3	32,4	62,5	55,4	52,7	72,3	52,05	2,9
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	111	133	169	105	56	121	184	130	50	1059

Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, no tocante a todos os outros indicadores referentes ao uso de *websites*, podemos perceber um contraste bastante acentuado entre o PT e os pequenos partidos de esquerda (ppe), por um lado, e os pequenos partidos de direita (ppd) e agremiações tais como o PTB, de outro, partidos de cunho mais fisiológico e que apresentam os mais baixos percentuais de uso de *websites*, preferência por *websites* pessoais, e permanência dos sites no ar mesmo após o término das campanhas eleitorais num desempenho simetricamente oposto ao dos partidos de esquerda. Podemos afirmar assim que, ao menos no caso dos deputados estaduais brasileiros da legislatura passada os partidos de esquerda com maior apelo e identidade programática, e onde os vínculos dos parlamentares e militantes com o partido tendem a ser mais estreitos e institucionalizados (Marengo, 2007), tenderam a usar a Web com mais intensidade que partidos de cunho ideológico, sem muita identidade programática pró e contra governo, e que são em grande parte utilizados como legendas de aluguel por parlamentares marginalizados em outras agremiações e em busca de um mandato eletivo. Ou seja: embora a relação não seja tão linear e estreita, na medida em que está havendo uma tendência geral de deputados de todas as agremiações a usarem *websites* para divulgar suas propostas de mandato, o uso da Web ainda parece estar associada ao grau de institucionalização e ao perfil ideológico do

partido, sendo estas variáveis também importantes para explicar a frequência de uso da Web pelos deputados estaduais brasileiros, assim como já foi observado em outros níveis de representação política, como por exemplo nas eleições para as Câmaras Municipais brasileiras no pleito de outubro de 2008 (Bercher, 2013).

Estaria o mesmo fenômeno ocorrendo em relação a outras variáveis relacionadas ao uso da Web pelos deputados estaduais, tais como, por exemplo, o tipo de uso de *websites* pessoais utilizado pelos parlamentares? A tabela abaixo procura fornecer algumas evidências que permitam uma resposta mais fundamentada a esta indagação:

Tipo predominante de *website* dos deputados estaduais (tipo de *website* X partido)

	DEM	PSB/PDT	PMDB	ppd	ppe	PRP	PSDB/PPS	PT	PTB	Total
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Forma do <i>website</i>										
Sem padrão dominante	4,2	6,4	4,8	9,3	7,1	6,2	9,9	3,6	13,8	6,6
Outdoor virtual	36,6	37,2	43,3	51,2	28,6	48,1	34,7	9,0	34,5	38,2
Comunicação e informação	22,5	10,3	7,7	14,0	16,7	12,3	9,1	11,7	17,2	12,4
<i>Websites</i> 2.0	36,6	47,4	45,2	27,9	47,6	32,1	46,3	55,0	27,6	43,1
Conteúdo do <i>website</i>										
Sem padrão dominante	12,7	19,2	14,4	20,9	16,7	14,8	18,2	12,6	13,8	15,7
<i>Constituency service</i>	42,3	34,6	43,3	37,2	19,0	45,7	38,0	20,7	44,8	36,0
Gabinete virtual	26,8	26,9	28,8	41,9	23,8	29,6	30,6	29,7	34,5	29,7
Ênfase na atividade do partido	4,2	5,1	2,9	0	16,7	3,7	4,1	18,0	3,4	6,8
Ênfase em interesses setoriais	2,8	6,4	1,9	0	9,5	1,2	1,7	1,8	3,4	2,8
Maior densidade ideológica	11,3	7,7	8,7	0	14,3	4,9	7,4	17,1	0	9,0
Total	71	78	104	43	42	81	121	111	29	100
	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Pela tabela acima podemos verificar que uma vez mais o padrão assimétrico observado na frequência de *websites* se reproduz no tocante ao tipo de *website* utilizado, ou seja: o PT e o *ppe* ocupam posições polares em comparação com o PTB e os *ppd* tanto no tocante à *forma* dos *websites*, quanto no tocante ao *conteúdo* de suas plataformas virtuais, ficando os demais partidos em posições intermediárias em relação a estes polos. Com efeito, verificarmos que no tocante à *forma* dos *websites*, o PT e o *ppe* apresentam maiores percentuais de deputados com *websites* que podemos qualificar como “Web 2.0”, ou seja, que apresentam incentivos visuais para que os cidadãos possam postar mensagem e usar mídias sociais, possibilitando assim uma modalidade mais interativa de interação baseadas tanto na difusão de conteúdos programáticos como partidários. Por outro lado, parlamentares que pertencem a agremiações com apelo político-programático menos claro, não utilizaram este recurso. O

mesmo padrão se repete no tocante ao conteúdo dos *websites*, com deputados de esquerda usando seus *websites* para veicular propostas de maior apelo simbólico e programático enquanto parlamentares de partidos de centro e centro-direita (excetuando o DEM) usam seus *websites* para outros propósitos.

A seguir faremos um mapeamento do uso das mídias sociais mais populares por parte dos parlamentares brasileiros.

Uso de mídias sociais pelos deputados estaduais (por partido, 2o semestre de 2010)

	DEM	PSB/PDT	PMDB	ppd	ppe	PRP	PSDB/PPS	PT	PTB	TOTAL
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Mídias sociais	55,9	54,9	59,2	37,1	64,3	53,7	56,0	76,9	46,0	56,8
Twitter	51,4	48,9	50,3	32,4	58,9	44,6	51,6	73,1	34,0	50,5
Youtube página inicial	13,5	18,8	17,2	14,3	33,9	14,9	21,2	36,9	10,0	20,1
Canal no Youtube	18,0	19,5	16,0	16,2	37,5	15,7	22,3	40,0	14,0	21,7
Facebook	17,1	11,3	17,8	12,4	21,4	17,4	24,5	32,3	4,0	18,8
Orkut	27,9	24,1	27,8	21,9	30,4	30,6	33,2	43,1	28,0	30,0
Myspace	0	1,5	0,6	0	0	0,8	0	1,5	2,0	0,7
Flickr	9,9	9,8	14,8	7,6	21,4	10,7	15,8	22,3	8,0	13,6
TOTAL	111	133	169	105	56	121	184	130	50	1059
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Neste caso, trata-se de um critério mais “objetivo” pois tratamos apenas de procurar, através dos *websites* dos candidatos e de outros mecanismos de busca tais como o *Google* e buscas internas a redes sociais, o tipo de mídias sociais que os deputados estão utilizando, e coletar a frequência das observações, sem qualquer interpretação subjetiva quando a uso dado por tais recursos pelos deputados. Segundo os dados que computamos, mais da metade (56,8%) dos deputados estaduais da última legislatura fizeram uso de alguma das diversas mídias sociais existentes, sendo o Twitter (50,5%), o Orkut (30,0%) e o canal do youtube (21,7%) os mais utilizados.

Pelos dados, temos que a ferramenta mais utilizada pelos deputados estaduais é o Twitter, com 50,5% de uso, sendo os deputados do PT mais uma vez aqueles com mais incluídos digitalmente: 73,1%. Em seguida vem os usuários do Orkut (30%), sendo os parlamentares do PT também os que mais o usam: 43,1%. Um canal para divulgação de vídeos no Youtube é usado por 21,7%, e novamente os petistas possuem 40% do total de canais, com 37,5% dos deputados dos pequenos partidos de esquerda também lançando mão desse meio de divulgação. O Facebook ainda não é tão popular entre os deputados, angariando 18,8% dos parlamentares, sendo 32,3% deles petistas. O Flickr, utilizado para divulgação de fotos, é utilizado por 13,6%, sendo novamente os petistas e os PPEs os líde-

res em uso, com 22,3% e 21,4% respectivamente. Por último temos o Myspace, uma mídia pouco difundida no meio político brasileiro, ao contrário do que ocorre nos EUA. Já quando se trata da divulgação de vídeos em geral na própria página do *website* parlamentar, sem a necessidade de se ir ao Youtube para procurar os vídeos, temos que 20,1% dos deputados publicam os vídeos direto em seus *websites*, sendo a porcentagem mais alta de uso a dos petistas, com 36,9%.

Por fim, no tocante à intensidade do uso das mídias sociais (especialmente Twitter e vídeos no Youtube), os dados são os que seguem abaixo:

Intensidade do uso de mídias sociais (por partido político, agregado)

	DEM %	PSB/PDT %	PMDB %	ppd %	ppe %	PRP %	PSDB/PP %	PT %	PTB %	Total %
N/estão seguindo/following										
Sem twitter	49,5	54,9	52,1	67,6	41,1	55,4	48,9	26,9	68,0	50,5
Inativos: 0 a 50	9,0	12,0	10,1	9,5	10,7	8,3	9,2	12,3	10,0	10,1
Pouco ativos: 50 a 100	6,3	9,8	7,7	1,9	12,5	4,1	5,4	10,8	6,0	7,0
Ativos: 100 a 500	16,2	9,0	13,6	10,5	25,0	22,3	19,6	20,8	12,0	16,4
Muito ativos: 500-1000	10,8	6,0	7,1	5,7	1,8	5,0	8,2	14,6	4,0	7,6
Aficionados: + de 1000	8,1	8,3	9,5	4,8	8,9	5,0	8,7	14,6	0	8,2
Seguidores/followers										
Sem twitter	49,5	54,9	52,1	67,6	41,1	55,4	48,9	26,9	68,0	50,5
Inativos: 0 a 50	6,3	8,3	5,9	1,9	8,9	2,5	7,1	3,1	8,0	5,6
Pouco ativos: 50 a 100	4,5	4,5	3,0	3,8	1,8	5,8	2,7	5,4	2,0	3,9
Ativos: 100 a 500	16,2	19,5	21,3	13,3	23,2	19,0	17,4	16,9	12,0	17,9
Muito ativos: 500-1000	16,2	7,5	8,3	9,5	14,3	12,4	13,6	24,6	10,0	12,9
Aficionados: + de 1000	8,1	7,5	11,8	3,8	10,7	5,0	10,3	23,1	2,0	9,9
N/tweets										
Sem twitter	49,5	54,9	52,1	67,6	41,1	55,4	48,9	26,9	68,0	50,5
Inativos: 0 a 50	8,1	12,8	11,8	8,6	14,3	11,6	13,6	16,9	12,0	12,3
Pouco ativos: 50 a 100	3,6	6,0	2,4	3,8	3,6	3,3	3,8	0,8	2,0	3,3
Ativos: 100 a 500	21,6	15,8	17,8	12,4	17,9	12,4	12,5	19,2	10,0	15,7
Muito ativos: 500-1000	7,2	5,3	7,1	2,9	12,5	7,4	10,3	13,8	8,0	8,2
Aficionados: + de 1000	9,0	6,8	8,3	4,8	10,7	6,6	10,9	21,5	2,0	9,5
Youtube/visualizações										
Sem canal	82,9	82,0	84,0	84,8	64,3	85,1	79,3	63,1	86,0	79,5
Inativos: 0 a 50	0,9	1,5	1,8	0	1,8	0,8	1,6	1,5	0	1,2
Pouco ativos: 50 a 100	0,9	2,3	1,8	1,9	0	1,7	0,5	0,8	2,0	1,3
Ativos: 100 a 500	4,5	2,3	1,8	2,9	0	0,8	1,1	2,3	4,0	2,1
Muito ativos: 500-1000	1,8	7,5	5,9	1,0	10,7	5,0	5,4	5,4	2,0	5,0
Aficionados: + de 1000	9,0	4,5	4,7	9,5	23,2	6,6	12,0	26,9	6,0	10,9
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	111	133	169	105	56	121	184	130	50	1059

Fonte: Elaboração própria.

Para avaliarmos a intensidade do uso das mídias sociais por parte dos deputados, escolhemos as duas ferramentas mais populares e com uso mais difundido entre os parlamentares: o Twitter e o canal do Youtube.

Mais uma vez são os deputados do PT que usam o Twitter e outras ferramentas com mais intensidade, qualquer que seja o indicador utilizado. Os que mais usam o Twitter para seguir pessoas, ou seja, para se informarem, são os parlamentares do PT, com 73,1%. Já os que mais seguem outros (+ de 1000) são também os parlamentares petistas, com 14,6%. Porém, é o meio-termo que predomina: a maior parte dos parlamentares são apenas ativos, seguindo entre 100 e 500 pessoas, sendo os deputados dos *pequenos partidos de esquerda* os mais alocados nessa faixa: 25%.

Já em termos de popularidade, que no Twitter é medido pelo número de seguidores que um usuário consegue angariar, temos que os menos populares estão entre os deputados dos pequenos partidos de esquerda, com 8,9%. Porém, o índice é baixo para a totalidade dos parlamentares. Já os mais populares se encontram entre aqueles do PT, com 23,1%. Aí temos que os do PMDB são os segundo mais populares, com 11,8% dos deputados com mais de 1000 seguidores. Porém, novamente, a maior parte dos parlamentares encontra-se entre aqueles com de 100 a 500 seguidores, em que os parlamentares dos PPE estão com 23,2% do total.

No tocante ao uso de canal próprio no Youtube, um recurso bastante comum no congresso dos EUA, a grande maioria, 79,5%, ainda não possui ainda um canal próprio para divulgação de vídeos nesse *site*. Porém, quando usam essa ferramenta, a usam de maneira intensa, tendo quase todas as bancadas os maiores percentuais de deputados com mais de 1000 visualizações. E os mais populares entre todos são, como era de se esperar, os deputados petistas, com 26,9% do universo total. Já nenhum parlamentar dos pequenos partidos de direita ou do PTB, quando possuem canal do Youtube, ficam pouco populares (com de 0 a 50 visualizações).

Como conclusão desse item podemos afirmar que a variável filiação partidária também influenciou o padrão uso da internet pelos parlamentares, com partidos de esquerda evidenciando um uso mais intenso dos recursos virtuais, também em termos qualitativos, como qualitativos, com os PT e demais pequenos partidos de esquerda de base mais programática se diferenciando em relação aos demais. No outro polo encontram-se os *ppd* e o PTB com padrões simétricos de desempenho em quase todos os indicadores. Por fim, temos as demais agremiações que localizam-se num padrão intermediário de uso da internet qualquer que seja o parâmetro para avaliar este uso.

PERFIL SOCIOPOLÍTICO DO USO DA WEB PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Por fim, resta-nos analisar os padrões de uso da internet dos parlamentares relacionando-o ao perfil sociopolítico dos deputados estaduais. O cruzamento destas variáveis também nos permitirá avançar mais na reflexão sobre os condicionantes dos diferentes padrões de uso da Web pelos deputados estaduais na última legislatura. Nos últimos itens verificamos que a região econômica de origem dos deputados, e a filiação ideológico-partidária dos parlamentares incidem sobre o uso de *websites*, o tipo de *websites* utilizados, o recurso à mídias sociais bem como à intensidade deste recurso, com partidos de centro-esquerda e situados na região Sul e Sudeste do Brasil apresentando melhor desempenho neste indicadores. Estarão as variáveis de perfil sociopolítico, ou seja, a capacidade dos deputados de mobilizar determinados recursos políticos tais como educação, experiência política, patrimônio pessoal, financiamento de campanha, associadas às várias modalidades de uso das ferramentas da internet? Para refletir sobre estas indagações efetuamos alguns cruzamentos simples de variáveis de perfil social, trajetória e recursos políticos, e campo ideológico, com o uso de *websites*, mídias sociais e twitter pelos diferentes parlamentares.

A tabela da página seguinte nos fornece uma comparação entre o uso da Web de acordo com cada perfil social dos parlamentares.

No tocante à variável sexo, tivemos cerca de 89% dos homens e 11% de mulheres no exercício do mandato no final da última legislatura. Deste total, respectivamente 63,3% das mulheres usaram *website* e 59,6% dos homens, sendo os percentuais de uso de redes sociais e de twitter bastante semelhantes. Temos assim um uso ligeiramente superior de *websites* pelas mulheres mas sem caracterizar necessariamente uma fratura de gêneros significativa no uso da internet na última legislatura. Porém, comparando-se cada tipo de uso, vemos que as mulheres usam mais os *websites* em comparação com os homens (63,3% contra 59,6%), e usam de maneira semelhante as diversas mídias sociais, em particular o Twitter.

Em relação a faixa etária, as diferenças já são um pouco mais acentuadas. Assim, embora a faixa etária predominante nas casas legislativas estaduais seja dos deputados entre com 46 a 55 anos (38%), observamos uma maior frequência de uso de *websites* e, especialmente, de mídias sociais, em faixas etárias mais jovens, o mesmo ocorrendo em relação a escolaridade (parlamentares com curso superior usam mais a internet e, com maior intensidade, o Twitter).

Outro dado interessante da tabela é que aquelas categorias profissionais com menos recursos financeiros, e que geralmente constitui a base social de partidos de centro-esquerda, tais como trabalhadores de baixa classe média,

Perfil sociopolítico dos deputados e uso da internet

	Tem website		Mídias sociais		Twitter		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo								
Feminino	76	63,3	68	56,7	60	50,0	120	11
Masculino	560	59,6	533	56,8	475	50,6	939	89
Faixa etária								
De 16 a 25 anos	8	72,7	7	63,6	7	63,6	11	1
De 26 a 35 anos	68	56,7	74	61,7	62	51,7	120	11
De 36 a 45 anos	196	63,4	185	59,9	164	53,1	309	29
De 46 a 55 anos	240	59,0	222	54,5	203	49,9	407	38
De 56 a 65 anos	102	60,7	96	57,1	86	51,2	168	16
De 66 a 75 anos	20	51,3	15	38,5	12	30,8	39	4
De 76 a 85 anos	2	50,0	1	25,0	0	0	4	0,1
Ensino superior completo								
Não	204	57,1	177	49,6	152	42,6	357	34
Sim	432	61,6	423	60,3	382	54,5	701	66
Atividades profissionais								
Sem informação/outros	93	44,9	85	41,1	71	34,3	207	20
Empresários/proprietários	85	55,9	71	46,7	59	38,8	152	14
Profissionais liberais	212	61,8	204	59,5	185	53,9	343	32
Alta classe média/privado	42	59,2	39	54,9	35	49,3	71	7
Alta classe média/público	37	57,8	37	57,8	33	51,6	64	6
Classe média menor escolaridade	146	73,7	145	73,2	133	67,2	198	19
Pequenos proprietários	13	92,9	12	85,7	11	78,6	14	1
Trabalhadores manuais	8	80,0	8	80,0	8	80,0	10	1
Total	636	60,1	601	56,8	535	50,5	1059	100,0

Fonte: Elaboração própria/TSE.

pequenos proprietários e trabalhadores braçais, tiveram maior percentual de uso da Web e, especialmente, das redes sociais, uma evidência adicional de que são os setores mais organizados e, especialmente, vinculados a partidos de centro-esquerda que dão mais importância à organização política via internet, pelo menos no caso dos deputados estaduais brasileiros.

Vejam agora a relação entre o uso da Web com a trajetória e os recursos políticos dos parlamentares estudados (tabela da página seguinte).

O período de entrada predominante está entre aqueles que entraram na política após o ano 2000 (41%). Porém, os que mais usam *websites* estão entre aqueles que entraram entre 1945 e 1964 (75%), uma evidência a nosso ver de que setores com mais tempo na política e melhor organizados usam com mais intensidade a internet. A experiência política acumulada também incide positivamente no uso da internet no caso de ocupação de cargo legislativo

Trajatória e recursos políticos x uso da internet pelos deputados estaduais

	Tem <i>website</i>		Mídias sociais		Twitter		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Período de entrada na política								
Sem informação	71	68,9	73	70,9	69	67,0	103	10,0
Entre 1945 e 1964	6	75,0	5	62,5	4	50,0	8	
Entre 1964 e 1985	95	69,3	88	64,2	79	57,7	137	13
Entre 1985 e 1989	62	71,3	56	64,4	53	60,9	87	8
Entre 1989 e 2000	174	61,1	176	61,8	155	54,4	285	27
Após o ano 2000	228	51,9	203	46,2	175	39,9	439	41
Ocupou cargo legislativo								
Não	209	51,9	185	45,9	159	39,5	403	38
Sim	427	65,1	416	63,4	376	57,3	656	62
Ocupou cargo administrativo?								
Não	416	57,0	388	53,2	346	47,4	730	69
Sim	220	66,9	213	64,7	189	57,4	329	31
Vínculos com movimentos associativos								
Não	473	55,5	448	52,6	389	45,7	852	80
Sim	163	78,7	153	73,9	146	70,5	207	20
Gastos de campanha								
Baixo gasto	9	56,3	7	43,8	5	31,3	16	2
Médio baixo gasto	37	56,1	33	50,0	30	45,5	66	6
Médio gasto	210	51,9	187	46,2	165	40,7	405	38
Médio alto gasto	241	60,6	243	61,1	216	54,3	398	38
Alto gasto	139	79,9	131	75,3	119	68,4	174	16
Patrimônio								
Baixo: até 100 mil	126	57,5	126	57,5	114	52,1	219	21
Médio: 100 a 500 mil	282	63,2	266	59,6	240	53,8	446	42
Alto: mais de 1 milhão	228	57,9	209	53,0	181	45,9	394	37
Total	636	60,1	601	56,8	535	50,5	1059	100,0

Fonte: elaboração própria.

antes da atual legislatura e ocupação de cargo administrativo. Entretanto, o fator mais fortemente relacionado ao uso da internet pelos deputados estaduais é a vinculação anterior com movimentos associativos de diversa natureza: dos 207 deputados para os quais encontramos evidências que fossem vinculados a movimentos associativos, mais de 70% são usuários de todos os recursos da internet, um percentual semelhante apenas aos gastos declarados de campanha.

Esse padrão ficará mais claro se cruzarmos os dados de uso de *websites* e mídias sociais com informações sobre a filiação partidária dos deputados, tipos de partido e ideologia, conforme a tabela seguinte:

Uso da internet por partidos políticos e ideologia

	Website		Mídias sociais		Twitter		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Partido								
DEM	64	57,7	62	55,9	57	51,4	111	10
PDT/PSB	70	52,6	73	54,9	65	48,9	133	13
PMDB	99	58,6	100	59,2	85	50,3	169	16
ppd	43	41,0	39	37,1	34	32,4	105	10
ppe	38	67,9	36	64,3	33	58,9	56	5
PRP (PP/PR/PRB)	77	63,6	65	53,7	54	44,6	121	11
PSDB/PPS	112	60,9	103	56,0	95	51,6	184	17
PT	106	81,5	100	76,9	95	73,1	130	12
PTB	27	54,0	23	46,0	17	34,0	50	5
Tipo de partido								
Partido programático de esquerda	144	77,4	136	73,1	128	68,8	186	18
Partido programático de centro	112	60,9	103	56,0	95	51,6	184	17
Partido fisiológico de centro	99	58,6	100	59,2	85	50,3	169	16
Partido programático de direita	64	57,7	62	55,9	57	51,4	111	10
Partido fisiológico de direita	147	53,3	127	46,0	105	38,0	276	26
Partido fisiológico de esquerda	70	52,6	73	54,9	65	48,9	133	13
Ideologia								
Esquerda	214	67,1	209	65,5	193	60,5	319	30
Centro	211	59,8	203	57,5	180	51,0	353	33
Direita	211	54,5	189	48,8	162	41,9	387	37
Total	636	60,1	601	56,8	535	50,5	1059	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Para classificar os partidos políticos por tipo, combinamos o critério ideologia X “fisiologismo”. Combinando esses dois critérios (posição no espectro ideológico e maior ou menor grau de fisiologismo ou seja, de adesismo aos sucessivos governos no plano nacional), podemos definir seis grandes grupos de partidos, que são os seguintes: (1) *Partidos Fisiológicos de Centro* (PFC): são aqueles partidos que não se colocam em nenhum dos extremos do espectro político-ideológico e cuja postura em relação aos sucessivos governos no plano nacional é pouco coesa, oscilante, ou difícil de caracterizar. Exemplo desse partido é o PMDB; (2) Como *Partidos Fisiológicos de Direita* (PFD), por exemplo, classificaremos o PTB, o PRP, além de outras pequenas legendas de direita que apresentam uma postura ideológica geral mais conservadora, mas que não são facilmente identificáveis com as linhas programática e as facções anti e pró-governo que polarizam o debate político, apresentando uma menor consistência programática em relação aos sucessivos governos na cena política

nacional e aderindo a gestões de natureza diversa; (3) *Partidos Fisiológicos (ou populistas) de Esquerda (PFE)* são o PDT e o PSB, agremiações que se estruturam em torno de fortes lideranças estaduais, e cujo comportamento anti e pró-governo não é facilmente identificável, aderindo ou fazendo oposição a governo de perfil programático distinto; (4) *Partidos Programáticos de Direita (PPD)* são aqueles partidos tradicionalmente incluídos no campo ideológico mais conservador e que apresentam uma postura ideológico-programática mais definida e consistente, sendo mais fácil de classificá-los num gradiente “governo” X “oposição”. Inserimos nessa rubrica o DEM; (5) *Partidos Programáticos de Centro (PPC)* são o PSDB e o PPS; (6) *Partidos Programáticos de Esquerda (PPE)* são o PT, o PSOL, o PCdoB e o PV.

Como vimos anteriormente, foi o PT o partido que apresentou o maior número de deputados usuários de recursos da internet, seguido pelos *ppe*, pelo PRP, e pelo bloco PSDB/PPS, sendo este padrão recorrente em todas as mídias, exceto no tocante ao maior uso de twitter pelos deputados do PSDB/PPS.

Agregando os dados por “tipo de partido” também podemos observar um maior uso das ferramentas da Web pelos partidos programáticos, especialmente de esquerda e de centro, mas também com um percentual elevado de direita. Por fim, agregando ainda mais os dados, observamos que os partidos de esquerda de uma maneira geral usaram mais os três recursos de internet, sejam os *websites* pessoais, as mídias sociais, ou o Twitter.

Isto posto, podemos formular algumas conclusões gerais da análise efetuada anteriormente.

CONCLUSÕES

Podemos agora consolidar algumas das conclusões gerais da análise feita anteriormente. A partir da análise realizada, uma de nossas proposições se confirmou: a de que os parlamentares localizados em regiões do país com maior grau de desenvolvimento socioeconômico e com maior parcelas do eleitorado incluídos digitalmente utilizaram mais intensamente a internet na última legislatura para divulgarem informações diversas. Note-se que essa é apenas uma verificação empírica a partir dos dados que coletamos, sem necessariamente possuir qualquer viés “normativo”.

Além disso, observamos que fatores associados à filiação ideológica do partido político a que pertence o deputado também influenciam de maneira positiva não apenas a frequência do uso da Web, mas o tipo e a “intensidade” desse uso. Assim, uma segunda conclusão geral que podemos extrair de nosso trabalho é a de que, embora as relações acima encontradas entre padrões de

recrutamento e de uso da internet nos parlamentares nos permitam observar a existência de um “digital divide” pelos deputados estaduais brasileiros, as variáveis políticas também estão associadas aos padrões diferenciais de uso da Web pelos diferentes grupos de parlamentares.

Por fim, temos uma evidência adicional de que o fator político que mais influenciou o uso das ferramentas pela internet pelos deputados estaduais foram os vínculos mais estreitos com organizações políticas mais institucionalizadas e possuidoras de maiores recursos políticos. Pelos dados, podemos observar a ausência de associação entre patrimônio dos deputados e uso da internet, mas há uma forte associação entre gasto declarado e uso dos recursos virtuais. Como via de regra os partidos que declaram maiores gastos previstos à justiça eleitoral são aqueles com mais recursos políticos e que efetuam maiores dispêndios, podemos inferir mais uma vez que a intensidade do uso da Web pelos deputados é sempre mediada pelos partidos e por organizações mais institucionalizadas e por suas políticas de incentivo ao uso dos recursos virtuais pelos deputados.

Como última observação, podemos afirmar que as evidências coletadas no âmbito da presente pesquisa servirão de base para estudos longitudinais a serem realizados futuramente, a fim de verificar se permaneceram nas outras legislaturas estaduais os fenômenos observados no presente estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Camilo. *Campanhas Online: o percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009*. *Opinião Pública* (Unicamp), Campinas, v. 16, n. 2, nov. 2010.

ALLAN, Robert. *Parliament, Elected Representatives and Technology 1997- 2005: Good in Parts?* In: *Parliamentary Affairs* Vol. 59, No. 2, p. 360-365, 2006.

AUTY, C., 2005. UK Elected Representatives and their Weblogs: First Impressions. *Aslib Proceedings: New Information Perspectives*, 57 (4), 338-355.

BRAGA, Sérgio; NICOLAS, Maria Alejandra; BECHER, André Roberto. Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. *Opinião Pública* (Unicamp, impresso), v. 19, p. 168-197, 2013.

BRAGA, S. S; NICOLAS, M. A; CRUZ, L. C. *¿Representantes Web 2.0?* Perfil sociopolítico y uso de internet por los parlamentarios sudamericanos. Alacip/2010.

BRAGA, S.; NICOLAS, M., A. Prosopografia a partir da Web; avaliando e mensurando as fontes para o estudo dos deputados estaduais brasileiros na internet. In: *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 107-130, 2008.

BRAGA, Sérgio. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 1-50, jun. 2007. Disponível em: www.scielo.br.

BRAGHIROLI, S. "MEPs 2.0? Europarlamentarians talking to voters in the Internet Era". *Romanian Journal of European Affairs*, 10: 80-96, 2010.

CARDOSO, G.; MORGADO, A. *A comunicação política na sociedade da informação: elites parlamentares e internet*. Lisboa: Home page: <http://iscte.pt/~galc/>, 2003. Disponível em: http://iscte.pt/~galc/Texto_6.pdf.

COLEMAN, S. Democracy online: What do we want from MPs' Websites?. London: Hansard Society for Parliamentary Government, 2001.

COLEMAN, S. 'New mediation and direct representation: Reconceptualising representation in the digital age', *New Media and Society* 7(2), p. 177-198, 2005b.

COLEMAN, Stephen & SPILLER, Josephine. Exploring new media effects on representative democracy, *The Journal of Legislative Studies*, 9:3, 1-16, 2003.

CUNHA, M. A. V. C. DA. *Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo*. Santiago de Chile: Digitado, 25 p. Paper apresentado no X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 18-21 oct. 2005.

DADER, J. L. Ciberdemocracia y ciberparlamento. El uso de correo electrónico entre los parlamentarios españoles y ciudadanos comunes (1999-2001). *Telos*, Madrid?, n. 55, 2003.

GIBSON, R.; 'Open source campaigning?': Uk party organisations and the use of the new media in the 2010 general election, 2010.

GOMES, Wilson. "Politics 2.0": a campanha online de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, Oct. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782009000300004&lng=en&nrm=iso Acessado em 19/01/2010.

GULATI, G. Members of congress and presentation of self on the world wide web. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 9 (1), p. 22-40, 2004.

JACKSON, N. An MP's role in the internet era: The impact of e-newsletters. *The Journal of Legislative Studies*, 12, 223-242, 2006.

KEANE, John. *The life and death of democracy*. Londres: Simon & Schuster, 2009.

LESTON-BANDEIRA, C. Are ICTs changing parliamentary activity in the Portuguese parliament? *The Journal of Legislative Studies*, 13, p. 403-421, 2007.

LESTON-BANDEIRA, C. Towards a trustee model? Parliamentary representation in the internet era. The portuguese case. *Parliamentary Affairs*, 65, p. 425-447, 2012.

LILLEKER, Darren & JACKSON, Nigel. Microblogging, Constituency service and impression management: UK MPs and the use of Twitter, *The Journal of Legislative Studies*, 17:1, p. 86-105, 2011.

LILLEKER, Darren & JACKSON, Nigel. MPs and E-representation: Me, MySpace and I. *British Politics*, 4 (2), p. 236-264, 2009.

LUSOLI, W; WARD, S; GIBSON, R. (Re)connecting politics? Parliament, the public and the internet. In: *Parliamentary Affairs* vol. 59 n. 1, p. 24-42, 2006.

MARENCO, S; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais. In: *RBCS*, vol. 22, nº 64, 2007.

MARQUES, F. P. J. *Níveis de participação dos cidadãos na internet; um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos*. Curitiba: Disponível no site do XVI Compós. Acesso: julho de 2007, 2007. 26 p. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVI Encontro da Compós.

NORRIS, P. *A virtuous circle: political communications in post-industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

NORTON, P. Four models of political representation: British MPs and the use of ICT. In: *The Journal of Legislative Studies*, vol. 13, nº 3, september 2007, p 354-369, 2007.

TENSCHER, Jens. MPs and the internet – An empirically based typology, the journal of legislative studies, DOI: 10.1080/13572334.2014.895125, 2014.

VICENTE-MERINO, M. R. ‘Websites of parliamentarians across Europe’, *The Journal of Legislative Studies*, 13, p. 441-457, 2007.

WARD, S., VEDEL, T. Introduction: The potential of the internet revisited. *Parliamentary Affairs* vol. 59 n. 2, 2006.

WARD, S.; LUSOLI, W. From weird to wired’: Parlamentares, the internet and representative politics in the UK. In: *The Journal of Legislative Studies*, vol.11, n.1, p. 57-81, 2005.

WILLIAMSON, Andy. *MPs online; connecting with constituents*. A study into how MPs use digital media to communicate with their constituents. London: Microsoft/Hansard Society, 2009.

ZITTEL, T. Constituency communication on the WWW in comparative perspective changing media or changing democracy? In: *Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research*, 2009, Lisboa.

ZITTEL, T. Political Representation in the networked society: The americanization of european systems of responsible party government?. In: *Journal for Legislative Studies*, 9: 1-22, 2003.

O PERFIL DOS BLOGUEIROS DE POLÍTICA NO BRASIL: UMA NOVA ELITE? (2012)

Marcus Abílio Gomes Pereira
(magopebh@hotmail.com, UFMG)
Ana Raquel de Campos Braga
(anaraquelbraga@hotmail.com, UFMG)

INTRODUÇÃO

Não há como negar que o acesso, a produção e a distribuição da informação são elementos-chave para avaliarmos as relações de poder nas sociedades democráticas. A liberdade de expressão, a pluralidade de canais de informação e respectiva independência, o acesso amplo de diferentes estratos sociais à informação e aos novos meios de comunicação são elementos relevantes na construção de relações de poder.

Em função de todos os elementos acima elencados, o advento da internet nos anos 1990 criou certa euforia em relação ao potencial democratizante das tecnologias de informação e comunicação (TICs) através de promessas, muitas delas não cumpridas, de uma maior pluralidade de fontes informativas e do aumento do acesso à informação. Tornou-se importante, então, a busca por elementos que corroborassem a ideia de que a internet poderia favorecer a construção e/ou ampliação de esferas públicas, entendidas como espaço de disputa, negociação, definição e redefinição de significados entre atores sociais, dado que essas tecnologias modificariam os modos com que as pessoas interagem.

Dentre as várias formas de comunicação na internet, os *blogs* possuem um papel de destaque. Sua popularização, a partir do final dos anos 1990, se deu basicamente em função do baixo custo de instalação, facilidade de utilização, as possibilidades de uma constante atualização das informações e das possibilidades interativas entre autores e leitores. Esses elementos característicos dos *blogs* criaram expectativas em relação ao seu potencial democratizante, tornando possível a entrada de novos atores na elaboração dis-

cursiva da opinião pública. Barlett chega a afirmar que “blogs allow anyone with an opinion the ability to reach millions of people instantly and simultaneously” (2003, p. 53).

O objetivo deste artigo exploratório é verificar, no contexto brasileiro, quem realmente tem conseguido ser ouvido na rede. Para tanto, será analisado o perfil socioeconômico dos blogueiros responsáveis pelos cem *blogs* de política pessoais mais votados no Prêmio Top Blog 2011, um concurso que premia os *blogs* brasileiros mais populares⁹⁸. Iremos também comparar os dados coletados sobre esses blogueiros com os dados do IBGE de 2010, com o intuito de observarmos se esses atores políticos *on-line* se assemelham ao perfil socioeconômico do cidadão brasileiro.

BLOGS DE POLÍTICA E A CONFORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE DE OPINIÃO

Dentro da literatura produzida nos últimos anos sobre democracia e tecnologias de informação e comunicação, o estudo dos *blogs* e de seus potenciais democratizantes tem sido largamente analisado em três grandes vertentes: primeiro, através da relação entre *blogs* de política e meios massivos tradicionais (Aldé & Chagas, 2005; Aldé & Chagas, 2007; Borges, 2007; Wallsten, 2007); segundo, através da análise da diversidade dos *blogs* e suas distintas características, que permitiriam a criação de tipologias (Penteado *at al.*, 2009; Primo, 2008a; Primo, 2008b); e por último, através da análise dos *blogs* de política como fóruns deliberativos (Koop & Jansen, 2009; Lawrence *at al.*, 2010, Chadwick, 2006).

Apesar da relevância dos estudos mencionados anteriormente, uma lacuna na literatura se faz presente: a análise do perfil socioeconômico dos blogueiros mais influentes de política⁹⁹. Para autores como Chadwick (2006) e Drezner e Farrell (2004), os *blogs* promoveriam a democratização do acesso a ferramentas e técnicas que colaborariam para a criação de conteúdos políticos, promovendo o jornalismo cidadão, relativizando o poder das “velhas mídias”. Mas será que temos uma diversidade dentro desse espaço de produção da informação? Nesse sentido, a grande questão que agora se coloca é: “quem possui audiência na rede?” (Hindman, 2009, p. 84).

Essa questão é relevante, dado que, se comprovarmos que os autores dos *blogs* mais lidos constituem uma nova elite de opinião e fazem parte da

98. Disponível em: <http://www.topblog.com.br/2012/>.

99. Penteado *at al.* (2009) dão indicações, nesse sentido, quando assinalam a importância da consulta ao perfil do autor do *blog*, mas, sob nossa ótica, não desenvolvem a contento. No seu trabalho empírico, analisam seis *blogs* (de jornalistas, de independentes e de um político), mas não vão muito além de informações sobre as profissões dos blogueiros.

elite econômica, social e política de um país, o argumento da diversificação de canais produtores de informação teria de ser relativizado. Se reconhecermos a existência de uma elite¹⁰⁰ de opinião produtora dos *blogs* mais acessados, que através de suas opiniões e percepções influenciam fortemente as expectativas e avaliações do cidadão comum sobre o mundo social e político, a possibilidade de manutenção do argumento da democratização da produção da informação fica verdadeiramente fragilizada. Nesse sentido, de nada adiantaria a existência de milhares de *blogs* de política, dado que aqueles que realmente são lidos e ouvidos são, na sua maioria, originários de um seletivo grupo de indivíduos que não representaria a diversidade das sociedades hodiernas.

Essa hipótese se fundamenta em um trabalho extremamente inovador e provocativo, produzido por Matthew Hindman (2009). O autor questiona algumas teses fundamentais sobre o caráter democratizante da internet. Entre outras questões, o autor vai se debruçar sobre o papel do *blog* como instrumento de pluralização das fontes de informação nas sociedades contemporâneas. Em sua pesquisa sobre os *blogs* de política no contexto norte-americano, o autor chega à conclusão de que os mais acessados são, em sua maioria, produzidos por uma elite de profissionais bem educados, homens, brancos e dos estratos econômicos mais elevados. Hindman afirma que “blogs have given a small group of educational, professional, and technical elites new influence in US politics. Blogs have done far less to amplify the political voice of average citizens” (2009, p. 92).

Mas quais são os elementos de um *blog* de política que ajudariam a defini-lo, para além da ideia de oferecer opiniões, comentários políticos e disponibilizar informações de outras fontes? Podemos defini-los a partir da análise sobre *quem* o produz e *onde* é produzido. De acordo com Mulhall (2007), existem dois tipos de *blogs* de política, aqueles produzidos por políticos em campanha e aqueles produzidos por jornalistas ou não jornalistas que oferecem comentários políticos. Penteadó *et al.* (2009) vão classificar os *blogs* de política como: institucionais, independentes, de entidades da sociedade civil, de jornalistas, de políticos, de acadêmicos, de pessoas desconhecidas ou independentes. Aldé & Chagas (2007) vão classificá-los como: vinculados à grande imprensa tradicional; abrigados em um grande portal; e os independentes (anônimos ou assinados, de jornalistas ou de cidadãos comuns).

No contexto brasileiro, os *blogs* de política têm ganhado destaque nos últimos anos em função da visibilidade que alguns blogueiros, majoritariamente

100. Por ser um termo extremamente escorregadio dentro das ciências sociais, vamos definir de uma forma mais genérica o termo *elite* como aqueles indivíduos que fazem parte de determinados grupos sociais que possuem acesso ou controlam determinados recursos e que, portanto, estão mais bem posicionados dentro das estruturas sociais. Para uma discussão sobre elites, vide Mills, 1956; Bourdieu, 1984; Michels, 1915; entre outros.

oriundos dos meios massivos, têm alcançado na cobertura de fatos políticos, tais como períodos eleitorais, cobertura de crises políticas, escândalos, o julgamento do suposto mensalão, entre outros. Portais de conteúdo¹⁰¹ e portais de jornais e revistas *on-line*¹⁰² possuem suas equipes de blogueiros, formados por jornalistas normalmente já conhecidos pela população e que têm de se submeter aos critérios editoriais de seus patrões. O importante desses espaços é, a princípio, a possibilidade de o leitor interagir “horizontalmente” com os colunistas, a partir de uma lógica colaborativa de produção, elaboração e reelaboração das informações.

Mas não só de *blogs* de jornalistas legitimados por suas carreiras progressivas, nos meios massivos e hospedados em grandes portais, constitui-se o universo de *blogs* políticos no contexto brasileiro. Os *blogs* independentes, produzidos por pessoas desconhecidas ou não¹⁰³, têm conseguido também alguma visibilidade dentro do processo de conformação da opinião pública. Obviamente que a questão da credibilidade em muitos casos fica comprometida nesse universo, dado que muitos dos blogueiros são pessoas desconhecidas do público em geral. O número de pessoas que vão acessar esses *blogs* costuma também ser menor do que aquelas que acessam os de jornalistas hospedados nos grandes portais. Mas nesse universo de blogueiros independentes a legitimidade passa a ser medida através da relação que é construída entre os próprios blogueiros, que se vinculam através de *blogrolls* e que interagem dialogicamente em função de diferentes temáticas políticas que vão surgindo com o tempo. Nesse processo interativo, alguns atores políticos vão se conformando como referências em relação a determinadas temáticas, assim como também passam a se destacar em função de determinados posicionamentos dentro do espectro ideológico, gerando certas afinidades que podem se consolidar com o tempo.

Na seção seguinte, analisaremos um universo específico de blogueiros de política, os cem *blogs* de política mais votados no Prêmio Top Blog 2011, com o intuito de construirmos um perfil desses atores políticos e avaliarmos se constituem uma elite com um perfil socioeconômico específico.

METODOLOGIA E TRABALHO EMPÍRICO

O estudo referente ao perfil socioeconômico e político dos responsáveis por *blogs* pessoais de política foi realizado a partir da listagem dos cem

101. Por exemplo: Globo, IG, UOL.

102. Por exemplo: folhaon-line, estadãoon-line, vejaon-line

103. Estamos aqui nos apropriando da tipologia desenvolvida por Penteado *at al.* (2009).

finalistas do Prêmio Top Blog 2011¹⁰⁴. No ano de 2011, se inscreveram, nas diferentes categorias, 17.900 *blogs* e foram computados 1.462.000 votos¹⁰⁵. Ainda segundo o *site*:

Top Blog Portal é uma plataforma Web 2.0 que disponibiliza aplicativos multi-mídia para divulgação de conteúdo de *blogs* no formato texto e vídeo. A função do portal é divulgar o conteúdo realizado pela blogosfera, somando uma biblioteca com mais de 180 mil *blogs* indexados. Top Blog Prêmio é um sistema interativo de incentivo cultural destinado a reconhecer e premiar, mediante a votação popular e acadêmica (Júri acadêmico) os *blogs* brasileiros mais populares que possuam a maior parte de seu conteúdo focado para o público brasileiro, com melhor apresentação técnica específica a cada grupo (Pessoal, Profissional e Corporativo) e categorias¹⁰⁶.

Embora o *site* Top Blog tenha disponibilizado o endereço eletrônico dos cem finalistas em sua página, quatro *blogs* apresentaram *links* quebrados, impossibilitando a análise do perfil dos responsáveis. Dessa forma, foram estudados 96 *blogs*.

Para captar o perfil dos blogueiros, informações foram coletadas por meio de questionário enviado ao e-mail dos responsáveis pelos *blogs* e, também, pela coleta de informações públicas disponíveis nas próprias páginas. A coleta teve por objetivo buscar dados descritivos, tais como sexo, idade, escolaridade, renda, entre outros, sendo o questionário enviado aos e-mails disponibilizados nos *blogs*.

A duração da coleta de dados através de questionário foi de quatro meses, correspondendo ao período de dezembro de 2011 a abril de 2012. As visitas aos *blogs* foram realizadas entre janeiro e março de 2012. Pelo fato das informações terem sido coletadas por questionário e por visitas aos perfis, o resultado dos dados não é fixo para todas as variáveis, ou seja, as variáveis apresentam número total de respostas distintas.

ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS COLETADOS

Sexo – Em relação à variável sexo, temos uma discrepância enorme entre blogueiros e blogueiras. Dentre as noventa informações coletadas sobre essa

104. A primeira edição do prêmio ocorreu em 2009 e, naquele ano, já foram selecionados os cem *blogs* pessoais de política mais votados.

105. Informações do próprio *site*. Disponível em: <http://www.topblog.com.br/2012/>.

106. Disponível em: <http://www.topblog.com.br/2012/index.php?pg=SobrePremio>.

variável, apenas onze se referem ao sexo feminino (12,22%) e 79 ao masculino (87,78). Esses dados corroboram estudos anteriores, em que se constatou a desigualdade da presença por gênero na blogosfera (Calderano, 2010; Dustin, 2006). De acordo com um estudo feito pela Technoratti em 2012¹⁰⁷ sobre *blogs* no mundo, 3/5 são produzidos por homens, e a maioria dos *bloggers* possui entre 25 e 44 anos de idade, sendo que 1/3 tem mais de 44 anos.

Estado civil – Os resultados mostram que, das 42 informações sobre ao estado civil dos blogueiros, 21 se referem ao estado civil solteiro, doze ao casado, seis a divorciados, e três a pessoas que declararam ter cônjuge ou companheiro. Todavia, não há informações de viúvos. Tais informações correspondem a 50% do total de respostas de solteiros, 28,57% de casados, 14,29% de divorciados e 7,14% de união consensual. Apesar da alta porcentagem de solteiros, dezessete deles, entre 37 blogueiros, afirmam ter filhos, ou seja, 45, 95% do total de respostas. A média de filhos por blogueiros é de 2,62. A idade média dos blogueiros é de 38,69 anos.

Cor ou raça – Em relação à variável cor ou raça, os dados analisados foram obtidos pela autodeclaração dos blogueiros durante o preenchimento do questionário. Foram obtidas 34 respostas e nelas vinte blogueiros se declaram brancos, o equivalente a 58,82% do total de respostas. Doze blogueiros se declaram pardos, correspondendo a 35,3% do conjunto de respostas, enquanto que apenas dois dos blogueiros se declararam negros (5,88%). Não houve informações de amarelos e indígenas nas respostas coletadas. Esses dados corroboram a literatura relacionada aos estudos sobre a apropriação das TICs por grupos sociais mais desfavorecidos, por exemplo, os negros. Segundo Pole: “Data suggest that the blogosphere is largely dominated by white, well-educated males in their thirties. Blacks comprise 13 percent of the US population (US Census Bureau, 2001) and they are underrepresented in the blogosphere comprising less than one percent” (2005).

Religião – Também foram coletadas informações sobre a religião dos blogueiros, que somaram 37 respostas. Embora a maior parte das respostas se referirem à religião católica, sendo catorze respostas encontradas, o que mais de destacou foram as declarações de blogueiros sem religião, somando dez respostas. A religião evangélica apresentou nove respostas, enquanto a espírita, a umbanda e o candomblé tiveram uma resposta cada. Dois dos entrevistados declararam pertencer a outras religiosidades. As porcentagens feitas a partir do total de respostas obtidas foram: Católica 37,84%; Evangélica 24,32%; Espírita, Umbanda e Candomblé 2,7% cada, Outras religiosidades 5,41% cada, e sem religião 27,03%.

107. Disponível em: <http://technorati.com/social-media/article/state-of-the-blogosphere-2011-part1/>.

Escolaridade – Os dados relativos à variável escolaridade apresentam um total de quarenta respostas. Embora a categoria Ensino Fundamental não tenha sido citada, as de Ensino Médio e Superior apresentam nove e 28 respostas respectivamente. Dados sobre pós-graduação também foram encontrados tanto para especialização como para mestrado e doutorado, sendo uma resposta para cada categoria. As respostas sobre ensino superior equivalem a 70% do total das respostas, o Ensino Médio apresenta 22,5% delas, e as demais categorias de pós-graduação 2,7% cada.

No total de cursos superiores dos blogueiros, os que mais se destacaram são os de Administração, Ciências Sociais, Comunicação Social e Direito. Ao analisar as instituições de ensino superior, das 29 respostas alcançadas, doze são de instituições públicas e dezessete de instituições privadas. Dentre as públicas, sete são universidades federais.

Renda mensal – Os resultados acerca da renda mensal dos blogueiros tiveram como referência um total de 33 respostas. O estudo sobre a renda foi baseado no salário mínimo (SM) vigente no período, que foi de R\$ 622,00, a partir do qual foram estabelecidas faixas de renda. A primeira faixa considerada foi de até dois salários mínimos, a segunda entre dois e quatro salários mínimos, a terceira de quatro a dez salários mínimos, a quarta de dez a vinte salários mínimos, e a última, acima de vinte salários mínimos. Entre as respostas, dezesseis pertencem à terceira faixa salarial; sete na primeira faixa, cinco na segunda, quatro na quarta, e um na última faixa. Estes resultados são equivalentes a: 21,21% até 2 SM; 15,15% entre 2 e 4 SM; 48,48% entre 4 e 10 SM; 12,12% entre 10 e 20 SM, e 3,03 acima de 20 SM.

Ideologia Política – Em relação à variável ideologia política do blogueiro, obtivemos 34 respostas. Quatorze blogueiros se autodeclararam de esquerda (41,18%), seis como centro (17,65%) e apenas um como direita (2,94%). Treze blogueiros (38,23) escolheram a opção “nenhuma das respostas acima citadas”. Desta forma, no nosso universo pesquisado a ideologia de esquerda poderia servir de contraponto aos grandes conglomerados midiáticos, que normalmente se declaram “neutros” ou, em alguns casos, são assumidamente conservadores.

Categoria do blog – A maioria dos blogueiros considera seu *blog* como pessoal. Nas 35 respostas referentes à categoria do *blog*, apenas em três os blogueiros se consideram profissionais, nas demais 32 respostas, a afirmação é de que a categoria é pessoal, o que representa 91,43% das respostas. A coordenação do *blog* é majoritariamente individual, tal afirmação é dada pelas 33 respostas das 36 obtidas sobre o assunto.

Atividade profissional – Entre as 59 respostas sobre atividade profissional, 52 mostram que os blogueiros possuem outras atividades. As profissões

dos blogueiros são das mais diversas, no entanto, destacam-se as de professor, jornalista, publicitário, administrador e advogado.

Tempo de existência – O tempo de existência dos *blogs* também foi analisado. Dentre as 34 respostas dos blogueiros, 23 (67,65%) trabalham com *blogs* há menos de cinco anos, e sete há mais de cinco anos (20,6%), restando apenas quatro blogueiros com tempo trabalhado de um ano (11,75%).

Número de *blogs* – Em relação ao número de *blogs* que cada entrevistado possui, obtivemos sessenta respostas, sendo que 56,67% afirmaram possuir outros *blogs*. A partir dos dados fornecidos, chegamos à média de dois *blogs* por blogueiro.

Plataformas sociais – Os blogueiros analisados demonstraram ser grandes usuários de plataformas sociais. Dos 46 blogueiros que responderam à questão, 96,65% afirmaram, positivamente, possuir uma conta em uma das plataformas elencadas no questionário. Destes, 34 estão no Facebook e Twitter, e 25 no Orkut.

Região brasileira onde vivem – Sobre a região onde vivem os blogueiros, foram coletas 67 respostas, sendo cinco do Centro-oeste, dezessete do Nordeste, sete do Norte, 29 do Sudeste, e nove do Sul. Tais resultados equivalem a 7,46% do resultado total no Centro-oeste; 25,37% no Nordeste; 10,45% no Norte; 43,29% no Sudeste; e 13,43% no Sul. Esses dados foram desagregados por estados, de forma que São Paulo apresenta treze respostas das 67; Rio de Janeiro, oito; e Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Norte, cinco respostas cada.

COMPARAÇÃO ENTRE OS DADOS TOP BLOG E IBGE (2010)

Realizamos também uma comparação entre os dados da pesquisa sobre o Prêmio Top Blog 2011 para *blogs* pessoais de política com informações da população brasileira apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE sobre Censo 2010¹⁰⁸ com o intuito de verificarmos se essa nova elite de opinião na blogosfera política também é uma elite socioeconômica dentro do contexto brasileiro.

Sexo – A comparação dos dados sobre sexo do Top Blog 2011 com os do IBGE revela a discrepância entre homens e mulheres entre os *blogs* de política mais populares. A porcentagem de respostas sobre a existência de *blogs* coordenados por mulheres no Top Blog 2011 é de 12,22%, enquanto, de acordo com o IBGE, as mulheres são 51,03% da população total brasileira. Já

108. Foram utilizadas as informações do Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra. Essas informações ficam disponíveis de forma virtual e podem ser consultadas pelo *site* do IBGE: www.sidra.ibge.gov.br/.

os homens blogueiros são 87,78% no Top Blog 2011, e 48,97% da população total brasileira de acordo com o IBGE.

Cor ou raça – Diferenças nos resultados sobre cor e raça também foram percebidas. No total de dados observados, a porcentagem de pessoas que se autodeclararam brancos no questionário do Top Blog 2011 é maior do que nos dados do IBGE 2010 (há uma diferença de aproximadamente 11%). No questionário, 58,83% dos blogueiros se declararam brancos, sendo que 47,73% da população brasileira se autodeclara branca. A proporção de amarelos e indígenas no Brasil, segundo os dados do IBGE 2010, é relativamente pequena, no entanto, a falta de representantes dessas etnias no estudo do Top Blog 2011 não pode ser ignorada.

Religião – Outro dado que também nos chamou a atenção foi em relação à religião professada por nossos entrevistados em comparação com os dados do IBGE¹⁰⁹. São 27% dos blogueiros que se declararam sem religião, sendo que apenas 5,7% da população brasileira afirma não ter.

Escolaridade – A comparação sobre o nível de escolaridade entre os blogueiros de política mais votados e a escolaridade dos brasileiros em geral é alarmante. A porcentagem de blogueiros com ensino superior¹¹⁰ chama a atenção (77,5%), sendo que apenas 16,9% da população brasileira têm esse nível de estudo. Aproximadamente, 35,4% da população brasileira completou o ensino fundamental segundo o IBGE 2010¹¹¹, porém não houve nenhuma resposta referente ao ensino fundamental no universo pesquisado.

Renda Mensal – Os dados sobre a renda dos blogueiros chamam a atenção se comparados com os dados do IBGE 2010, pela grande participação de blogueiros com renda entre 4 a 10 SM e entre 10 a 20 SM. As respostas dos blogueiros do Top Blog 2011 são 48,48% entre 4 a 10 SM, em compensação, os dados do IBGE 2010 mostram apenas 8,62% da população brasileira nessa mesma faixa. Na faixa entre 10 a 20 SM, os dados do Top Blog são de 12,12% do total dos resultados, enquanto dados do IBGE apresentam somente 1,2%. Assim, é possível notar que a renda dos blogueiros analisados é muito superior à renda mensal de grande parte dos brasileiros, que se concentram fortemente na faixa de até dois salários mínimos.

109. As informações coletadas pelo Sidra referentes ao Censo 2010 sobre a religião da população brasileira tiveram de ser aglutinadas em grupos, de forma que possibilitassem a comparação. Além disso, não foram utilizadas nesse estudo todas as categorias dispostas pelo IBGE. As porcentagens sobre os dados do IBGE foram feitas somente com os dados das categorias religiosas de interesse na comparação.

110. Para a categoria “ensino superior”, foram incluídas as variáveis “Especialização”; “Mestrado” e “Doutorado”, usadas no questionário aplicado aos blogueiros.

111. As variáveis “Sem instrução”, “fundamental incompleto” e “Não determinado” utilizadas pelo Censo demográfico 2010 não foram levadas em consideração.

CONCLUSÃO

Os dados apresentados nesse artigo exploratório sugerem a existência de uma nova elite de opinião, com influência política dentro da internet e formada por blogueiros homens, brancos, com curso superior e com renda mensal acima da média nacional. Esses dados atestam a não confirmação das expectativas iniciais em relação à pluralização das vozes oriundas de diferentes estratos sociais, que poderiam ocorrer a partir da disseminação do uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

A diminuição sensível dos custos para a produção de informação promovida pela internet criou a expectativa de que a esfera pública seria ampliada com a voz dos grupos sociais que até então não conseguiam se fazer presente através dos meios massivos. Como bem observou Verba *et al.* (1995) “meaningful democratic participation requires that the voices of citizens in politics be clear, loud, and equal”. Mas, na análise desses autores sobre a participação democrática no contexto norte-americano, “public’s voice is often loud, sometimes clear, but rarely equal” (1995, p. 509). A partir dos dados produzidos nesse artigo, nos parece que a mesma observação pode ser feita sobre os *blogs* pessoais de política brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Alessandra; CHAGAS, Viktor H. C. S. A febre dos *blogs* de política. In: *Revista Famecos*, n. 33, 2007.

_____; CHAGAS, Viktor H. C. S. *Blog de política e identidade jornalística: transformações na autoridade cognitiva e na relação entre jornal e leitor*. Trabalho(s) apresentado(s) em Congressos Anuais da Intercom/ Núcleo de Pesquisa – Jornalismo, 2005.

BORGES, Juliano. *Blogs de política, blogs de políticos e a influência na cobertura jornalística*. In: *Anais da Compolítica*, 2007.

BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.

CALDERARO, A. *Digital Politics divide: the digital divide in building political e-practices*. European University Institute, 2010.

LAWRENCE, Eric; SIDES, John; FARRELL, Henry. Self-segregation or deliberation? Blog readership, participation and polarization in american politics. *Perspectives on Politics*, 8, p. 141-157, 2010.

PENTEADO, C.; SANTOS, M. B. P; ARAÚJO, R. P. A. Metodologia de pesquisa de *blogs* de política – análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento “cansei”. In: *Revista de Sociologia e Política*. V. 17, n. 34, p. 159-181, 2009.

POLE, A. Black bloggers and the blogosphere. In: The Second International Conference on Technology, Knowledge & Society Hyderabad, India, 12-15 dez. 2005.

PRIMO, A. *Blogs* e seus gêneros: avaliação estatística dos 50 *blogs* mais populares em língua portuguesa. XXXI Congresso de Ciências da comunicação – Intercom Natal, Anais, 2008a.

_____. Os *blogs* não são diários pessoais *on-line*: matriz para a tipificação da blogosfera. *Revista Famecos*, n. 36, 2008b.

VERBA; SCHLOZMAN; BRADY. *Voice and equality* – civic voluntarism in American politics. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WALLSTEN, Kevin. Agenda setting and the blogosphere: an analysis of the relationship between mainstream media and political blogs. *Review of Policy Research*, v. 24, n. 6, 2007.

PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO: ANÁLISE DO IMPACTO DOS USOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA DINÂMICA DOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS DE BELO HORIZONTE E RECIFE¹¹²

Dimas Enéas Soares Ferreira
(dimassferreira@uol.com.br, UFMG)

INTRODUÇÃO

São grandes as transformações pelas quais a sociedade vem passando, em boa medida, fruto do impacto das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) sobre as relações sociopolíticas. Também são muitas as incógnitas que ainda precisam ser desvendadas, principalmente quanto aos dilemas e potencialidades dessas NTICs. Para Castells (2001), estamos vivendo um tempo de confusão, de transição de uma sociedade para outra, e a dificuldade de compreensão está no fato de que a base cognitiva que utilizamos não está atualizada, pois se mantém, em grande parte, calcada na Revolução Industrial.

Dentre todas essas novas tecnologias, as que mais impactam as interações sociais são as da informação e comunicação, que começaram a se impor já a partir do fim do século XIX e, neste início de milênio, mudaram a relação espaço-tempo reverberando sobre as interações sociopolíticas. Nesse contexto, muitos governos têm adotado mecanismos de participação política e de deliberação pública *on-line* através da internet. Daí a necessidade de se investigarem as características dessa inovação democrática, bem como a capacidade de inclusão de novas vozes ao processo de deliberação pública. Belo Horizonte (BH) e Recife, por exemplo, ao adotarem formas de orçamentação participativa digital e/ou semidigital, viram o quanto essas NTICs podem transformar a relação entre a sociedade e o Poder Público, especialmente no que se refere aos

112. Este texto resultou de recorte da Tese de Doutorado Participação e Deliberação: análise do impacto dos usos das Novas Tecnologias Digitais na dinâmica dos Orçamentos Participativos de Belo Horizonte e Recife, fruto de pesquisa realizada entre os anos de 2010/2012 no âmbito do Programa de Pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

processos de participação política e de deliberação que ocorrem no âmbito dos orçamentos participativos existentes em ambos os municípios.

O que se busca aqui é compreender como institutos de *e-participation* podem impactar as formas tradicionais de participação, mobilização e deliberação pública. Para isso, é preciso aferir se esses institutos realmente reduzem os custos da participação política criando novas possibilidades de ampliação da prática democrática ou se apenas utilizam tais ferramentas com o fito de promover a consulta pública e o *e-voting*. Dessa forma, o primeiro passo é analisar o desenho institucional de dois arranjos de deliberação *on-line*, bem como seus indicadores quantitativos e qualitativos de participação e deliberação através das NTICs, especialmente a internet, quais sejam: o OP Digital de BH (OPD-BH) e o OP (semidigital) de Recife (OPR). Institutos que mesclam participação *off-line* e *on-line* criando arenas deliberativas com dinâmicas distintas de interação e mobilização tanto virtuais como também presenciais. Todavia, vale destacar que o que a princípio sinalizava para a possibilidade de ampliação da prática democrática, por conta da maior agregação numérica de indivíduos ao processo decisório, acabou por demonstrar que a participação política *on-line* deve ser pensada para além da ótica meramente agregativa, ou seja, é preciso pensar também na possibilidade de desenvolvimento de novas formas de interação em arenas deliberativas virtuais e de mobilização por meio da internet ultrapassando os limites da mera agregação.

Considerando que os desenhos institucionais desses institutos participativos digitais impactam os resultados finais, a análise deles é fundamental antes de qualquer análise de cunho empírico. Logo, para verificar o impacto do uso das NTICs sobre os processos políticos de inclusão, participação e mobilização, bem como sobre a qualidade da deliberação pública, foram definidas quatro dimensões institucionais: participação, mobilização, interação e controle social. Em seguida, serão analisados os dados quantitativos coletados em pesquisa de campo a respeito da inclusão, participação e deliberação pública no OPD-BH e OPR, bem como dos institutos de orçamentação participativa não digital que precederam ou que continuam existindo concomitantemente nos municípios estudados, como o OP-BH, por exemplo, permitindo identificar um nítido aumento da participação política resultante da criação de novas oportunidades participativas e deliberativas digitais ou semidigitais, bem como a inclusão de segmentos da sociedade civil considerados historicamente mais arredios à participação nesses espaços, especificamente os jovens.

Esta escolha de dois casos distintos de OP permitiu não só compreender, mas também explicar e interpretar, algumas variáveis relevantes para a análise

dos institutos participativos em tela, além de também viabilizar a submissão de alguns aspectos normativos da teoria democrática à aferição de resultados de qualidade deliberativa considerados centrais. Pode-se adiantar que as análises em torno do papel desempenhado pela internet nos institutos orçamentários participativos de BH e Recife mostraram que, no caso do OPD-BH, apesar de promover a ampliação da participação, das possibilidades de inclusão de novos segmentos, como o dos jovens, e de propiciar novas formas de controle social, o impacto sobre a deliberação não se mostrou tão relevante.

No caso do OP Recife, verificou-se que a internet permitiu a ampliação significativa da participação, mas não gerou a inclusão de novos segmentos, principalmente da classe média. Ademais, a percepção dos líderes comunitários a respeito do papel desempenhado pelas etapas digitais no OPR mostrou-se dúbia, dado que para alguns a internet é considerada importante para a mobilização, mas para outros ela acaba por interferir no cômputo final das prioridades definidas presencialmente distorcendo o processo de formação da vontade desse público.

Dentre outros aspectos empíricos importantes verificados, como a prática clientelística por parte de algumas lideranças comunitárias que se aproveitam do desenho institucional desses processos de *e-voting* para fazer valer as demandas de suas respectivas comunidades, detectou-se também que em ambos os institutos participativos estudados, a baixa efetividade dos resultados parece levar ao descrédito das decisões, já que as obras e ações resultantes da decisão política tomada nessas arenas sofrem constantes e sistemáticos atrasos no processo de realização e implantação, por questões de ordem burocrática, orçamentária ou técnica. Enfim, conclui-se que, se por um lado, a internet amplia a participação nos processos políticos decisórios, por outro lado não qualifica “significativamente” a deliberação pública que se entende ainda dependente fundamentalmente de arenas face a face. Daí a convicção de que os institutos participativos digitais que mesclam arenas de deliberação *off-line* e *on-line* são mais democráticos que aqueles que simplesmente restringem a participação e a deliberação a arenas exclusivamente *on-line*.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL EM BH E RECIFE

Diferentes institutos de participação política digital (*e-participation*) e/ou semidigital têm sido adotados mundo afora, dentre eles o Orçamento Participativo Digital (OPD). Esses institutos participativos resultam do uso das NTICs nos processos de deliberação pública, sendo uma inovação democrática inserida nas tendências contemporâneas de gestão participativa, *e-democracy*

e deliberação pública *on-line*. No Brasil especificamente, alguns municípios já adotaram ou ainda adotam esse instituto participativo, dentre eles Ipatinga, Belo Horizonte, Recife, Vitória, Contagem, entre outros. A presente análise foca dois casos distintos de orçamentação participativa digital e semidigital: o OPD-BH e o OP de Recife.

A escolha destas duas cidades se justifica por serem capitais de distintas e importantes regiões do país (Sudeste e Nordeste), por ambas serem ou terem sido governadas por forças político-partidárias de centro-esquerda durante muitos anos e possuírem uma forte tradição de participação política popular.

No caso de Recife, não se pode falar em um OP Digital na concepção plena do termo, pois o que ocorre por lá desde 2007 é a realização de uma etapa de votação digital, por meio da internet e de urnas eletrônicas ao longo do Ciclo do OP. Ou seja, após ocorrerem as plenárias regionais e temáticas, há uma etapa digital que coleta os votos dos cidadãos, que vão escolher duas entre as dez prioridades mais votadas nas Plenárias. Belo Horizonte, por seu turno, passou a adotar o OPD a partir de 2006, tratando-se de um instituto político-participativo que lança mão do uso das NTICs, como internet (e do telefone, como ocorreu na edição de 2008). Os cidadãos belo-horizontinos, após acessarem ao *site* da Prefeitura Municipal, devem inicialmente realizar um processo de cadastramento em que fornecem dados de seu título de eleitor, ou seja, só votam cidadãos com domicílio eleitoral na cidade e, a partir de 2008, também precisam estar eleitoralmente aptos. Feito isso, o *site* disponibiliza acesso a diferentes informações e a arenas deliberativas e de *e-voting*. O cidadão, portanto, pode obter informações técnicas sobre as obras, ações e projetos em disputa, postar comentários e mensagens a respeito dos empreendimentos, participar de *chats* previamente agendados em que se discutem temas ligados ao interesse público, além de votar e acompanhar as votações, entre outras possibilidades. Por fim, o OPD-BH é um instituto de participação política totalmente desvinculado do OP Regional e do OP Habitação, com dotação orçamentária e metodologia própria, dispensando completamente a participação presencial dos cidadãos em fóruns deliberativos e decisórios.

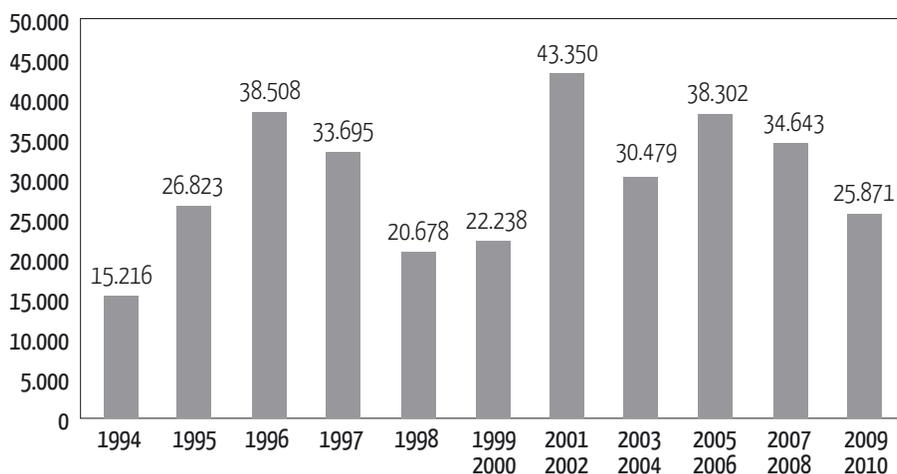
A análise do desenho institucional desses institutos participativos digitais e semidigitais em tela mostra que o impacto das NTICs sobre o processo político democrático pode promover o desencaixe das relações tradicionais e, ao mesmo tempo, construir novas relações, recolocando novas questões à teoria política. Sendo assim, deve-se atribuir à participação e à deliberação um papel de destaque na reconexão dessas relações, uma vez que elas possibilitam aos atores políticos e sociais assegurar sua autonomia pública e privada. Nesse caso, deve-se valorizar o papel desempenhado por esses atores, que não só

participam, mas também debatem, discutem e refletem sobre esses processos e sobre o papel que cumprem no seu interior, bem como tomam decisões finais, caracterizando assim a deliberação sob o ponto de vista mais operacional.

É exatamente essa conexão entre o advento das NTICs e as experiências de participação e deliberação *on-line* que permitirá responder à questão central aqui colocada, ou seja, em que medida as NTICs tornam as instituições participativas mais inclusivas, ampliando e potencializando os espaços de vocalização e de decisão política, bem como os mecanismos de controle social? Pois bem, cada um dos institutos participativos em foco surgiu dentro de contextos históricos e políticos das cidades onde foram implantados e esse é um elemento importante para se compreender o quanto a participação política popular e a deliberação pública são colocadas no centro da pauta de ações políticas dos seus respectivos governantes.

As primeiras experiências participativas de Belo Horizonte remontam à década de 1980, quando se multiplicaram os movimentos sociais pela cidade. Mas foi em 1993, no primeiro ano de gestão do governo municipal do PT, que a participação política tornou-se eixo central de uma gestão que se propunha ser democrática, participativa e popular. Seguindo o modelo do Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre, a Prefeitura de BH (PBH) adotou o que se convencionou chamar de “OP Regional”. Inicialmente, a participação foi relativamente pequena, mas o processo foi se ampliando, principalmente na medida em que os cidadãos perceberam a efetividade de suas decisões (Azevedo & Guia, 2005).

Gráfico 1: Participação no OP Regional (1994-2010)



Fonte: SMAP/GEOP (apud PBH, 2008, p. 17).

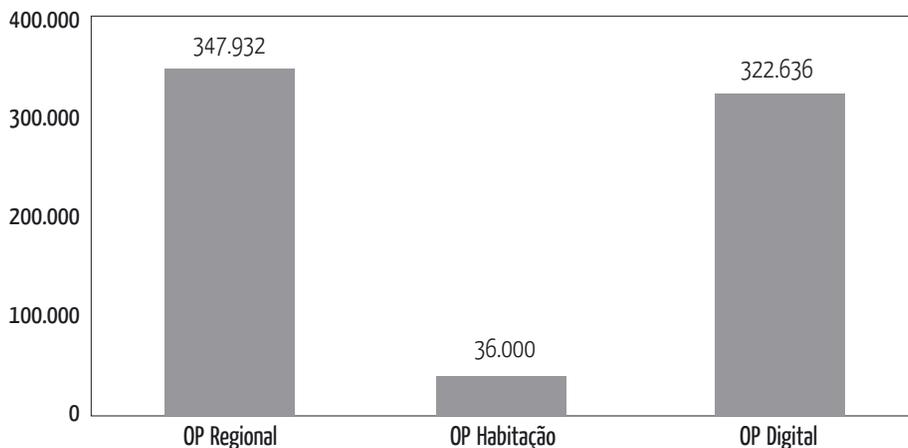
A implementação do OP-BH acabou por estabelecer um novo modelo de governança, garantindo a participação política popular e a inversão das prioridades. Ao longo de quase vinte anos, o Poder Público buscou assegurar a participação da sociedade civil na definição de parte de suas prioridades orçamentárias. Com o tempo, o OP se fez presente em todos os bairros da cidade. Segundo Pimentel (OIDP, 2007), ele está diretamente articulado ao processo de planejamento municipal. Seu aperfeiçoamento e extensão fez com que dele nascesse, em 1996, o OP Temático e o OP da Habitação. E, finalmente, em 2006, implantou-se o OP Digital, buscando incluir nos processos de deliberação pública aqueles segmentos da sociedade que até então não participavam, notadamente a juventude e a classe média. As três modalidades de orçamentação participativa, hoje existentes em BH (Regional, Habitação e Digital), já permitiram a participação de mais de setecentas mil pessoas desde 1994, com investimentos totais que ultrapassam R\$ 1 bilhão. Recursos investidos em mais de 1.000 obras e 3.000 unidades habitacionais já entregues à população.¹¹³

Com esse acúmulo histórico de experimentações deliberativas democrático-populares, BH acabou por se tornar pioneira ao adotar um modelo de orçamento participativo exclusivamente digital, reconhecido como uma experiência de *e-participation*. O que só foi possível graças à *expertise* adquirida ao longo de quase duas décadas de fomento à participação política popular. Desde sua implantação em 2006, o OPD-BH promoveu substancial incremento da participação nos processos de deliberação pública em BH (Gráfico 2). Além disso, espaços de debate, mobilização, monitoramento e controle social entre outros canais participativos digitais também foram criados a partir do OPD, como os *blogs* de associações comunitárias e das forças que passaram a fomentar o debate, o acompanhamento e a fiscalização dos empreendimentos definidos através de votação eletrônica¹¹⁴.

Através do *site* oficial do OPD, o cidadão tinha acesso a informações sobre o processo e sua metodologia, obras disputadas, custo orçamentário, localização, imagens de antes e depois, entre outros. Também foram disponibilizadas ferramentas de comunicação e interação *on-line*, como e-mails (Fale conosco) e *chats* (fóruns de debate *on-line*) que permitiam aos cidadãos estabelecer debates e discussões com a presença de agentes públicos municipais a respeito dos projetos e empreendimentos apresentados pela PBH. Mas não era possível a inclusão, através dessas arenas, de novas demandas, já que elas foram previamente definidas pelo Poder Público, seja a partir de um processo de pré-seleção de demandas,

113. Disponível em: <http://opdigital2011.pbh.gov.br/historico.php>, acessado em jan. 2012.

114. Disponível em: <http://opdigital2011.pbh.gov.br/historico.php>, acessado em jan. 2012.

Gráfico 2: Participação total nos OPs de BH (1994/2011)

Fonte: Nabuco *et al.*, 2009, pp.141-2.

algumas delas já apresentadas em diferentes canais de participação política, como os conselhos de políticas públicas, os comitês temáticos e outros fóruns participativos instituídos na cidade, seja a partir de estudos técnicos realizados por diferentes órgãos e secretarias municipais. Outro mecanismo de informação digital disponibilizado pelo OPD foi o *Newsletter*, isto é, uma espécie de boletim informativo enviado pela PBH para os cidadãos que cadastraram seu e-mail junto ao sistema do OPD, contendo assuntos variados sobre o próprio processo, como posicionamento das obras na disputa e depoimentos de cidadãos.

Após votar, o cidadão podia acompanhar, através do *link* do OP no *site* da PBH, os resultados, bem como o processo posterior de implementação das obras vencedoras nas suas fases de projeto, licitação, execução e conclusão final. Portanto, o desenho institucional do OPD/2006 acabou por constituir uma arena de deliberação pública *on-line*, ainda que sem mecanismos de propositura formal direta de demandas por parte da sociedade civil ao longo do processo em si, fato que não desqualificou o processo, já que muitas dessas demandas, de uma forma indireta, são oriundas da vontade da sociedade civil.

Na sua primeira edição, 172.938 mil eleitores cadastrados no TRE-MG e domiciliados eleitoralmente na cidade participaram do processo. Era uma solução de mídia que permitia aos indivíduos se cadastrar e votar facilmente nos projetos apresentados pela PBH. Pode-se dizer que o OPD, além de reduzir os custos da participação política, permitiu a disseminação de informações sobre projetos e obras públicas, criou ferramentas digitais para acompanhamento

on-line dos resultados, estabelecendo mecanismos de segurança para o processo de votação por meio de uma base de dados integrada ao TRE-MG e, até mesmo, proporcionou a inclusão digital de setores mais pobres e excluídos e de deficientes visuais na medida em que disponibilizou uma série de recursos tecnológicos digitais específicos para tal.

Nessa primeira edição do OPD, a PBH apresentou 36 projetos para serem votados, sendo quatro para cada uma das nove Regionais Administrativas no qual a cidade está dividida. Foram 192.229 acessos que se originaram de 23 diferentes países. Além disso, 951 e-mails foram recebidos através do Fale conosco e 347.323 endereços eletrônicos foram cadastrados no *Newsletter*, recebendo três boletins eletrônicos ao longo do processo, totalizando 1.041.969 mensagens eletrônicas enviadas através da internet. O desafio do poder público era incluir a parcela da população que não tinha acesso à rede. Para isso, foram disponibilizados 152 Centros de Inclusão Digital.¹¹⁵ Conforme Veloso, a inclusão digital tornou-se um pressuposto da inclusão social e política (PBH, 2008, p.33).¹¹⁶ Mas o objetivo central era incorporar novos atores aos processos participativos e decisórios, por meio de um mecanismo que “permitisse efetivamente a participação e validação de votos que viessem por meio digital”, o que, até aquele momento, nunca havia sido experimentado, isso do ponto de vista de definição de políticas públicas orçamentárias.

Para promover a integração entre a participação *off-line* e *on-line*, a PBH estabeleceu negociações com as Comforças para a definição de algumas obras que seriam colocadas em disputa. Foram escolhidas nove obras consideradas de porte médio, distribuídas em diferentes áreas temáticas, sendo que cada uma delas estava localizada em uma das nove Regionais Administrativas do município, totalizando um investimento de R\$ 22,42 milhões. Ainda que todas elas tenham sido concluídas e entregues à população, esse processo de implementação dos resultados variou de sete meses até quatro anos e quatro meses, período no qual se realizaram mais duas edições do OPD.¹¹⁷ E foi exatamente essa demora na entrega de algumas obras eleitas do OPD/2006 que acabou por gerar uma crescente desconfiança em relação à efetividade do processo no que diz respeito ao cumprimento das decisões por parte do Poder Público municipal. Fato que efetivamente contribuiu para a queda do número de participantes nas edições do OPD dos anos 2008 e 2011.

Na segunda edição do OPD (2008), ocorreram modificações substantivas visando, supostamente, o seu aperfeiçoamento metodológico. Para além

115. Disponível em: <http://opdigital2011.pbh.gov.br/historico-op2006.php>, acessado em jan. 2012.

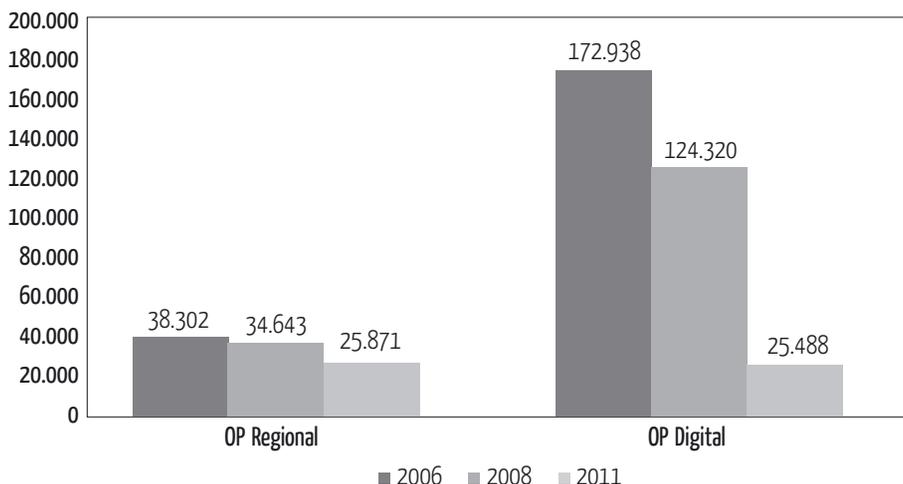
116. Silvana Veloso, Diretora de Inclusão Digital da Prodabel.

117. Disponível em: <http://opdigital2011.pbh.gov.br/duvidas.php>, acessado em jan. 2012.

dos objetivos iniciais, visou viabilizar a realização de uma grande obra viária macroestruturante, com aumento significativo no aporte de recursos orçamentários (R\$ 50 milhões), ou seja, um aumento de 123%. Ampliaram-se, também, as possibilidades de votação por meio de ligações telefônicas sem custo. Assim, os cidadãos sem acesso à internet puderam participar do processo de *e-voting*. Além disso, o OPD/2008 disponibilizou novas ferramentas informativas e comunicativas digitais permitindo maior acesso a informações técnicas e metodológicas sobre o processo e as obras em jogo, bem como ferramentas de interação e debate, além dos *chats* e e-mails (Fale conosco), como a postagem eletrônica de comentários e argumentos (*posts*).

Naquela edição do OPD/2008, 124.320 cidadãos participaram do processo, sendo que 112.837 via internet (90,76%) e 11.483 computando seu voto através do telefone (9,24%).¹¹⁸ Se comparado à participação no OPD/2006, verifica-se que, apesar do aumento dos mecanismos de inclusão, houve queda de 28,11% na participação efetiva, considerando-se o número total cidadãos que efetivamente registraram seu voto no processo e não o número total de votos ou o número total de acessos ao *site* do OPD (Gráfico 3). Como já foi adiantado, acredita-se que essa redução da participação está vinculada à demora da conclusão das obras vencedoras do OPD/2006, o que acabou por colocar em xeque a efetividade do processo.

Gráfico 3: Participação efetiva nos OPs Regional e Digital (2006-2008-2011)



Fonte: SMAP/GEOP (*apud* PBH, 2008, p. 17) e Shimomura *at al.* (2012). Disponível em: <http://www.simposiodemodo.unb.br/mesas/posteres/Shimomura>, acessado em maio 2012.

118. Disponível em: www.opdigital.pbh.gov.br, acessado em fev. 2009.

O *site* do OPD/2008 abrigou uma variedade interessante de *links* que davam acesso a diferentes ferramentas digitais de informação e comunicação, como “OP 15 anos”, “OP Digital 2006”, “Notícias”, “Conheça as Obras”, “Dúvidas”, “Mapa do Site” e “Vídeos OP Digital”, todos *links* informativos que municiavam os cidadãos com diferentes informações sobre o processo e os empreendimentos, disponibilizando informações de caráter técnico de fácil compreensão. Além de disso, também disponibilizou pequenos vídeos explicativos, croquis e imagens/projeções de antes e depois das obras e empreendimentos. Quanto às ferramentas interativas disponíveis no *site* do OPD/2008, havia um conjunto de *links* que direcionavam o usuário a algumas possibilidades comunicativas e interativas, como: “Debates”, em que o cidadão podia postar comentários, argumentos, críticas ou demandas sobre o processo e/ou empreendimentos; “Fale conosco”, que permitia entrar em contato com o setor responsável pela operacionalização do OPD; e “Quiz BH!”, uma espécie de jogo no qual o cidadão podia demonstrar seus conhecimentos sobre a cidade.

Cerca de trinta mil pessoas que acessaram ao *site* do OPD/2008 sugeriram o mesmo a outras pessoas através de uma ferramenta interativa digital chamada “Indique o OP Digital para um amigo”. Mas, ainda assim, muitas críticas foram levantadas às ferramentas interativas criadas. Para Guimarães, o debate e as discussões, tão caras ao OP Regional, praticamente inexistiram no OPD, o que, para ele, descaracteriza essas arenas como deliberativas: “A possibilidade de se postar comentários no portal do OPD não confere sequer aura de debate, pois as diversas manifestações são elencadas em ordem cronológica e agregadas por obras” (2010, p. 4). Dessa forma, os *posts* invariavelmente “se resumem a propaganda de determinada obra.” Já os *chats* organizados pelo poder público e disponibilizados no *site* do OPD ocorrem “com a mediação/entrevista de assessores e secretários municipais, não conferindo flexibilidade suficiente a envolver os internautas/eleitores”.

De toda forma, o OPD/2008 acabou por induzir a sociedade civil a se mobilizar ao criar novos canais de participação política nos processos de escolha das obras. Um bom exemplo disso foi o trabalho de divulgação do OPD e de campanha em favor das obras realizado pelas associações de moradores e outras diferentes organizações sociais através de suas lideranças. Muitas dessas associações ou organizações sociais construíram seus próprios *blogs* e distribuíram material impresso de propaganda, como panfletos, buscando mostrar de forma descritiva a obra, seus impactos e importância para a comunidade ou região, bem como seus apoiadores e onde e como votar. Entretanto, ainda que novos canais de participação tenham sido criados no OPD/2008 visando promover maior inclusão em termos participativos, e apesar desse processo de mobilização

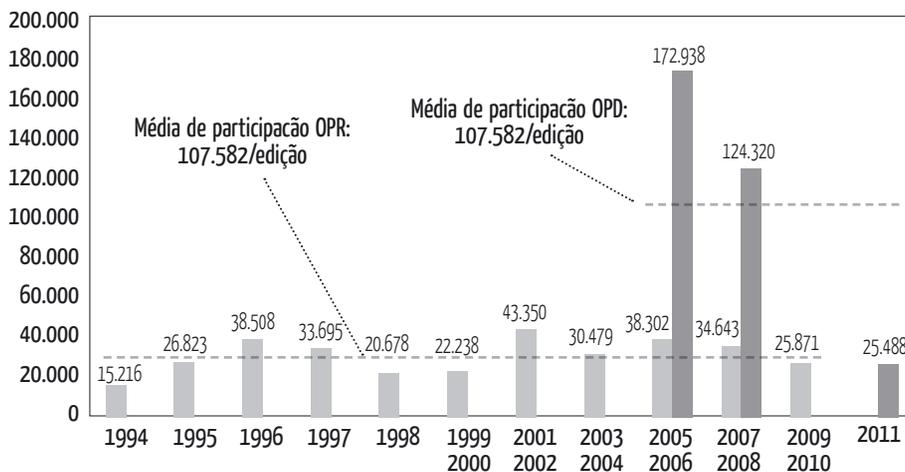
social descrito, a participação se reduziu em 28.11% quando comparada com o OPD/2006, fato que pode ser reputado à baixa efetividade e à consequente perda de credibilidade e de legitimidade do processo, principalmente perante aqueles que não viram as obras e empreendimentos concluídos.

Finalmente, na terceira edição do OPD (2011), a PBH alocou cerca de R\$ 50 milhões para a realização das obras eleitas, sendo R\$ 5,5 milhões para cada Regional Administrativa. O desenho institucional voltou a ser muito parecido com o adotado em 2006, ou seja, os cidadãos escolheram uma intervenção (projeto e/ou obra) dentro de cada Região Administrativa da cidade. Para tanto, foram apresentados projetos e/ou obras que focavam diferentes setores, como infraestrutura, segurança e equipamentos públicos diversos. Essa mudança no desenho institucional do OPD¹¹⁹ foi proposta por um Comitê Governamental de Gestão Participativa, criado em 2010, com a missão de discutir o processo de participação popular na cidade, propondo e recomendando ações de fortalecimento do processo participativo popular.

Quando comparada a participação no OPD com a participação no OP Regional, verifica-se que o OPD apresenta uma média de participação superior ao OP Regional, isto é, 107.582 contra 29.982 respectivamente. A participação mais baixa registrada no OP Regional se deu em sua primeira edição em 1994 (15.216), ao passo que a maior participação foi verificada no biênio 2001/2002 (43.350). Já no OPD, a maior participação foi registrada na sua primeira edição em 2006 (172.938), depois disso, houve uma queda de 28,11% em relação ao OPD/2008, quando participaram 124.320 cidadãos. Todavia, até então, a participação no OPD continuava significativamente mais alta do que no OP Regional. Todavia, no OPD/2011 houve uma queda muito acentuada, quando a participação foi para 25.488, ficando abaixo do próprio OP Regional (Gráfico 4).

Algumas ferramentas informativas e interativas foram mantidas e outras novas introduzidas no OPD/2011. Logo ao abrir o *site*, os cidadãos tinham à sua disposição *links* que os conduziam a informações sobre o processo de votação, como “Conheça os Empreendimentos”, “Regras para Votação 2011”, “Saiba como Votar”, “Pontos de Votação” e “Resultado Parcial”. Também podiam acessar o *link* “Descubra BH! Conheça os empreendimentos e a cidade de um jeito divertido”. Na barra de *status* do *site*, o cidadão encontrava outros *links*, como o “Vote Agora”, que permitia computar o voto informando número do Título Eleitoral, CPF ou outro documento de identificação, e-mail para confirmação do voto, gênero e faixa etária, além de digitar uma combinação de letras e números gerada aleatoriamente para impedir fraudes no processo.

119. Verônica Campos Sales, Gerente do OP-BH. Entrevista realizada em 8 de junho de 2010.

Gráfico 4: Participação no OPR versus OPD-BH

Fonte: Disponível em: www.pbh.gov.br.

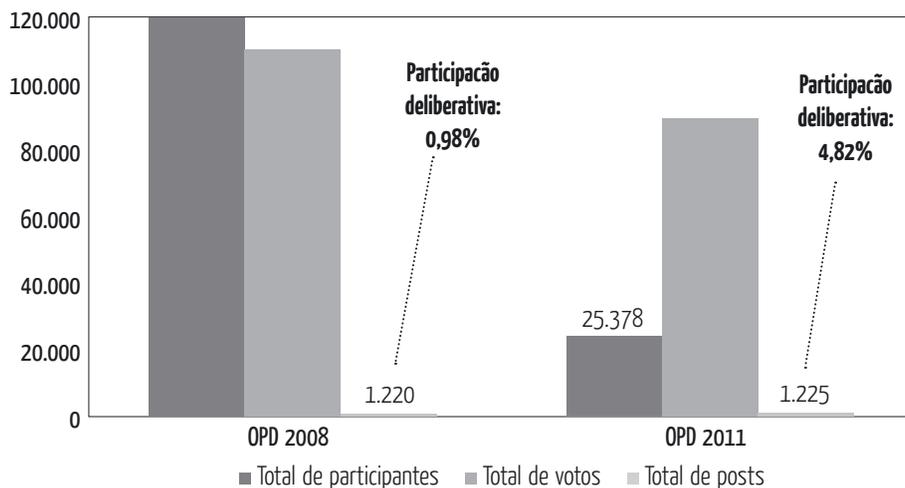
O site do OPD/2011 ofereceu outras ferramentas informativas, como o “Mapa do Site”, em que todos os *links* estavam listados e divididos em quatro grupos, quais sejam: (i) OP Digital – Conheça os Empreendimentos (subdivididos por Regionais); (ii) Informações para Votação; (iii) Histórico do OP; (iv) Debates; e (v) Notícias. Através do *link* “Informações para Votação”, o cidadão encontrava o ponto de votação mais próximo digitando seu endereço ou o Código de Endereçamento Postal (CEP), além da lista completa dos pontos de votação, assim como a lista de parceiros do OPD/2011. O *link* “Histórico do OP” oferecia informações sobre o processo de construção do OP nos últimos dezoito anos e sobre os OPDs 2006 e 2008, com dados sobre participação, alocação de recursos, custos dos investimentos, obras e projetos vencedores, execução dos mesmos, resultados das votações etc.

As ferramentas interativas fizeram a diferença em relação às experiências anteriores. Assim como na segunda edição, o *link* “Debates” conduziu os cidadãos para duas possibilidades interativas: Bate Papo (*chats*) ou Opinião do Cidadão (*posts*). No caso dos *chats*, foram agendadas e realizadas discussões *on-line* com convidados representantes do Poder Público para debater com os cidadãos diferentes temas relacionados ao OPD. Mas foram os *posts* que asseguraram a possibilidade de participação deliberativa *on-line*, já que, acessando ao *link* “Opinião do cidadão”, era possível postar comentários, demandas e críticas relativas ao processo deliberativo¹²⁰ ou aos empreendimentos em

120. Vale novamente ressaltar que estamos considerando que o processo deliberativo envolve não só a troca de razões e argumentos buscando consensos (conceito habermasiano), mas também a produção de decisões coletivas.

jogo (Gráfico 5). Na verdade, a proposta era de que os indivíduos postassem apenas opiniões sobre os empreendimentos do OPD/2011, mas, ao analisar seu conteúdo, verifica-se que, apesar dos baixos percentuais de participação deliberativa, funcionaram sim como arenas argumentativas.¹²¹

Gráfico 5: Percentual de participação deliberativa nos OPDs 2008 e 2011



Fonte: Disponível em: www.pbh.gov.br/opdigital, acessado em jan. 2012.

Para participar, bastava se identificar (nome e e-mail), escolhendo o assunto ou empreendimento a que se referia o comentário, crítica ou demanda. Os indivíduos também podiam ter acesso às últimas opiniões postadas, selecionando-as por assunto, por exemplo, além do Fale conosco, em que o cidadão podia enviar mensagens diretamente aos responsáveis pela operacionalização do OPD, sobre dúvidas ou sugestões através do e-mail do OP (op@pbh.gov.br). Por fim, o OPD/2011 ofereceu um *link* de compartilhamento do *site* através das redes sociais (Twitter, Facebook e Orkut), outro *link* para indicar o *site* do OPD a outras pessoas (“Indique um amigo”) e um *link* através do qual era possível apresentar sugestões para o próximo OP, servindo como ferramenta digital de *inputs* de demandas.

Esse desenho institucional adotado nos OPDs 2008 e 2011 leva a crer que, ao aliar *e-voting* e participação deliberativa via internet, garantiu-se não só a ampliação dos espaços decisórios, atraindo e agregando novos atores, mas se fomentou, ainda que em pequena escala, a discussão, o que acabou

121. Não estão incluídas aqui todas as análises empíricas dos dados quantitativos e qualitativos coletados em campo. Por isso, nos restringimos à análise dos desenhos institucionais dos institutos participativos digitais em tela e de apenas alguns dados empíricos sobre a participação e a deliberação no OPD.

por qualificar a deliberação. Foram mudanças significativas que ocorreram no desenho institucional do OPD ao longo de suas três edições. As ferramentas informativas e comunicativas foram sendo ampliadas pouco a pouco, isto é, se no OPD/2006 o cidadão tinha a sua disposição apenas os *chats*, e-mails (Fale conosco) e *Newsletters*, nas edições seguintes somaram-se a estas ferramentas o *quizz* e os *posts* ou *quick reply*, garantindo assim aos cidadãos maiores chances de manifestar suas opiniões, críticas e sugestões, estabelecendo novas arenas de deliberação pública *on-line*. Como os *chats*, que apesar de serem arenas deliberativas *on-line* limitadas, ainda assim permitiu-se aos cidadãos que delas participaram debater determinados temas de interesse público sob a tutela moderadora do Poder Público.

Já no caso do Orçamento Participativo de Recife (OPR) criado em 2001, foi após 2007 que seu desenho institucional sofreu as mais profundas modificações, buscando principalmente aprimorar os processos participativos e deliberativos. Após seis anos adotando-se um modelo de OP muito parecido com o de Porto Alegre, em 2007, no governo de João da Costa (PT), foi introduzida uma etapa de deliberação *on-line* no ciclo do OPR, mesclando então processos participativos e deliberativos *off-line* e *on-line*, o que acabou por transformá-lo num processo de orçamentação participativa semidigital. Assim como no OP-BH, essa mudança no desenho institucional do OPR foi motivada pela necessidade de se promover a inclusão de novos públicos aos processos de deliberação.

Desde sua implementação, o objetivo era incluir segmentos considerados pouco participativos, em especial a classe média e a juventude. Através do novo desenho, agora híbrido, qualquer cidadão podia participar das votações digitais, desde que não tivesse participado anteriormente das votações realizadas nas plenárias regionais e/ou temáticas. Na verdade, introduziu-se mais uma etapa no OPR, ou seja, uma etapa de votações *on-line* que ocorre após a realização das plenárias presenciais, ainda que o volume total de recursos alocados tenha permanecido único e distribuído por todas as microrregiões da cidade, passando a sua aplicação a ser definida por uma mescla de votações presenciais em plenárias deliberativas e de *e-voting* através da internet ou urnas eletrônicas. Assim, os cidadãos que não participaram das plenárias presenciais tiveram a oportunidade de participar da definição das prioridades locais e/ou temáticas (Figura 1).

O desenho institucional do OPR também se destaca no que se refere à construção da agenda de demandas e prioridades que são submetidas à discussão e votação nas plenárias antes de chegarem à etapa digital. Essa agenda não é definida pelo Poder Público, mas nasce de um processo deliberativo que começa antes mesmo de ocorrerem as plenárias regionais e temáticas. Até dois

Figura 1. Ciclo do OP Recife disponível na internet



Fonte: Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/op/ciclo.php>, acessado em abr. 2011.

dias antes de cada plenária, cada dez cidadãos podem cadastrar duas prioridades para serem colocadas em discussão e votação. Cadastramento que é feito junto à PCR através de formulário próprio. Assim, após cadastrar suas demandas, a população discute e vota nas plenárias, elegendo as dez que passarão para a votação na etapa digital. Importante ressaltar que a etapa digital é precedida de etapas presenciais, muito embora o público votante seja diferente. Dessa forma, no OPR é a sociedade civil quem define a lista das prioridades que será colocada em votação tanto nas plenárias presenciais como também na etapa digital (internet e urnas eletrônicas), quando ocorre apenas um processo de *e-voting*.

Pode-se dizer que a estrutura metodológica do OPR, sob o ponto de vista conceitual, é a mesma desde sua criação em 2001. Na verdade, o que ocorreu foi uma tentativa de agregar novas ferramentas tecnológicas de participação ao processo, como a digitalização das votações e a inclusão de uma etapa digital em que os indivíduos têm a possibilidade de participar através de urnas eletrônicas disponibilizadas em locais estratégicos da cidade e também através da internet. Para os gestores do OPR, a participação presencial nas plenárias ainda é vista como algo essencial para o processo de deliberação pública e não há intenção de substituir essa participação presencial por arenas participativas exclusivamente *on-line*.

Portanto, após as plenárias regionais e temáticas, ocorre a etapa digital de votação através de urnas eletrônicas disponibilizadas pelo Poder Público em locais como estações de metrô, *shoppings*, hipermercados, mercados populares, escolas, praças, UPAs etc. e através da internet. O cidadão, para participar, precisa apresentar, no caso das urnas eletrônicas, um documento de identidade com foto e, no caso da internet a partir de 2011, é preciso digitar não só o número do RG, mas o sexo e o CPF para liberar a votação, garantindo-se assim maior segurança ao sistema.

Diferentemente do OPD-BH, o OPR não oferece a possibilidade de acompanhamento em tempo real a votação que ocorre nas etapas de *e-voting*, assim como ocorre nas plenárias regionais e temáticas através de painel eletrônico. Além disso, seu *site* disponibiliza um volume relativamente pequeno de informações, apenas local, e descrição sucinta das obras ou ações e imagens de antes e depois. Não há qualquer informação técnica sobre os empreendimentos, bem como sobre os impactos deles sobre a vida cotidiana dos cidadãos. Também não existem croquis mostrando as intervenções, tampouco há informações sobre o custo previsto para cada uma das obras e empreendimentos, ainda menos ferramentas digitais de acompanhamento dos empreendimentos.

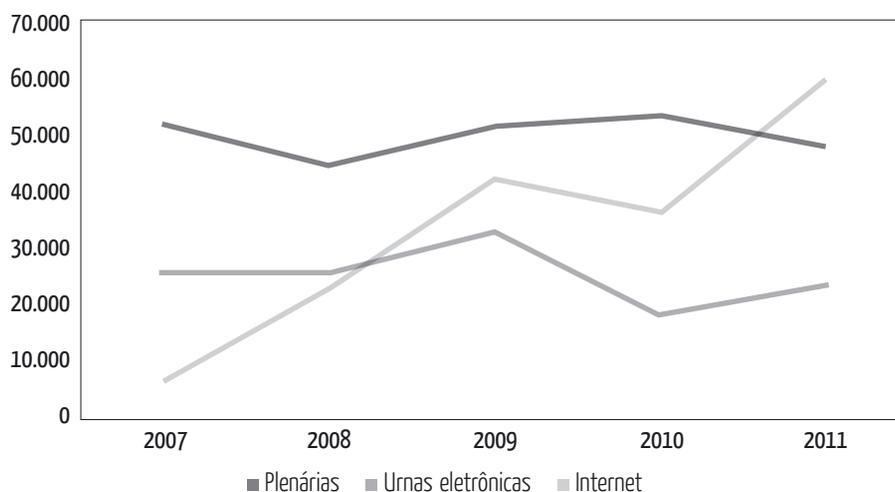
É preciso reiterar que os empreendimentos deliberados no OPR são definidos durante as plenárias presenciais (regionais e temáticas) e não são obras macroestruturantes como foram os empreendimentos submetidos à votação no OPD-BH de 2008. Tampouco o OPR tem o objetivo de articular demandas locais com demandas de cunho mais regionalizado como se propôs o OPD-BH de 2006 e 2011. Ele, na verdade, lida com demandas muito localizadas e específicas das comunidades que as propõem.

Por fim, a construção final da agenda de prioridades que é submetida ao processo deliberativo do OPR ocorre da seguinte forma: o governo faz uma seleção dos empreendimentos que têm viabilidade técnica, jurídica e orçamentária depois de escolhidos pelas comunidades. Quando se conclui pela inviabilidade do empreendimento, seja por motivações orçamentárias ou por impedimentos técnicos, jurídicos e ambientais, o Poder Público fornece um *feedback* à população. Todavia, em função do desgaste político que isso pode acarretar, houve mudanças no desenho institucional do OPR ao longo dos últimos anos, como o estabelecimento de uma etapa de pré-credenciamento das obras e ações, resultando numa lista de obras e ações que é analisada, ainda que superficialmente, para que se verifique a viabilidade técnica das mesmas, reduzindo muito a lista inicial na medida em que muitas demandas são simplesmente descartadas pela sua inviabilidade técnica e muitas outras são agrupadas em pacotes de obras que atendem, por exemplo, mais de uma

microrregião. Sendo assim, pode-se dizer que a definição final da agenda de prioridades que será submetida à votação na etapa digital do OPR se dá de forma compartilhada entre o calor do embate das plenárias regionais e temáticas e os representantes do poder municipal que avaliam tecnicamente a viabilidade das prioridades elencadas.

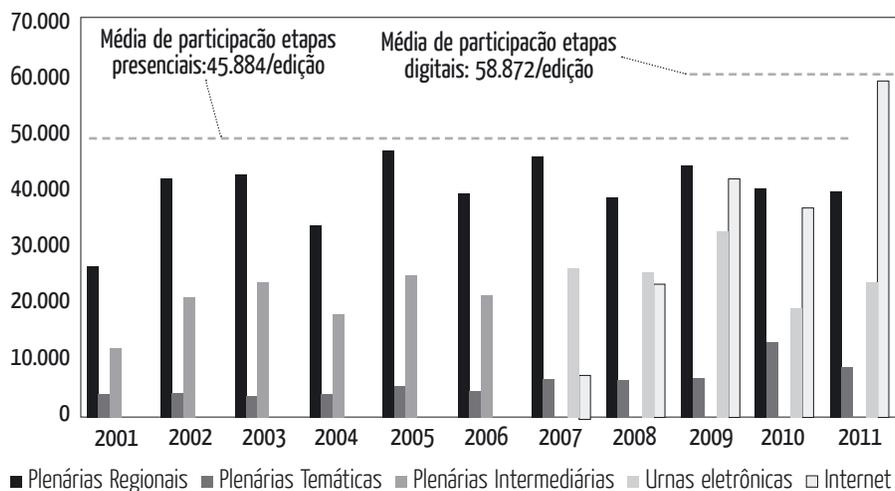
De toda forma, a introdução da internet no OPR a partir de 2007, como tentativa de agregar novas ferramentas de *e-participation*, ampliou rapidamente a participação política. Entre 2008-2009, a participação cresceu 83% via internet e 29% através das urnas eletrônicas. Já a participação presencial cresceu 14% nesse mesmo período. Desde 2009, a participação via internet já supera a participação via urnas eletrônicas e em 2011 superou também a participação presencial nas plenárias (Gráfico 6).

Gráfico 6: Evolução da participação no OPR (2007-2011)



Fonte: Coordenadoria do OPR.

Um dos fatores que pode explicar o crescimento da participação via internet (Gráfico 7) foi o fato de que as lideranças comunitárias atuam fortemente utilizando as *Lanhouses* espalhadas pelas comunidades e bairros carentes do Recife, articulando para que esses espaços fiquem à disposição da população num dado momento da votação. Nos dois casos aqui enfocados (OPD-BH e OPR), houve crescimento da participação dos cidadãos nos processos decisórios em torno da alocação de parte dos recursos públicos. Mas, em Recife, esse crescimento foi bem mais significativo, tornando-se a principal forma de participação política no OP.

Gráfico 7: Evolução da participação política no OPR (2001/2011)

Fonte: Coordenadoria de orçamentação participativa e participação popular da PCR.

Contudo, para além desse crescimento numérico, o importante é verificar se essa participação foi acompanhada de maior qualificação dos processos deliberativos com a abertura de novas arenas públicas de debate e discussão *on-line*. Para isso, foi preciso aferir a existência ou não de ferramentas informativas, comunicativas e interativas digitais. Nesse sentido, verificou-se que o OPR oferece ferramentas de comunicação e/ou interação *on-line*, como o “Fale conosco”, no qual os cidadãos têm a chance de se comunicar com o poder público através de e-mail (op@recife.pe.gov.br). Entretanto, não passa de um recurso unidirecional que, para os críticos do papel desempenhado pelas NTICs, nem mesmo pode ser considerado um instrumento de interação *on-line*, mas uma espécie de ouvidoria digital. Outra ferramenta é o *Twitcam* (twitter@recifeweb), criado em 2011, com o objetivo de permitir que os gestores da PCR possam ouvir as demandas da população através de salas de bate-papo virtuais por meio do Twitter, contudo, trata-se de um instrumento disponibilizado não diretamente na página do POR, e sim no *site* da PCR.

O OPR, através do seu *site*, permite aos indivíduos se cadastrarem numa ferramenta de *Newsletter*, de modo a receber permanentemente notícias a respeito do OP enviadas pela secretaria Especial de Relações com a Imprensa através da internet, mantendo-se informados a respeito do que ocorre durante o processo. Também a partir de 2011, passou a ser possível o compartilhamento do *site* do OPR através das redes sociais, como Facebook e Orkut, por exemplo. Abre-se, assim, apenas mais uma possibilidade de difusão do processo pela internet, e não de interação e discussão pública.

Quando se fala em qualificar o processo de deliberação pública, não se pode prescindir da interação, pois o que realmente qualifica a democracia é a discussão direta entre as pessoas, através da argumentação, contra-argumentação e da tentativa de convencimento mútuo. Todavia, os indivíduos geralmente não acessam ao *site* do OPR para interagir politicamente entre si, pois ele funciona apenas como mecanismo de *e-voting* ou de sensibilização por parte do Poder Público, que usa a internet para chamar a sociedade a participar e votar (mobilização). Através do *site* do OPR na Web, os indivíduos têm um cardápio de opções de *e-voting* e eles apenas depositam ali o seu voto sem qualquer tipo de debate anterior. Logo, somente a introdução da internet não estabeleceu novos fóruns deliberativos na Web, ainda que tenha indubitavelmente promovido a ampliação da participação política nos processos decisionísticos do OPR, talvez pela significativa redução dos custos de participação e do papel indiscutível da ação mobilizadora por parte das lideranças comunitárias. Mas, bem entendido, nada que possa ter levado à qualificação da participação por meio do debate público.

O POTENCIAL DE QUALIDADE DELIBERATIVA A PARTIR DA ANÁLISE DO DESENHO INSTITUCIONAL DO OPD-BH E OPR

Toda a análise até aqui esteve baseada nos desenhos institucionais do OPD-BH e do OPR, com ênfase nas diferentes possibilidades de participação política e na presença ou não de ferramentas digitais de informação, comunicação e interação, o que permite produzir algumas inferências a respeito dos níveis de qualidade deliberativa promovidos por esses institutos participativos, levando-se em conta alguns pressupostos definidos como essenciais para qualificar a deliberação pública *on-line*, quais sejam: (i) participação; (ii) mobilização; (iii) presença da interação e do debate; e (iv) controle social e *accountability*.

Partindo do princípio de que qualquer processo político que pretenda promover a deliberação *on-line* deve oferecer oportunidades não só de participação e mobilização, mas um cardápio de opções de *web-interação*, a análise dos desenhos dos OPs, particularmente das ferramentas disponíveis em seus *sites*, mostra que o *site* do OPR não disponibiliza ferramentas de interação digital formais e bidirecionais, o que reduz a qualidade da deliberação, restringindo a participação digital quase que exclusivamente a um processo de *e-voting*, não possibilitando o debate e a negociação prévia entre os participantes via internet. As únicas ferramentas de *web-interação* detectadas no *site* do OPR foram os e-mails e o *twitcam*, diferentemente do OPD-BH que apresenta pelos menos três ferramentas de interação *on-line*, quais sejam: e-mails, *chats* e *posts*.

A análise do desenho institucional do OPR aliada a dados empíricos coletados em campo permite afirmar que os cidadãos que participam da etapa presencial votam depois de intenso processo de discussão e negociação em plenárias presenciais, enquanto aqueles que participam somente da etapa de *e-voting*, em geral, o fazem sem qualquer participação deliberativa prévia, embora parte deles seja informada pelas lideranças do processo. Logo, a ausência de arenas de interação, debate e negociação *on-line* reduz a qualidade do processo deliberativo, pois, ainda que possa haver maior agregação de indivíduos na tomada de decisões, não há deliberação.

Os indivíduos utilizam arenas deliberativas *on-line* informais criadas pela própria sociedade civil organizada, principalmente *blogs* de associações comunitárias e de bairros. Fenômeno comum em Belo Horizonte e que já começa a se difundir rapidamente também em Recife. A presença dessas ferramentas pode favorecer o estabelecimento de uma espécie de ciberespaço para o debate público (informal) cuja iniciativa é da própria sociedade civil através da qual os cidadãos podem comentar, opinar, argumentar, propor e trocar informações a respeito de propostas de solução para suas demandas coletivas e os impactos na vida das comunidades e cidade como um todo. Quanto maior a densidade no uso dessas ferramentas digitais, mais a ideia de um sistema deliberativo poderia se concretizar com diferentes arenas servindo de *inputs* para outras, mas, ainda assim, esse não parece ser o caso do OPR.

Também se verificou que alguns *sites* que fazem referência ao OPD-BH disponibilizam ferramentas digitais que permitem montar grupos, fóruns, movimentos de defesa ou outras arenas de discussão *on-line*, como *blogs*, *chats*, *posts* e e-mails, fortalecendo ainda mais a deliberação *on-line*. Fenômeno que não foi identificado em Recife. Na verdade, o OPR mostrou-se carente de possibilidades de deliberação *on-line* e, por conta disso, seu desenho institucional tem sido, muitas vezes, confundido com *e-government*. A interação que ocorre no OPR é essencialmente face a face e ocorre quando os cidadãos, nas plenárias regionais e temáticas, discutem e definem as prioridades que serão posteriormente submetidas à votação. Essa forma híbrida de participação exclui a possibilidade de caracterizar o OPR como uma experiência de *e-deliberation*. Na verdade, trata-se de uma experiência democrática participativa que mescla deliberação pública *off-line* com possibilidades de *e-voting*.

Como experiência de *e-voting*, o OPR possibilitou agregar mais pessoas ao processo de escolha das obras. Esse processo inclusivo acarretou mudanças importantes nos resultados do processo decisório. Embora nessa etapa digital não seja possível introduzir novas prioridades, a presença de uma nova rodada de votação por pessoas que não haviam participado das arenas presenciais e

que, portanto, não tiveram a oportunidade de participar das negociações, redundou na inversão da lista de prioridades definidas nessas arenas presenciais. Nesse sentido, acredita-se que o desenho híbrido do OPR empoderou parte da sociedade civil, uma vez que incluiu grupos em geral à margem do processo deliberativo do OP, como a classe média e a juventude, assim como lhes deu a possibilidade de inverter a lista de prioridades oriunda das plenárias. Essa dinâmica de inversão, entretanto, recebeu inúmeras críticas, notadamente dos segmentos mais pobres da sociedade que frequentam mais as plenárias presenciais.

É possível inferir, portanto, que o desenho institucional do OPR, apesar de não apresentar muitas possibilidades de deliberação *on-line*, induz a um nível elevado de mobilização e associativismo político durante todo o processo do OP, dado que as lideranças comunitárias precisam estar sempre atentas e preparadas para mobilizar suas bases na defesa de interesses coletivos, sejam eles regionais ou temáticos, ao longo de todo o ciclo do OP, desde as plenárias presenciais até as votações digitais. Outro aspecto do OPR é o fato de que a sociedade civil participa da definição das prioridades compartilhando com o Poder Público a construção de parte da peça orçamentária. Como em várias experiências participativas, esse processo quebra o insulamento burocrático típico das administrações públicas municipais brasileiras. Já outro ponto fraco do OPR é a ausência de ferramentas digitais de controle social e *accountability*. O seu *site* disponibiliza poucas imagens de antes e depois das obras, bem como dados muito superficiais de balanços das realizações dos OPs de anos anteriores, sem um conjunto mais amplo e profundo de informações sobre o processo de implementação, implicando em baixo grau de controle social através da internet.

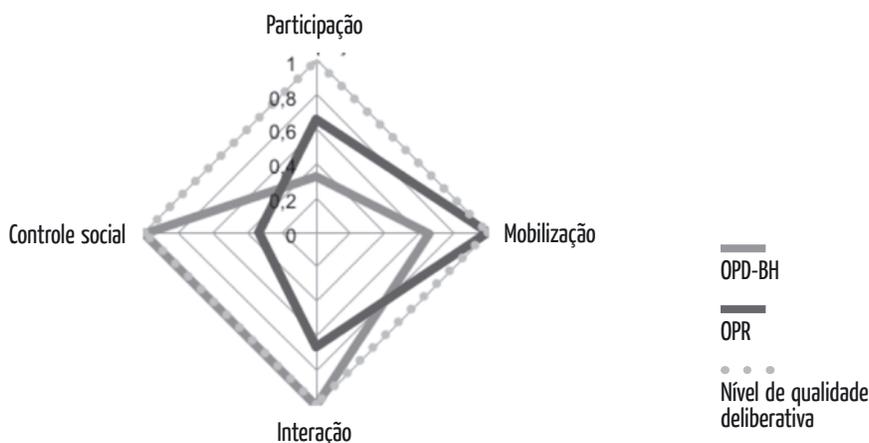
No OPD-BH, diferentemente, ainda que se leve em consideração que parte da coleta dessas demandas ocorra em outros canais participativos (conselhos e comitês gestores), as propostas são apresentadas pelo Poder Público, sem que tenha havido uma arena deliberativa anterior exclusiva para isso, na qual a sociedade civil pudesse manifestar suas demandas com esse fim específico, estabelecendo, portanto, uma lista de prioridades a serem discutidas e votadas digitalmente como ocorre no OPR. Fato que tem gerado críticas recorrentes por parte dos cidadãos. Mas o OPD-BH tem em seu *site* diferentes ferramentas de acompanhamento e fiscalização do andamento das obras, tornando-o mais *accountable*, o que o qualifica em relação ao OPR, pois oferece ao cidadão um leque de ferramentas digitais de controle social e *accountability*, tornando assim a deliberação mais qualificada, na medida em que os cidadãos têm acesso a um conjunto bem maior de informações que lhes possibilita construir com mais racionalidade suas preferências. Apesar disso, a possibilidade de uma prestação de contas mais intensa não tem se traduzido em maior responsividade dos

representantes do Poder Público, uma vez que continua havendo significativa demora na realização das obras e ações vencedoras. Questão, aliás, que tem reflexos diretos sobre o grau de confiabilidade dos cidadãos sobre o processo.

Para facilitar a compreensão do que se está chamando de potencial de qualidade deliberativa, construiu-se um quadro com as dimensões que serviram de parâmetro para a presente análise, numa escala de zero (0,00) a um (1,00) (quadro da página seguinte). Neste caso, os pressupostos da qualidade deliberativa envolveram participação, mobilização, interação e controle social, que por sua vez foram subdivididos em quatro níveis métricos (0,00; 0,33; 0,66 e 1,00).

Com base nos resultados obtidos, foi possível representar graficamente a dimensão que se considera ideal para um processo de deliberação pública *on-line* qualificado e as dimensões obtidas com a análise dos desenhos institucionais e da oferta de ferramentas digitais de interação de cada um dos dois institutos participativos digitais em tela (Gráfico 8).

Gráfico 8: Dimensões da qualidade da deliberação pública digital no OPD-BH e OPR



Fonte: Elaborado pelo autor.

Feita essa análise e com base nos resultados obtidos, pode-se concluir que a deliberação pública não será mais ou menos qualificada somente pela introdução das NTICs, tampouco pela maior ou menor agregação de novos segmentos sociais ao processo, mas, sobretudo, pela forma como são desenhados esses institutos participativos, claro que respeitando e reconhecendo seus limites. O que leva a crer que os resultados também serão definidos

Graus do potencial de qualidade da deliberação pública on-line

Potencial de qualidade deliberativa on-line	Aspectos participativos e deliberativos
PARTICIPAÇÃO	
0,00	O cidadão não participa do processo decisório.
0,33	O cidadão discute e decide, mas em torno de propostas definidas pelo Poder Público.
0,66	O cidadão discute em arenas <i>off-line</i> , em que define as propostas que serão posteriormente submetidas a processo de <i>e-voting</i> .
1,00	O cidadão discute e decide em arenas <i>off-line</i> e <i>on-line</i> e as propostas nascem do debate público.
Resultado	OPD-BH = 0,33 OP Recife = 0,66
MOBILIZAÇÃO	
0,00	Não há qualquer ação mobilizadora, seja por parte da sociedade civil ou do Poder Público.
0,33	O Poder Público promove exclusivamente a mobilização.
0,66	A sociedade civil se mobiliza, independentemente da ação mobilizadora do Poder Público.
1,00	O Poder Público e a sociedade civil promovem compartilhadamente a mobilização.
Resultado	OPD-BH = 0,66 OP Recife = 1,0
INTERAÇÃO	
0,00	Não há nenhum tipo de interação, seja <i>off-line</i> ou <i>on-line</i> .
0,33	Há interação somente em arenas <i>off-line</i> .
0,66	Há interação <i>off-line</i> e/ou <i>on-line</i> , mas só para definir as propostas que seguem à votação.
1,00	Há interação <i>off-line</i> e/ou <i>on-line</i> ao longo de todo o processo deliberativo.
Resultado	OPD-BH = 1,0 OP Recife = 0,66
CONTROLE SOCIAL	
0,00	O desenho institucional não prevê ferramentas digitais de acompanhamento e <i>accountability</i> .
0,33	O desenho institucional só prevê ferramentas digitais de <i>accountability</i> .
0,66	O desenho institucional prevê ferramentas digitais de acompanhamento e <i>accountability</i> .
1,00	O desenho institucional prevê ferramentas digitais de acompanhamento e <i>accountability</i> e o Poder Público fornece o <i>feedback</i> .
Resultado	OPD-BH = 1,00 OP Recife = 0,33

a partir da regra do jogo deliberativo. Nesse sentido, a análise do desenho institucional desses dois institutos participativos digitais mostra que, apesar de serem mais duas experiências de deliberação *on-line* dentre tantas outras que visam reduzir o déficit democrático das arenas políticas tradicionais, cada uma delas possui engenharias participativas próprias e formas de mobilização social, ferramentas de *web-interação* e de controle social diferentes, o que as tornam mais ou menos qualificadas do ponto de vista da deliberação pública. Claro que, apesar de o desenho institucional ser muito relevante, ele ajuda a explicar, no máximo, os fatores endógenos que influenciam na qualidade deliberativa. Outras variáveis exógenas também contam, como o contexto político-partidário, a cultura política predominante em cada uma dessas cidades e o viés político-ideológico da gestão.

De toda forma, do ponto de vista institucional, o OPD-BH, por exemplo, mostrou ser mais qualificado em relação às possibilidades de *web-interação* e de controle social. Já o OPR demonstrou ser mais qualificado do ponto de vista do potencial participativo e de mobilização. Ambos são institutos participativos digitais ou semidigitais que abrem novas possibilidades para a oxigenação da democracia representativa, contudo, o espaço para que os cidadãos possam debater e discutir ao longo de todo o processo, seja em arenas *off-line* ou *on-line*, definindo suas prioridades e finalmente votando, é mais reduzido no OPD-BH, que restringe a participação a arenas exclusivamente virtuais e em que o debate e a decisão ocorrem em torno de propostas previamente definidas pelo Poder Público.

Se considerarmos que a mobilização é um pressuposto da participação e que esta qualifica o processo de deliberação, então, no que diz respeito à mobilização no OPD-BH, o que se verifica é que não há uma ação compartilhada entre o Poder Público e a sociedade civil, que se vê obrigada a recorrer a seus próprios recursos de mobilização sem sintonia alguma com as estratégias mobilizadoras levadas a cabo pelo governo¹²².

Quanto às possibilidades de interação, o OPR acaba se mostrando mais restritivo na medida em que possibilita que ela ocorra somente em suas etapas presenciais ou plenárias, restringindo o uso da internet aos processos de *e-voting* tão somente. Dessa maneira, não se disponibiliza aos cidadãos nenhum tipo de arena de *web-interação*, em que possam discutir e debater as suas demandas, nem mesmo estabelecer estratégias de negociação *on-line*. O OPD-BH, por sua vez, tem um cardápio diversificado de opções de *web-interação*, como *chats*,

122. Ao definirmos a estratégia de mensuração da mobilização, achamos que a mobilização, quando levada a cabo exclusivamente pelo Poder Público é menos qualificada do que quando capitaneada pela própria sociedade civil ou compartilhada entre sociedade civil e Poder Público. Isso porque achamos que sempre haverá um risco do o Poder Público querer colonizar a esfera pública impondo seus próprios interesses ou ainda tentando se legitimar.

e-mails e, principalmente, os *posts*. Este, sim, podendo, portanto, ser caracterizado como um instituto participativo digital na plena acepção do termo.

Outra dimensão em que o OPD-BH se mostra mais qualificado do ponto de vista da deliberação pública é no que se refere à oferta de possibilidades de controle social. O *site* do OPD-BH, em suas três edições, apresenta uma série de informações a respeito do processo (metodologia, ferramentas e pré-requisitos), das obras e ações em disputa (croquis, vídeos explicativos, imagens de antes e depois, dados sobre custo e impactos no cotidiano urbano), bem como do processo de implementação e realização (andamentos de caráter técnico, jurídico ou burocrático). Bem diferente do *site* do POR, que apenas oferece imagens de antes e depois das obras, assim como um resumido balanço da realização de anos anteriores. Logo, não há dúvida de que o cidadão terá bem mais condições de definir suas preferências se tem à sua disposição um amplo conjunto de dados e informações a respeito. O que torna a deliberação pública bem mais qualificada.

Enfim, conclui-se que, quanto maiores os graus alcançados pelos pressupostos deliberativos desses institutos participativos, maior será o espaço de qualificação da democracia. Alcançar uma deliberação plenamente qualificada seria o mesmo que alcançar o ideal democrático deliberacionista e participativo, o que ainda parece ser algo distante. Mas se as NTICs, por si só, não são capazes de democratizar plenamente a deliberação pública, elas pelo menos precisam estar em sintonia com formas de participação política presencial e com possibilidades de mobilização dos indivíduos em torno de questões de interesse coletivo, abrindo novas perspectivas de associativismo e de agregação em torno de redes sociais digitais voltadas para temas de relevância social, buscando alternativas e soluções para problemas que ainda afligem a sociedade. De certo, os orçamentos participativos digitais podem ser considerados uma das experiências mais interessantes de *e-participation* em curso e seu aprimoramento deve ser constante, especialmente sob o ponto de vista da incorporação de NTICs que gerem possibilidades de inclusão, interação e mobilização, ampliando as arenas deliberativas e estabelecendo uma esfera pública revitalizada. Isso sem falar das possibilidades de maior controle social, transparência, publicização, poder de agenda e prestação de contas proporcionadas por estas NTICs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio de; GUIA, Virgínia Rennó dos Mares. Reflexões sobre o Orçamento Participativo de Belo Horizonte: potencialidades e desafios. In: *Orçamento participativo: construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2001.

GUIMARÃES, Lucas Zandona. Algumas vicissitudes do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. *Fonte Universitária*, v. 2, n. 2, jan.-jul. 2010.

OIDP. Orçamento Participativo Digital – 2007/2008. Ajuntment de Barcelona/PBH, 2007.

PBH. Orçamento Participativo de Belo Horizonte 15 Anos (1993-2008). Belo Horizonte, PBH, 2008.

_____. Pontos de Votação do Orçamento Participativo Digital 2011. PBH, 2011.

PCR. Comparativo participantes: regionais e urnas eletrônicas (2008/2009). Gerência de Sistematização da Informação. PCR, 2010.

_____. Participação e calendário de plenárias regionais e temáticas, urnas e internet (2008 e 2009). Coord. OP e Participação Popular. Gerência de Sistematização da Informação. PCR, 2010.

_____. Relatório de Participação (2001 a 2009). Coord. OP e Participação Popular. PCR, 2010.

_____. Relatório de situação de microrregião. PCR, 2010.

_____. Relatório de votação na internet por regionais e por temáticas (2008 e 2009). Coord. OP e Participação Popular. Gerência de Sistematização da Informação. PCR, 2010.

_____. Relatório segmentado de participação OPR (2001 a 2010). Coord. OP e Participação Popular. Gerência de Sistematização da Informação. PCR, 2010.

A DEMOCRACIA DIGITAL DO GABINETE DO GOVERNADOR¹²³: O PERFIL E OS LIMITES DE UM MODELO CONSULTIVO DE PARTICIPAÇÃO¹²⁴

Camilo Aggio
(camiloaggio@gmail.com, UFBA)
Rafael Sampaio
(cardososampaio@gmail.com, UFBA)

INTRODUÇÃO

O Gabinete Digital foi criado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em 2011, tendo como objetivo principal servir como uma nova instância de participação política no estado, de forma complementar àquelas já existentes, que eram essencialmente presenciais. Em dois anos de existência, a experiência foi capaz de atrair centenas de milhares de participantes em suas diferentes práticas, seja em forma de votos, seja como sugestões, perguntas e respostas, contando, inclusive, com as consultas públicas *on-line* com o maior número de participantes no Brasil¹²⁵. A experiência já recebeu cinco prêmios como prática inovadora de gestão pública, governo eletrônico e e-democracia. Além disso, uma experiência inspirada na original foi iniciada na cidade de Caruaru¹²⁶ em Pernambuco e a base da experiência do Rio Grande do Sul também está sendo usada para implementar um Gabinete Digital na prefeitura de São Paulo¹²⁷ e no próprio gabinete da presidente¹²⁸.

123. Esse artigo é baseado numa reflexão anterior (Aggio, Sampaio, 2013), mas buscou incorporar críticas e sugestões dos integrantes do Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital e Governo Eletrônico (Ceadd), aos quais agradecemos aqui.

124. Ambos os autores são doutorandos em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia e pesquisadores do Ceadd da UFBA, coordenado pelo professor Wilson Gomes. Essa pesquisa conta com apoio do CNPq.

125. Disponível em: <http://gabinetedigital.rs.gov.br/#resultados>.

126. Disponível em: <http://www.gabinetedigitalcaruaru.com.br/>.

127. Disponível em: <http://gabinetedigital.rs.gov.br/post/secretaria-de-cultura-de-sao-paulo-lanca-gabinete-digital/>.

128. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1315203-governo-vai-montar-gabinete-digital-para-as-redes-sociais.shtml>.

Dessa maneira, esse artigo busca, inicialmente, refletir sobre os principais quesitos que foram fundamentais para a afirmação e para o reconhecimento do Gabinete Digital como instância bem sucedida de democracia digital. Dentre as várias possíveis hipóteses, refletimos que quatro podem ser destacadas, a saber: (a) vontade política e localização privilegiada; (b) redes colaborativas e participação promocional em eventos; (c) participação pelo viés da simplicidade e da customização; (d) cultura participativa. Todavia, reconhece-se que o Gabinete Digital também apresenta algumas limitações, principalmente se avaliado por quesitos democráticos. Dessa maneira, ao final do artigo, ponderamos quatro motivos principais pelos quais o modelo da iniciativa ainda precisa ser aprimorado antes de se espalhar por mais setores do governo, nomeadamente: pouca autonomia para a criação de agendas; falta de mecanismos de acompanhamento dos resultados da participação; ausência de clareza das garantias dadas pela participação; complexidade burocrática e insegurança institucional; e falta de integração do Gabinete Digital com outras instâncias de participação do governo gaúcho.

Ao fim, conclui-se sobre o atual papel do Gabinete Digital, sobre as razões para seu sucesso e sobre as suas limitações, além de implicações e reflexões que o modelo traz para a democracia digital no Brasil.

DEMOCRACIA DIGITAL

De modo geral, o termo Democracia Digital é usado de maneira vaga e costuma ligar-se à aplicação das novas tecnologias de informação e comunicação para aumentar a participação pública (a e-participação) em processos democráticos, aumentando a efetividade e eficiência da democracia e do sistema de governo representativo (Sæbø *at al.*, 2008). Ou ainda, Democracia Digital tem-se referido a cidadãos utilizando o ambiente *on-line* para mostrar suas opiniões ou queixas relacionadas a questões públicas para o governo. Cidadãos que se engajam nessas atividades *on-line* se juntam ao processo democrático ao buscar moldar o desenvolvimento e a implementação das políticas públicas (Coleman & Blumler, 2009).

Todavia, é preciso entender que a democracia não se restringe à participação política, uma vez que ela é apenas um dos diversos valores que contribuem para sua vitalidade. Como discute Wilson Gomes (2010), grande parte dos textos de Democracia Digital acaba adotando um *default* de democracia, que seria basista, ou seja, centrado na sociedade civil e buscando fluxos de comunicação e políticas públicas de baixo para cima (*bottom-up*), da sociedade para o Estado. Pelo contrário, reconhece-se que há diferentes linhas teóricas a

respeito da democracia ou ainda diferentes modelos de democracia, que por sua vez enfatizam diferentes valores.

Grande parte dessa conexão entre Democracia Digital e participação civil está ligada ao fato de diversos estudos apontarem que, nos projetos de digitalização de funções e arquivos do governo, as ferramentas que poderiam fomentar a democracia são deixadas em segundo plano, quando comparadas àquelas que provêm informações e serviços aos cidadãos (e.g. Jensen & Venkatesh, 2007) inclusive no Brasil (Bezerra & Jorge, 2011; Pinho, 2008).

O principal problema de projetos de Democracia Digital seria o fato de haver uma reprodução de mecanismos institucionais existentes e de suas lógicas de funcionamento, não ocorrendo mudanças reais nos processos políticos (Coleman & Blumler, 2009). Segundo Wilhelm (2000), a forma pela qual é desenhada a maioria dos serviços prestados pelos *media* (inclusive os digitais) se enquadraria numa orientação democrática plebiscitária, dando pouca vazão à produção de interação, à conversação e à deliberação. Conforme Gomes:

Reduzidas principalmente a plebiscitos com “cardápio restrito” (ou seja, com opções já preestabelecidas pelo campo político), [...] as oportunidades que o domínio civil teria de fazer-se valer na esfera da decisão política são poucas, controladas pelo *gatekeeping* do Estado ou do jornalismo e produzem resultados que não obrigam nem comprometem a classe política (Gomes, 2005, p. 60).

De maneira geral, quando se fala de participação política *on-line*, podemos ponderar diferentes níveis ou etapas necessárias para efetivá-la (Marques, 2010). Em um primeiro plano, precisamos da oferta de ferramentas participativas. Depois, essas ferramentas precisam ter um *design* fácil, convidativo e que permitam uma participação de qualidade. Em seguida, o sistema político por trás do *site* deve estar disposto a implementá-las. Finalmente, os cidadãos e atores da sociedade civil precisam aceitar as ferramentas digitais e as utilizarem. Ou seja, não basta demandar mais ferramentas de participação se elas não são efetivadas; não adianta efetivá-las se elas têm um *design* que não estimula a participação (Grönlund, 2003), e não adianta haver ferramentas perfeitas e disposição dos agentes políticos se os próprios cidadãos não desejam participar (Marques, 2010).

Em relação aos representantes e administradores públicos, instrumentos de e-democracia tendem a sofrer resistência institucional, uma vez que “os representantes se sentem desconfortáveis com a ideia de compartilhar poder político com os cidadãos, ainda que em níveis elementares” (Marques, 2010, p. 124). Ademais, esses instrumentos tendem a gerar novas formas de *accountability* para

os gestores, que passam a precisar considerar os *inputs* e cidadãos em intervalos mais regulares (Macintosh *at al.*, 2010).

Além disso, é válido ressaltar que as comodidades geralmente associadas à participação *on-line* para o cidadão (e.g. menores restrições temporais e espaciais) podem significar um repasse do custo da participação para o sistema político formal, que precisa, agora, criar as ferramentas, *on-line*, gerenciá-las e incentivar o público a usá-las. O gerenciamento, por sua vez, significa abrir novos canais de comunicação, que podem ser usados para novas cobranças e pedidos pela esfera civil, que poderá se sentir mais frustrada se não tiver respostas adequadas. Além disso, a quantidade de *inputs* recebidos (e.g. e-mails, mensagens, comentários etc.) geralmente tende a gerar um número maior de dados e de tarefas para os agentes do sistema político. Todos esses fatores acabam sendo motivos para maior resistência institucional a tais iniciativas (Macintosh *at al.*, 2009; Marques, 2010).

Por sua vez, em relação aos cidadãos participantes, é preciso avaliar par além de questões técnicas. Não basta, por exemplo, o *site* conter informações qualificadas para a participação e ferramentas digitais otimizadas para receber as contribuições. É preciso motivar o cidadão (Marques, 2010). A principal motivação estaria relacionada ao empoderamento da participação *on-line* dos cidadãos. Ou ainda:

Meios precisam ser visto como oportunidades. Chamo oportunidades aquela conjunção de ocasiões e circunstâncias em que meios podem produzir fins desejáveis de maneira que os custos (a energia despendida, por exemplo) sejam largamente recompensados pelos benefícios (recompensas decorrentes de se alcançar a finalidade da ação) (Gomes, 2011, p. 12).

De forma complementar: “A questão-chave que deve ser questionada de qualquer política de e-democracia é se há alguma evidência de que o público se sentirá mais influente em relação às decisões que governam suas vidas” (Coleman & Blumler, 2009, p. 148).

É claro que se trata de exigências altas, mas que acabam sendo coerentes com o próprio desenvolvimento das tecnologias de comunicação e com os avanços sociais. Se, em um momento inicial dos *sites* de governos, exigia-se mais e-mails para facilitar o contato e aproximar representantes e cidadãos, no atual estágio já é possível pensar além, uma vez que já estão disponíveis ferramentas mais complexas de conversação e interação. Não se trata apenas de aumentar a “demanda”, mas, em alguma medida, de sofisticá-la, tendo em vista as novas opções tecnológicas e o maior acesso da esfera civil e do sistema político a tais ferramentas.

O GABINETE DIGITAL DO GOVERNADOR

Desde maio de 2011, o Gabinete Digital vem se definindo como um conjunto de iniciativas que visa a diminuir a distância entre o cidadão gaúcho e o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Portanto, mais que um projeto de e-democracia, o Gabinete Digital é um centro de coordenação de iniciativas de democracia digital. Constituiu-se como um núcleo pensante encarregado de propor, desenhar e promover projetos, atividades e plataformas de iniciativa digital. Cabe aqui sublinhar que esse núcleo de gestão de iniciativas de e-democracia não é um projeto de Estado, mas um projeto político como o aval do governador, portanto, não há indicações ou garantias claras acerca da longevidade do projeto¹²⁹. Ao longo de dois anos, a figura do governador não apenas se submeteu ao escrutínio público, mas também funcionou como um elo entre secretarias do Governo e os cidadãos através das três principais iniciativas que compõem o Gabinete Digital. Na definição de Vinícius Wu, coordenador executivo do projeto:

O Gabinete Digital é um ambiente público de debates, empenhado na construção de relações de novo tipo entre Estado e sociedade. Mais do que um conjunto de instrumentais tecnológicos de participação, busca afirmar-se enquanto uma estrutura inovadora que pretende aumentar a porosidade do Estado e fazer ecoar, nas pesadas estruturas do Poder Executivo estadual, um pouco das sonoridades multíssonas que animam o canto colorido das ruas, praças e redes do século XXI (Wu, 2013, p. 13).

Segundo Tarso Genro, estava claro que as experiências participativas do passado não seriam suficientes para aplacar os anseios de uma sociedade fragmentada, composta com sujeitos, “de qual emergem novos sujeitos sociais cada vez menos identificados com os aparatos tradicionais de representação política” (Genro, 2013, p. 7). E que, logo, seria:

indispensável lançarmos mão de mecanismos digitais, apropriando-nos das novas tecnologias da informação e da comunicação para submeter a gestão pública, permanentemente, ao crivo de uma sociedade cada vez mais atomizada e organizada em torno de novas redes de relacionamento social e econômico (Genro, 2013, p. 7).

O projeto começa com a iniciativa do “Governador Responde”, na qual os cidadãos enviariam perguntas de temas para serem respondidas pelo gover-

129. Agradecemos ao professor Wilson Gomes pela ajuda no refinamento de tal definição do Gabinete Digital.

nador. Contudo, apenas a pergunta mais votada mensalmente seria respondida pelo chefe do Executivo. Conforme Vinicius Wu¹³⁰, chefe de gabinete de Tarso Genro, a ideia era tanto responder a questões que afligiam os cidadãos como “responder” efetivamente com ações políticas, quando fosse possível.

O “Governador Escuta” é a inversão do fluxo comunicacional do “Governador Pergunta”. Parte dos cidadãos a iniciativa de formular perguntas aleatoriamente ou a partir de um eixo temático sugerido pelo Gabinete Digital. O sistema que permite a coleta e organização das perguntas funciona do mesmo modo para as duas iniciativas e consiste na possibilidade de os participantes sugerirem perguntas ou votarem em perguntas já existentes que contemplem seus interesses, indagações ou anseios. Entretanto, audiências públicas também fazem parte do “Governador Escuta”, sendo transmitidas ao vivo pelo *website* e permitindo aos cidadãos enviarem sugestões e perguntas relacionadas ao tema em debate.

Já a “Agenda Colaborativa” tem o objetivo de ajudar na elaboração da agenda do governador e de seus secretários, como o próprio título sugere. Os indivíduos podem mandar sugestões dos lugares em que o governo deveria estar presente para ouvir demandas locais. Há, em especial, o objetivo de se priorizar cidades e regiões menores no interior do estado, uma vez que um dos princípios do governo é “interiorizar” a gestão, ou seja, aproximar governador, secretaria, secretários e funcionários das demandas e necessidades das cidades interioranas. Para isso, o Gabinete Digital serve como um braço digital a fim de suplementar atividades relacionadas a essa agenda específica.

Segundo os números oficiais, o Gabinete Digital recebeu mais de quinhentas perguntas para o “Governador Responde”, obteve mais de dez mil participações diferentes no “Governador Escuta” e obteve números excelentes nas duas edições do “Governador Pergunta”. Na primeira, sobre Saúde Pública, foram mais de sessenta mil envolvidos, que enviaram cerca de 1.300 propostas e realizaram cerca de 120 mil votos. Na segunda, sobre Segurança no Trânsito, foram mais de cem mil envolvidos, que apresentaram cerca de 2.100 propostas e fizeram em torno de 240 mil votos. Com as manifestações populares que tomaram conta das ruas de diversas capitais do país em junho de 2013, o Gabinete Digital promoveu uma iniciativa de consulta, em caráter extraordinário, a fim de coletar sugestões e propostas sobre o projeto de reforma política que se destacou entre os tópicos da agenda de reivindicação dos manifestantes e agentes da política. Segundo os dados oficiais, 242 ideias foram registradas pela população no *site*, somando um total de 181 mil votos que resultaram na seleção de dez propostas posteriormente encaminhadas ao Congresso Nacional.

130. Entrevista realizada pelos autores em junho de 2011.

Nesse artigo, trabalhamos com a premissa de que o Gabinete Digital é um conjunto de iniciativas de “sucesso” enquanto promotor da democracia digital. Essa premissa é baseada em alguns fatores, nomeadamente: 1) existem, no Brasil, poucas iniciativas de democracia digital e, especialmente, de participação política, via de regra, nesse pequeno e restrito universo, a maioria das iniciativas apresenta pouco impacto e pequena longevidade (Aggio & Sampaio, 2013; Bezerra & Jorge, 2011; Pinho, 2008); 2) seus inúmeros prêmios recebidos; 3) o destaque na imprensa, governos e sociedade civil; 4) um número de participantes significativamente superior ao de outras iniciativas de democracia digital consolidadas no Brasil, como o e-democracia da Câmara dos Deputados e de consultas *on-line* em nível nacional (como a consulta do Marco Civil da Internet e dos Direitos Autorais no Brasil); e 5) o fato de estar sendo utilizado como modelo de referência para a implementação de iniciativas similares em outros governos.

Dessa maneira, apresentamos a seguir os fatores pelos quais acreditamos que esse sucesso é creditado às iniciativas do Gabinete Digital. Em seguida, demonstramos que ainda há restrições ao modelo que realmente podem sustentar questionamentos frente a seu *status* de “bem-sucedido”. Ao fim do artigo, faremos uma conclusão sobre a possibilidade de esse modelo ser reaplicado ou não em diferentes contextos. De toda sorte, pesquisas empíricas futuras deveriam se centrar em uma melhor definição do sucesso ou não de iniciativas de e-democracia, no geral, e do Gabinete Digital em específico. De toda sorte, mesmo que não seja um “modelo de sucesso”, nesse momento defende-se que o Gabinete Digital é visto como o tal, o que guiará nosso argumento de agora em diante.

FATORES DE EFICIÊNCIA

AMPLA VONTADE POLÍTICA E LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA

Não há qualquer novidade em se citar o fator “vontade política” como determinante para o sucesso de uma iniciativa de e-democracia. Primeiramente, trata-se, provavelmente, do fator mais recorrido e citado como essencial para iniciativas empoderadas e bem-sucedidas¹³¹. Ora, parece-nos óbvio que o seja, afinal trata-se do fator central para a conexão da iniciativa (e consequentemente dos insumos providos pela esfera civil) com o sistema de decisão política. Dessa maneira, é quase impossível se pensar uma iniciativa de democracia digital que possa ser bem-sucedida sem a vontade dos representantes po-

131. As referências são muitas no tópico, porém uma discussão aprofundada do tema pode ser vista em Marques (2010) e Coleman & Blumler (2009).

líticos. Há, todavia, ponderações sobre o nível de vontade política necessário para o sucesso, que pode variar de acordo com outros fatores. Ademais, alguns ajuízam que, mesmo dentro de governos, não se devem considerar apenas os representantes políticos, mas também a burocracia, as diferentes relações entre as agências governamentais e os servidores públicos (Coleman, 2008; Grönlund, 2003), ou seja, trâmites e fatores internos (Chadwick, 2011).

De toda sorte, nosso objetivo não é reforçar esse parâmetro, bastante consolidado e claro na literatura, mas sim apresentar algumas particularidades do caso do Gabinete Digital. Como Macintosh *at al.* (2009) já apresentaram, a resistência política dos governantes é uma barreira constante ao sucesso de projetos de e-participação. Logo, na maior parte dos casos, parte da construção do projeto envolve o convencimento (ou envolvimento) de agentes políticos a adotarem a plataforma de e-democracia em questão. Há, dessa maneira, casos diversos, em que existem boas plataformas, do ponto de vista técnico, e uma participação cidadã qualificada, porém pouco aporte ou mesmo resistência da classe política (cf. Marques, 2010).

Nesse sentido, o caso do Gabinete Digital é uma exceção. Já durante sua campanha para governador em 2010, estava incluso nos planos do então candidato a ideia da ampliação da participação política no governo estadual e o uso de tecnologias de comunicação e informação como parte de um sistema participativo. Segundo o plano de governo, o objetivo era:

Possibilitar a participação direta e cidadã através das redes sociais, viabilizando não só a informação, o debate e a votação de propostas e demandas, mas também os elementos necessários para a organização de reuniões, fóruns, conferências, plenárias e muitas outras formas de participação presencial. Inovações tecnológicas são importantes aliadas no fortalecimento da democracia participativa” (PT, 2010, p. 10).

E, efetivamente, o Gabinete Digital foi lançado em maio de 2011, no primeiro ano do governo do governador Tarso Genro. Dessa maneira, como será mais bem desenvolvido nos outros pontos, é importante apontar que o governador não apenas “aceita” a proposta, mas ele a apoia e a mantém politicamente. Logo, haveria o que estamos denominando de ampla vontade política para criar e manter o Gabinete em funcionamento.

Atrelado a isso, o Gabinete Digital foi criado e mantido dentro do próprio Gabinete do Governador, o que é, em nossa visão, uma “localização privilegiada”. Apesar de geralmente nos referirmos a “um” governo – como se este

fosse uma estrutura única – em verdade sabemos que governos são estruturas extremamente complexas, formadas por inúmeras secretarias, agências, autarquias, que podem ser subdivididas em diversos níveis e atribuições. Logo, não é raro que essa complexidade se torne um empecilho ao sucesso de projetos de democracia digital. Por exemplo, Nabuco *at al.* (2009), ao tratar dos processos internos do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte em 2008, descreve a comissão técnica criada para lidar com a experiência, que envolvia oito instâncias diferentes, todas integrantes da prefeitura, relacionadas ao planejamento urbano, informática, auditoria, comunicação social e transporte urbano. Logo, se a iniciativa está “localizada” em parte desse sistema, o desafio está em justamente envolver outras partes necessárias para seu sucesso e, novamente, a resistência por parte de burocratas ou agentes políticos pode ocorrer em cada instância ou ainda na comunicação (ou na falta dela) entre elas (Chadwick, 2011; Coleman, 2008; Marques, 2010).

Dessa maneira, nos referimos à localização privilegiada, pelo Gabinete Digital estar localizado no próprio gabinete do governador. Entre outras questões, isso significa que há facilidade de contato e interação com o próprio governador (questão que não é necessariamente verdadeira em outros projetos de e-democracia, mesmo se tomarmos apenas aqueles que já constam com alta vontade política), seja para o tratamento de problemas, seja para a apresentação de resultados. E, como já defendemos antes (Aggio & Sampaio, 2013), isso significa que as decisões tomadas através do Gabinete Digital tenderão a seguir mais fácil e urgentemente para outros órgãos dentro do Estado, uma vez que elas já virão com o aval do próprio governador.

Ou de maneira simples, como o Gabinete Digital tem o aval e apoio do governador e está localizado institucionalmente em seu gabinete, isso primeiramente torna os insumos dos cidadãos recebidos através do GD (doravante adotamos a abreviação) mais propícios de atingir e influenciar o próprio governante e, ademais, empodera as decisões que são tomadas através da iniciativa digital, que são enviadas aos outros setores já com o aval do líder do Executivo.

PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO EM EVENTOS E RELAÇÃO COM OS MASS MEDIA

O destaque público e a relevância de iniciativas de participação digital costumam ser explicados a partir da avaliação dos aspectos formais dessas iniciativas, como a arquitetura das plataformas *on-line* utilizadas, o desenho e a eficiência das ferramentas ofertadas aos cidadãos e a organização dos elementos visuais cuja finalidade é situar e conduzir, com clareza, seus participantes ao cumprimento de seus objetivos (e.g. Macintosh & Whyte, 2008).

Não obstante a importância desses recortes analíticos, defende-se aqui – para a compreensão das razões que fazem do Gabinete Digital uma iniciativa de relevância e com destaque político em âmbito nacional e internacional – a necessidade de se adotar uma abordagem sistêmica¹³² mais abrangente e que considere o papel que alguns membros do projeto exercem em fóruns de diálogo com diversos segmentos da sociedade civil e instituições políticas formais.

As reflexões de Galli (2013) e Bitencourt & Gautier (2013) sustentam que o Gabinete Digital exhibe “oportunismo político”, aqui entendido como uma tentativa de se aproveitar de momentos políticos para autopromoção da iniciativa e do governo. Nesse tópico, defende-se a ideia de que os integrantes do Gabinete Digital dispõem de grande “oportunismo” e empreendedorismo político. Logo, há uma visão de que o Gabinete seria célebre, e não, necessariamente, bem-sucedido ou exitoso como promotor dos valores democráticos.

Aqui, propomos o oposto. É importante notar que projetos governamentais (*top-down*) são usualmente reconhecidos por serem pouco inovadores e vívidos, ou seja, geralmente são projetos que esbarram na excessiva burocracia do Estado (Coleman & Blumler, 2009). Logo, aqui, a ideia de oportunismo é tratada positivamente, de modo a designar o empreendedorismo da equipe do gabinete.¹³³

Em primeiro lugar, destaca-se que a equipe responsável pela gestão do projeto é constituída por profissionais de diversos ramos, como jornalistas, *webdesigners*, produtores de vídeo, políticos e programadores que, além de contribuírem para a diversidade de produção de conteúdos relacionados ao Gabinete Digital, integram uma comunidade abrangente de ativistas políticos que defendem a liberdade de informação, normas e políticas de privacidade na internet e todas as reivindicações libertárias associadas à defesa do uso de *softwares* livres.¹³⁴ O pertencimento a essa rede de ativistas associa, com maior naturalidade e frequência, as iniciativas do Gabinete Digital a eventos e discussões públicas promovidas por diferentes grupos que integram essa comunidade. Resulta disso maior exposição pública e o acúmulo (e exposição) de capital político e social entre membros de uma rede de especialistas que têm o poder de pautar a discussão pública em torno de alguns tópicos importantes da agenda de debate sobre internet e política. Na própria definição dos gestores:

Seminários, oficinas e atividades conjuntas com entidades e coletivos relacionados à cultura digital, novos movimentos sociais, instituições de pesquisa e

132. Para mais detalhes sobre a ideia de abordagem sistêmica, baseada no sistema deliberativo, ver Maia (2012) e Miola (2012).

133. Galli (2013) e Bitencourt & Gautier (2013) defendem o “oportunismo político” do Gabinete como algo negativo, como uma tentativa de se aproveitar de momentos políticos para autopromoção.

134. Esse fato nos foi confirmado por Solagna (2012), porém fica claro no *website* do GD, que é realizado sob a licença Creative Commons e usando *softwares* livres.

outros grupos conferem enraizamento social ao modelo gaúcho de democracia em rede. O componente presencial também é fundamental para o sucesso das consultas públicas, a exemplo das vans da participação, que coletaram contribuições em todo o estado nas duas edições do Governador Pergunta.¹³⁵

Em segundo lugar, os responsáveis pelo Gabinete Digital buscam constantemente se inserir nas discussões de temas políticos relevantes na agenda. Para tanto, seus gestores investem com regularidade em encontros que envolvem atores de diferentes setores da gestão pública, de ativistas, especialistas das áreas de informação e tecnologia e membros de centros de pesquisa e universidades para divulgar e discutir os resultados alcançados com as iniciativas realizadas, além de debater acerca de novos projetos, submetendo-se às críticas e sugestões dos participantes desses fóruns. Esse investimento, nota-se, acontece tanto mediante a participação de eventos promovidos por diferentes atores (sociedade civil organizada, governos e academia) como na promoção desses eventos, que também buscam trazer representantes de todos os setores. Um exemplo claro disso se deu em junho de 2013, quando começaram as manifestações de massa no Brasil pelo passe livre e melhoria das políticas públicas no país. Logo após a divulgação da proposta da presidente Dilma Rousseff para a realização de um plebiscito com a possibilidade de uma reforma política, o GD utilizou sua plataforma para realizar uma consulta *on-line* sobre os principais temas que deveriam compor a possível reforma política. Segundo seu relatório, em dezesseis dias foram registrados mais de 180 mil votos em 242 propostas filtradas entre cerca de 2.840 propostas recebidas em todo o Brasil.

Finalmente, mas de modo paralelo, acredita-se que uma grande parte da visibilidade conseguida pelo GD advém dos mecanismos que seus gestores criaram para promover publicamente o projeto como um todo e cada nova edição das iniciativas de participação oferecidas. Um dos elementos estratégicos fundamentais é a sua vinculação ao gabinete do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, como já afirmado anteriormente. Para além dos benefícios naturais de um projeto vinculado e apoiado diretamente por um chefe do Poder Executivo, a presença da figura do governador em eventos públicos associados ao GD atrai a cobertura espontânea da imprensa e garante cotas de visibilidade que seriam dificilmente alcançáveis apenas através dos instrumentos de publicidade institucional do governo. Tanto Galli (2013) quanto Bitencourt & Gautier (2013) defendem que há excessiva autopromoção do GD, que faria mais autopromoção que uma efe-

135. "O que é o Gabinete Digital" In: Cocco, Giuseppe. *Gabinete Digital: análise de uma experiência*. Porto Alegre: Corag, 2013, p. 152.

tiva comunicação pública interessada na participação cidadã, contudo, aqui se acredita que esta visibilidade gerada é parte importante para a promoção e sucesso da iniciativa.

Desse modo, é correto afirmar que o trânsito do GD por diferentes âmbitos sociais, políticos e institucionais tenha a função de promover o projeto e gerar tanto maior visibilidade pública quanto possível. Porém, posto apenas nesses termos, a afirmativa é incompleta. A gestão dessa iniciativa de participação do governo do Rio Grande do Sul também consiste em criar relações cooperativas ao lançar mão da criação de redes de contato e eventos oficiais que permitem o intercâmbio de ideias, perspectivas e críticas. Posto de outra forma, a equipe do GD dispõe do apoio do governador e de verbas para criar e manter vínculos de cooperação entre instituições e atores sociais diversos vinculados ao tema da relação entre internet, participação e democracia, que resultam, invariavelmente, no aperfeiçoamento e evolução do projeto.¹³⁶ Essa constante exposição pública nos mais diferentes fóruns também pode ser vista como um incremento à transparência dos agentes públicos, que passar a precisar dialogar, debater, dar mais respostas para diferentes instâncias da sociedade civil (Aggio & Sampaio, 2013; Bitencourt & Gautier, 2013).

A PARTICIPAÇÃO PELO VIÉS DA SIMPLICIDADE E DA CUSTOMIZAÇÃO

O GD faz uma opção clara pela consulta *on-line* como modelo de base para suas iniciativas (cf. Aggio & Sampaio, 2013). É necessário frisar o termo “base” por se tratar de um elemento de referência, que define as características majoritárias do projeto, mas que permite a incorporação de elementos de outros modelos de participação digital como o voto eletrônico (*e-voting*).

Optar por um modelo consultivo certamente permite aperfeiçoar o gerenciamento das iniciativas de modo mais simples e eficiente do que demanda o monitoramento de trocas argumentativas entre cidadãos, por exemplo. Modelos de deliberação *on-line* (*e-deliberation*) requerem o desenvolvimento de métodos e ferramentas mais arrojados e sofisticados, que permitam não apenas acompanhar debates em torno de alguma questão pública sugerida pelos gestores de uma iniciativa ou por cidadãos, mas também a catalogação e classificação dos argumentos apresentados pelos participantes se o intuito for o de compreender a evolução do debate e extrair argumentos que contribuam para a formulação ou aplicação de uma política pública.¹³⁷ A quantidade de argumentos e manifestações é imprevisível. Pode ser ínfimo e irrelevante em termos de volume, e desimportante em termos argumentativos. Mas também

136. Sobre alguma dessas ações, cf. Bitencourt & Gautier (2013).

137. Disponível em: <http://gabinetedigital.rs.gov.br/wp/wp-content/uploads/2013/07/final.pdf>.

pode ser colossal em quantidade e pertinente em termos de ideias manifestadas, implicando, invariavelmente, a necessidade de um contingente bem maior de mão de obra, instrumental técnico e tempo para produzir e expor resultados quando em comparação com iniciativas de consulta.

Sustenta-se, nesse artigo, que o modelo de participação adotado pelo GD contribui para seu sucesso na medida em que opta pela simplicidade e limites das ações de participação dos cidadãos, gerando dados menos complexos em termos de organização e análise. A inter-relação desses dois fatores rege a dinâmica de funcionamento do GD nas duas pontas do processo de participação: (a) a simplicidade da arquitetura do *site* permite que os cidadãos publiquem suas opiniões e sugestões ou votem em alguma publicação que contemple suas reivindicações sem a mobilização de muitos esforços e tempo despendido; (b) a participação através de votos ou pequenos *posts*, isolados de um contexto de debate, permite maior rapidez e precisão na categorização das propostas feitas, ao contrário de iniciativas que têm de lidar com a análise das dinâmicas de trocas argumentativas – como nos casos da deliberação *on-line* – e não apenas com opiniões e sugestões manifestadas isoladamente.

A opção pelo uso de *softwares* livres também é um agente que contribui para a definição das características desse processo.¹³⁸ Por utilizarem plataformas com dados abertos e disporem de técnicos e ativistas que dominam a linguagem de programação desses *softwares*, o GD desenvolveu e adaptou aplicativos de iniciativas de participação pré-existentes de acordo com as necessidades e objetivos traçados por seus gestores. As possibilidades de customização das ferramentas de coleta, mensuração, organização e visualização dos dados permitiram ao Gabinete personalizar as iniciativas de participação que oferece¹³⁹ e mantê-las sob constante estado *beta*, ou seja, em estado ininterrupto de reavaliação e mudanças (cf. Chadwick, 2009).

A opção pela adoção de mecanismos simples de participação, calcados na consulta, e o relativo poder de customização das ferramentas de mensuração e análise permitem que o GD consiga manter uma agenda regular de oferta de novas iniciativas ou reedições de iniciativas já criadas, mobilizando contingentes significativos de cidadãos participantes e rapidez na divulgação dos resultados aferidos.¹⁴⁰

138. Para mais informações sobre a importância da publicidade para o sucesso de tais projetos, vide Smith & Macintosh (2007) e Coleman & Blumler (2009). Para avaliações sobre os diferentes impactos da visibilidade sobre ações políticas, vide Maia (2012) e Miola (2012).

139. Aqui se denota a importância dessa análise mais abrangente ou sistêmica. Uma análise de e-democracia que fosse centrada apenas no *website* do GD facilmente poderia concluir que se trata de uma iniciativa exclusivamente plebiscitária e pouco interessada em promover o diálogo dos governantes com os cidadãos, conforme a crítica de Wilhelm (2000).

140. Essa característica nos remete diretamente à descrição de Chadwick (2009) da necessidade dos projetos de Web 2.0 estarem sempre em versão *beta*, ou seja, em constante aperfeiçoamento.

CULTURA PARTICIPATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Finalmente, reconhecemos que há um ponto que pode ser determinante para o sucesso do Gabinete Digital. Em certa medida, ele entra como uma ressalva. Como sabemos, há dois grandes fatores a determinarem a participação de cidadãos. O primeiro, que foi discutido nos quatro pontos anteriormente desenvolvidos, é o desenho institucional, ou seja, o conjunto de regras e formatos que moldam a participação do cidadão (quem participa, como participa e com que influência).¹⁴¹ O segundo pode ser amplamente definido como a questão cultural. Em especial, a cultura política é um fator determinante para a participação ou não dos cidadãos em certos arranjos institucionais. Cultura política seria referente ao processo pelo qual as atitudes e orientações dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político formal e às suas instituições, ou ainda, um sistema de crenças empíricas, de símbolos expressivos e valores, que definem a situação na qual a ação política se dá (Baquero & Prá, 2007, p. 21-23). Putnam (2009), por exemplo, tenta demonstrar que seu estudo comparativo pelas diferentes regiões da Itália nas décadas de 1970 e 1980 aponta que a tradição de associativismo das diferentes regiões assim como o capital social são mais relevantes para explicar os diferentes resultados institucionais alcançados que o desenho institucional em si.

No caso, desejamos enfatizar que a cultura política do Rio Grande do Sul não pode ser desprezada da equação. Como é de amplo saber, o orçamento participativo, uma das maiores inovações democráticas criadas no Brasil após a redemocratização, foi implementado em Porto Alegre em 1989. O OP se espalhou por centenas de cidades no Brasil na década de 1990 e atualmente há edições em todos os continentes, sendo que a grande maioria usa o modelo de Porto Alegre como a referência do desenho a ser seguido (Sintomer *at al.*, 2012). Da mesma maneira, o governo do Rio Grande do Sul é um dos únicos a realizar instâncias participativas no nível estadual e que mantém consultas públicas anuais sobre o orçamento estadual desde 2003.¹⁴² Essas consultas anualmente atraem em torno de um milhão de participantes gaúchos, sendo que o Estado contém apenas oito milhões de eleitores ativos, ou seja, em torno de 15% do eleitorado ativo do estado participa anualmente.¹⁴³

Dito de outra maneira, é concebível e bem razoável admitir que o elevado número de participantes das diferentes iniciativas do GD também esteja ligado a um alto grau de cultura política do Rio Grande do Sul. Ao analisar

141. Um esforço dessa natureza foi realizado por Mendonça & Pereira (2012) ao analisar a iniciativa "Vote na Web".

142. onforme Smith & Macintosh (2007), o uso de *software* livre pode ser positivamente associado a projetos bem-sucedidos de e-participação.

143. Outro ponto considerando por Smith & Macintosh (2007) como sendo positivamente associado ao sucesso.

outras instâncias participativas, Avritzer (2010) aventa que há estudos que indicam que efetivamente há uma cultura de participação maior no Rio Grande do Sul que a média do Brasil. Não obstante, os estudos de Baquero & Prá (2007) evidenciam que essa diferença não é significativa, e que os gaúchos, como o restante dos brasileiros, ainda demonstram elevada desconfiança das instituições políticas formais e dos governantes, logo “persistem valores culturais e determinadas práticas políticas que não favorecem a construção de uma cultura política participativa e democrática” (p. 189).

Contudo, defende-se que a manutenção de níveis elevados de desconfiança frente às instituições políticas não implica, necessariamente, em baixos níveis de participação.¹⁴⁴ Não nos parece contraditório que cidadãos permaneçam ativos em organizações da sociedade civil e que mantenham as tentativas de influenciar no sistema de decisão de instituições políticas mesmo que por elas cultivem baixa estima e descrédito. Portanto, em face de iniciativas de participação abertas por essas instituições, grupos organizados e atuantes na esfera civil podem se valer dessas oportunidades para, por exemplo, arrancar explicações do governador e pressionar por declarações de compromissos públicos sobre os direitos dos profissionais do corpo de bombeiros ou reivindicar que sejam cumpridos os compromissos firmados pelo governador, quando em campanha, com as metas de cargos e salários do funcionalismo público. Acredita-se, assim, como defendido por Gomes (2011), que o GD possa funcionar como canais para cidadãos e grupos organizados exigirem explicações públicas e constranger o governo com o objetivo de conquistarem garantias e terem reivindicações contempladas.

Ademais, como hipótese a ser verificada, parece-nos bem razoável que se o GD fosse iniciado em um estado sem qualquer tradição de participação, o número de participantes seria significativamente menor. Afinal, se trataria de um projeto totalmente novo nessa região hipotética e seria provavelmente bem mais complexo convencer a população local de acreditar e participar da iniciativa, o que poderia facilmente levar a edições iniciais com poucos participantes.¹⁴⁵ Dessa maneira, ainda que os gaúchos não apresentem uma cultura participativa mais significativa, a existência do OP e de instâncias similares de participação ativas desde a década de 1990 na capital gaúcha não podem ser desconsideradas.

144. Por outro lado, tanto Galli (2013) com Bitencourt & Gautier (2013) acreditam que o atual formato do GD não favorece a participação individual. Isso será melhor desenvolvido nas críticas ao modelo.

145. “Para certos teóricos, as instituições políticas representam basicamente ‘as regras do jogo’, as normas que regem a tomada de decisões coletiva, o palco onde os conflitos se manifestam e (às vezes se resolvem) [...] Ter ‘êxito’, para esse tipo de instituição, significa capacitar os atores a resolver suas divergências da maneira mais eficiente possível, considerando suas diferentes preferências” (PUTNAM, 2009, p. 24).

INSUFICIÊNCIA E LIMITAÇÕES DO MODELO ADOTADO

AUTONOMIA PARA A CRIAÇÃO DE AGENDAS

Ampliar o poder dos cidadãos de influenciar a gestão pública também perpassa pela concessão, por parte do Estado, de oportunidades para que os cidadãos deixem de ser apenas convocados em processos consultivos com temas pré-estabelecidos e passem a sugerir agendas contendo suas necessidades, interesses e prioridades que sejam contempladas em iniciativas de participação ofertadas pelo Poder Público (Macintosh & Whyte, 2008).

Em diversas situações, os cidadãos não querem participar de algo proposto pelos governantes, mas sim propor o que deve ser discutido. Essa possibilidade é, em certa medida, realizada pelo “Governador Pergunta” e pelo “Governador Escuta”, porém, novamente, defende-se que não devem ser apenas através de consultas. Iniciativas de baixo para cima (*bottom up*), dos cidadãos para o governo, com maior capacidade de influenciar, também podem tornar o GD um instrumento de democracia ainda mais forte. Ou ainda, possibilidades mais colaborativas nas quais cidadãos e Poder Público agem juntos na tarefa (cf. Coleman & Blumler, 2009).

Vide, por exemplo, a iniciativa mais recente do GD, intitulada “De olho nas obras”.¹⁴⁶ Ela foi criada para justamente permitir ao cidadão enviar insumos de diferentes naturezas a respeito das obras do Estado, fiscalizando se as mesmas estão ou não dentro do prazo agendado e se há outros problemas ou empecilhos (e.g. poluição sonora ou ambiental). Contudo, a iniciativa se restringe a apenas sete obras, todas escolhidas pelo próprio governo do Estado, valendo assim a crítica de Gomes (2005) de plebiscitos com “cardápio restrito”.

Galli (2013) também faz uma crítica semelhante ao analisar o formato das consultas públicas do “Governador Escuta”, em que as participações soam como todas “prevista[s] no roteiro”, “pouco contestadoras” e geralmente contendo apenas “frases de apoio e exaltação das iniciativas ou questionamentos pouco profundos” (p. 46-48). Bitencourt & Gautier (2013) também tecem crítica semelhante, destacando ainda o fato de diversas ferramentas digitais do Gabinete Digital não serem abertas a comentários *on-line*, algo que poderia fomentar a discussão pública.

Ambos também enfatizam que o atual formato do GD tende a empoderar mais os grupos que já estão mais organizados em detrimento do cidadão não organizado, uma vez que tais grupos teriam mais facilidade de mobilizar seus integrantes e, posteriormente, inserir e aprovar as suas agendas dentro

146. Disponível em: <http://www.consultapopular.rs.gov.br/>.

das diferentes iniciativas do GD. Esta seria, por exemplo, a razão para que a primeira pergunta escolhida no “Governador Responde” tenha sido relacionada ao Corpo de Bombeiros, algo que reconhecidamente não estava na agenda pública de discussões, mas presente na agenda desse grupo (Solagna, 2012).

Um dos grandes desafios de uma experiência como a do GD é aproximar-se de cidadãos comuns, não organizados politicamente, mas que poderiam enxergar no GD uma brecha para participar da condução de assuntos que lhes dizem respeito diretamente, mas sobre os quais julgam não ter nenhum controle. (Bittencourt & Gautier, 2013, p. 107).

AUSÊNCIA DE MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO

As iniciativas de consulta do GD ainda carecem de um instrumental que permita aos cidadãos acompanhar como as decisões tomadas a partir da participação digital estão sendo geridas. Entende-se que tal recurso não se resume a um artifício complementar ou suplementar, mas sim a uma parte constitutiva do exercício participativo que dê garantias de que a participação cidadã, de fato, esteja gerando efeitos institucionais concretos sobre a realidade social a partir de mecanismos de monitoramento e transparência (Macintosh & Whyte, 2008; Welch, 2012).

Existem, ainda, poucos esforços para manter os cidadãos a par dos desmembramentos que suas participações provocaram através dessas iniciativas. Em outras palavras, guardadas exceções, o GD não oferece mecanismos de transparência e prestação de contas para que os cidadãos tenham noções claras e reais dos resultados e da influência da participação nas medidas políticas. Há evidências de que programas participativos demandam não apenas informação qualificada para facilitar a participação civil, mas, também, maior transparência dos proponentes do projeto, que precisam tornar a lógica interna e trâmites burocráticos mais transparentes aos participantes (Welch, 2012).

Não houve, a título de exemplo, a utilização de qualquer mecanismo de monitoramento para que os participantes da consulta acerca das melhorias no Sistema Único de Saúde pudessem tomar conhecimento de como as demandas, opiniões, sugestões ou reivindicações apresentadas foram ou não levadas em consideração pela secretaria competente. Ou seja, não se trata apenas da transparência dos números finais da participação, mas do desenrolar do processo. De forma semelhante, Galli (2013) analisou o primeiro ano do “Governador Pergunta” e concluiu que ações políticas efetivas foram tomadas apenas em relação à primeira edição da iniciativa, na qual o governador efetivamente

atendeu as demandas dos Bombeiros, mas em todas as outras edições não fica clara exatamente se as respostas também impactaram em ações políticas.

CLAREZA DAS GARANTIAS DADAS PELA PARTICIPAÇÃO

Cada iniciativa de convocação para a participação deve deixar claro quais são seus limites e alcances, de modo a evitar que os participantes criem expectativas incompatíveis com os objetivos de cada ato de participação. O provimento de mecanismos para que os cidadãos tenham conhecimento de quão efetiva é a sua participação é crucial para o sucesso e a longevidade das iniciativas de participação, segundo evidências que abundam a literatura especializada. O chamado senso de autoeficácia (*self-efficacy*) – ou a percepção do indivíduo acerca da eficiência de suas ações políticas – é um importante determinante da manutenção ou interrupção da participação dos cidadãos em iniciativas desse tipo (Coleman; Gibson & Schneeberger, 2012). Ou seja, o ato de participar está, em grande medida, associado às recompensas dessa participação, sendo a real noção dos efeitos políticos dessas ações, por parte dos participantes, o elemento definidor da mobilização ou da desmobilização civil. Ou, em outras palavras, se for continuamente frustrado ao não perceber (ou ser informado de) a efetividade de sua participação, o cidadão irá invariavelmente abandonar a iniciativa (Coleman & Blumler, 2009; Gomes, 2011; Macintosh *at al.*, 2009; Marques, 2010).

No caso do GD, em outro momento (Aggio & Sampaio, 2013), buscou-se evidenciar que, apesar de ser uma iniciativa de democracia digital composta por inúmeras instâncias diferentes, ou seja, que permite inúmeras entradas diferentes para as vontades do cidadão, ao fim todas se reduzem a formas de consulta pública, ou ainda, múltiplas iniciativas, múltiplas consultas públicas. Todas as iniciativas acabam por realizar uma tarefa similar ou idêntica: apreender as opiniões e propostas dos cidadãos a partir de tematizações, via de regra, elaboradas pelo governo. Em crítica semelhante, Galli (2013) diz que “em relação à estrutura e metodologia das votações, nota-se que, formalmente, é difícil para o usuário comum ter a garantia de que todo o processo de escolha das perguntas ocorre exatamente da maneira como é citada no portal” (p. 53). O que faz o autor a sugerir a criação de um comitê cidadão para acompanhar o encaminhamento de tais propostas de forma semelhante ao que acontece nos orçamentos participativos no Brasil.

No sentido de permitir o acompanhamento dos insumos, um exemplo notório tem sido realizado pelo e-Democracia¹⁴⁷, que, ao final de suas iniciativas, publica um relatório mostrando quantas contribuições geraram efeitos sobre o objetivo final (e.g. relatório final da participação).

147. Disponível em: <http://www.portaldaparticipacao.rs.gov.br/demandas-regionais/>.

COMPLEXIDADE BUROCRÁTICA E INSEGURANÇA INSTITUCIONAL

Nos itens anteriores, dissertou-se a respeito da ausência de mecanismos de acompanhamento dos resultados da participação, que muitas vezes não é clara nos seus limites. A isso se adiciona a questão da complexidade burocrática interna. Como já sabemos, ao se desenhar iniciativas digitais, há inúmeras questões a serem lidadas, como resistência por parte de funcionários públicos e por políticos, dificuldades de criar cooperações entre diferentes setores e funcionários, tensões entre pastas, questões sobre a qualificação do pessoal, orçamento dedicado às tecnologias de informação e comunicação e afins (Chadwick, 2011; Coleman, 2008; Coleman & Blumler, 2009; Grönlund, 2003; Macintosh *at al.*, 2009; Marques, 2010; Nabuco *at al.*, 2009).

Portanto, ao se considerar a necessidade de um retorno adequado ao cidadão após receber as suas contribuições, não se deve ignorar as diferentes questões internas enfrentadas por iniciativas semelhantes àquelas promovidas pelo GD. Há, em especial, que se considerar que o gabinete é apenas o centro que recebe, filtra e repassa as contribuições recebidas dos cidadãos ao governador e às múltiplas organizações existentes dentro do governo. Diferentes secretarias (órgãos, autarquias etc.) podem ter variadas relações com o GD (resistência ou apoio) e diferentes trâmites internos (e.g. tempo de processamento), o que pode levar a tempos de resposta distintos ou mesmo com níveis de qualidade díspares. Ademais, as demandas muitas vezes não exigem ações imediatas, mas mudanças nas estruturas e metas das políticas públicas, ou ainda, as respostas poderão demorar e vir em médio ou longo prazo. Em determinados casos, por exemplo, algumas mudanças precisam passar e ser aprovadas pelo Poder Legislativo, o que aumenta e complexifica a dificuldade para sua implementação e o tempo para a resposta. A nosso ver, isso não inviabiliza a criação e mecanismos de acompanhamento mais sofisticados por parte do GD, porém não deve dar margens a exigências por respostas rápidas, imediatas, que poderiam, na verdade, não responder efetivamente às demandas e contribuições dos participantes. Adicionalmente, o GD é desprovido de um *status* institucional próprio dentro do atual governo e do Estado do Rio Grande do Sul. Por não se constituir enquanto órgão de Estado ou secretaria de governo, o conjunto de iniciativas de participação patrocinada pelo governador Tarso Genro torna-se vulnerável a mudanças políticas que podem ocorrer em pleitos eleitorais futuros. Desse modo, ao contrário de um mecanismo institucional com estabilidade e garantia de continuidade, o GD é um mecanismo de participação sujeito a vontades políticas que podem ser incompatíveis com sua existência. Logo, é importante que o GD seja mantido por ampla vontade política, como defendido, porém é arriscado que seja mantido *unicamente* por essa vontade política.

Essa configuração peculiar também implica em problemas de outra natureza: por não ter um *status* institucional, o GD não possui autonomia orçamentária. Conforme sublinhou Fabrício Solagna em entrevista (Solagna, 2012), os financiamentos necessários para desenvolver e gerir as iniciativas de participação digital, bem como promover eventos de divulgação e suporte logístico, dependem do orçamento de todo o gabinete do governador e, portanto, de negociações internas.

É razoável admitir que esse “deslocamento burocrático”, ou existência “virtual” do GD na máquina pública, implica negativamente no planejamento e eficiência de suas ações, tanto do ponto de vista da garantia e administração de um orçamento próprio como das atribuições e competências enquanto órgão ou secretaria que permitam gerir com eficiência, dentro das garantias burocráticas internas, projetos e parcerias com outras secretarias a fim de incrementar iniciativas de participação.

COMPLEMENTARIDADE/ INTEGRAÇÃO

Como dito no início deste artigo, é preciso se entender o objetivo e o papel das diferentes iniciativas que compõem o GD e se pensar em como elas podem ser complementares. Todavia, o exercício da participação política, travada a partir de uma interface entre Estado e sociedade civil, não se resume às consultas públicas. As experiências e pesquisas dedicadas à Democracia Digital – conforme já expostas anteriormente – oferecem um horizonte mais complexo de possibilidades capazes de alçar o empoderamento dos cidadãos a níveis mais significativos.

Por exemplo, defendeu-se que o GD é basicamente um instrumento de *e-consultation* com alguns usos de *e-voting*. Acreditamos que o uso de *e-deliberation* possa ser um dos caminhos a serem seguidos. Ao contrário de mecanismos agregativos (votação), a utilização de ferramentas e recursos – sincrônicos ou assincrônicos – que permitam a troca discursiva entre cidadãos e estes com representantes, permitem gerar dividendos democráticos não contemplados por processos consultivos. A deliberação – se regida por regras e mecanismos que garantam o respeito a princípios e normas básicas de interação, como a pluralidade de opiniões, a responsividade, reflexividade e centralização do debate em torno de um tema ou problema específico – tem o potencial de gerar ganhos cognitivos aos participantes. Tais processos podem, através das trocas argumentativas, gerar entendimentos e encaminhamentos de medidas políticas para a resolução de algum problema, dentre outros ganhos democráticos oriundos das interações estabelecidas nesse processo (Habermas, 1997). Novamente, mecanismos colaborativos podem ser utilizados com uso de instru-

mentos de Web 2.0, como redes sociais digitais, *wikis* e afins. De outra forma, teme-se que os mecanismos participativos oferecidos pelo GD não apenas não se tornem complementares, mas ainda sobrepostos.

Finalmente, há de se pensar a questão da integração,¹⁴⁸ No mesmo governo do Estado do Rio Grande do Sul, há diversas iniciativas de participação geridas pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, que coordenou o PPA participativo e mantém outras iniciativas de participação no Estado.¹⁴⁹ Em teoria, o GD também é parte do “sistema estadual gaúcho de participação”. Na prática, as conexões entre os dois ainda não são visíveis, novamente podendo haver sobreposição da participação nas duas instâncias. De forma resumida, conclui-se que o Gabinete Digital se trata de uma iniciativa *on-line* inovadora, que está sendo capaz de promover diversos valores democráticos, contudo há mudanças que podem ser realizadas para aumentar sua capacidade democrática e mantê-lo como uma iniciativa de relevância no cenário brasileiro e atrativa aos cidadãos.

CONCLUSÃO

O objetivo principal desse artigo foi levantar hipóteses e questões de pesquisa a serem verificadas em relação ao perfil e aos limites da experiência do GD. Para tanto, fez-se uso de uma abordagem sistêmica sobre o objeto. Primeiramente, buscou-se demonstrar que há quatro características vitais para o sucesso do GD: (a) vontade política e localização privilegiada; (b) redes colaborativas e participação promocional em eventos; (c) participação pelo viés da simplicidade e da customização; (d) cultura participativa. Uma vez que a última é uma ressalva pelo caso específico do Rio Grande do Sul, é notável que as três primeiras sejam as determinantes mais importantes. Também não nos escapa que as três primeiras características poderiam ser simplesmente consideradas como “vontade política”. Há vontade política tanto do chefe do Executivo em questão como há dos gestores responsáveis pela iniciativa digital. Porém, se geralmente há grande resistência do sistema político para “aceitar” tais iniciativas, nosso objetivo foi demonstrar como o caso do GD é raro, já que não só não há uma resistência política clara, mas também uma promoção ativa da iniciativa nos mais diferentes fóruns. Também se buscou demonstrar outras especificidades nesse sentido, como o local privilegiado e a estratégia utilizada pelo gabinete para conseguir cobertura midiática espontânea.

148. Segundo Schudson (2008), uma democracia saudável precisa de certo nível de desconfiança dos cidadãos e dos meios de comunicação que, dessa maneira, atuarão no monitoramento e na geração de constrangimentos às ações políticas consideradas inadequadas.

149. Esse foi o caso no próprio orçamento participativo de Porto Alegre, que teve poucos participantes no seu primeiro ano de realização (AVRITZER, 2002).

Em segundo lugar, foram levantadas as quatro principais restrições do atual modelo do GD, a saber: i) ausência de mecanismos de acompanhamento dos resultados da participação; ii) clareza das garantias dadas pela participação; iii) autonomia para a criação de agendas; iv) complementaridade/integração. Em resumo, defendeu-se que o modelo do Gabinete está excessivamente focado em consultas digitais. Isso implica que: 1) há um leque restrito de possibilidades de contribuição pelo cidadão ao governo; e 2) que os cidadãos não têm controle sobre os efeitos ou impactos de sua participação. Além disso, afirmamos que o GD precisa ser mais integrado as outras iniciativas de participação do governo gaúcho, de modo a tornarem tais instâncias complementares, e não sobrepostas.

De modo geral, pode-se questionar se o modelo do gabinete deve ser reproduzido, como vem acontecendo, ou se precisa de aperfeiçoamento antes de ser exportado para outros governos. Afinal, os pontos de insuficiência não são descartáveis. Enquanto conjunto de iniciativas de democracia digital, pode-se questionar o seu grau de efetividade na promoção dos valores democráticos, uma vez que não há garantias ou mecanismos para acompanhar os resultados efetivos na decisão política após os processos de participação.

Adicionalmente, a maior parte das características de “sucesso” da experiência está na gerência do projeto e em seu apoio político. Há questões estruturais como as possibilidades inerentes ao uso de *software* livre e o desenho de iniciativas de consulta baseadas em participações mais simples e pontuais, porém são questões pequenas em relação aos outros itens. Portanto, o “modelo de sucesso” está pouco ligado a características técnicas ou mesmo do seu desenho de participação e, por outro lado, está diretamente relacionado ao modo pelo qual ele é gerido e, principalmente, pelo apoio político que recebe.

Logo, defende-se que o modelo do GD pode sim ser experimentado em outros governos executivos (mesmo no nível municipal ou federal), afinal, novas instâncias de consulta e participação política *on-line* são bem-vindas no atual contexto brasileiro, que consta com inúmeras entradas de participação política presencial (e.g. orçamentos participativos, conselhos e conferências), porém poucas e tímidas tentativas de e-participação. Apesar das restrições apresentadas, acredita-se que o modelo promova uma aproximação entre cidadãos e seus representantes através dos diferentes mecanismos interativos digitais. Não obstante, amplo apoio político, posição privilegiada dentro do governo, “oportunismo” e empreendedorismo políticos e a disposição para dialogar com os diferentes setores da sociedade e do governo são, ao fim, as características que precisam ser enfatizadas para a criação de experiências similares. Além disso, que as restrições da experiência fiquem limitadas a ela, ou

seja, que novas experiências já possam ser incubadas com maior liberdade de criação de agendas pelo cidadão e maior efetividade e transparência das etapas e resultados da participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Camilo; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Democracia digital e participação: os modelos de consulta e os desafios do Gabinete Digital. In: COCCO, Giuseppe (org.). *Gabinete Digital: uma análise da experiência*. Porto Alegre: Corag, 2013.

AVRITZER, Leonardo. Introdução, In: *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: BOAVENTURA, S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BAQUERO, Marcello; PRA, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

BEZERRA, Heloisa Dias; JORGE, Vladimir Lombardo. Democracia digital no Brasil: avanços nos executivos estaduais. Anais do II Simpósio de Ciências Sociais, Goiânia, p. 1-15, 2011.

BITENCOURT, Sandra; GAUTIER, Tiago. Comunicação pública e internet: limites e amplitudes no ambiente digital. In: COCCO, Giuseppe (org.). *Gabinete Digital: uma análise da experiência*. Porto Alegre: Corag, 2013.

CHADWICK, Andrew. Web 2.0: New challenges for the study of e-democracy in an era of informational exuberance. *ISJLP*, v. 5, p. 9, 2008.

_____. Explaining the failure of an on-line citizen engagement initiative: the role of internal institutional variables. *Journal of Information Technology & Politics*, v. 8, p. 21-40, 2011.

COLEMAN, Stephen. Foundations of digital government. In: CHEN, H. *et al.* (org.). *Digital government*. Nova York: Springer, 2008.

_____; GIBSON, Rachel; SCHNEEBERGER, Agnes. Democratic consultation and the e-citizen. In: _____; SHANE, P. *Connecting democracy: on-line consultation and the flow of political communication*. Londres: The MIT Press, 2012.

_____; BRUMLER, Jay G. *The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

FARIA, Claudia; SILVA, Viviane Petinelli; LINS, Isabela Lourenço. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 7, p. 249-284, 2012.

GALLI, Gabriel. Comunicação Pública e Governo Eletrônico: uma análise do Gabinete

Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. In: COCCO, Giuseppe (org.). *Gabinete Digital: uma análise da experiência*. Porto Alegre: Corag, 2013.

GENRO, Tarso. Prefácio. In: COCCO, Giuseppe (org.). *Gabinete Digital: uma análise da experiência*. Porto Alegre: Corag, 2013.

GOMES, Wilson. Participação política *on-line*: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M.; _____. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista da Famecos*, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005.

_____. Democracia digital: que democracia? In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____; MARQUES, F. P. J. A. (orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GRÖNLUND, Åke. Emerging electronic infrastructures: exploring democratic components. *Social Science Computer Review*, v. 21, n. 1, p. 55-72, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

JENSEN, Michael J.; VENKATESH, Alladi. Government Websites and political engagement: Facilitating citizen entry into the policy process. Center for research on information technology and organizations, paper 399. Irvine: University of California, 2007.

MACINTOSH, Ann; WHYTE, A. Towards an evaluation framework for e-Participation. *Transforming government: People, process and policy*, v. 2, n. 1, p. 16-30, 2008.

_____; COLEMAN; Stephen; SCHNEEBERGER, Agnes. e-Participation: The research gaps. First International Conference, ePart 2009, Linz, Austria, 1-3 set. 2009.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. *Deliberation, the media and political talk*. Hampton Press, 2012.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Muro baixo, o povo pula: iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. *Opinião Pública*, v. 16, p. 117-142, 2010.

MENDONÇA, Ricardo; PEREIRA, Marcus Abílio. Democracia digital e deliberação *on-line*: um estudo de caso sobre o Vote na Web 2.0. Congresso Latino-Americano de Opinião Pública – Wapor, 4, Belo Horizonte, 2011.

MIOLA, Edna. Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da empresa Brasil de Comunicação em debate no congresso e na imprensa. Tese (doutorado em Comunicação Social), 2012.

NABUCO, Ana Luiza; MACEDO, Ana Lúcia; FERREIRA, Rodrigo Nunes; SALES, Verônica Campos. Experiência do OP Digital em Belo Horizonte: o uso das novas tecnologias no fortalecimento da democracia participativa. *Pensar BH/Política Social*, p. 5-9, nov. 2009.

PT. Programa de governo: Caderno de Propostas – Tarso Genro – governador, Beto Grill – Vice. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/pdf/8772915.pdf>, acessado em 29 ago. 2013.

PINHO, J. A. G. Investigando portais do governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

SÆBØ, Øystein; ROSE, Jeremy; FLAK, Leif Skiftenes. The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. *Government Information Quarterly*, v. 25, n. 3, p. 400-428, 2008.

SCHUDSON, Michael. *Why democracies need an unlovable press*. Polity, 2008.

SINTOMER, Yves *et al.* Aprendendo com o Sul: o orçamento participativo no mundo – um convite à cooperação global. *Revista Diálogo Global*, n. 25, p. 90, 2012.

SMITH, E.; MACINTOSH, A. Existing e-participation practices with relevance to Web.dep. WP2: Existing e-Participation Practices with Relevance to Web.dep. International Teledemocracy Centre, Napier University, 2007.

SOLAGNA, Fabricio. Entrevista gravada presencialmente, 2012.

WELCH, Eric W. The relationship between transparent and participative government: A study of local governments in the United States. *International Review of Administrative Sciences*, v. 78, n. 1, p. 93-115, 2012.

WILHELM, A. *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. Nova York: Routledge, 2000.

WU, Vinicius. Apresentação. In: COCCO, Giuseppe (org.). *Gabinete Digital: uma análise da experiência*. Porto Alegre: Corag, 2013.

Parte III

Cibercultura

NOVA CIÊNCIA, NOVOS CIENTISTAS: INTERAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E REPUTAÇÃO EM *BLOGS* DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA (2012)

Rafael de Almeida Evangelista
(rae@unicamp.br, Unicamp)
Vanessa Oliveira Fagundes
(vafagundes@yahoo.com, Unicamp)

Há menos de 10 anos, por volta de 2004, começou a ser utilizado um termo que se tornaria fundamental para os estudos sobre interação e relacionamento no ambiente da internet: Web 2.0. Em suas palestras, o pesquisador e empresário irlandês Tim O'Reilly, da empresa O'Reilly Media, que muito colaborou para a disseminação do termo, associava a origem da Web 2.0 à explosão da bolha “ponto com”, no outono de 2001, e à constatação de que, longe de estar falida, a internet era mais importante que nunca, com novas e surpreendentes aplicações e *sites* surgindo com regularidade. “Poderia o colapso ‘ponto com’ ter marcado um tipo de mudança de foco da internet, tal que uma chamada para a ação como a Web 2.0 pudesse fazer sentido? Nós achamos que sim” (O'Reilly, 2005). Para ele:

Web 2.0 is the business revolution in the computer industry caused by the move to the internet as platform, and an attempt to understand the rules for success on that new platform. Chief among those rules is this: Build applications that harness network effects to get better the more people use them (this is what I've elsewhere called “harnessing collective intelligence”). (O'Reilly, *on-line*)¹⁵⁰

150. Tradução da autora: “Web 2.0 é a mudança para uma internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas (o que eu tenho chamado de ‘aproveitando a inteligência coletiva’)”.

A Web 2.0, ou segunda geração da *world wide web*, designaria, assim, uma nova fase da internet, em que a interatividade é elevada ao extremo, possibilitando a qualquer um ser, ao mesmo tempo, produtor e consumidor de informações. Para Rosa e Islas, a Web 2.0, ou internet social, habilitou e fomentou a comunicação e a interação e deu lugar a comunidades de interesses e redes de relacionamento, ao intercâmbio de informações e ao trabalho colaborativo em tempo real (2009).

Como resume Primo (2006), a Web 2.0 é a segunda geração de serviços *on-line* e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. Ela não se refere apenas a uma combinação de técnicas informáticas (entre outros, serviços *web*, linguagem Ajax, disseminação da banda larga e do preço fixo pelo acesso à rede, independente do tempo de uso), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a novos processos de comunicação mediados pelo computador. “A Web 2.0 tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações e de construção social de conhecimento apoiada pela informática” (Primo, 2006, p. 1).

Para Rebeca Blood: “We are entering a new age of information access and dissemination. Tools that make it easy to publish to the Internet have given millions of people the equivalent of a printing press on their desks, and increasingly, in their pockets¹⁵¹” (Blood, 2003).

O’Reilly (2005) chama atenção para o fato de não ser possível demarcar as fronteiras da Web 2.0. Para ele, não há limites visíveis, mas um núcleo em torno do qual gravitam princípios e práticas que aproximam diversos *sites*. Críticas ao modelo proposto alegam, principalmente, que a Web 2.0 não traz nada de novo, pois participação e interação sempre foram características da internet. Desse modo, – a tentativa de renomear o ambiente não passaria de um esforço de *marketing*.

Acreditamos, porém, que é válido utilizar o termo Web 2.0, não no sentido de ruptura radical, mas de continuidade com aprofundamento. De certa forma, a expressão marca a radicalização de uma lógica marcada pela construção de bancos de dados informacionais, pelo individualismo colaborativo (Silveira, 2010) e pelo dilema da decomposição do social em enclaves e identidades fechadas, mas ao mesmo tempo múltiplas (Terranova, 2004). Além

151. Tradução da autora: “Estamos entrando em uma nova era de acesso e difusão da informação. Ferramentas que facilitam a publicação na internet deram a milhões de pessoas o equivalente a uma prensa em suas mesas e, mais ainda, em seus bolsos”.

disso, trata-se de termo nativo, altamente disseminado tanto por empresas e grupos que mantêm *sites* inspirados na lógica 2.0 como entre usuários.

Na Web 2.0, haveria *maior participação e colaboração* dos usuários na produção e na categorização de conteúdos. A exploração de tecnologias de fácil acesso permitiria ao usuário, por menores que fossem seus conhecimentos em informática, iniciar uma produção própria de conteúdo. Com isso, surgiriam produtores de informações anônimos, espalhados pelo planeta, contribuindo em tempo real, a baixo custo e a longa distância, com produções intelectuais diversas que são compartilhadas e podem ser reutilizadas por qualquer um.

Um exemplo são os *wikis*¹⁵², *sites* colaborativos que permitem ao internauta inserir ou alterar qualquer tipo de conteúdo. Todos os textos são abertos para exclusão, correção e inclusão dos interessados em contribuir, e não é preciso que outro leitor ou moderador aprove a mudança. A ideia é que, quanto mais pessoas usarem os serviços, melhores eles se tornarão. Os *blogs* são outra ferramenta *que* incentivaria essa produção conjunta de conteúdo, já que nos espaços destinados aos comentários dos leitores, se desenrolam debates que extrapolam e enriquecem o texto original. A partir dessas ferramentas, os internautas se tornariam, ao mesmo tempo, consumidores e produtores de informações.

Antes do conceito de Web 2.0 tornar-se popular, Pierre Levy já chamava atenção para um novo tipo de pensamento sustentado por conexões sociais via internet. Para o autor, esse fluxo de informações daria origem a uma inteligência coletiva, “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (Levy, 2000, p. 28). Essa inteligência estaria relacionada aos novos laços sociais criados no ciberespaço e teria como base e objetivo o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas. Ela é celebrada, hoje, como um produto da Web 2.0.

Esse ambiente seria caracterizado, ainda, pela *maior interatividade*. Na internet, essa interatividade seria diferente daquela percebida nos meios de comunicação de massa anteriores, como televisão, mídia impressa e rádio. A interação, agora, vai além de transmitir e receber informações, e diz respeito à ação e ao relacionamento entre os participantes. “Não é demais repetir que interagir não é algo que alguém faz sozinho, em um vácuo. Comunicar não é sinônimo de transmitir. Aprender não é receber. Em sentido contrário, quer-se insistir que interação é um processo no qual o sujeito se engaja”. (Primo, 2008, p. 71).

152. Um dos *sites* mais conhecidos a utilizar tal sistema é a Wikipedia, enciclopédia virtual aberta à colaboração criada em 2001 pelo americano James Wales. Hoje, ela possui versões em diferentes línguas. A brasileira pode ser acessada em <http://pt.wikipedia.org>.

Até então, no ambiente da Web 1.0, a interação entre usuários poderia ser descrita como limitada, ou reativa, como propõe Primo (2008). A interação reativa, segundo o autor, é restringida por relações determinísticas de estímulo e resposta. Elas dependem de uma delimitação prévia das trocas possíveis e da disposição antecipada das alternativas viáveis de entrada e saída. Como exemplo de mecanismos que utilizam a interação reativa, é possível citar as enquetes, os sistemas de busca e os sistemas de assinaturas de informativos *on-line*.

A Web 2.0 elevaria as possibilidades de interação, já que o desenvolvimento de arquiteturas de participação ofereceria cada vez mais suporte para o estabelecimento de interações entre os usuários. As interações reativas não foram eliminadas, mas passaram a conviver com outras, do tipo mútuas, caracterizadas por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada do relacionamento, afetando-se mutuamente. Ela está presente nos fóruns, em jogos virtuais em tempo real e no espaço destinado a comentários de um *blog*. Nesses casos, é impossível prever o que acontecerá, pois as respostas não estão pré-determinadas e o encaminhamento do relacionamento é negociado durante a interação. Esse tipo de interação seria mais rica, pois permitiria uma troca verdadeira entre os usuários, possibilitando a participação e a construção coletiva de conhecimento.

Finalmente, a Web 2.0 *fortaleceria as bordas da rede*, ao provocar um deslocamento importante: a transição do modelo “um-todos” para um modelo “todos-todos”. O primeiro, característico da comunicação de massa, é um modelo vertical de transmissão de informações marcado por centros difusores de conhecimento que determinam e definem o conteúdo e sua importância. Os usuários apenas navegavam sem interferir na criação e na disposição dos *links*. Já no modelo “todos-todos”, qualquer usuário é produtor de conteúdo e pode influenciar, através da interação com outros usuários, a definição de temas e a decisão sobre se estes merecem credibilidade.

O modelo “todos-todos” fortaleceria, assim, as bordas da rede, ou seja, daria voz àqueles usuários que não estão ligados a grandes grupos ou a centros de poder. Com o incremento da participação e da interação, a comunicação tornar-se-ia mais horizontalizada. De acordo com Primo: “o modelo informacional de um grande centro distribuidor de mensagens passa a competir com a lógica sistêmica da conexão de microrredes. Em outras palavras, enquanto modelo massivo foca-se no centro, a Web 2.0 fortalece as bordas da rede” (2006).

Para o autor, o trabalho coletivo oferece uma dinâmica alternativa ao modelo de produção, indexação e controle por equipes de autoridades. Nesses casos, importaria menos a formação especializada de membros individuais. A

credibilidade e a relevância dos materiais publicados seriam reconhecidas a partir da constante dinâmica de construção e atualização coletiva. Por meio da Web 2.0, ganhariam visibilidade notícias, eventos e fatos que poderiam ser considerados menos relevantes pela mídia tradicional por terem menor alcance e tratarem do interesse de pequenos grupos. Ou seja, produtos gerados “nas bordas” passam a ter força.

É importante lembrar que a internet, como tecnologia, é fruto de reconfigurações dos processos sociais, econômicos, e políticos. Como destaca Morozov (2011), ela deve ser vista como um meio, e não como uma solução, já que pode servir tanto a ideais libertários como opressores – assim como a muitos outros – simultaneamente. A Web 2.0 não existe isoladamente, e, com sua apropriação e seu uso pelas pessoas e corporações, certas relações acabam sendo reproduzidas dentro do ambiente da rede. O Google, o Twitter e o Facebook, por exemplo, celebrados como baluartes da liberdade de expressão, são antes de tudo empresas. E, como tal, tomam decisões que não podem ser dissociadas de uma visão de negócios. Uma análise mais apropriada seria vê-la, assim, como um ator nas mudanças percebidas, e não a causa ou o seu efeito.

Não é coincidência, portanto, encontrarmos um discurso que privilegia a participação dentro e fora da rede. O desenvolvimento de uma plataforma orientada para a colaboração, fruto das novas tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas especialmente a partir do século XX, está relacionado a mudanças em várias áreas, como a economia, a política e a ciência. Neste último campo, a Web participativa encontra-se com uma proposta de ciência participativa, ou ciência pós-acadêmica. Desse encontro, resultam mudanças significativas na forma de produção de conhecimento e, especialmente, nos papéis papéis desempenhados pelos responsáveis por essa produção: os cientistas.

AS REGRAS DO JOGO

Físico teórico por formação, o inglês John Michael Ziman (1925-2005) deixou importantes contribuições para o campo da sociologia da ciência. Além de defender a pesquisa científica como uma atividade social, um “produto consciente da humanidade, com suas origens históricas bem documentadas, um escopo e um conteúdo bem definidos” (1979, p. 17), ele enxergava essa “instituição” amparada por dois pilares: o estudo da natureza e a comunicação dos resultados alcançados (Greco, 2006). Para ele, a ciência pode ser dividida em uma fase inicial “privada”, conduzida por grupos de cientistas em seus laboratórios, e uma fase seguinte, “pública”, tão importante quanto a primeira,

que consiste na comunicação dos conhecimentos recém-adquiridos. A primeira, sozinha, não é suficiente; sem a segunda, não há ciência.

De acordo com Ziman, comunicar os resultados obtidos e as mais recentes descobertas seria uma parte fundamental da atividade dos cientistas.

O princípio basilar da ciência acadêmica é que os resultados da pesquisa devem ser públicos. Qualquer coisa que os cientistas pensem ou digam como indivíduos, suas descobertas não podem ser consideradas como pertencentes ao conhecimento científico se não forem relatadas e gravadas de forma permanente. A instituição fundamental da ciência é, então, o sistema de comunicação. (Ziman, 1984, p. 80)

No entanto, apesar de enfático ao defender o papel da comunicação para a ciência, Ziman deixa menos clara a noção de “para quem comunicar”. Para o autor, a comunicação destinada ao grande público, ou aos não especialistas, não é prioridade. Ele acredita que ela deva ser realizada, mas a deixa em segundo plano para destacar a troca de informações entre grupos de cientistas. Como afirma: “não acredito que a necessidade de popularizar a ciência para o público em geral seja tão grande quanto a de popularizá-la para os próprios cientistas” (Ziman, 1979, p. 137). Para Pietro Greco (2006), esse é um aspecto que Ziman não entendeu completamente: o novo papel que a comunicação da ciência dirigida ao público de não especialistas adquiriu, especialmente na época da ciência pós-acadêmica.

O termo “ciência pós-acadêmica” foi apresentado por Ziman para designar uma nova forma de organização e gestão da atividade científica, que levaria em conta os *feedbacks* da sociedade e do mercado. Michael Gibbons também percebe mudanças no modo de produção do conhecimento e batiza esse momento de “modo 2”, destacando especialmente a responsabilidade social da ciência sobre o que produz (Gibbons *et al*, 1994). Para ambos, as normas do campo científico teriam incorporado novos elementos, provocando mudanças na estrutura organizacional e institucional da pesquisa, no vocabulário utilizado, nas práticas e no éthos dos cientistas.

Em uma fase anterior, quando as decisões cruciais para o desenvolvimento da ciência eram tomadas essencialmente pelos cientistas, dentro de uma torre de marfim separada do resto do mundo, a comunicação da ciência para uma audiência leiga poderia ser considerada de importância menor para o sistema geral da comunicação científica. Mas, na era da ciência pós-acadêmica ou da ciência modo 2, quando essa torre de marfim é invadida pela economia, política e sociedade, os problemas da população, as estratégias políticas

e as oscilações do mercado influenciariam a forma como ela é entendida e produzida. Estar em contato com as pessoas, em um movimento de mão dupla, em que os pesquisadores fornecem, mas também recebem informações, seria fundamental. Como registra o autor, “em menos de uma geração, temos assistido a uma radical, irreversível, mundial transformação na maneira como a ciência é organizada, gerida, executada” (Ziman, 2000, p. 67).

Para Michael Gibbons, o que temos é um novo contrato social entre ciência e sociedade, um novo paradigma da produção de conhecimento, que seria socialmente distribuído, orientado pela aplicação, transdisciplinar, sujeito a múltiplas responsabilidades e caracterizado por três tendências importantes: mudanças de prioridades na pesquisa, comercialização e responsabilidade social (Gibbons *et al.*, 1994). Para Castelfranchi (2008, p. 79), essa nova ciência se caracteriza pela orientação pelo contexto da aplicação: a sociedade, e os problemas apresentados por ela e pelo mercado, passam a ter grande influência nas decisões sobre os rumos das pesquisas científicas.

Uma característica desse novo modo de produção do conhecimento seria, também, o compartilhamento de algumas regras do mercado. Sucesso, *performance* e competitividade são termos que passaram a fazer parte do vocabulário de pesquisadores de diferentes campos. As universidades e centros de pesquisa precisaram incorporar à sua gestão conceitos como patentes, *start-ups* e parceria com o setor privado. No campo político, a ciência passaria a ser cobrada por suas responsabilidades na aplicação dos resultados das pesquisas. O conhecimento deve conduzir à qualidade de vida da população e a soluções para problemas colocados pela sociedade. Espera-se, ainda, que a ciência escute os *feedbacks* e as demandas da população, e que sua produção seja realizada de forma transparente e participativa.

É importante notar que essas novas características – que podemos agrupar em um chamado modo 2, em comparação a um modo 1, anterior – não suplantam, mas sim complementam a ciência até então praticada. Elas não eliminam exigências intrínsecas à atividade, como a publicação de *papers* ou a avaliação por pares, mas colocam novos desafios para os pesquisadores, como a prestação de contas para a sociedade e a comunicação com o público em geral.

Castelfranchi (2008) destaca algumas diferenças entre os modos. Para o autor, em uma fase anterior, o conhecimento era produzido em um contexto de descoberta, sendo que a pesquisa era impulsionada por interesses de comunidades acadêmicas. No modo 2, a pesquisa seria organizada em um contexto de aplicação, com a produção do conhecimento a partir de demandas e de negociações com diferentes públicos. No modo 1, a pesquisa podia ser multidisciplinar, mas raramente era interdisciplinar, porque pois o conhecimento se

baseava em normas, representações, interesses e sistemas de referência ligados a grupos disciplinares específicos. Já no modo 2, a pesquisa seria tipicamente transdisciplinar, exigindo-se do pesquisador integrar habilidades e competências diferentes e incorporar normas vindas de diferentes grupos envolvidos no processo de produção do conhecimento.

A base da produção do conhecimento, no modo 1, era a academia, com comunidades hierárquicas e homogêneas, enquanto no modo 2 o conhecimento poderia ser criado em uma multiplicidade de lugares e em variados contextos de organização. No modo 1, o conhecimento era retratado como neutro, apolítico, desinteressado – apenas sua aplicação posterior poderia ser julgada, e a responsabilidade sobre isso recairia não sobre os cientistas, mas sobre aqueles que decidiram sobre seu uso. A ciência tornar-se-ia mais reflexiva no modo 2, interrogando-se sobre o valor do que faz, seu impacto e questões éticas relacionadas à sua produção e aplicação. Com relação ao controle de qualidade, os mecanismos de avaliação se expandem no modo 2. Ao invés de basear-se apenas no julgamento dos pares, como no modo anterior, também seria levada em conta a relevância social.

A invasão de aspectos políticos, econômicos, tecnológicos e sociais no campo da ciência afetou a forma como o conhecimento é produzido. Como exemplo prático, é possível citar um fenômeno ainda emergente, que busca tornar a pesquisa científica, os dados e sua disseminação, acessíveis a toda a sociedade. Esse movimento é conhecido por vários nomes: “*citizen science*”, “*do-it-yourself science*”, “*popular science*”. Optamos pelo termo *open science* – ciência aberta. Para Delfanti: “Open science is a method for producing scientific knowledge by spreading its results and opening them up to the revision of the entire scientific community, maximising information and knowledge circulation and sharing¹⁵³. (Delfanti, 2009. p. 21).

A ciência aberta seria a gradação máxima de uma proposta de produção do conhecimento científico a partir do diálogo, da troca de informações e da colaboração entre cientistas e não especialistas espalhados por qualquer lugar do mundo. Em oposição, teríamos uma “ciência fechada”, típica de um momento anterior, representada por uma dinâmica de comunicação limitada pelas instituições ou sujeita ao pagamento de licenças como direitos de patentes ou *copyrights*.

Em sua tese de doutorado, Alessandro Delfanti (2009) discorre sobre a proposta de uma ciência aberta e colaborativa que, em alguns casos, negam as instituições e a própria forma dominante de produção do conhecimento.

153. Tradução da autora: “Ciência aberta é um método de produção de conhecimento científico pela divulgação de seus resultados e sua abertura para a revisão de toda a comunidade científica, maximizando a circulação e o compartilhamento de informações e o conhecimento”.

A partir dessa premissa, ele apresenta o que chama de “*genome hackers*” – hackers do genoma. Esses cientistas, amadores ou não, teriam em comum a opção por realizar pesquisas na área biológica de forma aberta e colaborativa. Por esse motivo, se aproximariam do espírito dos *hackers* de computador, símbolos do movimento *open source* (código aberto), que militavam em favor da abertura e colaboração, contra o conhecimento proprietário.

Para sua análise, três casos são considerados – um deles, o movimento DYIbio (Do-it-yourself Biology), uma organização que tem por objetivo tornar a Biologia acessível a “cientistas cidadãos”. Criada em 2008 e composta por grupos localizados, em sua maioria, nos Estados Unidos e na Europa (o Brasil está representado por um grupo em Curitiba-PR), a organização busca fornecer a estes biólogos amadores um ambiente colaborativo, ferramentas baratas e protocolos éticos para a realização de pesquisas. Os trabalhos são conduzidos fora de instituições científicas, às vezes em locais inusitados, como cozinhas ou garagens.

De acordo com o autor, essa “biologia de garagem” é fruto da emergência de plataformas *on-line* que facilitam a produção aberta e colaborativa e o compartilhamento de informações e conhecimento. Em muitos casos, os resultados são práticas elementares, como a extração de DNA ou isolamento de bactérias a partir de produtos caseiros. Em outros, os grupos do DIYbio iniciam projetos científicos de grande escala, como o BioWeatherMap, que orientou as pessoas a coletarem amostras de bactérias dos botões de sinais de pedestres em suas cidades a fim de analisar os padrões de distribuição geográfica e temporal da vida microbiana. Os “DIYbioers” realizam reuniões presenciais, associam-se a outros grupos em grandes projetos e utilizam a internet como espaço de encontro para troca de informações.

Para Delfanti (2008), o desenvolvimento da internet está intimamente relacionado à história da ciência, e vice- e versa. Isso pode ser explicado não só pelo fato de que a Web nasceu de um experimento que buscava permitir aos centros de pesquisa espalhados pelo mundo trocar dados científicos, mas também porque a ciência, como qualquer outra atividade humana, experimentou as consequências da revolução tecnológica baseada na internet. “The world of research, which is based on communication and on the exchange of information, now fully exploits the collaborative instruments that are at the core of the production of web contents we know as web 2.0¹⁵⁴” (Delfanti, 2008).

Pelos exemplos descritos, é possível notar também uma mudança na postura do próprio pesquisador. Mais do que produzir e acumular conheci-

154. Tradução da autora: “O mundo da pesquisa, que é baseado na comunicação e na troca de informações, agora explora completamente os instrumentos colaborativos que estão no núcleo da produção de conteúdo para internet que conhecemos como Web 2.0”.

mento – papel tradicional do cientista –, o profissional que atua dentro do contexto de uma ciência pós-acadêmica deve também agir como mobilizador, empreendedor, e comunicador. Indícios dessa transformação podem ser percebidos naqueles cientistas que já possuem reputação e destaque em sua área, e que transitam com desenvoltura por veículos de mídia e por instâncias de decisão política. É o caso do médico e neurocientista Miguel Nicolelis, atualmente pesquisador da Universidade de Duke, na Carolina do Norte (EUA), onde é diretor do Laboratório de Neuroengenharia.

Nicolelis foi o primeiro brasileiro a ter um artigo publicado na capa da revista *Science* e, em 2009, foi apontado pela revista *Época* como um dos 100 brasileiros mais influentes. Misto de cientista e ídolo, nele é possível encontrar a associação de diferentes papéis: o pesquisador de renome internacional, referência em sua área de atuação; o empreendedor e visionário, responsável pela criação do Instituto Internacional de Neurociências de Natal (RN), centro de pesquisa e educação; e o divulgador da ciência, com livros publicados, perfis ativos em redes sociais e presença constante na mídia. Recentemente, o cientista chamou a atenção da mídia brasileira e internacional ao anunciar um plano ambicioso. Durante uma palestra, prometeu que, em 2014, um tetraplégico dará o pontapé inicial da Copa do Mundo no Brasil usando um exoesqueleto (veste robótica controlada por pensamentos).

Tais “cientistas-celebridades” utilizam a mídia e sua influência política para concretizar seus projetos científicos. Dentro dos laboratórios de centros de pesquisa e universidades, porém, existem milhares de pesquisadores ainda em busca de reconhecimento em seu campo de atuação. Eles não dispõem da abertura dos veículos de comunicação tradicionais para defenderem seus pontos de vista; também carecem de influência política e prestígio extra-acadêmico, que ajudariam a legitimar e a garantir financiamento para seus projetos científicos. Essa mudança de perfil poderia ser percebida também na base, com aqueles pesquisadores ainda nos estágios iniciais da carreira científica? A internet, pelas já discutidas novas características e facilidade de uso, parece ser um ambiente propício para acompanhar esse grupo em ação.

Para Polino (2012), neste novo cenário, a comunicação da ciência e tecnologia seria não apenas um dever moral dos cientistas, uma necessidade da população ou uma estratégia de instituições científicas para legitimar sua atividade e conseguir financiamento; seria também um processo espontâneo e necessário ao funcionamento da ciência. O objetivo é identificar em que medida a *web*, a partir da participação e interação dos usuários, seria um ambiente propício para essa versão mais cotidiana e menos elitizada desse novo cientista e dessa atuação que combina pesquisa, divulgação científica e divulgação de si mesmo.

Para isso, foram observados alguns *blogs* de ciência, categoria específica de *site* da Web com formato de publicação em textos curtos, frequentes, organizados segundo uma cronologia decrescente, em geral acompanhados de espaço para comentários dos leitores – e, nesse caso específico, especializados na cobertura da ciência, tecnologia e inovação. Mais especificamente, foram observados os *blogs* que compõem o ScienceBlogs Brasil¹⁵⁵, versão nacional do maior condomínio de *blogs* científicos do mundo.

NOVOS CIENTISTAS

O ScienceBlogs Brasil (SbBr) nasceu em agosto de 2008 com o nome Lablogatórios, fruto de um projeto pessoal de dois biólogos formados pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB-USP), Carlos Hotta e Atila Iamarino. Sobre o surgimento do SbBr, Iamarino conta:

[...] aí eu montei um *blog*, na época chamava Transferência Horizontal, era no *blogspot*, isso foi em 2007. Coloquei o *site* no ar, comecei a escrever e comecei a buscar outros *blogs* em português para conversar, trocar *links*. Aí trombei com o Brontossauros em meu Jardim, o *blog* do Carlos Hotta. Vi que ele também referenciava bastante coisa do ScienceBlogs. Comecei a comentar no *blog* dele, ele começou a comentar no meu, até que descobri que o Carlos Hotta era um veterano meu na Biologia, foi monitor meu em uma disciplina e tudo. Aí eu falei, *putz*, por que a gente não começa a escrever junto, monta uma coisa mais séria? Ele falou, bem, tem o ScienceBlogs americano, porque a gente não faz um condomínio de *blogs* em português?.

A primeira versão, Lablogatórios, era composta por *blogs* já acompanhados pelos dois biólogos. A ideia era compartilhar credibilidade e conseguir maior audiência para uma área que, segundo Iamarino, ainda tem muito pouca visibilidade. Poucos dias depois do lançamento, a dupla foi contatada pelo ScienceBlogs americano com um convite para se tornarem sua versão brasileira. Após seis meses de preparação, foi lançado o ScienceBlogs Brasil. Como afirmam no portal,

[...] em uma época onde temas como mudanças climáticas, biocombustíveis, Aids, doenças tropicais e células-tronco são discutidos diariamente, a divulgação científica se faz cada vez mais necessária. ScienceBlogs Brasil tem o desafio adicional de discutir e popularizar Ciência em um país em desenvolvimento no qual o analfabetismo científico predomina.

155. Endereço eletrônico: www.scienceblogs.com.br.

O SbBr começou com 22 *blogs* em diferentes áreas. No início de 2011, esse número havia subido para 34. Em setembro de 2011, foi divulgado um convite para a inclusão de novos *blogs* no condomínio. Foram duas seleções: uma para *blogs* já estabelecidos (com mais de três meses de existência) e outra para pessoas com *blogs* mais novos ou que ainda não tinha *blogs*. Iamarino, que, além de atuar como gestor do condomínio mantém o *blog* Rainha Vermelha¹⁵⁶, conta que foram mais de 60 inscritos. Os membros do SbBr foram convidados a votar nos *blogs* de sua preferência, de acordo com os critérios qualidade do texto, originalidade, proposta do *blog* e acréscimo ao *site*.

Hoje, o condomínio é formado por 41 *blogs* e mais de 50 blogueiros. Essas pessoas são jornalistas, curiosos e, principalmente, cientistas, a maioria alunos da pós-graduação (mestrado ou doutorado). Não há um padrão ou uma exigência sobre o número de textos por período – alguns *blogs* que fazem parte do grupo estão há quase um ano sem atualização. No entanto, aqueles regularmente atualizados contabilizam, em determinados períodos, mais de mil acessos diários, número considerado significativo nesse ambiente.

Para o gestor, existem várias vantagens na divulgação científica na rede: baixo custo, longo alcance, simplicidade de uso e possibilidade de agregar diferentes mídias são algumas delas. A principal, porém, é a possibilidade de troca de informações entre os usuários. “Nos *blogs*, existe uma troca verdadeira. A discussão no espaço para comentários leva a um processo de criação de conhecimento. É o contrário do que acontece, por exemplo, no espaço para comentários do *site* de jornais ou revistas, onde o que se vê [é] a simples emissão de opiniões”. Carlos Hotta, que se desligou da coordenação do condomínio em 2011, mas continua com o *blog* Brontossauros em meu Jardim¹⁵⁷, completa: “No *blog* você publica e imediatamente começam a aparecer os comentários, você vê o impacto que está provocando. É muito, muito recompensador”.

Por todos esses motivos, os *blogs* tornaram-se uma ferramenta interessante para os cientistas interessados em divulgar e discutir ciência. Sobre esses veículos, o *blog* Ecce Medicus¹⁵⁸, também parte do condomínio SbBr, aponta:

Parece mesmo que esse tal ‘diário de meninas’ acabou virando um veículo de importância para a população, seja “letrada” sobre determinado assunto, seja considerada leiga. Por permitir comentários e perguntas diretas aos autores, os

156. Endereço eletrônico: www.scienceblogs.com.br/rainha.

157. Endereço eletrônico: <http://scienceblogs.com.br/brontossauros>.

158. Post: “Ciência sobre a Divulgação Científica”, publicado em 14/7/12. Disponível em <http://scienceblogs.com.br/eccemedicus/2012/07/ciencia-sobre-divulgacao-da-ci/>. Acesso em ago 2012.

blogs acabam desempenhando um papel que permite a transposição dos grandes abismos entre decisões tecnocráticas, descobertas científicas, de um lado, e o entendimento geral da grande massa de não técnicos de outro.

Para Hotta, a tendência é que o uso de *blogs* por cientistas cresça mais. Ele comenta: “Eu acho que existe uma pressão maior pra gente divulgar mais. Não é uma coisa só interna, mas a sociedade que começa a questionar cada vez mais o que os pesquisadores estão fazendo com a ciência. Acho que, aos poucos, a gente começa a desmistificar a figura do pesquisador também com a maior cobertura da mídia e a maior exposição dos pesquisadores nas redes sociais”, comenta.

Os textos publicados nos *blogs* pertencentes ao condomínio não seguem um padrão com relação a temas, formato ou linguagem. Cada blogueiro tem liberdade para escolher o formato que considera adequado para dialogar com sua audiência. A opção pelos assuntos a serem tratados e a maneira como o autor se posiciona, porém, trazem à tona alguns aspectos do perfil desse novo pesquisador.

Isso porque, a partir da dinâmica e da interação que acontecem nesses fóruns, percebemos que a atividade classificada como divulgação científica passa a assumir significados que ultrapassam a missão única de levar conhecimento ao grande público. Ao se envolverem com a divulgação, os cientistas deixam transparecer outros papéis associados a suas atitudes e posições. Ao adentrarem nesse campo, fazendo escolhas, por exemplo, com relação a temas que irão defender ou criticar, eles deixam de lado a neutralidade, que, por muito tempo, foi encarada como um pré-requisito para a atividade científica.

No campo da divulgação, todo cientista é político. Apoiado em fatos e observações, como exige a atividade científica, ele opta por um lado, uma linha de trabalho, e busca, por meio de canais próprios ou da grande mídia, por meio de textos ou depoimentos, legitimar essa escolha a partir do apoio público. Isso seria um indicativo de que a ciência, hoje, ultrapassa os limites da comunidade acadêmica, e o cientista, para se projetar, deve se destacar não só em sua área de conhecimento, mas também em outros campos, como a comunicação. Um caso que pode ilustrar a hipótese foi observado no início de 2012, e diz respeito a um movimento na rede que buscou viabilizar a participação de um grupo de estudantes brasileiros em uma competição de biologia sintética.

MILITANTE/POLÍTICO/COMUNICADOR

Em fevereiro de 2012, um grupo de estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo iniciou um movimento na internet que tinha como objetivo levantar fundos para participar de uma competição

de biologia sintética, o iGem (International Genetically Engineered Machine). O evento anual é promovido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos. Neles, estudantes de todo o mundo apresentam projetos que propõem soluções tecnológicas a partir da biologia sintética. A área, ainda recente no Brasil, combina disciplinas diferentes, como biologia molecular e engenharia, a fim de usar organismos vivos como ferramentas tecnológicas.

O grupo da USP, criado há apenas um ano, conseguiu junto a alguns laboratórios da Universidade recursos para passagens e diárias, mas não para a inscrição dos participantes, que chegaria quase a US\$ 3 mil. Por isso, decidiu utilizar a internet, em especial os *blogs*, para uma campanha que tinha como objetivo levantar todo esse montante (cerca de R\$ 6 mil) em apenas um mês e meio. Conhecida como *crowdfunding*, ou financiamento coletivo, a estratégia já vinha sendo utilizada com sucesso para custear projetos de cultura, como no caso de artistas que lançam álbuns com recursos angariados entre os fãs. Agora, ela começa a ser descoberta pela ciência, especialmente por jovens cientistas que, como aponta o jornal *The New York Times*¹⁵⁹, têm dificuldade de levantar recursos através dos meios tradicionais, como subsídios de agências de fomento e fundações. Um dos entrevistados pelo jornal, David Skelly, reitor associado de pesquisa na área de silvicultura e estudos ambientais da Universidade de Yale, comenta: “For the first time in my career – and I got my Ph.D. 20 years ago – there’s a dialogue going on between scientists doing primary research and the public”¹⁶⁰.

O *crowdfunding* demonstraria como o público leigo, os “não especialistas”, passaram de público a ser informado a agentes com poder de decisão. Em termos práticos, eles podem decidir onde seu dinheiro será aplicado, de acordo com preferências pessoais, simpatia pelo projeto ou pelo pesquisador ou experiências prévias. O novo cientista precisa saber usar isso a seu favor, e também artifícios para convencimento da audiência, como condição para a continuidade ou não de seus trabalhos.

O grupo de estudantes brasileiros construiu um *blog*, o SynbioBrasil¹⁶¹, que passou a fazer parte do ScienceBlogs Brasil. Por meio dele, buscava mobilizar o público em geral através de textos que falavam sobre a nova área do conhecimento, seus benefícios e a campanha. Outros *blogs* do condomínio encamparam o projeto e passaram, eles também, a divulgar informações sobre o

159. Endereço eletrônico: <http://green.blogs.nytimes.com/2012/05/29/young-scientists-embrace-crowdfunding/>.

160. Tradução da autora: “Pela primeira vez na minha carreira – e eu tenho o meu Ph.D. há 20 anos – há um diálogo em curso entre os cientistas que fazem pesquisa primária e o público”.

161. Endereço eletrônico: <http://scienceblogs.com.br/synbiobrasil/>.

tema. Paralelamente, utilizaram o RocketHub (www.rockethub.com)¹⁶², portal internacional desenvolvido como plataforma para o *crowdfunding*, para viabilizar as doações. O portal oferece, inclusive, um passo a passo e recomendações diversas sobre como conseguir financiamento para projetos. A equipe ainda disponibilizou no local um vídeo, produzido por eles próprios, que explicava os objetivos da campanha.

O projeto foi um sucesso. No prazo estabelecido, a equipe conseguiu arrecadar a quantia necessária com o apoio de 36 doadores que contribuíram com valores entre dez e quinhentos dólares. O *post* de 8 de abril de 2012 do SynbioBrasil resume o sucesso da campanha: “Acho que conseguimos fazer algo sensacional. E aparentemente inédito também. Eu já disse em outro *post* o quão somos todos poderosos com a internet e foi com esse incrível poder – quase utópico – que conseguimos ser (pelo que tudo indica) o primeiro projeto de ciência brasileiro a ser financiado com sucesso por *crowdfunding*, com incríveis 109% financiados¹⁶³”, conta o *post* de 8 de abril de 2012 do SynbioBrasil.

A experiência traz à tona algumas facetas desse novo cientista e mostra como esses novos papéis podem ter impacto direto na própria produção do conhecimento. A comunicação com o público, por exemplo, foi decisiva. Para conseguir apoiadores, o grupo precisou informar sobre o campo da biologia sintética, ainda pouco conhecido, o trabalho desenvolvido e suas possibilidades de aplicação. Para a comunicação ser eficiente, precisou considerar o público-alvo, ao optar pela melhor linguagem (que deveria ser acessível a quem não conhece a área), componentes visuais e local de divulgação (a publicação dos textos em uma revista científica provavelmente não alcançaria o mesmo resultado). A importância dessa faceta já está sendo percebida, o que poderia estar relacionado com o aumento do número de pesquisadores engajados com atividades de divulgação, entre elas os *blogs*.

Mas, no caso do iGEM, a divulgação pelo *blog* foi decisiva não só para apresentar a área, mas também para mobilizar o maior número de pessoas em torno de sua causa. O diálogo proposto estaria ligado também ao convencimento e à defesa de uma proposta: os textos, além de informar, desejariam arregimentar partidários. Além desse perfil militante, poderíamos falar também de uma verve empreendedora, se considerarmos a opção por formas alternativas de financiamento. Isso envolveu uma avaliação de cenário, um projeto estruturado dentro do portal RocketHub e a administração de equipe

162. Endereço eletrônico: www.rockethub.com.

163. Disponível em: <http://scienceblogs.com.br/synbiobrasil/2012/04/um-por-todos-e-todos-por-um-agradecimentos-a-multidao-que-faz-acontecer/>

e recursos. O próprio *blog* traz essa característica: na aba “quem somos”, todos os participantes do grupo são apresentados de acordo com sua função (gestão, logística, financiamento etc.), como em uma pequena empresa. A inspiração mercadológica para um projeto científico expõe as imbricações entre ciência e mercado, algo cada vez mais perceptível no mundo acadêmico.

A opção pelos caminhos tradicionais de financiamento – editais e outras formas de apoio de agências de fomento – provavelmente resultaria em fracasso. Foi preciso, então, buscar apoio em outras instâncias. Na ciência pós-acadêmica, a população em geral desempenha um papel importante, pois tem o poder de interferir nos rumos da produção do conhecimento. Sobre esse papel ativo da população, Castelfranchi comenta:

O cidadão é ora um usuário (do governo e da tecnociência), ora um consumidor e um cliente (de bens e serviços), ora um agente econômico ou um empresário (de si mesmo) ou, ainda, um elemento ativo da população (que deve ser suscitada, regulada, fomentada). É um sujeito, em suma, que não segue mais palavras de ordem, mas que “participa”, “interage”, que exige muito mais que a divulgação e do qual a governamentalidade não quer apenas um consentimento tácito e semi-informado, uma delegação para a tomada de decisão. (Castelfranchi, 2008, p. 223)

Ao se posicionarem perante os temas, os novos cientistas assumem, também, um papel *político*. No exemplo relatado, ficam claras algumas críticas referentes à atual política de financiamento das agências e fundações responsáveis pelo fomento à pesquisa, tecnologia e inovação. Um dos problemas citados no *blog* do SynbioBrasil é a falta de apoio público a iniciativas tecnológicas de pequeno porte: o grupo não conseguiu se encaixar em nenhuma das modalidades de apoio oferecidas. A rigidez das rubricas previstas nos financiamentos concedidos – nas quais o grupo não conseguiu encaixar o valor referente à inscrição dos participantes – também é destacada. Como destacam no *post* de 8 de abril de 2012:

Tínhamos caído em uma grande “sinuca financeira” ao tentar pedir financiamento pela universidade para um projeto que não se encaixa direito em quase nenhum dos programas de apoio que ela oferece. Essa é a sina da inovação: não existe nada pré-definido para aquilo que é novo. Bem, como estávamos fazendo algo novo, por que então não sair do óbvio? Por que esperar sempre apoio das mesmas fontes de financiamento que ditam o que pode e o que não pode ser feito?¹⁶⁴

164. Endereço eletrônico: <http://scienceblogs.com.br/synbiobrasil/2012/04/um-por-todos-e-todos-por-um-agradecimentos-a-mul-tidao-que-faz-acontecer/>. Acesso em 11 jun. 2013.

Além das amarras das fontes de financiamento tradicionais, o grupo também aponta a ausência de iniciativas nessa área, ainda nova, no Brasil. Encontramos nos *blogs*, assim, espaços para a discussão, mas também para marcar pontos de vista. Os textos, por mais despretensiosos que pareçam à primeira vista, trazem uma visão de mundo particular, que demonstra escolhas e posições – uma possibilidade que não existe nos artigos publicados em revistas científicas, padronizados de acordo com regras bem determinadas. Os novos cientistas utilizam esse potencial dos *blogs* a seu favor: por meio da divulgação e do esclarecimento, buscam convencer a maior audiência possível da relevância de seus empreendimentos.

Os resultados dessa atuação fora do campo acadêmico repercutem na própria carreira científica. No exemplo relatado, é fácil perceber como o sucesso do projeto, que utilizou os *blogs* como veículo para alcançar a sociedade como um todo, tem impactos no currículo de cada um dos jovens cientistas integrantes da equipe de biologia sintética. Outros cientistas blogueiros utilizam essas ferramentas para discutir ideias sobre trabalhos em desenvolvimento e conseguir novas referências para os estudos. Em um dos textos publicados no condomínio sobre o tema, o autor é enfático: “divulgar ciência pode tomar pouco do seu tempo e oferecer diversas vantagens com repercussões diretas e positivas para a sua carreira¹⁶⁵”. Em um caso acompanhado durante o estudo, um blogueiro muito ativo foi convidado para um cargo que, além da exigência de habilidade e experiência no campo de pesquisa, tinha como pré-requisito atuação anterior nas redes sociais.

O exemplo da participação dos estudantes brasileiros na competição de biologia sintética é apenas um entre muitos que deixam à mostra características que, até pouco tempo, não eram identificadas como essenciais para um cientista. A própria comunicação para o público leigo, que hoje é considerada uma necessidade, há não muito tempo era encarada como atividade altruísta, realizada nas horas vagas. Por tudo isso, parece correto supor que a convergência desta nova ciência com uma Web participativa dá origem a um novo espaço para atuação e construção de identidades e reputações no campo da ciência, espaço este utilizado não só por pesquisadores já reconhecidos em sua área de competência, mas também por jovens cientistas nos estágios iniciais de sua carreira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto livro *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*, Cocco *et alli* apontam uma série de mudanças no mundo do trabalho, que seriam de-

165. Post Divulgar ciência vai ajudar a sua carreira, não atrapalhar, publicado em 10 de abril de 2012 no *blog SocialMente*. Disponível em: <http://scienceblogs.com.br/socialmente/2012/04/divulgar-ciencia-vai-ajudar-a-sua-carreira-nao-atrapalhar/#more-2209>, acessado em 12 jun. 2013.

correntes de uma sociedade baseada na informação, na qual o conhecimento seria a principal força produtiva, aparecendo, ao mesmo tempo, como recurso e produto. A atividade cognitiva se tornaria o fator essencial da criação de valor, uma criação que passa a acontecer, de maneira preponderante, em rede e fora do espaço fabril. Como aponta Castelfranchi:

As habilidades cognitivas, comunicacionais, afetivas se tornariam, no novo paradigma, centrais para a produção, enquanto o dispêndio de força física seria cada vez menos importante. A apropriação e a acumulação de informação se tornariam objetivos centrais do trabalho, e o valor adicional do trabalho derivaria da criatividade intelectual e da inovação. (Castelfranchi, 2008, p. 37).

Neste contexto, também a figura do trabalhador sofre modificações. Para Cocco *et. alli*, este novo operário enxerga o tempo de consumo (de serviços, de bens informáticos e culturais) e de lazer como tempos de aquisição e de produção de novos conhecimentos (2003, p. 25). Em sua tese de doutorado (2004), Osvaldo López-Ruiz estuda esse novo *ethos* do trabalhador, fruto de um conjunto de princípios e valores difundidos na sociedade que englobam palavras de ordem como inovação, flexibilidade e criatividade. Ele chama atenção para a transformação da figura do trabalhador em empresário – no caso, empresário de si próprio. Ele chama de *empreendedor de si* esse novo trabalhador que deve investir em suas capacidades, habilidades e destrezas (inclusive no tempo anteriormente dedicado ao lazer) na expectativa de obter um retorno.

Como comenta Evangelista (2010), neste novo desenho do mundo do trabalho, as pessoas passam a ser contratadas como empresas e precisam administrar suas carreiras como tal, buscando parceiros, e não patrões, produzindo e divulgando sua marca e agregando valor ao seu patrimônio (no caso, sua reputação).

Esse profissional coloca a si mesmo no mercado, vende sua força de trabalho àqueles que controlam as redes de valorização e comércio desses produtos culturais, por meio da construção de si mesmo como *personality* pública, mesmo que de circulação restrita a redes de relações específicas. [...] Não basta produzir dentro do espaço de trabalho, é preciso colocar-se publicamente como alguém portador de uma “assinatura.” (Evangelista, 2010, p. 24)

A ciência, como produto social, está sujeita a esses fluxos e transformações. E, também em seu interior, é possível observar mudanças relativas ao posicionamento das pessoas em relação ao seu trabalho. Ao mostrar suas

outras facetas – o mobilizador, o político, o comunicador, entre várias outras possíveis –, esses cientistas estão construindo para si uma marca, investindo em uma identidade que ultrapassa aquela conferida por seus pares, dentro do campo de conhecimento onde atuam. A divulgação nas redes, em especial nos *blogs*, é um elemento importante de composição dessa nova *persona*, que combina características de uma ciência pós-acadêmica. A participação e a visibilidade nessas comunidades virtuais, como estamos percebendo, reverberam na “vida real” e na carreira de pesquisador.

Dedicar-se a outras atividades, como a comunicação da ciência, poderia ser vista, assim, como um investimento na carreira, uma forma de acumulação de um certo tipo de capital social. Para Bourdieu (1983), capital social significam recursos conectados a uma rede de relações, constituído de recursos percebidos pelos atores que podem utilizá-los transformando-os em outras formas de capital. O resultado dessa conversão poderiam ser, entre outros, reputação e autoridade, elementos importantes no campo científico. Especialmente para os cientistas em início de carreira, as atividades de divulgação por meio da Web 2.0 e de suas ferramentas ajudariam na construção de uma reputação. Visibilidade e comunicação direta com o público podem resultar em apoio popular, que por sua vez são capazes de conduzir à legitimação de temas e ao financiamento para projetos.

Esse novo cientista, misto de novas demandas e competências, fruto de uma mudança que vem acontecendo com a própria ciência, parece ter encontrado na rede e nos *blogs* um espaço propício para uma atuação diferenciada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOD, R. *Weblogs and journalism in the age of participatory media*. Disponível em: http://www.rebeccablood.net/essays/weblogs_journalism.html, acessado em 23 abr. 2011.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). *Handbook of theory and Research for Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood Press, 1983.

CASTELFRANCHI, Y. *As serpentes e o bastão: tecnociência, neoliberalismo e inextinguibilidade*. Tese (de doutorado). Campinas, 2008.

COCCO, G.; PATEZ, A.; SILVA, G. (orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DELFIANTI, A. *Genome Hackers - rebel biology, open source and science ethic*. Tese de (doutorado) . Università degli studi di Milano, 2009.

_____. Collaborative *web* between open and closed science. *Journal of Science Communication* (JCOM), junho 2008.

EVANGELISTA, R. *Traidores do movimento: política, cultura, ideologia e trabalho no software livre*. Tese (de doutorado). Campinas, 2010.

GIBBONS, M. *et al. The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. Londres: Sage, 1994.

GRECO, P. Comment – John Ziman. *Journal of Science Communication* (JCOM), dez. 2006. Disponível em: [http://jcom.sissa.it/archive/05/04/Jcom0504\(2006\)C01/Jcom0504\(2006\)C01.pdf](http://jcom.sissa.it/archive/05/04/Jcom0504(2006)C01/Jcom0504(2006)C01.pdf), acessado em 7 abr. 2012.

LEVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LÓPEZ-RUIZ, O. O “ethos” dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. Tese de (doutorado). Campinas, 2004.

MOROZOV, E. *The Net Delusion – the dark side of internet freedom*. Nova York: PublicAffairs, 2011.

NĚPOMUCENO, C.; CAVALCANTI, M. *O conhecimento em rede*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

O’REILLY, T. *What is Web 2.0 – Design patterns and business models for the next generation of software*. O’Reilly Publishing, 2005.

_____. *Web 2.0 – compact definition: trying again*. Disponível em: <http://radar.oreilly.com/2006/12/web-20-compact-definition-tryi.html>, acessado em 12 jun. 2013.

POLINO, C.; CASTELFRANCHI, Y. “The communicative turn in contemporary techno-science: Latin America approaches and global tendencies”. In: SCHIELE, B.; CLAESSENS, M.; SHI, S. *Science communication in the world practices: theories and trends*. 1ª ed. Nova York; – Londres: Springer, 2012, 1ª ed., p. 3-17.

PRIMO, A. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. O aspecto relacional das interações na *web 2.0*. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, 2006.

ROSA, H. e ISLAS, O. Contribuições dos *blogs* e avanços tecnológicos na melhoria da educação. In: AMARAL, A.; RECUERO, R.; MONTARDO (orgs). *Blogs.com: estudos sobre blogs e comunicação*. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

SILVEIRA, S. Ciberativismo, cultura *hacker* e o individualismo colaborativo. *Rev. USP*, São Paulo, n. 86, ago. 2010. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892010000300004&lng=pt&nrm=iso, acessado em 1º set. 2012.

TERRANOVA, T. *Network culture: Politics for the information age*. Londres: Pluto Press, 2004.

ZIMAN, J. *Conhecimento público*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979.

_____. *An introduction to science studies: the philosophical and social aspects of science and technology*. Cambridge University Press, 1984.

_____. *Real science: what it is, and what it means*. Cambridge: University Press, 2000.

O DESAFIO DA CONECTIVIDADE E DO ACESSO À INTERNET PELAS CLASSES POPULARES EM PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA (2011)¹⁶⁶

Lucia Mury Scalco
(luciascalco@hotmail.com, UFRGS)

INTRODUÇÃO: A COMPETÊNCIA TÉCNICA ENCARNADA NO EDUCADOR SOCIAL – PEÇA FUNDAMENTAL NA “INCLUSÃO DIGITAL”

Este artigo faz parte de uma pesquisa que visa descrever o impacto da informática na vida cotidiana de moradores dos bairros periféricos e propor um olhar mais próximo para uma peça fundamental na chegada dessa tecnologia nesses locais, pois as dificuldades não se reduzem à questão da compra das máquinas. Uma vez adquiridos e instalados, esses equipamentos precisam ser mantidos e atualizados com frequência.

Para ilustrar, resumimos a seguir as principais reclamações técnicas em relação ao computador encontradas em campo: o micro inicia no modo de segurança ou trava, congela, exibe uma tela azul com mensagem de erro e precisa ser reiniciado a todo momento; PC lento, com desempenho fraco; não é possível abrir muitos aplicativos ao mesmo tempo. O micro não desliga, só “na marra”, forçando; o computador apresenta mensagens de que o sistema está com pouca memória, arquivos não abrem (corrompidos); defeito na placa-mãe; aquecimento por causa do calor (*o computador fica louco*); computador que molha por causa de chuva e goteiras; travamento total do Windows (famosa tela azul, geralmente devido à instalação de *software* pirata); problemas com os periféricos, *scanner*, *mouse*, teclado, máquinas fotográficas digitais (não abre as fotos); programas em conflitos; ataque de vírus que infectam o computador de diferentes maneiras – por *e-mail*, internet, *pendrive*, entre outros;

166. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 36º Encontro Anual da Anpocs, GT 01 – Ciberpolítica, Ciberativismo e Cibercultura.

e o campeão dos problemas: usuários não conseguem se conectar à rede, o modem 3G não funciona, internet lenta. Um informante com humor resumiu o seu problema: “acho que tenho um computador a lenha”.

Em praticamente todas as famílias pesquisadas, ocorreram diferentes episódios que interromperam – muitas vezes por longos períodos – o acesso ao computador. As causas variam entre a falta de dinheiro para o pagamento do plano de acesso aos mais variados problemas técnicos, conforme já especificado. Não se trata de inventariar todas as dificuldades existentes quando da aquisição de um computador, mas de entender a centralidade do “amigo *expert*” quando os usuários se deparam com um problema técnico em suas práticas cotidianas. Muitas são as frustrações advindas da informática e da internet. O dia a dia de quem usa o computador é cheio de surpresas – algo, aliás, que acontece com todas as pessoas e em todas as classes sociais. Porém, o impacto de um problema dessa natureza é sentido, resolvido e absorvido de maneiras bastante distintas, variando conforme o capital econômico (tipo de equipamento, disponibilidade financeira para pagar um técnico ou uma empresa) e – elemento fundamental – o capital social que aquela pessoa possui acionado para resolver o problema: o popular “amigo bruxo” (ou o amigo *que entende de computadores*).

Este artigo pretende refletir sobre a centralidade de determinado mediador na resolução desses problemas na figura de Toni. Para muitos no Morro, o Toni, que será apresentado a seguir, é a solução dos problemas. O número de pedidos de ajuda que ele recebe via redes sociais e/ou pessoalmente é muito grande. Conforme confidenciou: “Às vezes me escondo, porque não paro. Fim de semana é pior! Todo mundo me pede alguma coisa...”. Desse modo, é possível observar que, assim como as demais políticas sociais de intervenção e educação nos bairros periféricos, essas políticas dependem pesadamente de uma determinada figura que fica na metade do caminho entre o profissional e o educador social. Sem a “militância” dessa figura, o “acesso” à informática não seria nada eficaz. Ademais, conforme será visto, essa militância envolve o mediador em redes, gerando capital social e simbólico que transformam sua própria vida.

A REPRESENTAÇÃO DE TONI NA VIDA COTIDIANA

Toni é uma pessoa que conheço há bastante tempo, entretanto, para realizar essa etapa da etnografia, novos encontros foram marcados para ouvi-lo descrever e detalhar a sua trajetória e o seu trabalho. O mais interessante é que ele levou a pesquisa bastante a sério e, mesmo sabendo que as minhas

impressões não seriam construídas somente a partir da sua fala, ao longo das nossas inúmeras conversas e entrevistas, sempre tentou passar uma posição muito favorável do seu trabalho e literalmente me “convencer” de seu posicionamento e opiniões.

Nesse sentido, a obra de Goffman (1996) traz luz para o entendimento desse comportamento, pois o autor, ao analisar a estrutura dos encontros sociais, esclarece como os participantes se representam e como nos apresentamos aos outros, priorizando, para isso, aspectos da vida cotidiana que normalmente passam despercebidos a grandes esquemas sociológicos. O autor se vale da metáfora da ação teatral para mostrar que, na vida social, o indivíduo tratará de controlar as impressões que sua pessoa causa nos demais, exibindo uma espécie de ritual de comportamento adequado para cada uma das situações em que se vê imerso. Sua teoria ajuda a ler as diversas pistas que Toni forneceu ao longo da nossa interação. São os chamados “indícios sutis”, os quais Bourdieu (2004), comentando a teoria de Goffman, demonstra o modo como captam a lógica do trabalho de representação.

O PERSONAGEM

Toni, 28 anos, é educador social, especializado em informática, morador do Morro da Cruz. Estudou sempre em escolas públicas locais, completando o segundo grau. Com 17 anos de idade, iniciou no curso extraescolar de manutenção de computadores no Instituto Murialdo e atualmente é funcionário dessa instituição (com contrato de 20 horas), onde atua como instrutor de informática em diversos cursos e programas oferecidos pela Rede de Ação Social. Além disso, possui outro emprego, em uma ONG (mais 20 horas), no qual realiza oficinas de criação, produção e edição de audiovisuais como educador e técnico.

Toni é casado com Kiara (26 anos de idade) e é pai de Evelyn (7 anos) e Pedro (3 anos). Ele usa roupas de marca “modernas” e brinco. Já usou *piercings*. O cabelo, que hoje é curto, variou desde tranças afro (como forma de valorizar sua negritude) até um tamanho mais comprido, possível de se fazer rabos de cavalo. Ele sempre renova seu estilo, e tais transformações, que parecem acompanhar as tendências estéticas de um universo juvenil, o fazem despontar entre os jovens como um modelo de sucesso a ser seguido. Uma marca registrada da sua personalidade é a sua calma e a maneira afetuosa como trata as pessoas. Conheci o Toni em 2006, quando iniciei minha pesquisa para o mestrado. Devido a todos esses anos de convivência, somos amigos e temos vários conhecidos em comum, o que nos proporciona encontros com alguma frequência, além da comunicação via redes sociais, que sempre reforça e atua-

liza a amizade. Perguntei se ele poderia participar da pesquisa, o que foi logo aceito. O difícil foi acertar os encontros, pois Toni trabalha muito, inclusive aos finais de semana.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA

A casa do Toni fica no alto do Morro, ao pé da Cruz, porém ele preferiu conversar na casa de sua mãe. A casa é um chalé antigo, bem simples, construído em um amplo terreno, que abriga várias outras casas de membros da família, que vão construindo conforme a necessidade nos fundos do terreno e compartilham o mesmo pátio, água, luz e entrada. Fica localizada no início de uma das avenidas que sobem o Morro, e a paisagem da rua é bem heterogênea, pois existem na vizinhança casas de alvenaria, bem novas e com amplos portões, jardins e garagens. Ao pesquisar o local, Fonseca observou essa característica do bairro, que convive com uma “estranha justaposição de luxo e de miséria, do sofisticado e do rude” (Fonseca, 2002, p. 49).

Toni é bem próximo da família e age como se estivesse na sua própria casa. Contou que, mesmo depois de casado, moraram alguns anos naquela casa, e só saiu quando a filha nasceu e porque a esposa pediu. Entretanto, a convivência diária continua, e agora a família o apoia e o ajuda na criação dos filhos¹⁶⁷. Na entrada, na parte de baixo da casa, existe uma peça grande, onde conversamos. As crianças a todo momento o demandavam e, por cerca de uma hora, conversamos sobre os mais diversos assuntos. Toni resumiu sua trajetória dando destaque a essa família, em especial à mãe (Marcia), que tanto o ajudou. Nasceu e foi criado na comunidade do Morro da Cruz. Não conheceu o pai e, desde pequeno, cuidou do irmão e da irmã para que a sua mãe pudesse ganhar a vida como doméstica. A mãe casou novamente mais tarde, com quem teve mais dois filhos (um rapaz que atualmente tem 17 anos e uma menina de 15 anos). Há ainda um novo membro na família, o Mateus, de 14 anos, “adotado” há dois anos¹⁶⁸.

A mãe sempre se esforçou e trabalhou muito para dar tudo aos filhos e, conforme o depoimento de Toni, sempre “teve uma mentalidade moderna,

167. Duarte (2008) também aponta, em seu estudo sobre a dinâmica social de três redes familiares de classe popular, para a centralidade, a dinâmica constitutiva e a importância que representa a *casa* como referencial essencial de espaço, identidade e agregação familiar nos grupos populares.

168. A história da adoção desse menino é cercada pela tecnologia e a informática, pois, devido à atração pelo *video game* e o computador, ele passou a frequentar a casa da família. Como tinha uma família com muitos problemas, aos poucos foi “se chegando”, passando a fazer as refeições e a virar as noites jogando, quase não frequentando a sua casa original. A mãe do menino, muito doente, antes de morrer, ligou para a Márcia e lhe pediu para que cuidasse do filho, que “era só no mundo”. O pai foi internado pelo vício do álcool, e então a família do Toni resolveu adotá-lo “de vez”. A adoção deu-se informalmente, pelo convívio, não passando pelos trâmites exigidos em um processo de adoção. Perante a lei, ele continua dependente de seu pai.

aberta”, acreditando na informática, dando importância à tecnologia, mesmo sem fazer muito uso dela. Foi ela quem o inscreveu no curso do Murialdo, sendo também quem lhe ofertou o seu primeiro computador e quem pagava a conexão. “Fomos um dos primeiros a ter acesso à internet aqui no morro”, afirmou orgulhoso. Em sua opinião, ele e seus irmãos tiveram uma educação “diferente” porque a mãe deu aos filhos liberdade e responsabilidade: “cuidei do meu irmão e depois das gurias. Agora são eles que cuidam dos meus filhos. Acho que isso funciona bem. Quero repetir na educação das crianças essa maneira de ser da mãe!”

A COMPETÊNCIA QUE COMPENSA A FALTA DE RECURSOS

Toni sublinha de todas as maneiras a importância da família para sua formação: desde a orientação e oportunidades propiciadas pela mãe e a ajuda que recebe dos irmãos para cuidar dos próprios filhos até seu uso contínuo do espaço da casa da mãe. Certamente, encontramos aqui muito do que já foi descrito na literatura dos anos 1980 sobre a reciprocidade (e redes de ajuda mútua) em famílias de grupos populares (Lomnitz, 1989; Sarti, 1996; Duarte, 1986; Fonseca, 2002). No entanto, tal como ressalta Duarte (2008), certo *ethos* holista vive em tensão com o ideário moderno de individuação¹⁶⁹. E é esse aspecto que encontramos em Toni, pois ele se apresenta, de certa forma, como um *self-made man* – alguém que, apesar da falta de recursos, conseguiu, à base do esforço e da inteligência, achar um jeito para superar as limitações de sua condição modesta.

Toni não tem internet em casa (“o modem 3G é muito caro, a velocidade ruim, não compensa”, comenta), mas garante que a limitação da conexão não é um problema, pois costuma conectar-se à internet na casa da sua mãe (que tem três computadores, localizados nos quartos). Também usa a internet no trabalho do Murialdo, pois permanece durante todo o tempo das aulas *on-line*. Além disso, em sua própria casa, otimiza seu tempo *off-line*¹⁷⁰, fazendo projetos, editando vídeos, estudando, programando e/ou realizando consertos e manutenção em computadores. Toni também lembrou que os computadores pessoais (que já têm mais de 30 anos de história, apesar de somente agora estarem “engatinhando” no Morro da Cruz) já estão sendo superados tecnologicamente, pois

169. Para Duarte (2008), o conceito de individualização é indissociável da temática do processo de modernização e/ou de “mudança social”, da possibilidade de algum tipo de “mobilidade” ou ascensão social. Conforme suas palavras: a temática da individualização trata-se “de um meio para tentar compreender aquelas transformações críticas na relação da pessoa com sua trama relacional atribuída, e que possa implicar uma mudança mais ou menos estável de estilo de vida, de autoimagem, de formulação de projetos individuais (ou relativos à família nuclear) e de assunção de uma visão de mundo igualitarista” (DUARTE, 2008, p. 244).

170. *On-line* e *off-line*: termos emprestados da informática, que distinguem o tipo de comunicação ou atividade pela rede; em outras palavras, se o computador está conectado ou não.

o mercado de informática está vivendo uma nova fase, com a previsão de que, em breve, o computador tradicional que conhecemos (de mesa ou *notebook*) deixe de ser o equipamento principal para conectar-se com a internet, que passará a ser acessada pelos novos celulares inteligentes e os *tablets* (computador em forma de prancheta eletrônica, sem teclado e com tela sensível ao toque). É a chamada *era pós-pc*¹⁷¹, que traz mudanças e inovações no tipo de interação, mobilidade e portabilidade. Toni já tem um iPhone¹⁷² de última geração, fruto de um projeto que ele e José, seu colega instrutor de informática do Murialdo – e que será apresentado mais adiante –, escreveram e que foi selecionado pela FUNARTE, órgão do Ministério da Cultura. Trata-se do TV Nômade¹⁷³, basicamente um *site* que disponibiliza vídeos feitos via celular, com pautas de reportagens experimentais, produzidos pelos jovens moradores do bairro, para a divulgação das manifestações artísticas e culturais da comunidade. Portanto, mesmo sem um computador com acesso à internet, Toni está 24 horas por dia conectado, sempre procurando redes *Wi-Fi* gratuitas para conectar-se. Inclusive foi ele quem apresentou esse *saber* ao DJ Saúva, demonstrando a viabilidade técnica da conexão à internet através de redes abertas com acesso livre e gratuito. Quanto ao seu aprendizado técnico, também procurou aprimorar-se realizando diversos cursos, pagos por ele mesmo (programação, modelagem de dados, entre outros). Toni contou que foi aprovado, em 2009, no vestibular da ULBRA para cursar Pedagogia, mas teve que adiar o sonho de fazer faculdade em nome de sua própria família. Primeiro quer *encaminhar* as crianças e *se firmar* na vida.

OS PRINCÍPIOS MORAIS DO EDUCADOR SOCIAL

Neves (2007), analisando o “campo institucional da caridade” por meio de projetos sociais desenvolvidos em diversas instituições assistenciais que atendem jovens carentes, destacou o importante trabalho realizado pelos mediadores – ou educadores sociais – dentro do que denominou “projetos de reordenação moral”, que buscam a inserção social desses sujeitos, transfor-

171. O termo pós-PC – cunhado pelo diretor da Apple, Steve Jobs – tem sido usado por especialistas e executivos da indústria de informática para referir-se aos novos equipamentos como o *iPhone*, *iPod* e o *iPad*, considerados e lançados no mercado como mais portáteis e fáceis de serem usados.

172. O *iPhone* é um telefone da marca Apple com funções de um computador. Com esse aparelho, além de poder falar, também é possível navegar na internet, gravar vídeos com alta definição e baixar inúmeros aplicativos. Toni contou que existem já alunos que não têm computador em casa, porém possuem esse equipamento, que teoricamente custa muito caro para o perfil de quem frequenta a instituição. Perguntei se eram roubados, e Toni riu, dizendo que sobre isso não se pergunta: “não sei, não se pede nota fiscal...” Mas confirmou que existe um mercado de equipamentos digitais roubados, com preços, obviamente, muito mais acessíveis.

173. Fonte: TV Nômade. Disponível em: <http://www.tvnomade.org/>, acessado em 4 jan. 2012.

mando-os de jovens em “situação de risco” para portadores dos valores da sociedade solidária” (Neves, 2007, p. 79). A autora dá destaque a esses profissionais “mediadores”, alguns voluntários, pois “oferecem-se como paradigmas da eficácia desses projetos, já que, muitas vezes, eles alcançaram essa posição por adesão a esses mesmos aportes institucionais” (Neves, 2007, p. 79).

Sem esquecer os aspectos ligados à agência individual que serão trazidos à tona na etnografia, apresentaremos a seguir uma breve contextualização de duas diferentes ideologias constitutivas do universo empírico em que Toni transita e que acreditamos ter influência na sua formação, tanto educacional, profissional, como na sua militância política. São eles: 1) o éthos religioso, a filantropia, a caridade; 2) a nova utopia digital através do *software* livre. Esses processos obviamente se mesclam e se interpenetram no cotidiano, mas aqui, para auxiliar a análise, serão apresentados separadamente.

“A PEDAGOGIA DO AMOR: EDUCANDO CORAÇÕES”

O título deste item é o *slogan* da Instituição Leonardo Murialdo, onde Toni trabalha e também realizou sua formação. Na narrativa da documentação que produz, a instituição destaca-se pelo seu caráter filantrópico, assistencial, e pela sua história, uma vez que está presente no Morro há mais de 50 anos. O Murialdo se apresenta como uma congregação católica que objetiva a educação integral de crianças, adolescentes e jovens empobrecidos, conforme folheto distribuído nas obras integrantes da Instituição. O padre fundador é apresentado como socialmente engajado e empenhado com as lutas sociais e políticas de sua época. Esse seu passado político – vivido na época da Revolução Industrial – é usado para legitimar as ações de inclusão digital que a instituição promove atualmente no Morro da Cruz. Certo dia, ouvi de um padre da instituição: “estamos revivendo a história da congregação, levando agora nossos valores para a era da Revolução Digital; como na fundação da nossa igreja, em que a meta era a alfabetização, agora a meta é levar o conhecimento da informática, a alfabetização digital para os pobres”.

A sua estrutura física, além das duas igrejas e um colégio particular de ensino, é composta por mais cinco edificações espalhadas pelo Morro, que abrigam os diferentes programas e projetos voltados para a comunidade. Especificamente sobre a infraestrutura informacional, a instituição possui cerca de 80 computadores em três redes de conexões com a internet. Além disso, administram um Telecentro da prefeitura que possui dez computadores, sendo quatro conectados à internet. Eles são os responsáveis pela escolha dos monitores que lá trabalham e também ministram alguns cursos no local, como informática para a terceira idade.

A equipe da instituição é formada por cerca de 60 pessoas, entre profissionais (assistentes sociais, pedagogos, professores), alguns poucos voluntários e religiosos que trabalham no que denominam Rede de Ação Social. Estão divididos por projetos e pelas unidades de atendimento, tendo sempre um coordenador. A relação de trabalho existente entre a instituição e esses “funcionários” ilustra a tensão existente no campo religioso. Nesse sentido, conforme afirma Bourdieu (2005), há uma ambiguidade no trabalho dos funcionários e voluntários em instituições religiosas, pois eles participam, ao mesmo tempo, de um universo econômico (já que são empregados, com carteira assinada) e do antieconômico (economia da oferenda, da benemerência, do sacrifício).

O termo cidadania também está presente na relação entre a instituição e seus funcionários. O “trabalhar a mais”, participar de atividades extras como palestras, encontros, retiros espirituais, mutirões de solidariedade etc., apresenta-se como algo que transcende a prática religiosa, remetendo-nos à ideia de um dever como cidadão. Interessante observar a relação dialética que se estabelece entre a religião e a sociedade civil, que resulta no que Camurça (2003) denominou “religião social”, esse “civismo de novo tipo que, apoiando-se no específico da religião: os sentimentos, os rituais, valores morais... vêm implementando novas formas de ação” (Camurça, 2003, p. 58).

Portanto, nesse cenário em que a Instituição Murialdo está inserida, e no qual são articulados e mediados os seus muitos projetos desenvolvidos por meio de parcerias com os governos federal, estadual, municipal e também com ONGs internacionais, ela desempenha um papel quase hegemônico no que se refere à assistência social no Morro da Cruz. De acordo com Neves (2003), o que está ocorrendo com as instituições religiosas é que agora, além das responsabilidades no campo da assistência e da caridade, elas precisam capacitar os jovens atendidos para o mercado de trabalho, proporcionando algum tipo de formação profissional. No caso do Murialdo, priorizaram-se as ações de inclusão digital, acreditando que “saber operar um computador” ajuda os jovens a ingressar no mercado de trabalho. Desse modo, a instituição reforça o acesso ao mundo digital como um dos direitos básicos do cidadão. Aqui cabe retomarmos a reflexão de Pochmann (2004), que aponta que, ao contrário dos jovens das classes médias e altas, os das classes populares, quando chegam à adolescência, são convocados pela família a colaborar na estratégia de sobrevivência do núcleo familiar. O trabalho é uma das poucas condições de mobilidade social; porém, ao ingressarem muito cedo no mercado, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas pouco valorizadas e consequentemente com as mais baixas remunerações.

Assim, pode-se inferir que a importância e o prestígio que Toni possui na comunidade é devido (além dos seus méritos pessoais) à relevância estraté-

gica que a informática representa para essa instituição. Lá são oferecidos cursos de inclusão digital desde 1998. A primeira turma iniciou com 25 alunos, e atualmente a instituição já contabiliza mais de 1.500 alunos que tiveram as suas primeiras noções de informática através dela. Isso porque a informática tornou-se uma disciplina obrigatória para todos os cursos disponibilizados, inclusive para os cursos considerados manuais, como corte e costura e padaria, que têm dentro de sua carga horária espaço para que os alunos aprendam a usar o computador e a conectar-se à internet.

SOFTWARE LIVRE: SOCIALMENTE JUSTO, ECONOMICAMENTE VIÁVEL, TECNOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL

O *software* livre (SL) é um programa de computador desenvolvido de forma colaborativa que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrições. A liberdade de tais diretrizes é central ao conceito, que se opõe ao de *software* proprietário. Existe farta literatura sobre o assunto, porém consideramos importante ressaltar alguns aspectos do movimento que, acreditamos, possuem relevância para o entendimento das posturas e do discurso de Toni, uma vez que ele é membro filiado da entidade e, mesmo não sendo (conforme as suas palavras) um “xiita”, milita e comunga do ideário dela.

O SL apresenta-se como um novo modelo de produção e de geração de conteúdo, e simboliza uma alternativa tecnológica para a barreira que representa a propriedade intelectual na questão da produção dos *softwares*. Para Vianna (2003), a implantação dessa ferramenta é a batalha política mais importante que está sendo travada hoje nos campos tecnológicos, econômicos, sociais e culturais. O Movimento *Software* Livre considera as questões éticas e políticas como uma parte essencial do projeto, cuja filosofia de livre troca de conhecimentos pode ser resumida em quatro tipos de liberdade, que são: 1) liberdade para executar o programa, para qualquer propósito; 2) liberdade de estudar como o programa funciona e de adaptá-lo para as suas necessidades (acesso ao código-fonte); 3) liberdade de redistribuir e distribuir cópias de modo que se possa colaborar com seu próximo; e 4) liberdade de modificar o programa e liberar essas modificações, a fim de que toda a comunidade se beneficie.

Algo semelhante ocorre nos dias de hoje com a comunidade brasileira de *software* livre. Conforme mostra a pesquisa de Murillo (2009), que estudou as diferentes práticas culturais e os laços existentes nesses grupos, seus membros também são ranqueados por critérios. Especificamente no caso do SL, o autor apontou que o que está em jogo é a dimensão do trabalho disponibilizado e o prestígio pessoal decorrente dessa participação. Esses princípios estimulam e

tentam recuperar a dimensão da generosidade, da reciprocidade e da dádiva, o que comporta mais aproximações com a teoria antropológica.

Outro trabalho que também se utiliza da perspectiva da dádiva é o artigo de Apgaua (2004), que analisa o surgimento do sistema operacional Linux (pioneiro do movimento do SL). O argumento central da autora é que as trocas ocorridas nesse novo processo apontam para outros tipos de lógicas que não as de mercado, uma vez que o idealizador de tal *software* optou por abrir o seu código-fonte e oferecê-lo gratuitamente na internet. O que ocorreu (e ocorre até os dias de hoje) é que pessoas de diversas partes do mundo têm participado de seu desenvolvimento, em um exemplo de trabalho colaborativo. Esses projetos são mantidos pelas chamadas comunidades de desenvolvimento, que operam por meio de listas de discussões com membros espalhados pelo mundo, nos chamados *wikis* ou *sites* colaborativos. O projeto mais conhecido é a Wikipédia, enciclopédia em vários idiomas e *on-line*, construída por pessoas de vários países, todas voluntárias. Toni está convencido desse “discurso” e acredita que o maior empecilho para as pessoas usarem essa nova ferramenta seja a adaptação: o pessoal está acostumado com o Windows, com aquele esquema: *aperte aqui que a gente faz tudo...*

A ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL TONI

Durante todo o seu discurso, Toni põe em relevo a importância do que chama “trabalho social”. Esse é um termo cujo significado foi se construindo durante os diferentes cursos que fez, a iniciar pelo próprio Murialdo: “o aprendizado que tive ali foi fundamental para mim, me formou, me ensinou a refletir sobre as questões sociais. Agora sou da casa, tenho carteira assinada, sou um educador social!”

Toni destaca elementos fundamentais dessa trajetória. Seu esforço foi reconhecido e valorizado pelos padres, que o convidaram a continuar nesse caminho. Em 1999, depois de formar-se como aluno no curso de informática, foi indicado para participar do curso de educador social, somando uma determinada filosofia humanista ao seu novo saber técnico. Tornou-se então funcionário da instituição, ou, melhor dizendo, um “membro da casa”, com direito a signos de uma legitimidade cidadã – como a carteira assinada e o acesso a uma nova rede, que se estende muito além do bairro periférico onde ele vive.

Coerente com o espírito da filosofia do trabalho social, Toni dá destaque ao trabalho colaborativo, chamando atenção particular para o seu colega e “mestre” José, *expert* e autodidata em informática, responsável pelos primeiros cursos gratuitos de informática no Morro da Cruz em 1998, e que atualmente

gerencia tudo que envolve novas tecnologias e computação no Murialdo. José sempre orientou e passou seus ensinamentos e pesquisas aos alunos. Agora, Toni, o mais brilhante dos discípulos, está levando adiante o espírito desse projeto. E, dentro da ideia de conhecimento compartilhado e da circularidade da informação, Toni agora é também um mestre para muitas pessoas no morro – por exemplo, para o DJ Saúva.

Conforme Toni relata, ele e José possuem uma *caminhada* desde 2007, ano em que começaram a ministrar juntos cursos específicos de informática dentro da instituição. Essa parceria singulariza-se pela didática que eles construíram para propiciar a chamada *inclusão digital*, partindo da realidade e do interesse dos próprios jovens. Na prática, isso significa que eles usam os sites de relacionamento (Orkut e Facebook) e os jogos eletrônicos como ferramentas pedagógicas para introduzir o mundo digital na vida deles. Toni diz: “Não demonizamos nada. Nem os jogos, nem as redes sociais. Eles fazem parte da proposta pedagógica da qual acreditamos. A partir daí, pode-se ensinar muitas coisas. Mas não é muito fácil. É uma negociação...”. Nos cursos – conforme será visto a seguir nos três exemplos relatados por Toni –, ele e José ensinam muito mais do que um saber técnico. Junto com a teoria vêm valores que dizem respeito a temas caros ao campo dos educadores sociais, como ecologia, tecnologia, propriedade intelectual e mercado de *softwares*, além dos valores morais de esforço, disciplina e coleguismo.

EXEMPLO 1: RECUPERANDO SUCATA

Os episódios a seguir foram destacados pelo próprio Toni como exemplos do tipo de trabalho que faz. Já que as conversas com ele não foram gravadas, a seguir passo a parafrasear suas palavras.

Mariana (15 anos), nossa aluna, ganhou um computador usado da patroa da sua mãe. Um Pentium III. Uma “carroça”, um equipamento muito antigo, de cerca de dez anos e que não estava funcionando. Poderia ser considerado uma sucata ou mesmo lixo¹⁷⁴. Ela solicitou nossa ajuda e então resolvemos fazer o conserto do computador da Mariana, como conteúdo para algumas das nossas aulas práticas. A aluna gostaria também, além do conserto, que o seu computador fosse *turbinado* para que pudesse também rodar alguns jogos, preferência do seu irmão menor, de 12 anos de idade. Os alunos encararam como um desafio e, na sala de aula, em conjunto, pensando e dando ideias,

174. Obsolescência tecnológica é o termo usado na informática para designar um produto que deixa de ser útil; muitas vezes estando em perfeito estado de funcionamento, mas em comparação com as novas máquinas e tecnologias introduzidas no mercado, torna-se obsoleto, sem valor monetário significativo no mercado. Na etnografia de Saúva, discuto essa questão com detalhes, pois este recicla equipamentos do lixo e depois os comercializa no Morro.

conseguiram consertá-lo. Mariana comprou uma placa de vídeo 3D (que custa cerca de R\$ 180,00), a instituição doou mais algumas memórias, e trocamos a placa-mãe. Foi um aprendizado para todo mundo. Esse computador deu certo, porém é um pouco frustrante trabalhar com reciclagem porque é preciso saber calcular o custo-benefício de cada equipamento. Normalmente os alunos chegam com muitas expectativas, querendo rodar Orkut, ver vídeos no Youtube ou jogar, como nos computadores das *lan houses*. Muitas vezes não é isso que acontece! Mesmo eu sabendo sobre a importância da reciclagem para o meio ambiente, existem também outras variáveis, como o gasto de energia despendido por um computador antigo. Não dá pra fazer mágica, tem hora que não vale a pena gastar dinheiro. É melhor montar um novo PC.

EXEMPLO 2: PROMOVEDO O SOFTWARE LIVRE

Cristiana, 16 anos, estudante do 1º ano do ensino médio, comprou um computador com incentivo fiscal do governo¹⁷⁵ em uma loja do centro. Originalmente veio com o *sistema operacional Linux* e com vários outros *softwares* livres, que a aluna contou odiar e nem conseguir usar. Cristiana conseguiu uma versão pirata do Windows e achou que era só instalar e tudo estaria resolvido. Porém, como o sistema operacional original ainda estava instalado, deu conflito, e o seu computador ficou muito lento. Além disso, depois da instalação do *software* pirata, começaram a aparecer mensagens do Windows alertando tratar-se de cópia pirata.

A aluna não deu importância e, depois de algumas semanas, novas mensagens surgiram, dessa vez em um tom mais agressivo: “Essa cópia Windows não é original”; por fim, um dia depois surgiu uma estrelinha no canto direito da tela, e o computador travou de vez. Cristiana nos pediu ajuda e levou o seu computador para o Murialdo para ser formatado. O nosso curso tem como objetivo dar uma iniciação à informática e não aborda questões específicas de programação. Precisamos as características e orientamos os alunos sobre todos os programas, inclusive o Windows. O uso do *software* livre é estimulado e apresentado aos alunos, ressaltando as suas vantagens, como o de ser grátis, ter o código-fonte aberto, ser mais seguro, estável, além de ocupar menos memória. Eu, pessoalmente, sou usuário do *software* livre, mas usa quem quer. Não imponho goela abaixo a minha opinião. No caso específico da Cristiana, nós (eu e João) explicamos que, caso ela optasse pelo Linux, o seu computador não precisaria ficar parado aguardando as instalações ou atualizações que frequentemente são necessárias. Mas um detalhe importante é que essa aluna

175. Trata-se do Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos, iniciado em 2003.

não tem banda larga, usa a internet via telefone, por conexão discada, que pelo alto custo e tráfego de dados só é utilizada por Cristiana e sua família à noite e nos finais de semana.

Aparentemente, a “não imposição” de Toni surtiu efeito. Cristiana, afinal, opta por voltar para o sistema original do seu computador, o Linux, pelas vantagens oferecidas (ser mais prático, estável, além de não ter vírus), mas principalmente porque isso não a impediria de instalar os aplicativos do Windows, que, mesmo piratas, agora teriam mais proteção e menos riscos.

EXEMPLO 3: INVERTE-SE A LÓGICA – TROCA DO WINDOWS PELO LINUX

Rafael, 16 anos, ganhou em 2010, de seu professor de matemática, um PC usado (Modelo Durham 1200) que não estava ligando. O aluno levou o computador para fazer manutenção no Trabalho Educativo, o que virou novamente uma atividade para toda a turma. Os colegas teriam que ajudar a fazer a manutenção, descobrir por que o PC não ligava, além de realizar um diagnóstico da máquina e avaliar se valia ou não a pena consertá-lo. Primeiro eles desmontaram a máquina e fizeram uma limpeza. Digo eles porque eu só fiquei auxiliando.

Os alunos que comandavam conseguiram avaliar que o computador era bom, mas faltava memória e era preciso instalar um novo sistema operacional. Aí recomeçaram as discussões. Depois de muita conversa, Rafinha decidiu experimentar o Linux. Como ele não queria *software* pirata, resolveu experimentar e instalar o *software* livre Ubuntu 10.4, o que o deixou bem satisfeito. No final daquele ano, o aluno ganhou do pai um PC novo e decidiu doar sua antiga máquina para a instituição. E o surpreendente é que, para o seu novo computador, que veio originalmente com o sistema Windows, ele preferiu instalar um *software* livre, o “Fenix”. Pela primeira vez, a lógica inverteu-se: fizemos o caminho inverso, tiramos o Windows e colocamos um *software* livre.

Rafael contou que toda a família usa o computador sem problemas e que acabaram os problemas com vírus. Assim, de acordo com o que foi detalhado no início do capítulo, Toni aprendeu a analisar a realidade nos termos propostos pelos padres e pelos outros militantes da rede de trabalho social de que faz parte, garantindo, como será visto a seguir, acesso a novos circuitos e oportunidades.

CONEXÕES PARA CIMA: VIAGENS E NOVOS DESAFIOS

Para entender as novas oportunidades que surgiram para Toni após sua adesão e conversão ao projeto de educador social, é necessário sublinhar duas novas características existentes no campo das políticas públicas e da assistência social: 1) a crescente reaproximação e legitimação das ações religiosas

principalmente em iniciativas de combate à pobreza e promoção da cidadania no Brasil (Burity, 2006), trazendo para essas instituições prestígio e empoderamento; 2) essas instituições passam a fazer parte e a estruturar-se em função de redes, objetivando maior eficiência na gestão de recursos, o que significa uma nova proposta de sociabilidade, conectividade e trocas das organizações entre si. Alguns exemplos: a Rede de Voluntariado, a Rede de Informações para o Terceiro Setor e as redes municipais de ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) (Burity, 2006).

Portanto, Toni, ao fazer parte da instituição e, conseqüentemente, da Rede de Ação Social na qual o Murialdo se insere e se articula, passou a se relacionar – além dos contatos internos com os colegas de trabalho – com uma grande rede de profissionais e militantes de movimentos sociais. É extensa a rede de pessoas que trabalham ou participam do que Toni denomina *trabalho social*; que são contatadas em inúmeras reuniões, palestras, nos cursos, na formação etc. – atividades relacionadas à sua formação de educador social e/ou sua habilidade técnica em filmar, fotografar e registrar esses eventos. O Murialdo, assim, em certo sentido (e usando os termos de Goffman), foi um ótimo palco para projetar Toni, que, além do seu mérito e competência pessoal, representa muito bem o seu papel de educador social engajado nas questões políticas e sociais da juventude. Inclusive o seu novo trabalho no CAMP veio de pessoas que conheciam seu trabalho no Murialdo e o convidaram para trabalhar lá.

Essa ONG também está proporcionando importantes oportunidades para Toni. Ele foi convidado a ir a um encontro da juventude em La Paz, Bolívia, porém decidiu não ir por causa dos filhos, mas recentemente foi o representante do CAMP¹⁷⁶ no I Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude¹⁷⁷, evento realizado em Santa Cruz do Sul (RS), e levou 15 jovens das comunidades das ilhas para o acampamento – que reuniu mais de mil jovens de 15 estados brasileiros para trocar experiências e discutir um projeto alternativo para a construção de uma sociedade mais justa. Toni contou que algumas perguntas *de ordem* que os jovens procuraram discutir nos cinco dias de acampamento, em oficinas, palestras, conversas e festas, eram: O que é ser jovem? O que nos une? Quem somos? O que queremos ser? Com o que sonha-

176. ONG que atua na mobilização e organização social, educação e capacitação de lideranças, destacando-se na produção de documentários, filmes, peças publicitárias e campanhas de mobilização social disponibilizadas aos movimentos sociais. Disponível em: <http://www.camp.org.br>, acessado em 9 out. 2011.

177. O Levante Popular da Juventude, fundado em 2006 no Rio Grande do Sul, integra um grupo de jovens que luta contra injustiças e desigualdades sociais. A organização atua junto a movimentos da Via Campesina e diferentes movimentos urbanos em todo o Brasil. Disponível em: <http://levantepopulardajuventude.blogspot.com>, acessado em 19 fev. 2012.

mos? O encontro contou com a participação de movimentos sociais brasileiros e argentinos. “Foi um aprendizado, muita festa, tem que ter pulso firme pra não perder o controle da gurizada...”.

Um circuito importante pelo qual Toni transita é, como já dito, o Movimento do *Software* Livre. Todos os anos ele leva seus alunos ao Fórum Internacional *Software* Livre (FISL), que reúne em Porto Alegre um público bem diversificado, em busca de conhecimento, troca de experiências e rede de contatos.

Outra oportunidade recente que surgiu a Toni foi a de trabalhar filmando o carnaval. Foi um *dinheiro extra* que o ajudou na construção de sua nova casa. Quem o convidou foi um colega do CAMP. Portanto, Toni foi adquirindo capital social e reconhecimento reiterado dos setores mais amplos da sociedade, e, em certo sentido, podemos dizer que ele conseguiu romper com a estrutura social na qual se inseria.

CONEXÕES PARA BAIXO: AJUDANDO OS MAIS CARENTES (ILHA DA PINTADA)

Ao mesmo tempo em que o trabalho social o leva para um círculo mais amplo de sociabilidade, que traz novos conhecimentos e reconhecimentos para Toni, ele também está engajado, por meio do CAMP, em desenvolver um trabalho com os setores que considera “mais baixos” da sociedade. Toni é educador e um dos técnicos responsáveis pelo Projeto Lente Jovem, que capacita jovens moradores das comunidades das ilhas de Porto Alegre¹⁷⁸ para a produção de audiovisuais, com o objetivo de desenvolver uma visão mais crítica sobre a realidade social e econômica na qual esses jovens estão inseridos. Acompanhei-o em uma atividade que ele coordenou na Ilha do Pavão – considerada a mais pobre delas, com mais problemas sociais. A dinâmica do encontro era uma integração entre os jovens das diferentes ilhas, que conheceram a comunidade por meio de um passeio a pé e depois se reuniram para discutir os problemas encontrados e escolher um tema relacionado àquela realidade para a produção de um audiovisual. Nesse dia, estavam cerca de 30 jovens, e nenhum deles tinha internet em casa, porém todos tinham Orkut e/ou Facebook (acessados ao menos uma vez por semana, normalmente em *lan houses* ou, como alguns mencionaram, em casa de amigos ou parentes). Toni atesta que a realidade dos arquipélagos é muito pior que a do Morro da Cruz, pois “o pessoal das ilhas não tem o que a comunidade do Morro tem,

178. Ilhas de Porto Alegre – o rio Guaíba recebe as águas dos rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí, formando, na confluência de todos eles, um arquipélago composto por 28 ilhas, a maioria delas ainda desabitada. A Ilha Grande dos Marinheiros, Pavão, Flores e Pintada abrigam uma população de 15 mil pessoas. Os ilhéus vivem da reciclagem do lixo e da pesca, produzindo também artesanato. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=154, acessado em 11 jan. 2012.

como o luxo de ter vários projetos, de diferentes entidades sociais. A verdade é, que no morro, se a pessoa anda, ela consegue ir em frente! Lá (nas ilhas) não, falta tudo”.

Figura 16: Ilha do Pavão



Crédito: Toni (27 jul. 2012).

Ele exemplifica a precariedade das ilhas revelando dados da exclusão digital vivida pelos habitantes daquelas comunidades: as ilhas do Pavão e das Flores não possuem telecentros. Já a dos Marinheiros tem um telecentro que funciona precariamente, pois não tem conexão; os computadores não acessam a internet. No entanto, ele contou que o jovem monitor desse local – por iniciativa própria – comprou um computador e um modem 3G com o seu salário (cerca de R\$ 350) e o empresta para o telecentro, disponibilizando, assim, um pouco de acesso à internet para a comunidade. Toni elogia essa atitude desprendida do estagiário: “isso é muito legal, essa coisa do se virar e fazer acontecer!”

Pude perceber que todos estavam vestidos conforme a moda, com tênis e roupas de marca, reforçando a tese de que o consumo de roupas e acessórios é responsável por “transmutar exclusão em inclusão” (Pinheiro Machado & Scalco, 2010), ao menos no quesito da aparência física¹⁷⁹, subvertendo a ordem estabelecida.

179. Jurandir Costa (2005), ao pesquisar o que denomina “consumo desenfreado da juventude”, aponta que esse novo modo de vida – caracterizado pela necessidade contínua da compra de novos produtos, com o cuidado com a aparência física (...). Estas identidades e mesmo as suas práticas culturais são cada vez mais influenciadas pela chamada “mundialização da cultura”, que combinam inventivamente elementos do capitalismo global e da cultura local. Nas palavras de outro pesquisador, Ortiz: “Tênis, calça *jeans*, internet são referências desterritorializadas que fazem parte de um novo léxico de uma memória juvenil internacional-popular, aproximando jovens de diferentes nacionalidades, etnias e classes sociais” (Ortiz, 1994, p. 123).

CONEXÕES DE SOLIDARIEDADE – O PRÓPRIO BAIRRO

É interessante como Toni faz uma distinção entre o “trabalho social” que realiza na Ilha da Pintada e o envolvimento dele no próprio bairro popular onde mora. Com esses seus (quase) pares, há outro tom. Aqui, onde está inevitavelmente envolvido na sociabilidade da vizinhança, sua competência técnica o leva a uma participação que vai de “professor” (nos cursos de informática) e benfeitor da comunidade a até, muitas vezes, amigo pessoal.

BENFEITOR DA COMUNIDADE: ENTRE A CRUZ E AS ANTENAS

Para além dos cursos, Toni – que pode ser considerado uma liderança do bairro – possui uma preocupação com o dia a dia dos moradores.

Figura 17: Pórtico no Morro da Cruz e antena localizada na casa do DJ Saúva



Crédito: Lucia Scalco (21 ago. 2011).

Atualmente, ele tem um desafio: quer resolver o que considera a maior barreira existente para o acesso à internet lá na parte mais alta do Morro – a conectividade, pela qual, nas atuais circunstâncias, um morador teria que pagar no mínimo R\$ 60 mensais para uma operadora privada¹⁸⁰. Por enquanto,

180. O Brasil tem a banda larga mais cara do mundo. Para usar a internet convencional através de um pacote ilimitado, o brasileiro gasta US\$ 31,31 (cerca de R\$ 54,79) e conta com uma velocidade de apenas 512 Kbps. Cada Mbps custa US\$ 61, muito acima do preço cobrado pela Turquia, por exemplo, que vende o dobro de internet por US\$ 30. O Vietnã tem 1,5 Mbps a US\$ 8,72. Já a qualidade da rede no país é inversamente proporcional aos altos preços pagos. O Brasil está atrás de países como Níger, Haiti, Etiópia e Angola quando o assunto é a rapidez da banda larga. Os dados fazem parte do relatório anual de TICs: Medindo a Sociedade de Informação 2011, da UIT (União Internacional de Telecomunicações) órgão da ONU. Disponível em: www.itu.int/ITU-D/ict/publications/idi/2011/ Acesso em: 8 jan. 2012.

a única operadora que atende a região é a GVT, que só oferece, depois de longa espera em uma fila de interessados, 1 mega de velocidade, “apanhando”. A outra opção disponível é o modem 3G, porém essa opção ainda é considerada muito cara, a velocidade é instável e ruim, além de não atender a todos os locais, pois no morro existem vários “pontos cegos”, locais onde o sinal não chega. Toni explicou que existem algumas pessoas que possuem uma boa banda larga e, inclusive, revendem o sinal clandestinamente. “Eu conheço alguns. Um é o Tuca. Ele mora perto da cruz, último local em que a operadora trabalha. Daí ele revende o sinal – via antena e um modem Wi-Fi – por R\$ 40. Nem é tão caro, mas pra realidade local é. Mas tem gente que já consegue pagar.”

Como Toni começou a usar e a pesquisar sobre as diversas potencialidades existentes nas redes sem fio (*Wi-Fi*), acreditou que conseguiria enviar sinal para a parte de cima. A sua ideia original era colocar uma antena na casa de sua mãe e reenviar o sinal para outra antena, instalada na casa de Saúva. Com um sinal forte, seria possível distribuir o sinal gratuitamente para quem não tem acesso à internet. Além do sinal, estava nos planos ensinar as pessoas a fazerem suas próprias antenas. Mais adiante veremos por que essa iniciativa comunitária e outras enfrentam dificuldades¹⁸¹.

QUEBRANDO O GALHO DOS AMIGOS

Se Toni não consegue resolver os problemas coletivos, ele é constantemente convocado para investir suas energias de “trabalho social” para quebrar galhos individuais dos amigos e vizinhos do bairro. Por intermédio das suas redes sociais (ele é muito ativo e tem muitos amigos em ambas as redes – Orkut e, principalmente, Facebook)¹⁸², vai distribuindo ajuda, dicas, afeto. Entretanto, mais recentemente está começando a ter que dizer *não*.

Estas são dimensões constitutivas dessa rede de reciprocidade digital. Esses pedidos muitas vezes estão relacionados aos conhecimentos técnicos de Toni, que supostamente tem o poder de resolver uma quantidade impressionante de problemas – desde o conserto do computador até o manuseio adequado de *softwares*, conforme conversas transcritas a seguir:

181. A tentativa deu-se através de duas antenas de 25 dBi de grade direcional e um roteador (D-Link High Speed 2.4GHz –802.11g) com uma conexão de 1M. Mas essas ferramentas não conseguiram compartilhar o sinal.

182. A interação social que acontece nas redes sociais proporciona um novo tipo de sociabilidade, em que o encontro de indivíduos não depende das variáveis *tempo* e *espaço*. Especificamente, constatei que as redes de sociabilidade dos jovens de classe popular que pesquisei (SCALCO, 2009) operam empiricamente por dinâmicas de sociabilidade no bairro, com uma lógica em que o pertencimento e o reconhecimento estão vinculados ao seu cotidiano, à turma da escola, aos amigos, à família e aos vizinhos. As redes sociais são apropriadas por esses jovens como uma ferramenta bem prática, pontual e utilitária.

Figura 18: Confeção de antena caseira



Crédito: Toni (15 mar. 2011).

CHRISTIAN: Toni... finalmente consegui tirar aquele recado xarope do meu PC. Obrigado xará, agora meu Win7 tá Pirata ORIGINAL dinovo hehe. Valew

FerNaNdOo: Toni... Tem *um cara querendo me vender um note book de barbada*. Queria que tu desse uma opinião e tal... Quando vai tá livre? O cara vai deixar comigo o note no máximo até domingo! Nesse meio tempo, se tu tiver um tempo...

M@ \$o@re\$: o Toni eu me esqueci a senha do mew orkut *oq eu faço???*

TAMIRESS T^a: : *oieee Toniii tu sabe me dizer quandoo mais ou menoss o pc vai fik bom???* *tô com xaudades dele*

Toni é solicitado por sua *expertise*, mas também – em reconhecimento de suas conexões sociais – devido a sua facilidade de acesso a *softwares*, *hardwares*, peças usadas e acessórios:

Negro Moura: E ai Toni... olha so eu tenho um monitor, teclado, mouse so falta a sepeu o que acha de vc ver pra mim isso *ai vcs podem me tirar da lista dos quem ã tem ta valeu abrço*sssss

Tamires: Oi Toni tudo bem. quando que vc vai *poder me emprestar a câmara???* eu stou precisando pra tirar umas fotos da minha barriga pra guardar de lembrança em quanto é tempo

O que Toni recebe em troca por esses esforços é, antes de tudo, uma efusão de sentimentos e manifestações de apreço ao seu companheirismo:

A *FAVORITTA*: e aiiiiiiii vizinho *converssas só on-line* mesmo!!! ‘passando pra te deixar um abraço!!

Wesley: Toni faz a quele favorzinho...inprima uma copia para mim tem que ser hoje...para eu entregar quarta.f. *depois eu faço um favor para ti...*

Jefersson: o Toni tu tiver um estabilizador *pra me vender baratinho* me avisa.. e o futebol aos domingos num rola mais???

Só de vez em quando alguém menciona a possibilidade de pagamento em dinheiro:

Douglas: Toni... Tem uma mão de pc pra ti fazer se puder! Minha amiga tá sem internet por causa de uma configuração inadequada ou algo assim no computador dela... Se tu puder ver. *Rola uma graninha, claro!* É a Luana! Que trabalhava no Murialdo antes. Tu tem ela add no teu orkut!

Mas Toni parece bem filosófico, digamos, sobre a possibilidade de ser pago em dinheiro: “não existe dinheiro, como cobrar de alguém que não tem para pagar? É simples assim. Tem pessoas que têm condições e tem as que não têm!”.

SER EDUCADOR SOCIAL – UMA VOCAÇÃO PESSOAL E UMA OPÇÃO POLÍTICA

Ao comentar o “assédio” diário que vive e a falta de pagamento pela maioria do que faz, Toni volta para a questão de solidariedade. Lembra do início da sua *caminhada*, em 1999, ano da sua formatura e quando a informática era para ele só um trabalho: “não dava bola pros outros, queria só saber do salário, não me afetava com as questões sociais, mas, à medida que fui enxergando os problemas, vi que a comunidade precisava mais de mim do que eu dela, e foi então que decidi ser um educador social¹⁸³”.

Toni fez, portanto, uma opção política e pessoal em trabalhar com jovens carentes. Recebe salário pela tarefa, tem carteira assinada, mas se sente

183. Essa é a designação que atualmente os projetos sociais estão utilizando para nomear o trabalho dos professores. Conforme esclarece Carvalho & Carvalho (2006), a educação social faz parte de uma política compensatória para a infância e a juventude oriundas das classes populares em situação de vulnerabilidade social, cujo objetivo é o de possibilitar a inclusão dessa parcela de indivíduos na sociedade, minimizando as tensões e a crescente desigualdade social. Um dos marcos teóricos dessa ação pedagógica é a obra de Paulo Freire, que norteia e embasa a maioria dos estudos. Esse autor é citado por Toni em seu Orkut.

no social. Também tem ciência de que trabalha muito mais do que as horas contratadas e que poderia ter uma remuneração maior se fosse trabalhar em uma empresa. Seu compromisso, conforme suas palavras, “é com o aluno”, e ele se sente na obrigação moral de atendê-lo em suas mais variadas demandas, como foi exemplificado nas mensagens postadas em suas redes sociais: “simplesmente não sei dizer não, faço tudo o que eu posso, porque entendo que é essa a minha obrigação”. Ele acredita que o caminho é avançar via projetos sociais de instituições, o que não o impede de ter uma visão apurada sobre essa problemática. Apontou também outros entraves, como a questão do que classificou como “um problema do ‘autoego’ das pessoas, que só querem visibilidade”. Para ele, a maioria dos que trabalham com o social só se preocupa com os seus respectivos trabalhos, e vê os projetos das outras instituições como concorrência. Ele não concorda com essas atitudes e inclusive desenvolveu um projeto – com o nome *Quem não é visto, não é lembrado* – para tentar amenizar essas práticas que denominou *individualistas*. A ideia central era a construção de um site para que as diferentes instituições, associações e entidades sociais existentes no Morro da Cruz conseguissem se comunicar com mais eficiência, trocando, disponibilizando e otimizando recursos e experiências. Porém, não teve prosseguimento: “não deu em nada, ninguém usou”.

Torna-se evidente o quanto a motivação do “trabalho social” acaba tomando conta da vida de Toni. Não só os dois empregos que ele tem se remetem ao campo institucional da “educação social”, mas o mesmo espírito de doação ocupa suas horas “livres”, rivalizando eventualmente com certos projetos familiares. Uma questão fundamental chega a se colocar sobre as recompensas desse trabalho. Será que o reconhecimento (em termos de prestígio e apreço dos membros de sua rede) compensa os lucros modestos que ele recebe em termos pecuniários?

DINHEIRO VERSUS DOAÇÃO

Zelizer (2009) já elaborou uma análise sobre a maneira como o ideário contemporâneo tende a separar dinheiro (utilitário) de outros assuntos mais nobres (família, amizade, afeto...), criando assim a ideia de dois “mundos hostis”. Nesse ideário, a mistura desses dois mundos produziria efeitos negativos. A emoção complica os negócios, o dinheiro corrompe os afetos.

É interessante ver a que ponto Toni constrói o “trabalho social” como algo distinto de assuntos de dinheiro.

Ele frisa (conforme visto anteriormente) que poderia estar ganhando bem mais se fosse trabalhar profissionalmente, e cita seu professor José como

exemplo. José foi meu informante durante a dissertação de mestrado: tem 49 anos, sem filhos, e insiste que trabalha como educador social por opção. Não é exatamente trabalho voluntário, pois recebe salário, mas ele afirma (e todos que o conhecem concordam e vivem reforçando) que, se fosse para o “mercado”, provavelmente ganharia muito mais dinheiro¹⁸⁴. No entanto, Toni constrói sua própria postura, fazendo a distinção com a atitude de outra figura igualmente próxima a ele (DJ Saúva), mas que aparentemente não tem a mesma vocação pelo trabalho social. Saúva não entendia nada a respeito de computador e, a partir da sua paixão pela música, aproximou-se da informática, uma vez que o estilo de sua preferência – o *hip hop* – baseia-se na chamada música eletrônica. Eles se conheceram, e Toni o convidou para ingressar no curso de informática no Murialdo, de duração de seis meses. Na avaliação de Toni, só esse curto espaço de tempo já foi suficiente para que a informática *lhe abrisse várias portas na vida*. Logo depois, começou a trabalhar na instituição como educador social, depois virou DJ e produtor musical. Seguiu pesquisando, aprendendo, mas teve ajuda de muitas pessoas que lhe ensinaram, que repassavam o que sabiam por *solidariedade*. Segundo relato de Toni:

Com todo esse apoio, o Saúva acabou aprendendo como as coisas funcionavam e desenvolveu algo bem interessante para conseguir acesso gratuito à internet, o problema é que agora ele está começando a querer cobrar por esse conhecimento. Não concordo! Até dos amigos, acredita? O Saúva marcou de ir instalar e ensinar para dois moradores do alto do Morro, nossos companheiros, e simplesmente não foi. Isso me chateou muito.

Toni lembrou-se, então, das inúmeras vezes que o ajudou, dos empréstimos de equipamentos (*notebook*, modem 3G, placas-mãe, máquinas fotográficas) e também de um episódio em que ganhou de uma educadora do CAMP uma caixa cheia de placas de som (avaliadas em cerca de R\$ 40 cada) e que as doou para o Saúva. “Eu cobre isso dele? Claro que não, sei que ele precisa... Mas a verdade é essa que vou te dizer: pro pessoal lá de cima, é fácil tu dar, mas o difícil é receber algo em troca”. Contou ainda outro episódio, em que os dois amigos pretendiam desenvolver juntos um estúdio e uma produtora musical, porém o projeto não avançou: “Eu queria que a nossa produtora tivesse um braço social, mas o Saúva não concordava, só queria dinheiro”.

184. José um especialista em novas tecnologias. Apesar de não ter diploma universitário, seu conhecimento e erudição impressionam, pois domina a informática (tanto *hardwares* quanto *softwares*) e as demais tecnologias digitais (imagem e som). Além disso, programa e desenvolve sistemas e é *webdesigner* (construção de *sites* na Internet). Atualmente administra toda a rede da escola Murialdo (que possui mais de 80 computadores) e ministra aulas em vários projetos da instituição (Cf. SCALCO, 2008).

Toni desistiu do negócio por avaliar que ainda é cedo manter um estúdio comercial lá em cima. “Não iria dar certo!”.

Contou também outros episódios em que discordaram sobre a questão da remuneração do trabalho despendido. Toni não se conforma, por exemplo, que o Saúva não permita que o filho, que recém está iniciando a vida profissional, faça oficinas gratuitas para a comunidade. A pergunta é sempre a mesma. “Meu filho vai receber? Nós precisamos sobreviver”. Na visão de Toni, Saúva esqueceu o início de suas *caminhadas*. Concluiu: “Ele é cabeça fechada. Acho que ele deveria procurar um emprego com salário, e nas horas vagas trabalhar pelo social, se doar um pouco”.

E, NO ENTANTO, FALTA O DINHEIRO

Para entender mais sobre a questão do dinheiro na vida de Toni, acabamos recorrendo a sua esposa Kiara, que, durante uma série de entrevistas, nos fez sentir que, de fato, o dinheiro (ou a falta dele) é central na existência da família. Ela trabalha como vendedora em uma pequena loja de bijuterias em um bairro de classe alta na cidade e me convidou para conhecer o que chamou de *novidades da moda verão*. Toni e Kiara vivem um atarefado dia a dia: eles acordam cedo, arrumam as mochilas e descem a pé para a casa da sogra. Kiara perguntou-me, então, se o Toni havia me contado sobre o problemão que eles estavam precisando resolver. Respondi que não, e ela disse: “tinha certeza, acho que ele tem vergonha de estar passando por isso...” Ela falou que, há cerca de um mês, uma equipe da prefeitura os notificou como moradia em zona de risco¹⁸⁵, que a casa deles estava localizada em uma área de encosta avaliada como instável e suscetível a desmoronamentos. O fiscal anunciou: “a casa de vocês está condenada e tem muita chance de ser soterrada”.

De fato, quando chegamos mais perto do cotidiano de Toni, mais as tensões e conflitos afloravam.

OUTRAS FORMAS DE RECOMPENSA?

Mesmo na falta de um salário mais farto, é possível supor que Toni receba outros tipos de recompensa por seu trabalho. Não há dúvida de que recebe reconhecimento pelo trabalho social que realiza. Seus jovens alunos, em particular, o têm como referência. Sua trajetória profissional e de vida é considerada de sucesso pelos alunos e por ele próprio, exemplo que refor-

185. Cerca de 4,5 mil famílias, localizadas em 80 áreas da cidade, estão vivendo em áreas de risco de enchente, deslizamento ou incêndio, sendo monitorados pela Defesa Civil de Porto Alegre. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/brs/geral/noticia/2011/01/porto-alegre-tem-600-familias-em-areas-de-risco-3175852.html>, acessado em 23 jan. 2012.

ça o discurso normativo e moralizante existente tanto no Murialdo como na própria sociedade a respeito do universo dos jovens pobres da periferia. Por ocasião da etnografia da dissertação de mestrado, ouvi de uma aluna sua: “o Toni é tudo de bom, ele é um de nós que conseguiu vencer”.

Entretanto, esse reconhecimento não proporciona necessariamente tudo que Toni esperava – por exemplo, em termos de sua segurança no morro. Ele comenta um episódio que o abalou muito, porque ficou óbvio que quem roubou seu Playstation 3 (cuja primeira prestação sequer havia sido paga), alguns jogos, um *notebook* e a sua máquina fotográfica digital (prejuízo calculado em cerca de R\$ 5 mil) foi alguém das suas relações, alguém que frequentava a sua casa e sabia dos horários e hábitos da família. Não levaram a sua carteira (que tinha dinheiro), a TV e nem outro computador que estava na casa para ser consertado. Perguntei o que ele havia feito, se tinha dado queixa na polícia, e Toni, com uma postura conformista, deu de ombros e riu da ingenuidade da pergunta. Contou que vários amigos o aconselharam a procurar o patrão (nome do chefe do tráfico) e relatar o roubo, mas preferiu não se envolver: “se descobrissem quem fez – e acredito que isso é bem possível, pois foi alguém que frequentava a minha casa –, eles mesmos iriam fazer justiça. A punição para casos assim costumam ser bem violentas, variando entre quebrar um dedo, dar um tiro na mão e/ou uma surra no ladrão”. Por fim, avaliou: “isso não é para mim, iria me deixar pior, entende? Prefiro esquecer e ir em frente”.

Porém, mesmo não reagindo publicamente, *deixando pra lá*, Toni deu sinais de que esse roubo foi algo difícil de digerir, pois, conforme suas palavras, “não foram só coisas materiais que levaram, foi a confiança nas pessoas. Convidava todo mundo pra ir na minha casa jogar e alguém me traiu. Como saber em quem confiar? Fora que foi de manhã, lá pelas 10h. Será que a vizinhança não viu ou não quer se envolver?”

O assalto também fez Toni repensar sobre as ações nas quais participava junto à comunidade. Foi com a mulher de Toni, Kiara, que soube de outra decepção pela qual passou em relação a eventuais ajudas que poderia esperar de seus vizinhos: com a certeza de que não valeria a pena uma mudança para o “apertamento” que a prefeitura estava oferecendo, o casal consultou os fiscais sobre uma possível solução para o impasse: a construção de uma nova casa, bem no início do terreno, o que foi avaliado como plausível. No local escolhido, a família não correria mais riscos. O problema passou então a ser a escolha do tipo da casa. A preferência de Kiara era por uma casa pré-fabricada (*muito mais barata e rápida*); já para Toni, o ideal seria a construção de uma casa de alvenaria, mais sólida e segura e construída em

regime de mutirão¹⁸⁶ com os *amigos*. Entretanto, o pedido de ajuda de Toni foi ignorado, e ninguém compareceu no sábado marcado para ajudá-lo. “Ele ficou bem triste”, disse Kiara.

Esses dois eventos vieram confirmar o que ela e a família de Toni há muito tempo notavam: “os amigos do Toni só querem saber do bem bom... São todos uns interesseiros. Mas acho que ele aprendeu, pois quando precisou... cadê a ajuda?”. A irmã de Toni acrescenta: “todo mundo lá em casa é contrário à ideia de o Toni viver ajudando a comunidade, porque eles não dão nada de volta pra ele”, concluiu. Ao final, Toni também comentou a inviabilidade do popular *toma-lá-dá-cá* defendido por DJ Saúva, ou seja, a prática da troca, que se efetiva de diferentes maneiras: monetariamente, com o escambo de objetos e/ou pela prestação de favores ou serviços. Porém, Toni avalia: “o que eles têm lá em cima para me dar? Dinheiro eles não têm, o que sobra? Sobra a tal ajuda”. Porém, ele alega estar desiludido, pois, quando finalmente precisou de “uma mão, todos arrumaram uma bela desculpa”, como falta de tempo ou excesso de coisas para fazer. Toni, portanto, não recebeu apoio nem suporte, o que o levou à seguinte constatação: “descobri que é com a minha família que eu posso contar, são eles o melhor que a gente tem... E então, pra mim, essa troca não vale”.

“O PESSOAL LÁ DE CIMA PRECISA APRENDER A CAMINHAR SOZINHO”

De fato, Toni dá sinais de que está chegando no limite desse tempo de “doação” – só que, em vez de evocar a própria necessidade, cita a única coisa que pode rivalizar, de modo legítimo, com o trabalho social – o bem-estar de sua própria família. Ele contou que agora é a vez de sua esposa *evoluir*.

Combinaram que ele assumiria mais o cuidado das crianças e com isso ela poderia voltar a trabalhar e estudar. Toni recordou que ela permaneceu em casa quando do nascimento dos filhos, mas que sempre investiram na sua profissionalização, *nunca ela ficou parada*. Durante esse período, realizou inú-

186. Existe certa idealização a respeito da prática do mutirão, que muitas vezes é associado a uma ajuda desinteressada; Oliven (2000) analisou a instituição do mutirão e mostrou que este originariamente nomeava o “processo de trabalho baseado na cooperação mútua, calcado na troca de favores, compromissos familiares e obrigações recíprocas” (OLIVEN, 2000, p. 39). Já para o contexto urbano, ele apontou algumas singularidades dessa prática, especialmente os mutirões realizados para a construção das casas das classes trabalhadoras, localizadas em loteamentos e bairros periféricos, e construídas com grande sacrifício aos finais de semana por seus próprios moradores e com ajuda de parentes e/ou amigos. Para o autor, essas práticas estão mais próximas de uma forma de trabalho não pago (que inclusive serviria para rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho) que da prática do mutirão, pois o mutirão extrapola a questão puramente econômica, possuindo um papel importante na definição dos laços de sociabilidade de uma comunidade. Para a construção das casas, a relação é de troca; aqui o sentido não remete a um sentimento de solidariedade; o construtor da casa recorre a pessoas a quem já ajudou ou se dispõe a ajudar um dia.

meros cursos técnicos (pedicure, manicure, artesanato, bijuteria e, o último, corte e costura). “Possuímos quatro máquinas novinhas, acredita?”, apontando para as máquinas, sem uso, no fundo da sala da casa da mãe. Por fim, conclui: “são os altos e baixos que a minha esposa tem, e eu vou apoiando ela. Estamos aí, sempre incentivando”. Contou também que Kiara recentemente fez uma laqueadura (método contraceptivo) para não ter mais filhos, e que a decisão foi tomada conjuntamente, porém eles foram muito criticados por amigos e familiares. Toni argumenta que o seu projeto de vida agora é tornar-se um bom pai: “não quero só dar coisas materiais pra eles, quero acompanhar o desenvolvimento, participar da educação... estar presente no dia a dia, e mais filhos ia tornar tudo mais difícil”.

A decisão de priorizar e dedicar-se aos filhos levou Toni a abrir mão – ou ao menos diminuir bastante – do ritmo do trabalho social que ele desenvolvia na comunidade. E a repercussão dessa sua nova postura está sendo muito criticada. Ele escutou críticas como: “Ah! O Toni não é mais o mesmo, sumiu, não ajuda mais a comunidade”, o que lhe entristece, mas admite não ter mais disponibilidade porque suas prioridades mudaram.

Da última vez que encontrei Toni, conversamos mais sobre a sua militância, ação política e as suas prioridades atuais, temas considerados *muito complicados* por ele. Lembra das suas dificuldades desde os primeiros passos de sua caminhada no trabalho social, quando sua filha estava para nascer e que, para sobreviver, fazia artesanato, vendia bijuterias e roupas. Enfim, “batalhava, sempre correndo atrás e sem receber nada, mas firme, tentando articular ações com o pessoal lá em cima”. Entretanto, parece que as pessoas nunca ficam contentes. Recentemente, ouviu algo que interpretou como crítica ao seu desempenho: “os manos sempre deixam à mercê a sociedade”. Toni dá a entender que as pessoas não se dão conta do quanto ele se dedicou para a comunidade. E termina sentenciando: “o pessoal lá de cima precisa aprender a caminhar sozinho”.

NOTAS FINAIS: DICAS, AFETOS E AJUDA VIA WEB!

No início deste artigo, foram ressaltados os múltiplos problemas que os moradores do Morro da Cruz enfrentam para fazer funcionar os seus computadores. Como usuários da classe média, precisam de ajudas constantes para fazer “rodar a carroça”, para destravar uma CPU, para tirar um vírus etc. No entanto, como Toni frisou, “não têm dinheiro para pagar por esses serviços...” Conforme se pôde ver em pesquisa anterior, as pessoas do bairro não fazem muitas conexões para além desse local. Não vão buscar um serviço remoto

na Tailândia para consertar o computador. Usam o computador para estreitar laços com pessoas já conhecidas. Para conserto e manutenção, dependem (e, por enquanto, qualquer programa no Brasil de inclusão digital depende) de pessoas como Toni, dedicadas à causa do “social”.

A questão é até onde vai a dedicação desses “quase voluntários”? Certamente, a competência na informática de Toni tem mudado sua vida. É essa *expertise* que lhe permitiu ser destacado nos primeiros cursos do Murialdo e que o levaram para o caminho de educador social. Seu envolvimento nesse campo é inegável e tem trazido um novo cabedal de ideias e valores para as suas relações, tanto familiares como profissionais. Entretanto, também – ao que parece – tem exigido uma série de sacrifícios dele e da família. Quanto tempo um mediador aguenta esse papel (a não ser que seja um sujeito de classe média sem filhos, como no caso de José)? Será que Toni conseguiria outro emprego mais bem pago para aliviar as pressões financeiras sobre sua família, para ajudar a realizar um projeto familiar¹⁸⁷ de ascensão que sua mulher e familiares estão esperando? São perguntas que não ousamos responder aqui, mas que não podem ser ignoradas quando se considera o funcionamento e o impacto de computadores na vida cotidiana dos moradores dos bairros populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APGAUA, Renata. *O Linux e a perspectiva da dádiva*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, n. 21, PPGAS/UFRGS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas – sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2005. Goffman, o descobridor do infinitamente pequeno. In: GASTALDO, E. (org.). *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BURITY, Joanildo A. *Redes, parcerias e participação religiosas nas políticas sociais no Brasil*. Recife: Massangana, 2006.

CAMURÇA, Marcelo A. Seria a caridade a “Religião Civil” dos brasileiros? 2005. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/siteantigo/publicacoes.htm>, acessado em: 14 jul. 2012.

CARVALHO, Josué de Oliveira; CARVALHO, Lindalva R. S. O. A educação social no Brasil: contribuições para o debate. 2006. Disponível em: <http://www.procee->

187. Ver Gilberto Velho, 2003.

dings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100024&lng=pt&nrm=abn, acessado em 13 jul. 2012,.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (eds.). *Juventude e sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

DUARTE, Luiz Fernando D. *Da vida nervosa* (nas classes trabalhadoras urbanas). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; CNPq, 1986.

_____; GOMES, Edlaine. *Três famílias*. Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

LOMNITZ, A. Larissa. *Cómo sobreviven los marginados*. México: Siglo XXI, 1989.

MURILLO, Luis Felipe Rosado. Tecnologia política e cultura na comunidade brasileira de software livre e de código aberto. Dissertação (mestrado) – PPGAS, IFCH, UFRGS. Porto Alegre, 2009.

NEVES, Delma Pessanha. Pobreza e humanismo salvador: mediações subjacentes. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000100005&lng=en&nrm=iso, acessado em 31 jul. 2012.

OLIVEN, Ruben. *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ORTIZ, Renato. Uma cultura internacional-popular. In: *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PINHEIRO MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Os sentidos do real e do falso: o consumo popular em perspectiva etnográfica. *Rev. Antropol.* [on-line], v. 53, n. 1, 2010.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynthia. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCALCO, L. Falakenois: etnografia de um projeto de inclusão digital entre jovens de classes populares em Porto Alegre. Dissertação (mestrado) – PPGAS, IFHC-UFRGS. Porto Alegre, 2008.

_____. Reflexões sobre a sociabilidade virtual dos jovens das classes populares. *Ponto Urbe* – revista do núcleo de Antropologia Urbana da USP, ano 3, 2009. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/04/luciamuryscalco-pu04.html>, acessado em 23 jul. 2012.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar São Paulo. In: *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

VIANNA, Hermano. Prefácio. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad do Brasil, 2003.

ZELIZER, Viviana A. Dualidades perigosas. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000100009&lng=en&nrm=iso, acessado em 14 jul. 2012.

TOMA QUE O ABORTO É TEU: A CIRCULAÇÃO DE EVENTOS CRÍTICOS ENTRE MÍDIAS EM MOMENTOS DE LUTA POLÍTICA (2012)¹⁸⁸

Jair de Souza Ramos
(jair-ramos@ig.com.br, UFF)

INTRODUÇÃO

A última campanha presidencial brasileira foi atravessada por lutas políticas em torno do aborto. Não é a primeira vez que esse tema desempenha um papel decisivo em uma corrida à presidência, mas há dois aspectos que tornam a eleição de 2010 digna de destaque. O primeiro é a intensidade da politização do aborto. O segundo é o fato de que, na campanha, o tema foi discutido tanto como política pública como no que diz respeito à reputação dos candidatos, articulando assim as dimensões do *público* e do *privado*. Nesse texto, desenvolvo um exame das lutas políticas travadas no ciberespaço, em torno do aborto, a partir de dois objetivos. O primeiro consiste no exame do modo como as lutas políticas articulam espaços sociais *on-line* e *off-line*. Isso implica tanto uma reflexão sobre os instrumentos teórico-metodológicos necessários nesse novo espaço de observação como um exame da relação de circularidade e retroalimentação entre práticas sociais desenvolvidas em espaços sociais dentro e fora da rede. Já o segundo objetivo consiste em um exame dos modos de interação, das tomadas de posição e das representações acerca das disputas políticas em torno do tema do aborto e dos direitos sexuais levadas a cabo por agentes que participam de *blogs* e de *redes sociais*. Trata-se de entender o modo como as disputas políticas em torno da ocupação do Estado e da direção de políticas públicas ocorrem no ciberespaço em relação direta com seus desdobramentos *off-line*.

188. Uma versão desse texto foi publicada na *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 7. Brasília, jan/abr. 2012.

Os embates em torno da campanha presidencial de 2010 e seu foco na crítica ao Plano Nacional de Direitos Humanos são particularmente interessantes, tanto para seguir as relações cada vez mais densas entre os agentes no ciberespaço como para identificar as relações de conflito e circularidade entre *on* e *off-line*. De início é importante observar que o ciberespaço foi concebido como um lugar importante na estratégia de campanha dos candidatos. Contudo, as ações oficialmente desenvolvidas pelos estrategistas de *marketing* não foram, de longe, as mais importantes. Um papel bem mais significativo foi desempenhado com a adesão às campanhas por agentes posicionados voluntariamente no ciberespaço. Outro aspecto fundamental foi a natureza dos meios técnicos disponíveis à ação *on-line*.

Assim, o primeiro agenciamento por meio do qual a campanha eleitoral se fez presente na rede de computadores se deu através das listas de e-mail que traziam ataques às reputações dos candidatos. Nas correntes de mensagens, se difundia o medo político através das redes de relações sociais que se materializam nas listas de contatos. Ao lado do espaço social configurado pelas correntes de e-mails, mais próximo da vida privada, outro também foi significativo: as redes sociais. Plataformas como Orkut e Facebook foram palco de articulações de campanha, mas especialmente de circulação de ideias e imagens que punham em jogo a reputação dos candidatos.

Quase como que em contraposição a essa arena mais privada, outra, mais identificada à esfera pública, se estabeleceu como espaço fundamental de interlocução política: a chamada blogosfera. Ali se procedeu o que de mais próximo tivemos de um debate público em torno dos temas de campanha. E a blogosfera se desenvolveu tendo como contraponto os jornais físicos, publicados *off-line*. Estabeleceu-se entre esses dois *media* relações de oposição, complementaridade e ressonância que tiveram um papel importante na construção e na desconstrução da reputação dos candidatos.

Nesse sentido, o tema do aborto, do modo como articulou dimensões públicas e privadas dos candidatos no ciberespaço, revela-se bom para que sejam pensados os novos agenciamentos em torno dessas dimensões. Mais importante ainda é a possibilidade que os embates em torno do aborto nos propiciam para pensar as disputas entre jornais e *blogs* acerca da definição de esfera pública.

DIREITOS HUMANOS VERSUS CRENÇAS RELIGIOSAS: O ABORTO E O PNDH-3

O Projeto de Lei n. 122 de 2006 trata da criminalização da homofobia. Em torno de sua tramitação na Câmara Federal em 2010, se consolidou um forte enfrentamento entre movimentos de luta por direitos humanos, espe-

cialmente ativistas gays e ativistas de defesa dos direitos das mulheres, de um lado; e grupos religiosos que se autoatribuíam a “defesa da família”, de outro lado. Esta luta não é nova, e repetiu um cenário semelhante ao que se desenrolou em 2008 em torno do Projeto de Lei n. 1135/91, que tratava da descriminalização do aborto no Brasil. Este projeto de lei foi derrotado a partir da ampla mobilização dos grupos religiosos. Do ponto de vista desses grupos, os dois temas (descriminalização do aborto e criminalização da homofobia) se articulam de forma mais ampla em torno do decreto presidencial de dezembro de 2009 que aprovou Plano Nacional de Direitos Humanos, o PNDH-3. Falaremos disso mais adiante.

O ano de 2010 e a eleição presidencial marcam uma inflexão importante desse enfrentamento entre grupos religiosos e grupos gays e feministas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. É possível desenvolver dois argumentos diferentes acerca da centralidade da campanha eleitoral no desenrolar desse conflito, cada um relativo a um dos grupos envolvidos no conflito. Do ponto de vista dos grupos religiosos, o governo federal, sob a presidência de Luiz Inácio da Silva, vinha abrangendo de forma crescente em suas políticas públicas os princípios identificados com os grupos em defesa do aborto e da criminalização da crítica à homossexualidade. Nesse sentido, a vitória de uma mulher de passado comunista e aparentemente simpática à luta feminista e homossexual constituía a possibilidade concreta de que as políticas derrotadas no parlamento viessem a ser implementadas via burocracia federal. Já do ponto de vista dos movimentos de direitos humanos, a campanha eleitoral representava, para os grupos conservadores, a oportunidade de se capitalizar politicamente frente ao Estado brasileiro impondo a sua agenda em um momento sensível da coalizão governista. Nesses termos, representava para os movimentos conservadores a possibilidade de reverter, através da luta política eleitoral, o espaço ganho pelos movimentos de direitos humanos no interior do Estado brasileiro.

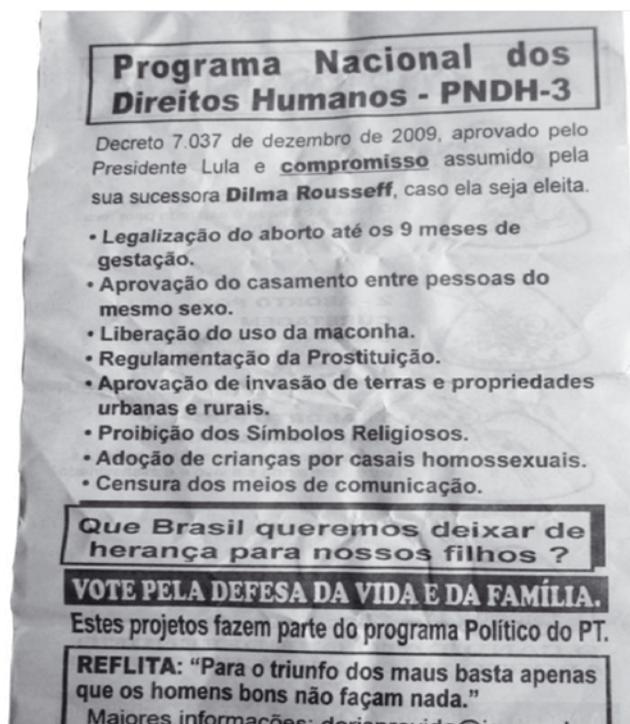
O ciberespaço foi fortemente atravessado por esse embate. Contudo, escapa às possibilidades deste texto examinar esse enfrentamento e sua presença *on-line* de forma ampla. Minha estratégia, então, consiste em abordar de forma mais impressionista esse embate e caminhar-se para a descrição em torno do evento “aborto de Monica Serra”.

Começo, então, pela hipótese – que deriva das formulações antropológicas em torno do “tempo da política”¹⁸⁹ – de que em 2010 se entrelaçaram

189. **Tempo da política** é um conceito desenvolvido por Palmeira e Heredia (1993, 1995) para dar conta do modo como, em períodos eleitorais, os políticos e atividade política são percebidos como parte integrante e fundamental da vida social mais ampla. Como veremos aqui, a política passa a fazer parte do dia a dia e atravessa conexões em rede que não são necessariamente políticas, emprestando-lhe um determinado *quantum* de paixão e velocidade.

o tempo parlamentar das leis, o tempo burocrático dos planos e decretos e o tempo quente das eleições. E de que, talvez, essa articulação explique o paradoxo de uma eleição em que os dois principais candidatos eram completamente desprovidos de carisma e que, ao mesmo tempo, transcorreu de forma bastante apaixonada. Assim, Dilma Rousseff era a projeção, segundo os grupos religiosos, da expressão mais bem acabada da hegemonia na burocracia federal das forças pró-direitos humanos articuladas em torno do PNDH-3. Um panfleto anti-Dilma, distribuído em outubro de 2010, revela bem essa posição¹⁹⁰:

Figura 19: Panfleto anti-Dilma



O panfleto revela bem a politização da eleição. Isto é, o fato de que ali desaguava uma história de lutas entre grupos religiosos e pró-direitos humanos a partir da crença, especialmente por parte dos grupos religiosos, de que a eleição presidencial seria capaz de desempenhar uma real inflexão de políticas públicas e normatizações legais em torno dos temas citados no panfleto. Deve ficar claro aqui que não creio que a religião ganhou ou perdeu a eleição. Acre-

190. O panfleto se encontra reproduzido em <http://www.revistaforum.com.br/blog/2010/10/04/dilma-aborto-maconha-prostituicao-casamento-gay-tai-a-prova/>.

dito apenas que o debate religioso intensificou o componente emocional e a ordem dos valores entre agentes envolvidos com os dois lados da disputa. E a internet teve um lugar importante dentro dessa politização. As ferramentas de comunicação *on-line* foram amplamente utilizadas no acompanhamento e mobilização das votações no congresso e nas audiências públicas em torno da política de direitos humanos. *Blogs, listas de discussão por e-mails, comunidades em redes sociais*, entre outras ferramentas, e espaços *on-line* foram constituídos e atravessados pela mobilização política em torno desses temas.

Em uma análise da campanha eleitoral, o *blogueiro* Rodrigo Vianna, partidário da candidatura Dilma Rousseff, identificou uma *campanha de desinformação* que seria composta das seguintes etapas¹⁹¹:

- 1) Primeira Onda – e-mails e ações eletrônicas: mensagens disseminadas por e-mail ou pelas redes sociais, com informações sobre a “Dilma abortista”, “Dilma terrorista”, “Dilma contra Jesus”. Foi essa técnica, associada aos sermões de padres e pastores, que garantiu o segundo turno.
- 2) Segunda Onda – panfletos: foi a fase iniciada na reta final do primeiro turno e retomada com toda força no segundo turno. Aqueles “boatos” disformes que chegavam pela internet, agora ganham forma. O povão acredita mais naquilo que está impresso em papel. É informação concreta, é “verdade” a reforçar os “boatos” de antes.
- 3) Terceira Onda – telemarketing: um passo a mais para dar crédito aos boatos. Reparem, agora a informação chega por uma voz de verdade, é alguém de carne e osso contando ao cidadão aquilo tudo que ele já tinha “ouvido falar”.
- 4) Quarta Onda – pichações e faixas nas ruas: a boataria deixa de frequentar espaços privados e chega às ruas. “Cristãos não querem Dilma e PT”, “Dilma é contra Igreja”, mais um reforço na estratégia. Faixas desse tipo apareceram ontem em São Paulo, como eu contei aqui.

As ondas supostas por Vianna nos permitem apontar alguns elementos importantes. O primeiro deles é a articulação entre os espaços *on* e *off-line*. Seja supondo uma politização eleitoral da internet, seja supondo uma “internetização” da campanha eleitoral, é contraprodutivo dissociar inteiramente os espaços *on* e *off-line* atravessados pela campanha eleitoral. Assim, a estratégia desenhada na interpretação de Vianna aponta para o uso de e-mails e redes sociais para dissiminação de ideias políticas e para o engajamento emocional e valorativo dos

191. O argumento de Vianna pode ser conferido na rede. Disponível em: <http://www.rodrigovianna.com.br/plenos-poderes/as-cinco-ondas-da-campanha-contra-dilma-sao-tecnicas-de-contra-informacao-militar.html>.

agentes em posições de campanha. Nesse sentido, redes de e-mails, comunidades em redes sociais e fóruns representam um meio privilegiado de transmissão dessas mensagens, pois os agentes emprestam e arriscam seu capital social acumulado na interação *on* e *off-line* a partir da mensagem transmitida.

Um exemplo do que Vianna nomeou como primeira onda pode ser verificado na seguinte mensagem: “Dilma aprovará leis que prejudicarão a pregação da Palavra de Deus, como: Fica proibido fazer: • Cultos ou evangelismo na rua (Reforma Constitucional) • Programas evangélicos na televisão por mais de uma hora por dia. • Programa de rádio ou televisão, quem não possuir faculdade de “jornalismo”. • Pregar sobre dízimos e ofertas, havendo reclamações, obreiros serão presos. Quanto aos cultos: • Cultos somente com portas fechadas (Reforma Constitucional) • As igrejas serão obrigadas a pagarem impostos sobre dízimos, ofertas e contribuições. • Será considerado crime pregar sobre espiritismo, feitiçaria e idolatria, e também veicular mensagem no rádio, televisão, jornais e internet, sobre essas práticas contrárias a Palavra de Deus. • Pastores que forem presos por pregar sobre práticas condenadas pela Bíblia Sagrada (homossexualismo, idolatria e espiritismo) não terão direito de se defender por meio de ação judicial. Se estabeleça: • O dia do “Orgulho Gay” e que seja oficializado em todas as cidades brasileiras e comemorado nas Instituições de Ensino Fundamental (primeira a 8ª série), público e particular. • Que as Igrejas que se negarem à realização das solenidades dos casamentos de homem com homem e de mulher com mulher estarão fazendo “discriminação”, seja multadas e seus pastores processados criminalmente por discriminação e desobediência civil. REPASSE ISSO! É UM ALERTA QUE TODOS PRECISAM SABER”.

Usando o motor de busca Google, em janeiro de 2011, encontrei essa mensagem em cerca de 11.000 páginas na internet. Mais interessante que o número bruto, é a sua dispersão: em 521 vezes a mensagem aparece em fóruns de discussão, que são associações de usuários organizados em torno de interesses comuns e que promovem debates a partir de mensagens publicadas abordando uma mesma questão. Assim, essa mensagem foi postada em fóruns os mais diversos: em fóruns dedicados a jogos, como Uol Jogos, Cortez e Otserv, entre outros; em fóruns e listas de discussão de tecnologia, como Hardmob, Hardware & Redes e o Portal Blackberry e Redes; e principalmente em *blogs*, fóruns e listas de discussão religiosas. Além dessas postagens, encontrei mais algumas centenas em comunidades na plataforma Orkut.

Vianna estabelece uma relação direta entre a difusão dessa mensagem e o convencimento dos eleitores. Contudo, minha pesquisa não tem condições, nem interesse, em corroborar ou negar essa suposição. De fato, muitas vezes,

essa mensagem foi seguida de postagens críticas de diversos usuários dos fóruns, algumas vezes indignadas, outras irônicas. O tom mesmo da mensagem, alarmista e repetitivo, não se coaduna com o ambiente de forte debate que caracteriza os fóruns de discussão. Assim, meu objetivo não é corroborar o argumento das ondas, mas examinar o modo como internet e eleição se atravessaram mutuamente. De fato, o aspecto mais problemático da argumentação de Vianna é a crença de que a mobilização em torno do combate à candidatura de Dilma Rousseff se explica por uma campanha de desinformação. A dificuldade não é que tal campanha tenha sido inexistente, mas que Vianna subestima a adesão espontânea a ela por parte de inúmeros agentes que já possuíam uma intensa atividade *on-line* e que se identificavam política e religiosamente com essa pauta crítica à política de direitos humanos do governo brasileiro. Pois foi esta adesão espontânea que permitiu a constituição das “correntes de e-mail”, as postagens e “linkagens” de colunas, vídeos e reportagens em detrimento da candidatura Dilma Rousseff¹⁹².

OS EMBATES ENTRE JORNALISTAS, BLOGUEIROS E BLOGUEIROS JORNALISTAS

O jornalismo sempre foi, ao longo do século XX, uma das peças centrais da esfera pública, concebida como um espaço público constituído pela livre circulação de ideias e informações, que se contrapõe ao Estado e aos grandes poderes econômicos e em que os cidadãos podem construir um consenso livre e racional, que dá conteúdo à opinião pública. Contudo, mais do que um conceito científico, a opinião pública é um valor bastante presente no modo como os jornalistas pensam sua própria profissão, seja para defini-la positivamente, seja para depreciá-la. Assim, o jornalismo goza de uma centralidade ambígua, posto que os jornais ora são concebidos como o lugar de vocalização e construção de uma opinião pública racional, particularmente contraposta aos grandes interesses econômicos encastelados no Estado ou de forma monopolista no mercado; ora são concebidos como a expressão mesma

192. Uma última observação sobre o tema é que um dos alvos fundamentais do argumento de Vianna são as correntes de e-mail. E infelizmente não é possível pesquisá-las nos mesmos termos que os fóruns e comunidades na internet, que são rastreáveis através dos motores de busca. Outro motivo é que as correntes de e-mail guardam características distintas de fóruns, listas de discussão e comunidades em redes sociais e, por isso, escapam às ponderações que fiz acima. Pois todas estas plataformas são marcadas pela associação de indivíduos em torno de temas e interesses e as posições ali expressas estão sujeitas ao debate e ao contraditório, ao passo que as correntes de e-mails expressam e formam redes de relações entre indivíduos em que circulam mensagens que são apreendidas positivamente, negativamente ou indiferentemente de forma individual. As correntes de e-mail são possíveis graças a um capital social que se manifesta na confiança depositada naqueles que circulam os e-mails. Na interpretação de Vianna, é nessa porção do ciberespaço que se realizaram os efeitos mais deletérios à reputação de Dilma Rousseff. Infelizmente, essa é uma hipótese inverificável no escopo desse artigo.

de interesses políticos e econômicos particulares que se travestem em interesse público. É a tensão entre a ideia de que os jornais ou vocalizam ou fabricam a opinião pública¹⁹³.

Levar em conta a opinião pública como um valor é fundamental para entender as disputas entre jornalistas, jornalistas-blogueiros e blogueiros na campanha eleitoral. Mas, antes de examinar o modo como esse valor é atualizado, vamos nos deter um momento nesse espaço que entrelaça *blogs* e jornais na disputa pela definição da opinião pública.

Tendo sido inicialmente constituídos como diários *on-line*, os *blogs* assumiram as mais diferentes formas e finalidades com o tempo, mantendo talvez como seu único traço comum o de permitir a exposição de percepções, ideias e tomadas de posição individuais em contraposição aos discursos que são veiculados por instituições¹⁹⁴. Os *blogs* se difundiram rapidamente e se tornaram, em termos do investimento em produzir conteúdos e em termos de acesso e visualização por internautas, um dos fenômenos mais importantes do ciberespaço. Nesse sentido, os *blogs* são expressão da horizontalidade que caracteriza a organização em rede da internet e permitem a descentralização da produção de informação e opinião, alargando a esfera pública.

Em termos abstratos, seria possível opor a proliferação anárquica e horizontal dos *blogs* à centralização hierárquica da imprensa de massa. De fato, existem blogueiros sem nenhuma inserção em empresas jornalísticas e jornalistas que não constituem *blogs*, assinando tão somente matérias em jornais. Contudo, essa distinção é limitada, uma vez que os jornais *off-line* foram as primeiras grandes empresas a se instalarem de forma continuada no ciberespaço. Praticamente todos os grandes jornais e revistas possuem versões *on-line* de sua produção *off-line*, e seus principais colunistas possuem também *blogs* ou, ao menos, colunas eletrônicas que se aproximam bastante do formato do *blog* na medida em que possuem periodicidade diária ou semanal e que possuem uma seção de comentários. Por isso, não é de estranhar que alguns dos blogueiros mais conhecidos e lidos são também colunistas em jornais publicados *off-line*, pois a visibilidade e o prestígio do jornal se transferem, em parte, para o blogueiro. De um modo geral, hoje em dia os *blogs* e *microblogs* são, para os jornalistas, quase que uma extensão de seu trabalho *off-line*.

193. A rigor, esta ambiguidade não é estranha à própria constituição do conceito de esfera pública em Habermas, posto que ela aparece em sua obra ao mesmo tempo como um fato e como um valor. E se, como valor, Habermas aspira à constituição de um espaço de diálogo livre e racional; como fato, a sua investigação da esfera pública burguesa mostra como esta é historicamente atravessada pelas assimetrias derivadas da estrutura de classes e de concentração de poder.

194. Alguns autores vão definir os *blogs* como *selfmedia*, indicando com esta expressão tanto o aspectos de uma produção que é feita a partir de esforços individuais como o fato de o *blog* ser um espaço de exposição do eu.

Como nomear essas conexões em rede que ligam desde estruturas verticais, que concentram uma grande quantidade de recursos materiais, humanos e simbólicos, como os jornais, até blogueiros sem formação jornalística, ainda que dotados de capital simbólico, que produzem e sustentam seus *blogs* de forma quase completamente individual; passando por todas estas categorias intermediárias que procurei resumir no termo jornalista-blogueiro? Antes de proceder a uma tentativa de resposta, observemos que a pergunta se contrapõe às abordagens que insistem numa dicotomia jornais/*blogs* e numa horizontalidade da blogosfera. Ao contrário, jornais e *blogs* estão enredados em conexões, às vezes fortes, às vezes fracas, e a rede mesma da blogosfera não é formada por pontos de mesma densidade e prestígio.

Ao invés de uma definição totalizante dessas conexões, creio que o mais interessante no momento seja delinear aquilo que a etnografia nos permite apreender: uma região do ciberespaço formada provisoriamente pelo adensamento de determinadas conexões, na medida em que por ela circulam embates e informações críticas à compreensão e à intervenção na campanha eleitoral.

Vimos mais atrás que a campanha presidencial de 2010 permitiu o entrelaçamento das disputas parlamentares na definição de leis e das disputas no interior da burocracia em torno das políticas públicas com a própria dinâmica eleitoral. Um dos efeitos desse entrelaçamento foi a politização de conexões anteriormente estabelecidas na internet, cujo sentido fundamental não era político. É o caso das correntes de e-mail, das redes sociais, dos fóruns e listas de discussão que, como vimos, foram subitamente atravessados pela luta política. Por outro lado, a análise dos *blogs* e jornais mostra que a campanha eleitoral propiciou a expansão e intensificação daquelas conexões *on-line* cujo sentido fundamental já era o do embate político.

Como assinala Claudio Penteadó:

Os *blogs* de política começam a ganhar destaque dentro do jogo político contemporâneo, seja como ferramenta de promoção de candidatos, seja como novo espaço para a realização do debate político, criando esferas alternativas aos meios de comunicação tradicionais e os canais institucionais (partidos políticos), ou então como novos atores políticos que atuam na produção, transmissão e difusão de informações e análises políticas (2011).

E as conexões estabelecidas em torno do embate político entre essas três categorias (blogueiros, jornalistas e jornalistas-blogueiros) são feitas em torno das ações de ataque e defesa das candidaturas em disputa (ou, mais especificamente, daquilo que elas representam em termos de projeto para o país).

Contudo, ambos os movimentos materializam igualmente a disputa pelo papel de vocalizar, por meio da publicação de informações e ideias, a opinião pública. Assim, àquelas disputas anteriormente referidas, a campanha eleitoral galvanizou mais uma: a da definição do bom uso da prática jornalística e de seu corolário, a crítica às tentativas de fabricar a opinião pública.

Existe toda uma reflexão acumulada sobre o modo como a comunicação mediada por computador, a constituição da internet e o avanço tecnológico tem produzido uma democratização dos meios de produção e publicação da informação, da imagem e dos discursos, e como todas essas mudanças estão transformando a prática jornalística. Contudo, nessa literatura, por vezes se entrelaçam o descritivo e o normativo, a investigação e a projeção das mudanças. É papel da etnografia revelar o modo concreto como essas transformações estão acontecendo, e as disputas em torno da eleição de 2010 são reveladoras nesse sentido, pois ali as transformações nos meios de produção dos discursos jornalísticos se articularam a uma disputa mesma pela definição do que é o bom jornalismo.

Como mostram Bolanos e Britto ao analisarem a eleição presidencial brasileira de 2006, os *blogs* jornalísticos foram capazes de influenciar a grande imprensa e o debate público. E uma das razões para o investimento de jornalistas em *blogs* foi a possibilidade de construir uma posição autônoma frente às grandes empresas jornalísticas e sua concentração de recursos de produção e publicação da notícia. Os autores assinalam ainda que as novas ferramentas e o ambiente colaborativo construído por meio da internet propiciaram a “uma elite de intelectuais jornalistas, a recuperação da capacidade de ação crítica a serviço dos velhos ideais da profissão, contra os interesses oligopolistas da grande imprensa” (Bolanos & Britto, 2010, p. 244). De modo que a confluência entre as ferramentas de democratização da informação oferecidas pela internet e a dinâmica da disputa eleitoral propiciaram as condições de um enfrentamento entre jornais e jornalistas e a desconstrução crítica da produção jornalística da grande imprensa. O uso disseminado, entre os blogueiros que apoiavam a candidatura de Dilma Rousseff, da sigla PIG (partido da imprensa golpista) para se referir a determinados jornais e revistas de maior circulação revela bem o modo como se combinaram crítica política e crítica jornalística.

Esse embate foi bem descrito por Araújo, Penteado e Santos (2011), que afirmam: As acusações contra Dilma provocaram uma imediata reação de seus partidários e simpatizantes, que acusavam os grandes meios de comunicação de fazer uma campanha sistemática para desestabilizar a candidatura petista e servir aos interesses de José Serra. Esse embate encontrou no universo digital da internet um campo de contestação das informações publicadas, pro-

movendo um intenso debate que foi além da disputa partidária, colocando em oposição os críticos das grandes empresas de comunicação e os representantes desses setores. O primeiro grupo acusava os meios de comunicação por atuarem de forma partidária em favor da candidatura tucana, produzindo “factoides” com o interesse de enfraquecer a campanha de Dilma, agindo de forma golpista. Alguns outros, com uma postura mais radical, chegavam a chamar os grandes veículos de comunicação de PIG – Partido da Imprensa Golpista, termo que se espalhou com rápida velocidade na internet. O segundo grupo, encabeçado pelas grandes empresas de mídia tradicional, representados pelos profissionais da área, acusava o governo de censura, afirmando que os petistas eram contra a liberdade de imprensa, patrocinando “pseudojornalistas” para defenderem o governo. Existe uma relação conflituosa entre a mídia tradicional e a internet sob diferentes aspectos. (Araújo; Penteadó & Santos, 2011, p. 3).

Contudo, para além de uma simples oposição, veremos que essas disputas, que se reeditaram em 2010, representam uma reconfiguração e um alargamento do campo jornalístico no qual *blogs* e jornais se encontram numa relação desigual, marcada, ao mesmo tempo, por situações de oposição, complementaridade e ressonância.

A CRONOLOGIA DO CASO DO ABORTO DE MONICA SERRA

As condições que transformam um conjunto de eventos no caso do aborto de Monica Serra residem na articulação de três lutas, a saber: 1) a disputa eleitoral que opôs as campanhas da candidata do PT, Dilma Rousseff, e do candidato do PSDB, José Serra; 2) o embate entre grupos de defesa dos direitos humanos e grupos religiosos; e 3) as disputas político-jornalísticas envolvendo blogueiros, jornalistas e jornalistas-blogueiros. O que faremos agora é descrever os momentos desse caso, de modo a observar as conexões que articulam jornais, *blogs* e outras mídias nesse campo político-jornalístico alargado que se constituiu durante a eleição presidencial.

“Ela é a favor de matar as criancinhas”, disse a mulher de Serra.

O primeiro evento do caso é a publicação de uma reportagem de Gabriela Moreira da *Agência Estado* e do jornal *O Estado de São Paulo*. A jornalista fazia a cobertura diária da campanha eleitoral e seguia o candidato a vice e a esposa de José Serra. A matéria foi publicada em 14 de setembro na edição *on-line* do jornal e trazia o seguinte texto: Anunciando a quem passasse: “Sou a mulher do Serra e vim pedir seu voto”, Monica Serra passou a tarde de hoje em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, acompanhada do candidato a vice na chapa encabeçada por José Serra (PSDB), Indio da Costa (DEM). Na cida-

de que foi governada pelo candidato ao senado Lindbergh Farias, do PT, nos últimos cinco anos, a mulher de Serra partiu para o ataque à adversária do marido, a petista Dilma Rousseff. A um eleitor evangélico, que citava Jesus Cristo como o “único homem que prestou no mundo” e que declarou voto em Dilma, a professora afirmou que a petista é a favor do aborto. “Ela é a favor de matar as criancinhas”, disse a mulher de Serra ao vendedor ambulante Edgar da Silva, de 73 anos.¹⁹⁵

A matéria foi publicada na edição *on-line* do jornal à noite e pouco depois já circulava nos *blogs* que apoiavam a candidatura de Dilma Rousseff, como o Blog do Nassif, o Viomundo, o Conversa Afiada e o Dilma na rede, entre outros. A matéria foi replicada também, horas depois, no portal R7, no portal IG e na Revista Veja. Apesar de replicada, a matéria teve mais atenção entre blogueiros do que jornalistas, o que pode ser explicado, em parte, pelo fato de que naquele momento havia um grande investimento na mídia dedicada à campanha eleitoral nas acusações de corrupção contra a ministra da casa civil, Erenice Guerra.¹⁹⁶

Vejam os títulos que a matéria recebe em cada veículo:

O Estado de São Paulo/Agência Estado: *Mulher de Serra faz campanha no Rio e ataca Dilma*

Revista Veja: *Sou mulher do Serra e vim pedir seu voto*

Portal IG: *Mulher de Serra diz que Dilma “é a favor de matar as criancinhas”*

Portal R7: *Mulher de José Serra faz campanha no Rio e ataca Dilma*

Blog do Nassif, do jornalista Luis Nassif: *Monica Serra: Dilma é a favor de matar criancinhas*

Blog VioMundo, do jornalista Luiz Carlos Azenha: *Monica Serra embarca na baixaria e dá razão a Rodrigo Vianna*

Blog Conversa Afiada, do jornalista Paulo Henrique Amorim: *Mulher de Serra diz que Dilma apoia matar criancinha*

Blog Dilma na rede, rede social de apoio a Dilma Rousseff: *Monica Serra: “Dilma é a favor de matar criancinhas”*

Como podemos ver, os títulos apresentam diferenças que vão de uma apresentação neutra das afirmações até a uma francamente crítica. Contudo, a despeito da diferença nos títulos, o conteúdo da matéria é o mesmo. Todos reproduzem a matéria da jornalista da Agência Estado. Isso nos permite relativizar a ideia de uma simples oposição entre grandes jornais e blogueiros independentes, uma vez que as notícias produzidas pelos grandes jornais for-

195. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mulher-de-serra-faz-campanha-no-rio-e-ataca-dilma,609885,0.htm>.

196. Para um exame do caso Erenice Guerra na campanha eleitoral, remeto o leitor ao já citado trabalho de Araújo; Penteado & Santos, 2011.

mam uma parcela fundamental da produção e da reflexão dos *blogs* políticos, tanto os que se opõem aos grandes jornais como os que estão ali situados. É a isso que me refiro quando falo em uma relação de ressonância entre os diversos pontos dessa rede. Um segundo aspecto é que essa ressonância não ocorre com a mesma intensidade em todas as direções. Um dos indicadores da assimetria entre grandes jornais e blogueiros, em matéria de capacidade de produzir e veicular notícias (o “capital da notícia”), é o fato de que os textos publicados pelos grandes jornais estão presentes, em maior ou menor número, nos *blogs*, mas o contrário não é verdadeiro. Assim, o espaço alargado dessa esfera pública jornalística não é homogêneo nem horizontal, mas é estruturado de modo assimétrico por força do “capital da notícia”.

Mas a relação dos blogueiros que são críticos dos grandes jornais com as notícias que estes produzem, apesar de assimétrica, não é passiva. Ao contrário, jornalistas blogueiros como Luis Nassif são responsáveis por um trabalho metódico e contínuo de desconstrução crítica dos discursos considerados tendenciosos dos grandes jornais.¹⁹⁷

Na campanha eleitoral de 2010, uma afirmação traduz bem isso que foi considerado por muitos blogueiros e jornalistas como parcialidade da imprensa. Trata-se da declaração de Maria Judith Brito, presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e executiva do Grupo Folha de S.Paulo, publicada no jornal *O Globo*, em que ela afirma: A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação e, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo. (*O Globo*, 18 mar. 2010)

Em um artigo no *site* Observatório da Imprensa, o jornalista Washington Oliveira examinou detalhadamente essa afirmação e ao final concluiu:[...] entendendo como papel da mídia atividades como registrar, noticiar os fatos, documentar, fiscalizar os poderes, denunciar abusos e permitir à população uma compreensão mais ampla da realidade que nos abarca. Neste rol de funções não contemplo o de ser porta-voz de partido político, seja este qual for (Observatório da Imprensa, 20 abr. 2010)¹⁹⁸.

197. A série de reportagens que Nassif dedicou ao exame da *Revista Veja* em 2008 formam a referência mais consistente da crítica jornalístico-blogueira ao entrelaçamento entre interesses econômicos, políticos e a produção da notícia nos grandes jornais e revistas no Brasil contemporâneo. Disponível em: <http://sites.google.com/site/luisnassif02/>.

198. Disponível em: <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/a-imprensa-como-partido-politico>.

Então, se a própria presidente da ANJ afirmou de modo tão explícito a partidarização dos grandes jornais, como explicar que os blogueiros tomem as notícias produzidas pelos grandes jornais não apenas como alvo de crítica, mas como informação verdadeira a ser utilizada criticamente, como vimos, no caso da declaração de Monica Serra?

Parece-me que são três as respostas a essa pergunta. Em primeiro lugar, a própria assimetria envolvida no “capital da notícia” torna a produção dos grandes jornais uma fonte incontornável de informação. Nesse caso, essa informação tem de ser submetida a um exame crítico para separar o joio do trigo, e essa triagem demanda uma combinação de conhecimento jornalístico, que muitos jornalistas-blogueiros possuem, com conhecimento especializado, que pode ser obtido junto a diversos microespecialistas, que são acessíveis graças à grande capilaridade da própria blogosfera¹⁹⁹.

A segunda razão, é que jornais não são máquinas uniformes que produzem um discurso homogêneo. Ao contrário, a diversidade e a competição entre os jornalistas associada à produção da verdade como um valor que legitima o trabalho jornalístico produz uma relativa autonomia destes frente às definições oriundas da direção dos jornais. Nesse sentido, a jornalista Gabriela Moreira fez uma escolha consciente de publicar o comentário de Monica Serra sobre Dilma Rousseff e o aborto, e a editoria, de colocar a matéria *on-line*. E, de fato, declarações polêmicas numa disputa política constituem a matéria-prima básica da atividade jornalística. Como vimos, o que poderia ser uma matéria protocolar sobre um dia de campanha virou objeto de inúmeros comentários na internet e algo que viria a desempenhar um papel importante na própria disputa eleitoral.

A terceira razão está, paradoxalmente, na própria definição que Maria Judith Brito dá à atividade jornalística, sendo caracterizada por uma postura de oposição ao governo. Essa concepção remete a considerações que fiz mais atrás sobre a opinião pública como valor e ao modo como se define, a partir daí, a exigência de uma crítica constante aos grandes interesses econômicos encastelados no Estado ou de forma monopolista no mercado. É desse ponto de vista que blogueiros instalados em grandes jornais vão acusar seus adversários na internet de serem cooptados pelo governo brasileiro. Inverte-se o sentido da acusação PIG, definida agora como partido da imprensa governista,

199. Assim, um leitor que é também especialista em um tema específico, como transporte de produtos químicos, ou produção cultural, ou doenças coronarianas, por exemplo, pode oferecer sua expertise ao blogueiro-jornalista no exame de uma situação concreta. Esse é um procedimento padrão do jornalismo que, de um lado, é muitas vezes obstado na grande imprensa pela busca do grande especialista capaz de discorrer sobre qualquer assunto, ao passo que é potencializado nos *blogs* pela natureza colaborativa da produção de conhecimento em rede.

e a oposição que a grande imprensa afirma realizar é aquela da sociedade civil contra o Estado, e não de um partido contra o outro.

Enfim, seja convicção jornalística ou disfarce ideológico, a verdade é que a oposição tomada como um valor do jornalismo tem sido responsável pela investigação de uma série de acusações de corrupção nas últimas décadas e de associação ilícita entre interesses políticos e econômicos. E pelo menos uma parte dos resultados dessas investigações tornou-se matéria-prima das análises dos blogueiros-jornalistas, mesmo que outra parte seja considerada “escandalização seletiva”.

*QUEM É VOCÊ, QUE NÃO SABE O QUE DIZ? MEU DEUS DO CÉU,
QUE PALPITE INFELIZ*

Passemos agora ao conteúdo da declaração de Monica Serra registrada pela jornalista. A afirmação de que a candidata Dilma Rousseff era “a favor de matar as criancinhas” representou um curto-circuito com várias dimensões. A primeira delas é a que mantinha em espaços diferentes a campanha oficial da candidatura José Serra e o envio de mensagens por e-mail ou pelas redes sociais, com informações sobre a “Dilma abortista”, “Dilma terrorista”, “Dilma contra Jesus”.

Nas palavras do jornalista Alexandre Campbell:

No início, o candidato do PSDB à presidência, José Serra, poderia ser acusado apenas de estar surfando na onda “aborto”, incorporando um discurso conservador e carola (que não faz parte da sua biografia) para tirar proveito eleitoral. Mas diversos elementos começaram a sugerir que a campanha tucana era responsável por trazer o tema, que não fazia parte da agenda política, para o centro de disputa. Petistas começaram a difundir a suspeita de que o disparo de e-mails com ataques anônimos à candidata Dilma e ao PT partia do comitê tucano (Campbell, 18 out. 2010)²⁰⁰.

A declaração de Monica Serra forneceu indícios de que os ataques anônimos com base na pauta religiosa eram, de fato, uma estratégia oculta da campanha do marido. Como esposa do candidato, esse indício levava a suspeita ao coração da campanha tucana. Veremos mais adiante os desdobramentos disso.

Quero chamar a atenção, agora, para o fato de que a acusação de baixaria que dirigida à declaração de Monica Serra dizia respeito ainda a outra separação que entrava em colapso, aquela que distingue as dimensões pública e

200. Disponível em: <http://www.blogdocampbell.com.br/2010/10/policia-federal-apreende-propaganda.html#ixzz1OnTfx7wo>.

privada dos próprios candidatos. Isso porque, talvez movida pelo desejo de simplificar e aproximar dos leitores as críticas à candidatura petista, Monica Serra estabeleceu em sua frase uma conexão entre Dilma Rousseff e o aborto não como uma perspectiva política e pública, mas como uma posição pessoal da candidata. A associação mesma entre feto e criancinha é uma estratégia de pessoalização que visa a atingir os afetos e os valores do interlocutor. Assim, Dilma foi acusada de ser pessoalmente favorável ao aborto, o que ligado a outra imagem presente na campanha feita através de e-mails e redes sociais, a da terrorista sanguinária, permitia a produção da imagem de uma assassina de criancinhas.

Esse colapso da distinção entre público e privado está presente também na natureza das duas campanhas. Isso porque enquanto a primeira é veiculada através de canais públicos, a outra se beneficia das redes de relações privadas construídas através da internet, como são os cadernos de contatos dos e-mails e as associações de indivíduos em torno de fóruns e comunidades virtuais. Nesse sentido, o privado é tanto o meio como o alvo da luta política, uma vez que o caráter que se atribui aos candidatos tem impacto sobre a confiança e o voto depositados nele, ao mesmo tempo em que é especialmente nas relações privadas que se constitui a possibilidade de se produzir juízos sobre esse caráter. Nesses termos, as correntes de e-mail se aproximam da fofoca em seu duplo aspecto de juízo feito sobre o caráter, que só é legítimo porque é construído em condições de proximidade pessoal dos agentes. As correntes de e-mail mimetizam a fofoca ainda em outro aspecto: a confidencialidade que empresta legitimidade ao que é dito.

A IDA AO SEGUNDO TURNO E O PRIMEIRO DEBATE

Durante boa parte do mês de setembro, a candidata Dilma Rousseff manteve uma margem confortável nas intenções de voto diante da soma de seus adversários, segundo as pesquisas de opinião. Alguns institutos de pesquisa chegaram a dar como certa a vitória da candidata em primeiro turno. Todavia, alguns blogueiros, como Rodrigo Vianna, insistiam que havia uma ameaça em torno do discurso religioso instrumentalizado nos ataques à reputação de Dilma Rousseff. Seja por essa razão, seja por força do caso Erenice Guerra, ou simplesmente porque aumentou o número de eleitores indecisos na reta final, o fato é que a expectativa de vitória em primeiro turno não se realizou em 3 de outubro, ainda que a candidata do PT tenha obtido cerca de 47% dos votos válidos. E nas avaliações que se seguiram, ganhou destaque a ideia de que houve um erro estratégico da candidata ao se recusar a responder publicamente aos ataques de cunho religioso feitos ao longo da campanha oficial.

Havia razões para a recusa da candidata até então. Ela gozava de uma boa vantagem nas pesquisas e responder *off-line* a ataques sem rosto que aconteciam *on-line* parecia um equívoco na medida em que trazia uma pauta negativa para a campanha. Prevalencia também a ideia de que a internet não era tão importante nos rumos da campanha. A media considerada mais importante era a televisão. Obviamente, os blogueiros que apoiavam Dilma e que possuíam um intenso ativismo *on-line* não podiam pensar assim. E creio que eles estavam certos. Isso porque o que os estrategistas da campanha de Dilma menosprezaram foi o fato de que o jornalismo desempenha um relativo, mas não desprezível, papel de mediação entre os eleitores e a campanha como construção publicitária. E sob o impacto da blogosfera, as relações de força que compõem o discurso jornalístico acontecem agora numa esfera pública ampliada, que inclui não apenas as mídias tradicionais como a televisão, o rádio, o jornal impresso, mas também os *blogs* e *microblogs*, e outras plataformas de comunicação na internet.

Por conta dessa situação de quase vitória com gosto de derrota, a expectativa era grande sobre o comportamento dos dois candidatos no primeiro debate televisionado do segundo turno. Uma das suposições correntes era a de que o candidato que estava na frente deveria ter nos debates uma postura propositiva e evitar embates mais duros com o adversário. Isso implicaria, no caso de Dilma Rousseff, em evitar abordar as críticas recebidas até então. O debate ocorreu em 10 de outubro de 2010, na TV Bandeirantes, e, para surpresa geral, a candidata foi bastante crítica e acusou a campanha de José Serra (PSDB) de estar por trás de uma campanha de difamação levada a cabo na internet, citando especialmente o papel exercido pelo vice do candidato José Serra, Índio da Costa, na disseminação de acusações de cunho religioso. Mas o ponto alto dessa crítica foi a referência ao episódio em que a esposa de Serra a acusava de “matar criancinhas”. Essa passagem foi bastante comentada na análise do debate, especialmente pelo fato de José Serra não ter se referido à sua esposa na resposta.

O *site* Folha.com descreveu assim o debate:

Adotando um tom mais agressivo do que em debates anteriores, Dilma acusou a mulher do oponente, Monica Serra, de usar o tema do aborto para caluniá-la.

“Sua esposa, Monica Serra, eu vou dizer o que ela falou: a Dilma é a favor da morte de criancinhas. Isso é um absurdo”, disse ela no segundo bloco.

Antes, no primeiro bloco, já havia tocado no assunto. “Acho gravíssima a fala da sua senhora.”

Serra não respondeu à acusação sobre sua mulher. (Folha.com, 11 out. 2010).

É interessante observar que Dilma Rousseff recuperou o curto-circuito entre a campanha paralela e a oficial, e entre público e privado, nesses comentários. De fato, ela instalou aquilo que nomeou como “campanha difamatória”, no próprio universo privado do candidato, ao remetê-la à sua esposa. Não podemos esquecer que, na simbologia mais geral dos gêneros, cabe ao homem a presença na esfera pública e à mulher a esfera privada. Por fim, a ausência de resposta direta de Serra parece ter sido associada a uma incapacidade dele em defender adequadamente esse universo privado das acusações de difamação e, como tal, de defender a reputação de sua mulher e a sua própria por decorrência. Na verdade, a única resposta veio da própria Monica Serra que, quando inquirida pela repórter Nara Alves, do portal iG São Paulo, no intervalo do debate, afirmou “não saber” sobre o que a ex-ministra se referia ao mencioná-la em uma resposta sobre aborto. Insisto neste último ponto, porque ele viria a desempenhar um papel importante a seguir.

MEMÓRIAS ÍNTIMAS EM TORNO DE UM ABORTO OU MAIS UM CURTO-CIRCUITO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO

A pessoalização do aborto, isto é, a estratégia de emprestar a condição de pessoa ao feto e de discuti-lo em termos de experiência individual, real ou projetada, se contrapõe frequentemente a outra estratégia, que consiste tomar o aborto de forma objetiva e coletiva, nos termos de um problema de saúde pública. Tratar o aborto em termos pessoalizados no debate eleitoral é uma aposta arriscada, na medida em que se diluem as fronteiras entre público e privado e a reputação dos candidatos vai para primeiro plano, ficando sujeita ao inimigo primordial de toda a reputação: a fofoca.

Desde o fim do debate, começaram as especulações sobre quem teria sido vitorioso. Vários jornais *on-line* e *blogs* disponibilizaram ferramentas de votação para os internautas. A dinâmica de avaliação do debate desempenha um papel importante na construção de expectativas sobre o desempenho eleitoral dos candidatos. E essa avaliação é construída por meio de uma combinação entre resultados de pesquisa de opinião e a própria produção discursiva dos jornalistas. E, como já vimos, essa produção jornalística acontece numa esfera alargada pela internet.

Na manhã do dia 11 de outubro, seguinte ao debate, uma usuária da rede social Facebook, identificada em seu perfil como Sheila Canevacci Ribeiro, postou uma nota aberta a todos os usuários da rede, intitulada Respeitemos a dor de Monica Serra. O texto da nota dizia:

Meu nome é Sheila Ribeiro e trabalho como artista no Brasil. Sou bailarina e ex-estudante da Unicamp, onde fui aluna de Monica Serra.

Aqui venho deixar a minha indignação no posicionamento escorregadio de José Serra, que, no debate de ontem, fazia perguntas com o intuito de fazer sua campanha na réplica, não dialogando em nenhum momento com a candidata Dilma Rousseff.

Achei impressionante que o candidato Serra EVITA tocar no assunto da DESCRIMINALIZAÇÃO do aborto, evitando assim falar de saúde pública e de respeitar tantas mulheres, começando pela SUA PRÓPRIA MULHER. Sim, Monica Serra já fez um aborto e sou solidária a sua dor.

Com todo respeito que devo a essa minha professora, gostaria de revelar publicamente que muitas de nossas aulas foram regadas a discussões sobre o aborto, sobre o seu aborto traumático. Monica Serra fez um aborto. Na época da ditadura, grávida de 4 meses, Monica Serra decidiu abortar, pois seu marido estava exilado e todos vivíamos uma situação instável. Aqui está a prova de que o aborto é uma situação terrível, triste, para a mulher e para o casal, e por isso não deve ser crime, pois tantas são as situações complexas que levam uma mulher a passar por essa situação difícil. Ninguém gosta de fazer um aborto, assim como o casal Serra imagino não ter gostado. A educação sobre a contracepção deve ser máxima para que evitemos essa dor para a mulher e para o Estado. Assim, repito a pergunta corajosa de minha presidente, Dilma Rousseff, que enfrenta a saúde pública cara a cara com ela: se uma mulher chega em um hospital doente, por ter feito um aborto clandestino, o Estado vai cuidar de sua saúde ou vai mandar prendê-la? Nesse sentido, devemos prender Monica Serra caso seu marido fosse eleito presidente? Pelo Brasil solidário e transparente que quero, sem ameaças, sem desmerecimento da fala do outro, com diálogo e pelo respeito a dor calada de Monica Serra.²⁰¹

Na noite do mesmo dia 11, referências ao texto começaram a circular na ferramenta de microblogs, Twitter e nos comentários feitos em postagens nos *blogs* de apoio à candidatura Dilma Rousseff. A recepção à informação foi ambígua. Alguns postavam a notícia com entusiasmo, outros comentaristas e, sobretudo, os responsáveis pelos *blogs*, receavam que a informação fosse falsa e que uma vez divulgada ali fosse identificada como um ataque da campanha da Dilma à vida privada de José Serra. Na dinâmica algo paranoica da disputa eleitoral, temia-se que a campanha de Serra tivesse plantado uma acusação falsa para que o ônus da campanha difamatória recaísse sobre Dilma Rousseff.

201. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,O14738103-E115311,00-O+que+Sheila+Ribeiro+escreveu+em+seu+Facebook.html>.

Um exemplo, entre vários dessa dinâmica ambígua, pode ser visto no comportamento dos responsáveis pelo *site* NovaE, que é definido por seus organizadores como “uma revista pluralista na divulgação de ideias e conceitos a respeito de internet, nova economia, cibercultura, ativismo, cultura, literatura, mídia, comportamento, filosofia, nova consciência e cidadania”. Em uma nota publicada no dia 16 de outubro, os administradores do *site* faziam um *mea culpa* por terem colocado em dúvida de forma veemente a veracidade do relato de Sheila Ribeiro. Seguem alguns trechos da nota: Em relação à revelação repercutida em todos os jornais confirmando a veracidade da carta de Sheila Ribeiro sobre o aborto de Monica Serra, a NovaE – que no dia 12 colocou em dúvida o material com o argumento que o mesmo continha características de ser um *spam* plantado por adversários da candidatura do PT, tanto na forma, como no método de divulgação – esclarece a seus leitores alguns pontos importantes:

1- A NovaE se pauta por assuntos programáticos e no debate saudável, se colocando contra todos os boatos em relação às candidaturas. Tenta se manter nesta linha mesmo num ambiente conturbado em virtude, principalmente, de diversos trolls da campanha serrista.

2- A NovaE não reconhece enfoques religiosos e moralistas como algo relevante no debate eleitoral.

3- Com milhares de *fakes*, *spams*, boatos, informações e contrainformações contaminando o ambiente da internet, visando confundir o eleitor em relação à candidatura Dilma, a NovaE lamenta ter sido também envolvida por este ambiente. Neste episódio, preferiu desconfiar de uma grande armação para derrubar a Dilma, o que foi um equívoco da NovaE, conforme está sendo confirmado por outros meios de comunicação. Pedimos desculpas publicamente pelo ocorrido.²⁰²

Aqui se revela bem os dois elementos que definem a ambiguidade com que a notícia foi tratada na blogosfera “dilmista”. De um lado, há todo um conhecimento acumulado acerca das formas de anonimato e manipulação de identidades que são características de boa parte da interação *on-line* e que são fortemente mobilizados em ambientes de disputa eleitoral. São os *fakes* e *spams* a que se refere a nota, os quais poderiam ser parte de uma armadilha. De outro lado, há o temor e a vergonha de tirar proveito e mesmo amplificar a exposição de uma mulher que fez um aborto.

Essa ambiguidade esteve presente em vários *blogs* que chegaram a atestar a veracidade do depoimento, mas ficaram temerosos de divulgar suas informações. Ai já não estava em jogo o temor da armadilha, mas da dificuldade moral

202. Disponível em: <http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=1659>.

de expor o assunto. E foi um jornal pouco conhecido e predominantemente *on-line*, o *Correio do Brasil*, quem rompeu a ambiguidade ao dar um tratamento jornalístico ao assunto e entrevistar Sheila Ribeiro e outras ex-alunas de Monica Serra. O jornal publicou matérias sobre o assunto nos dias 13 e 14 de outubro.²⁰³ Ali, Sheila reafirmou sua narrativa, contando com o testemunho de outras colegas que faziam parte das aulas com Monica Serra e assinalou sua indignação com o candidato do PSDB: “

Pior do que isso foi o silêncio do Serra, que deveria ter saído em defesa da mulher, fosse qual fosse a situação em que se encontrava ali, diante das câmeras – emendou a ex-aluna de Monica Serra” (*Correio do Brasil*, 14 out. 2010).

Afirmei, anteriormente, que existe uma estratégia de combate ao aborto que recorre à personalização do feto, aproximando-o da “criancinha”. Mas há outra, de defesa do aborto, que passa pela pessoalização da mulher, concebida a um só tempo como vítima da condição que leva ao aborto e da criminalização da prática e como sujeito do controle do próprio corpo. Como um híbrido, Monica Serra habitava os dois mundos ao mesmo tempo, exigindo que se equilibrassem a crítica e a solidariedade, o que aparece no ambíguo título da nota de Sheila Ribeiro. Numa entrevista posterior, Sheila aborda essa ambiguidade, desde uma perspectiva feminista:

Escrevi uma reflexão, depois de assistir a um debate televisivo onde a figura simbólica de Monica Serra surgiu. Ali, uma incongruência: a pessoa que lutou na ditadura e que foi vítima de repressão como mulher (com evento trágico naquele caso, pois que nem sempre o aborto é trágico quando é legalizado e normalizado) versus a mulher que luta contra a descriminalização do aborto com as frases clássicas do “estão matando as criancinhas”. Quem a Monica Serra estaria escolhendo ser enquanto pessoa simbólica? Se é que tem escolha – foi minha pergunta. (*Correio do Brasil*, 13 out. 2010).

Mais há uma razão ainda mais forte por detrás da ambiguidade dos *blogs* “dilmistas” diante da discussão do aborto. Tanto PSDB quanto PT são partidos construídos com uma forte presença do ideário feminista. De fato, uma das razões que emprestaram credibilidade ao relato de Sheila Ribeiro foi o fato de que ela pertence a uma genealogia feminista que vai até o coração do PSDB paulista. Como nos informa a jornalista Monica Bergamo, Sheila é filha de Majô Ribeiro, que foi aluna de mestrado na USP de Eva Blay, suplente de

203. <http://correiodobrasil.com.br/monica-serra-ja-fez-um-aborto-e-sou-solidaria-a-sua-dor-afirma-ex-aluna-da-mulher-de-presidenciael/185824/> e <http://correiodobrasil.com.br/ex-alunas-de-monica-serra-confirmam-relato-sobre-aborto/186052/>

Fernando Henrique Cardoso no Senado em 1993. Majô foi pesquisadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP, fundado pela primeira-dama Ruth Cardoso (1930-2008). E o modo como o aborto foi usado como arma no debate eleitoral ultrapassou limites estabelecidos na história do próprio PSDB, ao mesmo tempo em que impôs limites ao uso que os petistas e seus simpatizantes poderiam fazer do episódio.

A ambiguidade foi finalmente resolvida em 16 de outubro quando Monica Bergamo, jornalista da Folha de S.Paulo, praticamente reproduziu os passos do Correio do Brasil, ao entrevistar Sheila Ribeiro e suas ex-colegas, e publicou a matéria intitulada “Monica Serra contou ter feito aborto, diz ex-aluna”.²⁰⁴ Com a publicação da história em veículo da grande imprensa, os *blogs* “dilmistas” passaram a tratar mais livremente o assunto e o caráter híbrido de Monica Serra se resolveu em uma única palavra: hipocrisia.

De fato, a ultrapassagem, por parte da candidatura José Serra, dos limites que separam o Estado laico das crenças religiosas, e o público do privado, parece tê-lo tornado sujeito ao efeito fariseu a que se referiu Pierruci (2011). Isto é, o investimento em produzir uma representação pública da correção moral e adesão virtuosa a valores religiosos fica sujeita à desconfiança de que se trata, na verdade, de uma tentativa de instrumentalizar a religião em benefício da política. E na medida em que a campanha de Serra insistiu em construir sua legitimidade política com base nas qualidades morais e religiosas do candidato e de sua família em oposição à ausência destas na adversária, ele tornou legítimo o exame de sua vida privada. E a contradição entre o alardeado e o sabido permitiu aos seus opositores lançarem mão da definição de hipócrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguir os desdobramentos do que chamei de caso do aborto de Monica Serra permitiu observar a intensa circulação de ações políticas *on-line* e *off-line*. Nestes termos, a advertência de Miller e Slatter (2004), de que é necessário construir etnograficamente a relação entre *on-line* e *off-line*, ao invés de supor a autonomia do virtual, se aplica perfeitamente aqui. Pudemos perceber nas estratégias de luta *on-line* em torno de projetos burocráticos, leis e eleições, o modo como em torno da disputa política se articulam de forma intensa esses dois espaços sociais.

Ao mesmo tempo, acompanhamos também a centralidade das relações *on* e *off* no que chamei de “campo alargado do jornalismo”, formado pela

204. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/10/16/monica-serra-contou-ter-feito-aborto-diz-ex-aluna-333126.asp>.

interação contínua e sempre assimétrica entre jornais, Twitter e *blogs*. Essa assimetria revela-se claramente no fato de que o caso em si se inicia com a publicação no jornal *O Estado de São Paulo* da declaração de Monica Serra a respeito de a candidata petista ser a “a favor de matar criancinhas” e termina com outra matéria de jornal, a *Folha de S.Paulo*, desta vez sobre o suposto aborto de Monica Serra. Como vimos, a matéria já circulava há alguns dias na internet, e uma matéria exatamente igual havia sido feita por um jornal *on-line*, mas só quando a grande imprensa publicou a respeito foi possível que o que parecia uma ataque à reputação fosse transformado em fato jornalístico. Nesses termos, luta eleitoral, luta entre grupos de direitos humanos e grupos religiosos, e lutas político-jornalísticas são, ao mesmo tempo, contexto e conteúdo das relações *on-line*.

Mas, acima de tudo, vimos como essas lutas adensam o próprio espaço *on-line*, aumentando os acessos aos *blogs* e a outros espaços *on-line*, criando novas conexões entre pontos no ciberespaço. Temos também uma dupla aceleração: primeiro, do tempo da política que acelera as conexões *on-line*, como na análise dos resultados dos debates televisivos, disponíveis simultaneamente ao evento; e segundo, do tempo das conexões *on-line* que aceleram a política, como na rapidez do Twitter que propaga informações; do Youtube, Facebook e Orkut, em quais circulam os vídeos e as interpretações prejudiciais ou favoráveis à imagem de um determinado candidato. Junte-se a essa aceleração uma emotividade envolvida nas conexões *on-line*. Um apelo aos afetos, que o formato pessoalizado e a velocidade das conexões demandam e estimulam. Essa excitação dos afetos torna as mensagens políticas trocadas fortemente emocionais. Nesses termos, o conteúdo tecnológico torna-se o contexto de transmissão e recepção das mensagens políticas garantindo o seu potencial mobilizador.

Vimos, ainda, como o uso desses meios privados e pessoalizados de comunicação, que constituem o ciberespaço, oferecendo o lugar ideal para circular a pergunta sobre quem era verdadeiramente a candidata Dilma Rousseff. E, especialmente, sobre qual era a sua verdadeira posição sobre o aborto. Essa pergunta colocou a reputação no centro do debate político e, necessariamente, articulava as dimensões pública e privada dos candidatos. Assim, o candidato José Serra colocou em termos não apenas públicos, mas também pessoais, sua aversão ao aborto, ao se dizer contrário a sua legalização, “até por uma questão pessoal” e também “porque se liberaria uma verdadeira carnificina”.

O modo como os grupos religiosos politizaram o aborto e outras questões, como o combate à homofobia, implica uma dada articulação entre público e privado, uma vez que o compromisso e a prática de valores incidem sobre quem merece ser eleito. A partir daí, acompanhamos o curto-circuito causado

pela declaração de Monica Serra, colapsando as separações entre a campanha oficial e a subterrânea, entre público e privado. Se Monica Serra se dirigiu do público ao privado, da campanha eleitoral à acusação pessoal do “a favor de matar criancinhas”, vimos, no sentido inverso, a acusação de Sheila Ribeiro, que partiu de uma ferramenta privada, o Facebook, e se dirigiu ao público alvejando a reputação do candidato José Serra e qualificando de hipócrita sua atitude frente ao aborto.

Por fim, resta saber se tudo o que foi descrito aqui se tratou de um desvio da luta política rumo à demolição de reputações, ou se teremos, talvez, que conviver com o paradoxo de que o ciberespaço representa um inegável alargamento da esfera pública, ao mesmo tempo em que sua principal característica é ser um espaço fundamentalmente privado, onde o jogo das reputações desempenhará um papel cada vez mais importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. Informação e contrainformação: o papel dos blogs no debate político das eleições presidenciais de 2010. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, Belo Horizonte.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. Blogosfera, espaço público e campo jornalístico: o caso das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 237-256, jan.-jun. 2010.

BOYD, Danah; GOLDBERGER, Scott; LOTAN, Gilad. 2010. Tweet, tweet, retweet: conversational aspects of retweeting on twitter. HICSS-43. IEEE: Kauai, HI, jan. 6.

Boyd, Danah; Hargittai, Eszter. Facebook Privacy Settings: Who Cares? *First Monday* 15 (8), 2010.

CASALEGNO, Federico. Entrevista com Sherry Turkle: fronteiras do real e do virtual. *Revista Famecos*. Porto Alegre, n. 11, p. 117-123, dez. 1999.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *A sociedade em rede: do conhecimento à política*. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 2005.

COMERFORD, John. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 (esp. cap. 7, Observações sobre a fofoca, p. 121- 133).

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

Law, John. *Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade*. Trad. Fernando Manso. 1992. Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br>, acessado em 17 jun. 2005.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. *The internet: an ethnographic approach*. Oxford: Berg, 2000. _____; SLATER, Don. *Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad*. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, v. 1, ano 10, n. 21, p. 41-65, jan.-jun. 2004.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; NuAP, 2001.

_____; HEREDIA, Beatriz, M. A. Le temps de la politique. *Études Rurales*, 131-132, p. 73-87, jul.-dez. 1993.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: demoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 89, mar. 2011.

TURKLE, Sherry. Cyberspace and Identity. *American Sociological Association Stable* 28, n. 6 (2008): 643-648.

A PICHÃO E OS SIGNOS URBANOS JUVENIS: “METENDO NOMES” NO CIBERESPAÇO (2012)

Glória Maria dos S. Diógenes
(gloriadiogenes@gmail.com, UFC)205

Figura 1

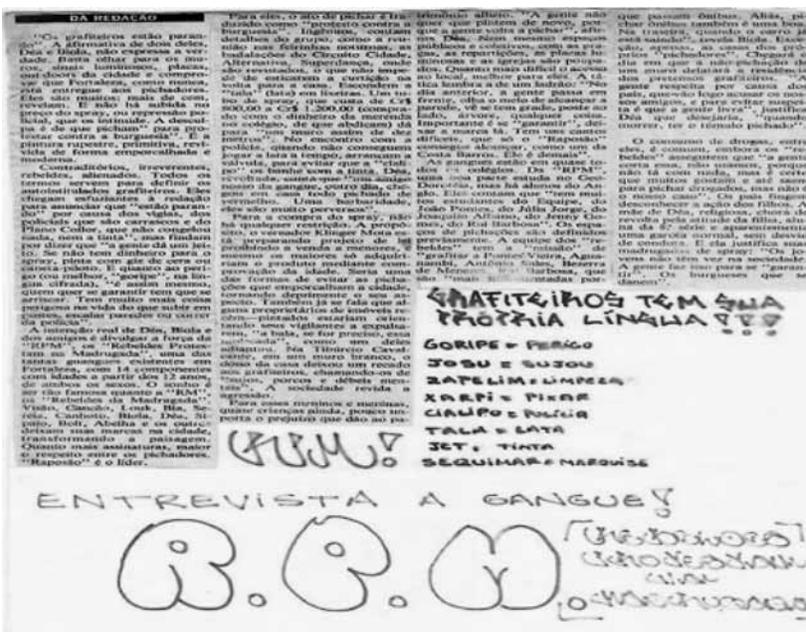


Imagem disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Album?uid=4890670061433255803&aid=1252818843>, acessado em: 11 ago. 2012.

PICHAO PARA SE DESTACAR

Roland Barthes (2001, p. XIII) traduziu a semiologia como “uma aventura de deslocamento do sujeito”. Assim como os muros e as paredes da cidade, os traços da escrita da pichação no ciberespaço exigem outros movimentos

205. Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e coordenadora do Laboratório das Juventudes (Lajus) da UFC e, atualmente, Investigadora Visitante do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

do olhar²⁰⁶. Nos arquivos virtuais de Raposão (integrante da galera “Fera dos Grafiteiros”), tal qual apresentado na figura anterior, encontra-se parte representativa de artigos publicados em jornais, percorrendo, no seu conjunto, a cronologia da pichação na cidade de Fortaleza. O que nos interessa evidenciar nessa ilustração não é o texto da matéria jornalística, que está ilegível; Raposão, pichador “famoso” da década de 1980, diante de um suposto desconhecimento da mídia sobre a “língua” falada pelos pichadores, faz uma espécie de intervenção ao lado da página do jornal. A inversão das sílabas cria um dialeto próprio: “goripe” significa perigo, “josu” é sujou, “xarpi” vem de pichar e “tala” é lata de tinta.

“Xarpi”, a assinatura do pichador, representa exatamente o avesso, o contrário do nome, o contradito daquilo que se diz, do que se pactua como linguagem. Raposão assinala ainda, no seu perfil de rede social, na abertura de um de seus “álbuns”, constituídos apenas por artigos de jornais, os significados que conformam o reverso da língua: “Aqui, a maior diferença da filosofia dos P.C.M. (Pichadores Contra o Mundo)”.

Certamente, o que parece mobilizar a cena da pichação no ciberespaço é a criação de um campo de enunciação de *poucos para poucos*, em vez da universalidade dos *media* pautada na comunicação de *um para todos*, ou de *todos para todos*. Isso significa dizer que, mesmo num ambiente da internet marcado, em sua maioria, por perfis de livre acesso, tanto no Orkut como no Facebook se observa um uso restrito dos signos que permeiam a comunicação entre pichadores. De algum modo, a utilização da pichação no ciberespaço parece reproduzir a mesma dinâmica da intervenção realizada na geografia da cidade: uma comunicação de *poucos para poucos*, para que os que transitem na cidade sintam o impacto da extensão dos “riscos” dessa outra “língua”.

Por tal razão, nossa inserção no ambiente virtual – a “visita” aos perfis de pichadores – seguiu um compasso semelhante a um processo presencial de percepção dos signos que compõem e produzem a paisagem das pichações urbanas. O desafio foi o de perceber se havia ou não interatividade entre os vários sujeitos que compõem a cena da pichação em Fortaleza e se o ciberespaço, além de melhor destacar os “nomes”, as trilhas deixadas por eles na cidade, propicia uma maior amplitude de conectividade e de aproximação. Para isso, quando houve oportunidade e “abertura” por parte do pichador, foram realizados alguns contatos via MSN²⁰⁷.

206. Preferimos, neste artigo, suprimir toda uma discussão tanto teórica quanto metodológica acerca do processo de construção da etnografia virtual, seus limites e possibilidades, já condensados no texto, de outubro de 2011, intitulado *Redes sociais e juventude: uma etnografia virtual*.

207. Uma ferramenta de internet que significa “Messenger System Network”, ou seja, sistema de mensagens via internet.

Em uma entrevista que pode ser facilmente encontrada no Google²⁰⁸, Raposo afirma: “Em 1987, não havia Orkut, não havia MSN, porém a pichação surgiu como ferramenta de comunicação e expansão dos relacionamentos”. Observa-se que o meio de conexão, de diminuição das distâncias da comunicação, sinalizado por Raposo, não diz respeito ao uso do computador, e sim à difusão da pichação. Embora à primeira vista pareça paradoxal, a pichação surge tendo como propósito a demanda por visibilidade, representando o ciberespaço apenas como uma ampliação dessa paisagem e uma esfera mais veloz de propagação e difusão dos “xarpis”. A ordem é multiplicar os espaços por onde circulam os nomes, ganhar visibilidade: “Se destacar é ter nome em todo o bairro” – afirma Seco (Garotos de Rua – GDR), 32 anos, que parou de pichar em 1998; é “arrebentar nos nomes” – fala Snow (Garotos de Rua – GDR), 21 anos²⁰⁹.

Antes da intensificação do uso dilatado das redes sociais no ciberespaço²¹⁰, a pichação possibilitou que atores de lugares sombreados das periferias multiplicassem marcas e estilos nos corredores das grandes cidades. No universo dos pichadores, repetir é um modo de marcar, de não deixar o “nome” ser esquecido, e é esse o uso mais significativo que fazem “os tacadores de marcas” ao ocuparem o ambiente virtual:

Cada pichador tem o seu estilo, o meu estilo é esse. A gente nunca muda o estilo que é pra poder ser conhecido pelo seu estilo, pq qnd vc fica mudando vc nunca vai ser conhecido pq cada canto q vc meter o seu nome vc ficar mudar o estilo de colocar as pessoas n vão conseguir identificar a sua pichação. Ela tem q ter um padrão só, o q acontece é q qnto mais vc picha, mais vc vai aperfeiçoando a sua letra. (Seco)

O “perfil” do pichador, a repetição de padrões e do desenho de letras é o que possibilita, mesmo antes das “redes de relacionamentos”, a identificação de seus “nomes” no “papel” cidade, no contínuo artifício de aperfeiçoamento de suas grafias. Basta abrir a página de um pichador nas redes sociais para identificar o contorno e a extensão de seu grupo, de sua galera. Cada um aparece vinculado ao seu *avatar*²¹¹, sinalizando o nome que o identifica no circuito de pichação da cidade, como no exemplo a seguir:

208. Disponível em: <http://xarpivirtual.blogspot.com.br/2009/11/24112009-entrevista-raposao-fg-oi.html>.

209. Todos os perfis de pichadores pesquisados no Orkut, de modo presencial, assim como os vídeos, encontram-se no Anexo.

210. “Esse espaço de existência para entidades que não têm um lugar fixo, mas podem estar em inúmeros lugares, e mesmo cruzando os ares, ao mesmo tempo, é chamado ciberespaço” (SANTAELLA, 2007, p. 179).

211. Representa a imagem que cada um escolhe para representar o seu perfil.

Figura 2



Imagem disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Album?uid=4890670061433255803&aid=1252818843>, acessado em: 11 ago. 2012. Imagem disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=5507554538994582754>

Daniel acopla ao nome o duplo de sua identificação e apresenta-se através de trecho de música de Ana Carolina: “Você pode me ver do jeito que quiser, eu não vou fazer esforço pra te contrariar”. O que parece interessar no seu “perfil lotado” é o modo como pretende se mostrar, é a utilização do ciberespaço como mais uma vitrine das filiações e preferências diante de seus pares, pouco importando o campo de interpretação dos que estão fora desse ciclo.

Diante da fragmentação de experiências, da volatilidade dos modos de vida urbanos, o ato de pichar, ao “destacar” o sujeito pichador para além do muro, no espaço “múltiplo” da tela virtual, possibilita que a marca se fixe ainda mais na memória da cidade. Numa reunião de pichadores no bairro, Carlito Pamplona, Demo (Wild Street – WS), ao ser indagado sobre qual o seu intuito ao colocar o nome no muro, respondeu de forma direta: “Divulgar. Tá passando no canto e lembrar”. Por tal razão, as formas da pichação se reproduzem e se diversificam.

Como bem explicou Snow, “tem três tipos de pichação: *xarpi*, letreiro e desenho”²¹². O que, no geral, “os de fora” chamam de pichação, está bem mais relacionado ao “*xarpi*” propriamente dito. Indagado acerca do comentário da

212. “Xarpi: é o codinome do pixador criado numa estética própria com letras estilizadas e sobrepostas, a estética da marca depende da imaginação do pixador. Um sujeito fora do fenômeno da pichação não distingue as letras, muito menos executa a leitura do apelido; boneco: ou desenho. A assinatura não se traduz numa palavra, mas num desenho simples executado somente por linhas; letreiro: ou nome. É legível, conseguimos identificar as letras e é possível a leitura do apelido” (CHAGAS, 2012). Juliana Chagas, em sua monografia, indica que optou por utilizar o termo pichação com “x” a partir da seguinte justificativa: “a palavra pichação, bem como suas derivações (pixar, pixo, pixador etc.) serão grafadas com ‘x’ porque é dessa forma que a os nativos informam que as utilizam” (2012, p. 8). Eu preferi utilizar o termo na sua grafia normativa.

pesquisadora (“o que eu menos entendo é o xarpi... Xarpi não tem letra”), Snow explica, num “papo” virtual: “tem, mais é geralmente um letra que apenas quem joga o nome entende”.

A sigla do pichador expressa o seu “grupo” de referência, sua galera, sendo o “xarpi” sua marca pessoal e intransferível. O ritual de entrada numa “sigla”, a representação de um coletivo, acontece apenas quando o pichador já conseguiu “destacar” o seu “xarpi”, já mostrou que tem coragem de sair para pichar e de enfrentar “os cana”²¹³. Para essa finalidade, “tem que pedir para os antigo, ne [não é] qualquer um que pode deixar os outro entrar não” (Scorpion²¹⁴, do Suicidas de Rua – SDR). Divulgar a “sigla” vai, no geral, ocorrer casado ao “xarpi”, como se o nomadismo dos pertencimentos possibilitasse a visibilidade e a repetição dos “nomes” dos pichadores, intensificando a importância da sigla.

Sigla é a principal subsigla é só um complemento
 não é todo mundo que joga subsigla
 Eu já joguei as subsiglas
 3M
 3S
 OH
 mais só jogo TB (Terroristas do Bairro) agora²¹⁵

Eterniza-se o nome do pichador por meio das “siglas” e “subsiglas” que medeiam o ato de “jogar o xarpi” no ciberespaço. O que parece estar em jogo para os pichadores são dimensões que se alternam na tensão entre efemeridade e permanência, entre esquecimento e lembrança. Bolle (1994, p. 287), num diálogo com Baudelaire e Benjamin, enfatiza o caráter ambíguo da *escrita* das grandes cidades: por um lado, o “transitório” e o “fugaz”; de outro, o “eterno” e o “imutável”. O esquecimento representa, para muitos moradores da periferia, o preço muito alto que comumente se paga no cotidiano da vida urbana. Há uma luta incessante por visibilidade pública. Para que um “xarpi” possa ter lugar, fincar marcas e padrões, faz-se necessário mais do que “tacar o nome” de forma aleatória; é necessário que se trace e compartilhe um “regime de signos” que possa facilmente migrar para a esfera digital. Isso significa dizer

213. Gíria utilizada para identificar a polícia.

214. Não foi possível obter de todos os contatos efetuados, presencial ou virtualmente, dados relativos à faixa etária.

215. Mesmo contrariando as regras de formatação de textos científicos, preferimos preservar os modos como os pichadores apresentaram seus escritos, seja nos bate-papos do MSN ou nos perfis que compõem as redes sociais.

que, para ganhar destaque na cidade, para “ser considerado”, é regra entre os pichadores se valer de todos os suportes e ferramentas possíveis para difusão do seu “nome” e das “siglas” e “subsiglas” em que “joga”.

Embora os “regimes de signos constituam uma semiótica, eles remetem a outros agenciamentos que não são necessariamente linguísticos” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 61). Através de máquinas informacionais (GUATTARI, 1993, p. 178) e comunicacionais, os “xarpis” não se contentam em veicular apenas conteúdos representativos, mas concorrem também para a confecção de novos agenciamentos de comunicação individuais e coletivos, para a produção de novas marcações na cidade e para a cidade.

E, para que um “regime de signos” de múltiplos agenciamentos que envolvem a pichação se propague e se sustente, torna-se necessário outro pacto linguístico, um arranjo que “desmaterialize” o suporte do “nome” e o traduza “descolado” da sua feição concreta, material, na esfera do ciberespaço.

Snow, da GDR (via MSN), sinaliza que regras um pichador deve respeitar:

- 1º: NÃO ATROPELAR O NOME DO OUTRO
- 2º: SE SUPERAR O NOME DO OUTRO OFERECER
- 3º: HONRAR A SIGLA QUE ELE JOGA
- 4º: NÃO USAR SEU NOME EM VÃO

“Atropelar o nome do outro” é a quebra de uma regra que pode findar em conflito ou morte. Como explica também Scorpion, “atropelar é num deixa passar por cima do pixo do camarada, não pode rasurar e nem pode atropelar, rasurar é meter um X no xarpi do outro”. É como se, uma vez fincado um signo, ele tivesse já ganhado um lugar, obtido um destaque, alcançado um plano de enunciação. De algum modo, “atropelar o nome do outro” representa, na língua dos pichadores, “trair”. Ao ser indagado se já havia vivido alguma experiência de “atropelo”, Snow (via MSN) destacou:

Atropelou, mais o cabeça da galera veio falar comigo e pedir desculpas pelo membro que atropelou.
e mandou o membro lá pintar.
ah não coloca meu nome nn'
não gosto de confiar nesse mundão que vivo

“Superar” representa apenas o ato de pichar mais alto, de ultrapassar o desafio já alcançado pelo representante de outra sigla. No geral, essa regra é possível de ser burlada, dependendo do lugar que cada pichador assume den-

tro da sigla. Se for “o principal” (assim eles denominam os chefes), a superação é um ato natural, plausível; se for “um pequeno”, vai ter rasurada a ousadia da “superação”.

Depende se você for um pichador pequeno, e superar um cabeça de uma galera. possivelmente ele vai passar um “X” no seu nome. mais se vc for um dos que arrepia na galera e superar, não dá em nada só ofereçemos pra quem consideramos. (Snow, via MSN)

“Superar” é um ato que precisa ser propagado, algumas vezes oferecido para os pichadores mais “considerados”, e o ciberespaço é o ambiente mais que propício para essas exhibições.

Figura 3: Para os L. V. “de rocha”.



Crédito: arquivo pessoal. Av. Francisco Sá, Fortaleza (CE), 2012.

“Honrar a sigla que joga” e “não usar o seu nome em vão” representam regras que, inclusive, promovem o entendimento de onde, como e com quais “siglas” é possível e permitido realizar o ato da pichação. Forma-se uma aliança *horizontal* que liga bairros, “xarpis” e “siglas”; aliança que, muito embora não se situe aparentemente em lugar nenhum, move-se pela paisagem concreta da cidade e pelos interstícios do ciberespaço.

BORDAS ENTRE OS ESPAÇOS FÍSICOS E DIGITAIS DA PICHANÇA

No campo da linguagem, o ato de pichar é um jogo, de “curtir um pouco, depois sair para riscar” (Snow). É provável que, por se colocar no plano da aventura e da invenção de novos “nomes”, de divulgação das “siglas”, de outras formas de enunciação de si, a pichação produza toda a emoção e a intensidade de uma disputa. A perspectiva de jogo ressaltada por Huizinga (2001) ultrapassa os limites dos torneios, das rivalidades, e assume o plano de um sistema de produção de signos de processos peculiares de significação:

O jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou um reflexo psicológico. Ultrapassa os limites da atividade puramente física ou biológica. É uma função *significante*, isto é, encerra um determinado sentido. No jogo existe alguma coisa ‘em jogo’ que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. Todo jogo significa alguma coisa. (2001, p. 3-4)

Os pichadores parecem mover-se por meio do “jogo” de ultrapassar limites corporais e linhas de segmentação urbana, no movimento de produzir novos planos de *significação* sobre eles próprios e sobre a cidade. Ao ultrapassar os limites da atividade puramente física e biológica, ao penetrar no ciberespaço, os “nomes” criam formas outras de visibilizar os jogos dos signos da pichação.

Como diz Barthes (1992, p. 51), “o signo é uma fatia de visualidade, de sonoridade”; a significação é o ato que une significante e significado, cujo produto é o próprio signo. Entre os que formam as “siglas” da pichação, o “jogo” tem início na aventura de “riscar nomes”, de produzir outros processos de significação diante de modos pactuados de vida na paisagem urbana. Para efetuar um outro “regime de signos”, no “jogo de tacar nome” é preciso “desbravar linhas de fronteira” entre alto e baixo, entre longe e perto, entre permitido e proibido.

Adrenalina, prazer a gostinho de ter seu nome lá em cima onde ninguém pegou, o gosto que você tem quando você vai lá e supera um cara de uma galera rival é inexplicável, a adrenalina de subir em um galpão por um poste é inexplicável. (Snow, via MSN)

Pixar é adrenalina. O que vale é o que a pessoa tá escrevendo ali na hora, eu vou mais por causa da aventura. Fui a primeira vez e gostei. (Demo WS, 28 anos)

Pixar é mt irado o coração batendo acelerado;
adrenalina a mil (Scorpion)

Figura 4



Adrenalina, o gosto da aventura de “escrever na hora”, de marcar um muro, de pichar num lugar de improvável acesso, tanto devido à altura quanto por outros obstáculos para se chegar até lá. Fica marcada a sigla e amplia-se a notoriedade do pichador. Observa-se, por meio de vários perfis de pichadores, tanto no Orkut como no Facebook, fotos e vídeos postados no YouTube que referendam a ousadia do pichador e o gosto deixado pela aventura do “jogo”, como os exemplos destacados a seguir na monografia de Chagas (2012).

Figura 5: “Vem na trilha” (detalhe).



Raposão F.G. (1990). “Xarpis” de Raposão, Ratinha, Sombra e Gabola. Imagem disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Album?uid=4890670061433255803&aid=1262359237>, acessado em 22 ago. 2012.

A imagem é comentada pelo pichador Snow T.B., em um bate-papo via MSN:

- *Qual exemplo de lugar que alguém “pegou” que mais te chamou atenção?*
- Um prédio no centro perto do IJF que o Cipó G.Z.P. pegou. Que ele desceu até o meio do prédio pelos cabos de aço e botou “VEM NA TRILHA”.

Para os pichadores, sair do anonimato, ser “famoso”, “nunca ser esquecido” é uma saga pontilhada por afoitezas e riscos que ultrapassam os espaços cercados da cidade e os limites interpostos pelo corpo orgânico. Por isso mesmo, o “xarpi digital” desliza veloz pelo ciberespaço. Na já mencionada entrevista de Raposão – provavelmente de perguntas e repostas elaboradas por ele próprio –, uma curiosa indagação expressa novas modalidades de “tacar o nome”, assim como amplia a natureza dos muros e paredes.

- *O quê você acha dessa era xarpi digital?*
- Muito mais interessante que correr os riscos desnecessários por uma coisa que as meninas não valorizam.

O “xarpi digital” elimina os “riscos desnecessários” e representa, diante “das meninas”, outro *status* para a figura do pichador. Assim, a demanda de não ser esquecido, de ultrapassar as barreiras do tempo e do espaço amplia e dá ainda mais visibilidade ao “jogo de tacar nomes”. Não significa dizer, como bem pontuou Simões (2010, p. 24), que

[...] o que se passa na internet só pode ser compreendido tendo por referência o que ocorre fora desta (em certa medida, vice-versa) [...] assim, qualquer texto *on-line* é sempre um hipertexto, formado por múltiplas ligações que nos remetem por diferentes circuitos, tanto em nível interno como externo.

Isso implica traçar não apenas as marcas das “siglas” e o nome do “xarpi”, como também definir territórios de pichação no ciberespaço não necessariamente acoplados e projetados no ambiente concreto da cidade. O “xarpi” pode ter sido “apagado” nos lugares físicos da cidade e, mesmo assim, resistir ao efeito do tempo no âmbito do ciberespaço. Lopes da Silveira (2011, p. 133), ao pesquisar sobre grafites e espaço público virtual, sinaliza que “o grafite é extremamente permeável às inovações tecnológicas”. Diz ele que a aderência das mídias “deslocaliza socialmente o *grafitti*, conduzindo à constituição de redes através da internet; em segundo lugar, deslocaliza a imagem-*grafitti* tornando-a virtualmente disponível, desvinculada do espaço físico que a aloja”.

Essa “deslocalização” das imagens produz dobras diferenciadas do que se denomina espaço público – perspectiva já discutida em artigos anteriores (Diógenes e Silva, 2012) –, aquilo que Lopes da Silveira (2011) designa, também, de “redes dobradas”. Essas dobras de espaço transpõem a geografia urbana e se projetam nos corpos e nos “xarpis” desenhados nos interstícios entre sistemas *on-line* e *off-line*. Como discute Santaella (2007, p. 153), “o corpo, cuja perda iminente foi tão lastimada, está na realidade se transformando rapidamente em um conjunto de extensões ligadas a um mundo híbrido, pautado pela interconexão de redes e sistemas *on* e *off-line*”.

Figura 6

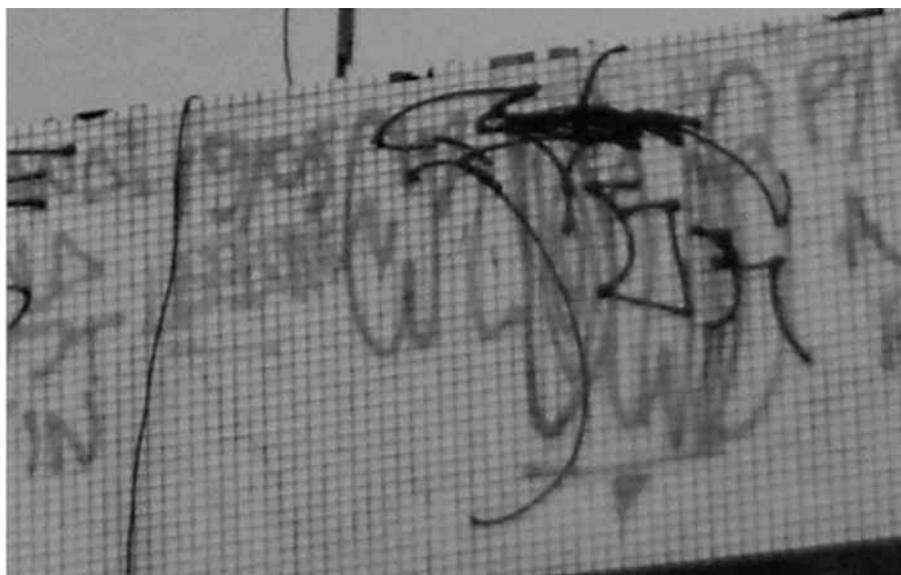


Imagem disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Album?uid=2390390125825884039&aid=1241608669>, acessado em: 22 ago. 2012.

A imagem anterior faz parte do álbum de fotos raras do pichador e colecionador Rato M.P., denominado “raridades”, com quase duzentas imagens. É uma homenagem a quem Rato designa no letreiro da foto: “O REI!!!! TANGO ER”. Como destaca Chagas (2012, p. 65), já tendo sido “riscada” há mais de 20 anos. Por isso mesmo, o mundo *off-line* e *on-line* interpenetram-se e produzem novas conexões, permeadas de feixes de espaços, de um tempo móvel e de corpos híbridos. Note-se que a distinção entre espaços físicos e digitais tem também transposto as segmentações e linhas divisórias entre gerações. Foi muito recorrente nesta pesquisa encontrar pichadores de todas as idades ainda atuando e interligados às novas gerações de pichadores. O depoimento a seguir, de Pango, explicita a natureza móvel e “deslocada” dessa superfície de experiências:

“Pichação ta no sangue, isso ai eu vou ficar velho vou morrer com isso e não tem como apagar mais não. [...] Às vezes a gente é adrenalina, esquece que tem 37 anos e volta pros 15 anos de novo” (Pango, 37 anos, Sujando e Anarquizando + GDR).

O espaço digital dissipa as fronteiras entre gerações: somem nele as faixas etárias e “dissolvem-se” os corpos. A sensação – “a gente é adrenalina” – transmuta idades e constitui uma disposição corporal em estado permanente de potência: “eu vou ficar velho vou morrer com isso e não tem como apagar mais não”. No seu estudo sobre “os quartos na era digital”, Feixa (2006, p. 82) destaca que os ritos de passagem entre gerações assumem um movimento “espiral”, caracterizados por mecanismos de “nomadismo social” e de “arritmia temporal”.

O termo ‘geração @’ pretende expressar três tendências desse processo: em primeiro lugar, o acesso universal, ainda que não necessariamente generalizado, às novas tecnologias de informação e de comunicação; em segundo, a erosão das fronteiras tradicionais entre os sexos e os gêneros; e, em terceiro, o processo de globalização cultural, que gera necessariamente novas formas de exclusão social em escala planetária. (Feixa, 2006, p. 86)

De um jeito ou de outro, os pichadores no “devir-adrenalina²¹⁶”, lançados na onda da “comunicação transversal”, experimentam a sensação de corpos moldáveis, facilmente adaptáveis, erodindo fronteiras de classificação etária, de classe social, entre outras. Como afirma Canevacci (2012, p. 54), são os “corpos polifônicos e as tecnologias digitais”, permutáveis por “múltiplos heterogêneos de si”. Raposão, já citado no início deste artigo, destaca que a necessidade de “tacar nome”, de “expandir relacionamentos”, projeta o pichador desde o ato inaugural da pichação, como lugar de linguagem, de infindáveis possibilidades de expressão de si.

“O corpo material do signo – o som, as tintas, a grafia – não pode existir sem o suporte material que o plasma” (Santaella, 2007, p. 191-192), e esse suporte, para além da cidade, do *spray*, do “nome” para além da tela do computador, se traduz no próprio corpo do pichador, condensado no seu “xarpi” desenhado manualmente e reproduzido digitalmente.

ENTRECIDADES: A MULTIDÃO DE “XARPIS” DIGITAIS

Cada vez em que vi, li e visitei perfis de pichadores, percebi uma tática, comumente utilizada entre eles, de valer-se das multidões para se esconder e,

216. No sentido do devir enunciado por Deleuze e Guattari: “devir não é uma evolução, ao menos que uma evolução por dependência e filiação. O devir nada produz por filiação; toda filiação seria imaginária [...] ele é da ordem da aliança” (1997, p. 19).

concomitantemente, apregoar suas “línguas às avessas”. A multidão tanto multiplica imagens como promove, por vezes, uma confusão de sinais, provocando zonas de “não visão”.

O “jogo de tacar o nome” tende a produzir-se, propositadamente, imerso numa multidão de signos que formam e cadenciam o cotidiano das grandes metrópoles. Desse mesmo modo, um “arsenal” de “xarpis”, de fotos de pichações em locais proibidos, de depoimentos em vídeos, de chamadas para reuniões ganham despercebidamente o ciberespaço. A tática é criar um mundo *fora-dentro* dos matizes multicoloridos que povoam e produzem linhas de segmentação no panorama das multidões. O sentido é apregoar-se, reproduzir-se, apoderar-se de todos os lados da cidade até não serem mais vistos, até se destacarem apenas para os participantes que integram o mesmo “torneio de signos”. O “jogo” é traduzir o signo da pichação como mais uma peça do tabuleiro urbano, como se a antinorma fizesse parte da ordem. “A arena, a mesa de jogo, o círculo mágico, o templo, o palco, a tela, o campo de tênis, o tribunal etc., têm todos a forma e a função de terrenos de jogos [...] Todos eles são mundos temporários dentro do mundo habitual” (Huizinga, 2001, p. 13).

O jogo cria o inabitual dentro da cadência turva do cotidiano. Por tal razão, no ciberespaço, bem mais que no fluxo da multidão, os pichadores marcam reuniões ampliadas, “expõem” seus arquivos de memória e exaltam o valor das assinaturas nas “folhinhas das agendas”. O tipo de anúncio a seguir, a cada evento da “galera”, ganha as telas virtuais:

Figura 7



Deia²¹⁷, ex-pichadora, no vídeo Fuga RM entrevista DEIA RPM, fala, de uma forma muito tranquila, numa reunião ampliada de pichadores, acerca da importância da pichação na sua trajetória de vida:

Eu era muito nova naquela época, estudei em colégio de freira, de padre, querendo ou não, foi uma maneira de como eu me expressar, conheci grandes pessoas. Era uma forma de manifestar, expressar que a gente não está aqui à toa. Deixar algo e é importante isso que sabe que é um delito, mas eu tive que passar por tudo aquilo pra ser o que eu sou hoje, minha personalidade, minha maneira de agir toda foi graças ao que eu passei naquela época.

É como se o “proibido” da pichação se manifestasse à luz do dia, no frenesi da multidão. As palavras de Deia propagam um elogio à pichação, seu papel na formação da personalidade do pichador, que, ainda que “fora”, distanciado pelo calendário do tempo, permanece. Vale o risco de nunca esquecer que “a gente não está aqui à toa”. Esse é o ponto nevrálgico da expansão das práticas da pichação para o ciberespaço: a *marcação* da passagem do indivíduo, que, mesmo imerso na “guerra” do ato de “tacar nomes”, se multiplica no jorro da multidão, no coração do “Império”²¹⁸.

Destacando “os históricos”, Seco assinala a importância que teve Slayer, reverenciado pela maioria dos pichadores contatados e conhecido por pessoas que não participam da cena da pichação: “faleceu em 2008, por motivo de droga, *crack*, *overdose*. Era da Serrinha, cabeça e fundador da E.D.T. (Espírito das Trevas), década de 80. A Avenida da Universidade, ponto “X” dele, onde ele construiu a fama dele”. É preciso escolher “um ponto” para que a fama se consolide, para que o nome permaneça, para que a sigla se distinga no emaranhado das linhas da memória. Apenas assim tantas outras “assinaturas” surgirão em busca do destaque. A finalidade é não “deixar o nome morrer”, produzir “um politeísmo de selvas” (Canevacci, 2009, p. 234), compor “uma cena social que se desloca de forma multilinear” (Diógenes; Silva, 2012, p. 3) e multiplica os movimentos dos pichadores na cidade e no ambiente da internet.

As “agendas”²¹⁹, ou as denominadas “folhinhas”, condensam e preservam a memória dos “nomes” que compõem a história de pichação, cada lugar por onde o pichador “arrebentou” e as “siglas” que resumem sua passagem

217. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=F0-tRZigSm4&feature=relmfu>, acessado em 5 maio 2012.

218. De acordo com Hardt e Negri, no livro *Multidão*, “Surge agora um ‘poder em rede’, uma nova forma de soberania, que tem como seus elementos fundamentais, juntamente com as instituições supranacionais, as grandes corporações capitalistas e outros poderes” (2005, p. 10).

219. Coleção de “folhinhas” de Rato. M. P. Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Album?uid=2390390125825884039&raid=1242123866>, acessado em 22 ago. 2012.

nesse mundo. Verifica-se que as “folhinhas” povoam inúmeros perfis do Orkut e arquivos de fotos na “linha da vida” do Facebook. No geral, o arsenal de nomes publicado nos perfis, além de reverenciar os “mais considerados” na cena, tenta manter vivo outros que não mais “metem o xarpi”. Por isso, perder a agenda com as “assinaturas”, tê-la confiscada, representa, tal qual ressalta Scorpion a seguir, uma perda irreparável:

nas reuniao ne
o povo leva as agendas
pra pegar as assinatura dos outro pichadores
ai tem vez quando o povo ta voltando pra casa
e ta com a agente se a policia pegar eles rasga tudo e bate e vc
dps :
ai é foda
por que
tem fez que tu tinha uma assinatura
de um cara que ja morreu
e o cara rasga
e tu num pode fazer nd

Um pichador que se destaca é notado pela quantidade de assinaturas que “ganhou” de outros pichadores, fundamentalmente dos considerados “históricos”, e que foram a ele dedicadas:

Figura 8



A memória digital dos “xarpis” realiza uma atualização e um processo de vivificação da pichação no tempo presente. As imagens que resistem à efemeridade do tempo revitalizam o corpo do pichador. Bergson (1999, p. 14) assinala que “as imagens exteriores influem sobre a imagem que chamo meu corpo: elas lhe transmitem movimento. E vejo também de que maneira este corpo influi sobre as imagens exteriores: ele lhes restitui movimento”.

A multiplicação das “folhinhas” dos “xarpis” no ciberespaço possibilita que essa “matéria digital”, como um conjunto de imagens, provoque reações e potencialize o ato “de tacar nomes” nas paredes, muros, *outdoors*, marquises, pedras e calçadas da cidade no tempo de fruição do *presente*. É o corpo quem maneja e influi na profusão das “imagens exteriores”. Por isso, como enfatiza Snow a seguir, é preciso dar lugar às lendas no tempo presente, para que se expresse em cada “risco” o lastro de uma memória.

Terroristas dos bairros | A mais cruel ! desde 1986 !
 ele joga muito nome, arrepia sempre
 me chama a pakas pra sair
 voce pode perguntar a qualquer pessoa quem é o RATO TB
 que eles sabem
 é uma lenda ele.
 arrepia muito muito mesmo

Ser “cruel” significa resistir diante dos riscos que compõem a trajetória de vida do pichador, na guerrilha pela “permanência” de imagens, daquele “que arrepia muito, muito mesmo”. Repetir o “xarpi”, no mesmo “padrão”, para que a marca se fixe e se eternize. Para que qualquer pessoa que seja indagada, nesse pacto *fechado* de linguagem, saiba dizer, sem titubear, quem é o Rato TB, quem é o Raposão, quem é o Slayer, quem é...Que arte é essa, que quase sempre é considerada suja, prática ensejada por vândalos, expressão de riscos e rasuras na paisagem urbana?

PARTILHAS ENTRE ARTE E PICHAÇÃO

Retomemos Snow, pichador que condensa e preserva elementos da história da pichação de Fortaleza e, ao mesmo tempo, “está na ativa”. Ao ser indagado sobre a dimensão artística da pichação, ele responde:

acho que é uma forma de arte diferente.
 acho que é uma maneira de se libertar de tudo que o sistema joga contra a gente

a pichação é um mundo fechado, onde a ideia não é trocado com pessoas comuns mais sim de pichador pra pichador se eu picho uma avenida movimentada eu picho pra outro pichador ver e falar nossa esse cara pegou ali.

O “sistema joga contra a gente”, daí o intento de inventar uma outra língua, “um mundo fechado” de comunicação em meio à multidão de signos que povoam as cidades. Por isso, para a maioria deles, pouco importa se o pichador é considerado ou não artista. Santaella (2007, p. 255), ao refletir sobre “mediações tecnológicas e suas metáforas”, diz preferir o uso do termo “estéticas tecnológicas” quando se trata da arte nos “espaços intersticiais”, aqueles que se desenham nas interfaces entre a condição “física” e “digital”. Até porque frequentemente os pichadores são indagados sobre a seguinte questão: “Você considera, como dizem os jornais, que a pichação enfeia e suja a cidade?”.

A cidade já é suja em tantos aspectos não acha? Não só no visual. Acho que é uma maneira de expressar a indignação em alguns casos ‘alguns picham para mostrar sua revolta’, outros só pra se destacar na multidão pra ganhar fama pra ganhar seu espaço.

Afirmar que a cidade já é suja significa dizer que a paisagem urbana está imersa em um emaranhado de marcas, publicidades *oficiais* e *alternativas*, sinais de uma intensa poluição visual que tomam diversos equipamentos urbanos como suporte. Para o pichador, destacar-se na multidão implica também afetar, simultaneamente, instâncias na esfera do ciberespaço, carregando a própria *sujeira* que permeia os espaços concretos das cidades para as redes sociais.

Levando-se em conta as “dobras”, já aqui mencionadas, de circuitos e campos de expressão de siglas possibilitados pela dimensão “física” e concreta da cidade e do ciberespaço, percebe-se que o “xarpi digital” insere-se num contexto que demanda, ainda mais, outras imersões teórico-empíricas e outras reflexões metodológicas.

Santaella (2007, p. 283) adverte que

[...] não obstante a imensa diversidade de possibilidades, questões e desafios que as estéticas tecnológicas contemporâneas apresentam, uma constante está indiscutivelmente sempre presente: o caráter processual de inacabamento em que o artefato já não existe em uma versão final, mas apenas em processos permanentes e cada vez mais acelerados e mutáveis de vir a ser.

Vale ressaltar que a “ocupação” do pichador no ciberespaço não é passada por nenhuma pretensão de destacá-lo como “net-artista” ou qualquer

condição correlata. Quando o pichador cria um perfil no Orkut ou no Facebook, quando publica vídeos no Youtube, não transmuda o “picho” das ruas para uma versão alterada por manejo de ferramentas tecnológicas e por programas e *softwares* dispostos na internet. Ele simplesmente se utiliza de um dobra de “rede de relacionamentos” para dar maior visibilidade aos seus “xarpis”, “siglas” e “sub-siglas”, num processo nítido de “inacabamento”, como ressalta Seco: “O que importa (no xarpi) não é o formato, se ele vai juntar as letras demais, ou se a letra vai ser fácil de ler, o que importa é ele (pichador) divulgar o nome dele em todo canto, isso vai fazer ele ser conhecido e respeitado”.

O que importa é a partilha do *nome*, a mutação provocada em outros pichadores pela divulgação e visibilidade da “sigla” no universo das demais “siglas”, a profusão de outros “regimes de signos”. Como diz Barthes (1984, p. 77), por razão de uma leitura fotográfica, trata-se de a imagem provocar um interesse, uma fulguração, um *estalo*, “um pequeno abalo, um *satori*, a passagem de um vazio” (pouco importa se o referente é irrisório). É a imagem da letra que revela o corpo ausente do pichador, seja nas telas da cidade, seja na quadratura do “xarpi digital”. Compartilham-se os signos *sensíveis* de uma outra língua, como explicitou Raposo, traspassando o “goripe” (perigo) do vazio da comunicação no “mundo fechado” da linguagem.

Nas trilhas de Rancière (2005, p. 67), “tacar marca” no ciberespaço pode significar uma nova “partilha do sensível”. Isso significa dizer que “produzir une ao ato de fabricar o de tornar visível, define uma nova relação entre *fazer* e *ver*”. Esta seria a arte da pichação, mais um “rumor da língua”, mais uma forma de estar “em todo canto” e na posse de um “respeitado nome”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1992.

_____. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Coleção Tópicos).

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: Edusp, 1994.

CANEVACCI, Máximo. *Comunicação visual: máscaras, visus, cinemas, vídeos, publicidades, artes, etnowebs*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

CHAGAS, Juliana Almeida. *Imagens e narrativas: a cultura nômade dos pixadores de Fortaleza*. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V. 2 e 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995 e 1997.

DIÓGENES, Glória. *Itinerários de corpos juvenis: o baile, o jogo e o tatame*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Cartografia da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. *Redes sociais e juventude: uma etnografia virtual*. Texto apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS, 24 a 28 out. 2011, no GT01 – Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura.

_____; SILVA, Lara Denise. *Territórios urbanos e metrópole: linguagens e signos do grafite*. Texto apresentado no VII Congresso Português de Sociologia, jun. 2012, mimeo.

_____. *Trajetos em movimento: o grafite e as múltiplas conexões da esfera pública*. Texto apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2 a 5 jul. 2012, São Paulo.

FEIXA, Carlos. *O quarto dos adolescentes na era digital*. In: COSTA, Márcia Regina da; SILVA, Elizabeth Murilho da. *Sociabilidade juvenil e cultura urbana*. São Paulo: Editora da PUC, 2006.

GUATTARI, Félix. *Da produção da subjetividade*. In: PARENTE, André. *Imagem máquina*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

RANCIERI, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental Org.; Editora 34, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

SIMÕES, José Alberto. *Entre a rua e a internet: um estudo sobre o hip hop português*. Lisboa: ICS, 2010.

SILVEIRA, Francisco Lopes da. Outros grafites. Outras topografias, outras modalidades. In: CAMPOS, Ricardo; MUBI, Andreia; SPINELLI, Luciano (orgs.). *Uma cidade de imagens: produções e consumos visuais em meio urbano*. Lisboa: Mundos Sociais, 2011.

ANEXOS

PERFIS PESQUISADOS E LISTA DE ENTREVISTAS

Perfis de pichadores pesquisados

<http://www.orkut.com.br/Main#Scrapbook?rl=mo&uid=16506895481688960513>

<http://www.facebook.com/people/Ym-lhu/100002012022867>

Snow GDR (Garotos de Rua)

21 anos

<http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=6568033446462175046>

Malina GDR

16 anos

<http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=15614520718523072867>

Mano TB (Terrorista dos Bairros)

24 anos

<http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=16045056522846791285>

Mina GDR

22 anos

<http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=3490031413673569551>

Mutante MF (Malucos Fobia)

25 anos

<http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=13257128226095455207>

RATO TB

28 anos

<http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=14313045527782705969>

Ruge FPX (Fissurados pelo Xarpi)Cerca de 30 anos

<http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=12605002190216745606>

Ameaça GDR

28 anos

LISTA DE ENTREVISTAS

(realizadas por Juliana Chagas)

Tubarão. Pichador de 1995 a 1999 e grafiteiro desde 1999. Entrevista realizada em 2009.

Scorpion S.R. “Suicidas de Rua”. Entrevista realizada pelo MSN em 27 mar. 2010.

Snow T.B. “Terrorista dos Bairros”. Entrevista realizada pelo MSN em 27 mar. 2010.

Demo W.S. “Wild Street”. Começou com 13, 14 anos. Hoje (2010), tem 28 anos. Entrevista realizada no bairro Carlito Pamplona em 16 set. 2010.

MALA W.S. “Wild Street”. Tem 14 anos (2010), começou recentemente. Entrevista realizada no bairro Carlito Pamplona em 16 set. 2010.

Sask D.N.G. “Detonando no Grafite”. Entrevista realizada no bairro Carlito Pamplona em 16 set. 2010.

Boy L.D.P. “Loucos, Delinquentes e Psicopatas”, 14 anos. Entrevista realizada no bairro Carlito Pamplona em 16 set. 2010.

Snow T.B. “Terrorista dos Bairros”. Entrevista realizada na reunião dos V.S. no Polo de Lazer da Av. Leste Oeste em 26 mar. 2011.

Snow T.B. “Terrorista dos Bairros”, entrevista realizada pelo MSN em 21 nov. 2011.

Pango S.A. “Sujando e Anarquizando”. Tem 37 anos e começou na pichação em 1989. Entrevista realizada durante a reunião dos GDR, “Garotos de Rua”, no Cuca da Barra do Ceará, em 4 mar. 2012.

Seco GDR “Garotos de Rua”, 32 anos, geração 90. Entrevista na reunião dos GDR, “Garotos de Rua”, no Cuca da Barra do Ceará, em 4 mar. 2012.

Fuga R.M. “Rebeldes da Madrugada”, 35 anos, geração 90. Entrevista na reunião dos GDR, “Garotos de Rua”, no Cuca da Barra do Ceará, em 4 mar. 2012.

Canção R.P.M. “Rebeldes Protestantes da Madrugada”. Depoimento presente no vídeo “Fuga RM entrevista Canção RPM”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pokRBK086DE&feature=relmfu>, acessado em 30 abr. 2012.

Raposão E.G. “Feras dos Grafiteiros”. Entrevista realizada em 30 ago. 2009. Disponível em: <http://www.fotolog.com.br/junimroots/38338020>, acessado em 5 maio 2012.

Fotógrafo da galeria Choque Cultural. Disponível em: <http://repique.blog.terra.com.br/2008/10/27/fotografo-conta-detalhes-da-pichacao-na-bienal/>, acessado em 5 maio 2012.

Crazy G.F. Depoimento presente no vídeo *Fuga RM & AMIGOS.mpg*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0EO-TfUFlgs>, acessado em 5 maio 2012.

Deia R.P.M. Depoimento presente no vídeo *Fuga RM entrevista DEIA RPM.wmv*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=F0-tRZigSm4&feature=relmfu>, acessado em 5 maio 2012.

Raposão F.G. “Feras dos Grafiteiros”. Depoimento presente no vídeo *Fuga RM & AMIGOS.mpg*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0EO-TfUFlgs>, acessado em 5 maio 2012.

Hugo foi BECK E.M. “Esquadrão Maligno”. Entrevista realizada pelo MSN em 9 maio 2012.

O livro *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*
foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo.
A tiragem foi de 500 exemplares.
O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,9.
A capa foi impressa em papel Supremo 250g e
o miolo em papel Norbrite 66g.

O objetivo dos organizadores deste volume foi agrupar pesquisadores das três grandes áreas das Ciências Sociais – principalmente antropólogos, cientistas políticos e sociólogos, embora eventualmente aberto ao diálogo com pesquisadores de outras disciplinas – que se dedicam à investigação dos impactos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), de uma maneira geral, e da internet em particular, sobre as várias dimensões das sociedades contemporâneas, tendo como foco três campos de investigação: ciberpolítica; ciberativismo; e cibercultura.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

